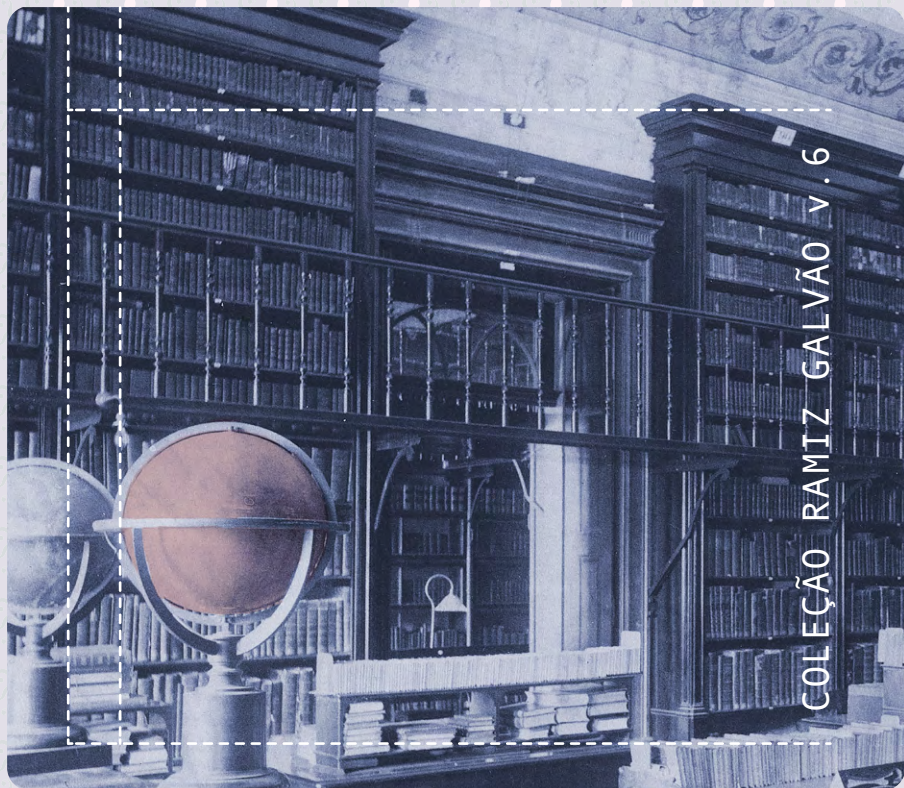




O BIBLIOTECÁRIO PERFEITO

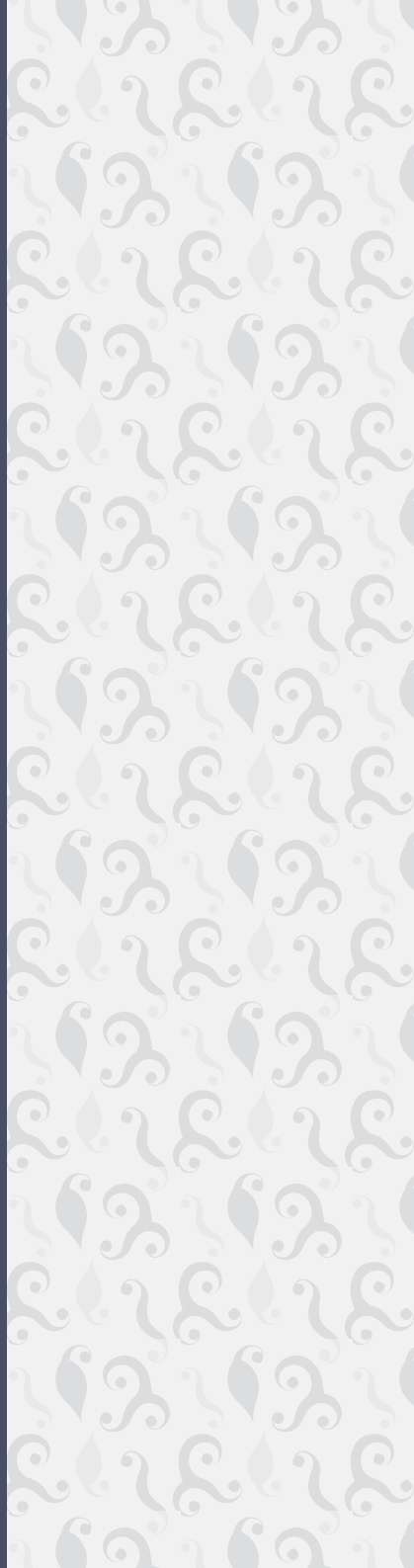
o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional

Ana Paula Sampaio Caldeira





ANA PAULA SAMPAIO CALDEIRA é graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV. Atualmente, é professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



O BIBLIOTECÁRIO PERFEITO

o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional

Coleção Ramiz Galvão
ISSN 2965-5323 – Volume 6

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva
Ministério da Cultura Margareth Menezes da Purificação Costa

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidência Marco Americo Lucchesi
Diretoria Executiva Suely Dias
Centro de Pesquisa e Editoração Naira Christofolletti Silveira
Coordenação de Editoração Claudio Cesar Ramalho Giolito
Centro de Coleções e Serviços aos Leitores Maria José da Silva Fernandes
Coordenação de Acervo Especial Mônica Carneiro Alves



BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ana Paula Sampaio Caldeira

O BIBLIOTECÁRIO PERFEITO

o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional

2ª edição revisada
Coleção Ramiz Galvão | volume 6

Coordenação de Editoração
Av. Rio Branco, 219, 5º andar
20040-008 | Rio de Janeiro, RJ
editoracao@bn.gov.br
www.gov.br/bn



Editoria Paula Rocha Machado

Produção Editorial Paula Rocha Machado, Taiyo Jean Omura

Preparação de Originais e Revisão Carlos Santa Rosa

Projeto Gráfico, Diagramação e Tratamento de Imagens Eliane Alves

Revisão de Provas Hudson Rabelo, Paula Rocha Machado

Assistente Editorial Taiyo Omura

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C146b

Caldeira, Ana Paula Sampaio, 1981-

O bibliotecário perfeito : o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional / Ana Paula Sampaio Caldeira. – 2. ed., rev. – Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2025.

432 p. ; 21 cm. – (Coleção Ramiz Galvão, ISSN 2965-5323 ; v. 6)

Originalmente apresentada como tese da autora (doutorado - Fundação Getúlio Vargas, 2015).

Bibliografia: p. 371-402.

Inclui índice.

ISBN 978-65-5940-027-0 (PDF)

978-65-5940-026-3 (Impresso)

1. Galvão, Benjamin Franklin Ramiz, 1846-1938. 2. Biblioteca Nacional (Brasil) – História. 3. Brasil – Vida intelectual – Séc. XIX. I. Biblioteca Nacional (Brasil). II. Título. III. Série.

CDD- 027.581

NOTA À 2ª EDIÇÃO

A 2ª edição de um livro oferece ao seu autor ou autora a possibilidade de corrigir determinados erros que escaparam à 1ª edição, o que foi o caso desta publicação que o leitor agora tem em mãos. As análises produzidas e os argumentos desenvolvidos permanecem os mesmos do trabalho original. Entretanto, tive a oportunidade de reparar determinadas imprecisões que teimaram em permanecer apesar das correções, além de outras, só percebidas após a publicação, com a continuidade da pesquisa.

Mas a nova edição de um livro também permite relê-lo com algum distanciamento e pensar sobre o que foi escrito. Gostaria, então, de aproveitar esta nota à 2ª edição de *O bibliotecário perfeito* para pontuar alguns aspectos que busco discutir nesta obra e que me foram trazidos nas oportunidades que tive de debatê-lo com outros colegas – e a partir do trabalho de releitura e de correção dos originais para a presente publicação.

Começo destacando e interrogando o próprio título: *O bibliotecário perfeito*; uma forma de designar o personagem principal deste livro, Ramiz Galvão. Por que este título e quem nomeou o diretor da Biblioteca Nacional desta forma? Embora saibamos que o trabalho do historiador muitas vezes se alimenta de memórias – e ele também produz memórias (Catroga, 2001) –, convém destacar que o título foi dado não como forma de afirmar a suposta perfeição do trabalho desenvolvido por Ramiz Galvão quando ele exerceu o cargo de bibliotecário da Biblioteca Nacional. Antes, trata-se de pensar que o interessante desta expressão reside justamente no fato de ela se referir a um trabalho de memória produzido em torno deste personagem, e tão bem explorado por ele e por alguns de seus biógrafos. Ramiz Galvão foi alguém muito cioso de sua memória. Sempre que podia – e não foram poucas as vezes em que pôde – ele falava de si. Não de sua vida pessoal, mas de seu trabalho, de suas tarefas como homem das letras e

do saber. Quando instigado a falar de sua trajetória, fornecia pistas preciosas de como gostaria de ser lembrado, tendo sido muito bem-sucedido na construção de sua memória. Dessa forma, o título deste livro remete a uma expressão que nos permite lidar com uma faceta muito importante quando estudamos um personagem como esse, que é justamente o enquadramento de suas memórias.

O trabalho de construção da memória de si ou de alguém é fino e complexo. No caso de Ramiz Galvão, a sua passagem pela Biblioteca Nacional é algo recorrentemente destacado na trajetória desse letrado, como se aquilo que ele desenvolveu estando à frente da BN tivesse sido a sua grande obra. Convém, portanto, perguntar o que Ramiz Galvão teria efetivamente produzido como diretor da Biblioteca Nacional a ponto de ser lembrado fortemente pelas suas atividades na instituição, apesar de ter atuado em outros espaços – e por muito mais tempo. Esta é uma das questões que procuro trabalhar no livro, em diferentes capítulos. Mas, como uma espécie de síntese, podemos dizer que um dos frutos mais importantes de sua passagem pela direção da Biblioteca Nacional foi, a nosso juízo, sintonizá-la a um certo projeto de memória nacional. Um projeto político que não poderia prescindir de instituições como a BN. Um projeto que buscava definir a nação brasileira a partir de um passado comum, uma identidade única, homogênea e nacional. Certamente, a Biblioteca Nacional não estava sozinha neste esforço, pois não são poucos os trabalhos que já evidenciaram o papel de outras instituições brasileiras (no Império e na República) na sustentação de enunciados da história do Brasil pautados em uma visão glorificadora e apaziguadora da história do país.

Para entender a atuação de Ramiz Galvão no interior da BN, duas categorias foram mobilizadas neste trabalho: as noções de “intelectual mediador” e de “mediação cultural”. A interrogação quanto à mediação cultural e os chamados intelectuais mediadores nos conduzem à questão sobre quem denominamos como intelectual. Essa figura comumente nos remete a um “acontecimento fundador” – nas palavras de Christophe

Charle –, amplamente conhecido, e que se tornou uma espécie de certidão de nascimento desse personagem, conferindo a essa categoria toda uma carga de posicionamento na esfera pública. Trata-se do famoso *affaire* Dreyfus. Sobretudo a partir de então, a categoria intelectual foi utilizada de diversas formas e diferentes representações acompanharam aqueles denominados dessa maneira. Como lembra Carlos Altamirano (2013), apesar de não ser um termo unívoco, há um ponto de vista normativo que tenta definir o que é um intelectual e que parece se impor quando a noção é mobilizada.

Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016), na introdução do livro *Intelectuais mediadores* – obra coletiva que reuniu diversos estudos que procuram pensar a categoria de mediação cultural e para a qual eu tive a oportunidade de contribuir justamente com um capítulo sobre Ramiz Galvão –, destacam que falar de intelectuais mediadores sugere, antes de tudo, alguma insatisfação com o uso da categoria intelectual, utilizada, predominantemente, para designar sujeitos (homens, principalmente) encarnados na figura típica dos “grandes autores”, “filósofos”, “grandes pensadores”, “produtores de grandes obras”, “intérpretes do espírito”. A categoria, portanto, sugeriria certo desencantamento dessa figura do intelectual como gênio de uma época e abriria espaço para análises interessadas na ação de homens e mulheres que, por meio de práticas intelectuais diversas, e mobilizando diferentes mídias, alcançavam um público que poderia se restringir a seus pares ou a uma audiência mais ampla.

As categorias de mediação cultural e intelectual mediador me permitiram pensar como, à frente da BN, Ramiz Galvão agiu decisivamente para definir o que era fundamental para a escrita da história no Brasil e para a construção de uma história nacional e de um patrimônio documental. Isso significou pensar um agente reconhecido em seu tempo, ligado àquela que era inegavelmente a instituição por excelência da produção historiográfica brasileira oitocentista (o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB), mas que atuava não só nela e

por meio dela. Aliás, durante um período profícuo de sua vida, influenciou de maneira muito mais efetiva em outro lugar: a Biblioteca Nacional. O intervalo em que foi diretor da instituição significou um processo de definição da Biblioteca Nacional como um local a serviço da intelectualidade e de inserção daquele espaço em um duplo movimento: de tradição e de inovação, pois, ao mesmo tempo em que ele agia para colocar em cena a memória nacional, também dava àquela casa uma funcionalidade, articulando-a à produção do conhecimento histórico.

Acreditamos, assim, que a figura de Ramiz Galvão, em especial no momento em que ele atuou na BN, pode ser um exemplo proveitoso para pensarmos as relações entre intelectuais, instituições e Estado. Nesse sentido, em diálogo com outros trabalhos, apostamos aqui na produtividade de um tipo de análise, especialmente interessante para a história dos intelectuais e a história da historiografia, que se desloque (e deslocamento não significa desconsideração ou abandono) das grandes figuras. Remetendo novamente a Carlos Altamirano (2013), uma análise que se abra a diversas fontes, para além dos textos, e que esteja atenta a outros tipos de intelectuais, às diversas formas de atuação que caracterizam os homens dedicados ao estudo do país (e isso vale, inclusive, para as “grandes figuras”) e atenta também às instituições no interior das quais esses projetos intelectuais, culturais e historiográficos se desenvolviam e ganhavam vida.

O estudo de um personagem como Ramiz Galvão, porém – e daquele momento específico da história da BN –, pode ser interessante, também, por outro aspecto. Isto é, por ajudar a analisar esse espaço e outros similares, bem como seus acervos, a partir de perguntas e olhares outros, capazes de ressignificar as funções dessas instituições, e “colocar defeitos” na memória nacional, para usarmos a feliz expressão de Durval Albuquerque Júnior (2012). Seria possível a Biblioteca Nacional ajudar na construção de enunciados acerca da história do país que sejam mais complexos, menos celebratórios e, portanto, mais apropriados às demandas do presente? Enunciados capazes de colocar em questão certos mitos políticos para os quais a geração de Ramiz

Galvão tanto contribuiu para a sua fabricação? Este livro não responde exatamente a essas perguntas, mas esperamos que esta obra possa instigar o exercício de pensar quais os objetivos e qual o espaço ocupado por certas instituições culturais brasileiras hoje e como esses locais e seus agentes podem lidar com os papéis que lhe foram historicamente atribuídos.

Como forma de terminar esta nota à 2ª edição, que já vai longa, é imprescindível lembrar que este trabalho foi fruto de minha tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) em 2015 – onde tive o privilégio de ser orientada por Angela de Castro Gomes. Escrever uma tese é um exercício muito trabalhoso e tenso. Esta, no entanto, me trouxe alegrias, e eu gostaria de registrar ao menos duas delas aqui. A primeira foi a orientação (e a amizade) de Angela. Quem foi seu aluno, ou teve com ela algum contato, sabe que seu nome é sinônimo de generosidade, qualidade rara e profundamente presente na relação que estabelece com seus orientandos e estudantes. Embora toda a responsabilidade pelos limites e defeitos deste trabalho seja minha, ele não teria sido o mesmo se não fosse o diálogo com Angela. Agradeço a ela, ainda, por ter aceitado escrever o prefácio deste livro, mantido na nova edição. Outra alegria decorrente da tese foi vê-la receber duas menções honrosas: no 5º Prêmio Anpuh de Teses Professor Manoel Luiz Salgado Guimarães (2017) e no 2º Prêmio de Teses Sandra Jatahy Pesavento em História Cultural do GT Nacional de História Cultural da Anpuh (2016). A menção honrosa no Prêmio Manoel Salgado Guimarães tornou possível a primeira edição deste livro, publicada em 2017. Na ocasião, pude contar com o apoio da Fundação Biblioteca Nacional, instituição com a qual tenho uma enorme dívida, a começar pelo fato de que foi a partir de uma bolsa Pnap que a tese que deu origem a esta publicação começou a se delinear. Mas, para além desta pesquisa específica, a BN foi (e continua sendo) central no meu percurso como historiadora. Registro aqui, portanto, meus agradecimentos à

Biblioteca Nacional – que agora viabiliza a 2ª edição de *O bibliotecário perfeito* – e a seus funcionários, que trabalham cotidiana e corajosamente por esta instituição.

Belo Horizonte, junho de 2022.

SUMÁRIO

Prefácio	15
Introdução	21
PARTE I: O “BIBLIOTECÁRIO PERFEITO”	29
As memórias de Ramiz Galvão	31
O bibliotecário perfeito	43
A trajetória do “trabalhador infatigável”	49
Intellectual “subterrâneo”	64
Viver em meio a livros: o diretor da Biblioteca Nacional	73
Tempos de mudança	75
Um público para a biblioteca	92
PARTE II: UM PROJETO DE BIBLIOTECA NACIONAL E DE NAÇÃO BRASILEIRA	107
A viagem ao Velho Continente	109
Viagem, a “escola do homem”	111
A busca por um modelo organizacional para a BN	121
A formação de uma rede de sociabilidade internacional	133
Conhecer o Brasil: os <i>Anais da Biblioteca Nacional</i>	147
A formação dos museus e das bibliotecas nacionais	149
O corpo de funcionários da Biblioteca Nacional	160
Os <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> como estratégia editorial	176
A Biblioteca Nacional e suas relações com outras instituições	195

PARTE III: A FESTA DA HISTÓRIA	215
A presença do passado: a Exposição de História do Brasil	217
Vitrines da ciência e do progresso: as exposições no Brasil e no mundo	220
"Nem tudo é negro na pátria": a inauguração da Exposição de História do Brasil	229
Ramiz como mestre: o <i>Catálogo da Exposição</i>	257
Ramiz Galvão e "um bando de ideias novas"	277
"Um bando de ideias novas"	282
A questão da mulher e a formação católica de Ramiz Galvão	289
O herói, a justiça e a história	295
Abolição, República e educação	301
O historiador do IHGB	311
Sai o Império, entra a República	313
As duas entradas no IHGB	326
Professor e patriota: Ramiz Galvão como modelo de historiador republicano	335
O organizador da bibliografia brasileira	358
Considerações finais	363
Referências	371
Apêndices	403
Apêndice A	403
Apêndice B	407
Apêndice C	420
Índice remissivo	421

Talvez a velhice e o medo me enganem,
mas suspeito que a espécie humana – a
única – está em vias de extinção e que
a Biblioteca perdurará: iluminada, soli-
tária, infinita, perfeitamente imóvel,
armada de volumes preciosos, inútil,
incorruptível, secreta.

BORGES, Jorge Luis. *A Biblioteca de Babel*.

PREFÁCIO

Este livro é fruto de uma tese de doutorado, defendida em 2015, no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas. Eu tive a tarefa e o prazer de ser a orientadora de sua autora, Ana Paula Sampaio Caldeira. A tarefa nunca é pequena, como todo professor universitário que realmente dela se ocupa, sabe muito bem. São horas e horas de leitura e de reflexão, acompanhadas de inúmeras reuniões. Além disso, o orientador também tem dúvidas e nem sempre sabe o que é melhor fazer para aquele orientando, para aquela tese. Para mim, contudo, essa é das tarefas docentes mais gratificantes e enriquecedoras. No caso de Ana Paula, o prazer não foi pequeno. Fui contemplada com um convívio de anos em que pude ensinar e aprender, seguindo suas pesquisas, extremamente cuidadosas e minuciosas. Imaginei, com ela, a montagem da tese e a acompanhei na redação do texto, em escrita clara e objetiva, como deve ser, mas sem aridez, para permitir o prazer da leitura. Glosando o título do livro, Ana Paula foi um tipo de orientanda “perfeita”. Quer dizer, aquele tipo que vai além: quando você pensa que ela está indo, ela já está voltando.

É claro que não quero me gabar demais de meu papel de orientadora (só um pouquinho). Tivemos duas bancas excepcionais na qualificação e na defesa, além de leitores que contribuíram com sugestões e críticas. Ana Paula frequentou muitos eventos onde falou e ouviu, além de ter muitos amigos, que com ela conviveram nesse “tempo de tese”. Como repito sempre: trabalho intelectual é produção coletiva e intelectual só respira e produz em rede. Rede de sociabilidade não é categoria abstrata que só existe em textos acadêmicos. Ela é de fácil “materialização”, podendo ser vivida no dia a dia, com os colegas, os alunos, os professores etc. Portanto, Ana Paula teve muitos colaboradores; mas esta obra foi

escrita por ela, a despeito de todas as dificuldades que enfrentou durante os anos do doutorado.

As qualidades do livro vão ainda ser conhecidas pelos leitores, mas há razões para bons auspícios, já que ele foi premiado duas vezes pela Anpuh. Recebeu menção honrosa no prêmio Sandra Jatahy Pesavento, do GT de História Cultural da Anpuh, e também no prêmio Manoel Luiz Salgado Guimarães, no concurso de teses da Anpuh Nacional. Para mim, já recompensada por ter orientado Ana Paula, estes foram novos prêmios: vê-la reconhecida pela comunidade historiadora com aquele que é seu trabalho de estreia. Não é pouco e é merecido.

Como os prefácios são redigidos por alguém que, por definição, é suspeito pelos laços que possui com o autor, eu não sou uma exceção. Acompanhando as bancas que já examinaram o texto, eu entendo que ele tem muitas qualidades e efetivamente oferece contribuições à historiografia. Em primeiro lugar, quero ressaltar o fato de o livro ser uma pesquisa de história de intelectuais e também de história da historiografia, que escolheu estudar um “autor” que não frequenta as listagens de historiadores e homens de letras mais famosos ou consagrados, tendo, por isso, sido objeto de estudos nas últimas décadas. Ao contrário, o que é um desafio, na medida em que a justificativa para tal escolha não é a da “lacuna historiográfica”: algo é interessante simplesmente porque ninguém ainda lhe deu atenção. Nesses casos há sempre uma dúvida: será que ninguém deu atenção porque não é importante mesmo? As razões precisam ser outras e precisam ser boas.

O livro faz isso, ao acompanhar a trajetória de Benjamin Franklin Ramiz Galvão enquanto diretor de uma das mais importantes instituições culturais do Brasil, desde o século XIX: a Biblioteca Nacional. O ponto é que a Biblioteca Nacional se tornou essa grande instituição “nacional”, exatamente por obra desse homem de letras. Ele a transformou e modernizou, seguindo os modelos internacionais mais avançados de sua época, durante seus 12 anos de gestão, de 1870 a 1882. Quando assumiu o cargo, Ramiz Galvão era incrivelmente jovem (24 anos), principalmente porque a pouca idade significava não ter tido tempo para fazer

contatos e construir alianças políticas. Postos valiosos na burocracia do Estado, imperial ou republicano, são sempre disputados, sendo preenchidos por vários e diferenciados motivos. Nesse exemplo, um dos que pesou foi a proteção do imperador Pedro II; mas havia outros, fundados nos méritos do candidato escolhido. Portanto, temos em mãos um caso de ascensão social em sociedade aristocrática, que evidencia brechas para talentos alicerçados no mérito cultural, o que, evidentemente, não dispensava os relacionamentos políticos, sempre fundamentais.

Quer dizer, o livro recorta como objeto um período da vida desse homem de letras, na medida em que se dedica a acompanhar sua trajetória, como diretor da Biblioteca Nacional. Ao fazer isso, também acompanha a trajetória institucional da BN, demarcando o período em que ela floresceu como “lugar” da cultura nacional. Usando palavras da autora, a Biblioteca Nacional deixa de ser um “depósito de livros” para se tornar “uma casa de estudos sérios e de publicações úteis”. Dessa forma, temos um estudo de trajetórias cruzadas – de um indivíduo e de uma instituição –, já que se evidencia a importância de Ramiz para a vida da BN e da BN para a vida de Ramiz. Se ele chega à instituição jovem e pouco experiente, sai dela menos jovem, mas muito reconhecido e até mesmo consagrado pela criação de uma biblioteca para a nação brasileira.

Certamente, Ramiz Galvão viveu o suficiente para dimensionar a importância que a BN ganhou em sua biografia. Ele mesmo atuou para reforçar esse vínculo; para torná-lo indissolúvel, lembrando e relembando a grandeza de sua atuação, embora com modéstia, como convém aos escritos autorreferenciais. É devido ao mútuo significado desse encontro de trajetórias – construído ao longo do tempo que sucedeu à saída de Ramiz da BN – que a autora trabalha com a categoria de acontecimento biográfico. Ela quer ressaltar como determinados eventos, ocorridos no curso de uma vida, podem se tornar, simbolicamente e *a posteriori*, em momentos-chave de definição do sentido e destino dessa vida. Daí, o bibliotecário perfeito. Daí, também, a biblioteca como instituição central, não só para pensar o processo de construção

da identidade nacional, como também para investigar concepções de história que então circulavam e eram praticadas. Nesse sentido, entendo que o livro traz novas perspectivas ao destacar a importância da BN para o projeto político-cultural nacional e para os debates sobre a escrita da história do Brasil no século XIX. A biblioteca, por meio de suas rotinas e de algumas iniciativas extraordinárias, como a Exposição de História do Brasil, de 1881, surge como *locus* decisivo para a reunião de um acervo, para o trabalho de pesquisa com livros e documentos, e para sua disponibilização a um público, quer de letrados, quer de cidadãos cultos. A exposição era a demonstração desse desejo, consolidado na publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* e do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*.

Como é evidente, o livro se insere no campo de estudos biográficos, que tem se expandido e diversificado, na medida em que são múltiplas e diferenciadas as estratégias de “construção do eu”, além de elas implicarem variadas possibilidades de produzir e arquivar “provas de si”. Por conseguinte, essa é uma investigação que está sempre estabelecendo as relações entre história e memória, e trabalhando com fontes diversificadas, com destaque para os textos biográficos e autobiográficos. O referencial teórico vindo desse campo multidisciplinar é muito presente, sendo mobilizado através de estudos que podemos considerar clássicos e de outros bem recentes. No primeiro caso, contudo, quero destacar que Ana Paula consegue, como poucos, revisitar textos muito conhecidos, tirando deles proveito de forma pedagógica. Leitura fina, que tem grande rendimento por estar bem sintonizada com um conjunto de conceitos vindos do se chama de história de intelectuais.

Ramiz Galvão é um dos integrantes da geração de 1870, heterogênea, produtiva, inovadora e engajada. É como um intelectual imerso em várias redes de sociabilidade – entre as quais a da BN é central – que sua trajetória é acompanhada. Para a autora, Ramiz Galvão é, sobretudo, um “homem de ação”, um intelectual que produz bens culturais predominantemente pela realização de atividades, como a da concepção e gestão de instituições, e a

da organização e edição de publicações. Ele não é autor de um “grande livro” ou tem uma obra literária ou científica, como muitos de sua geração, entre os quais, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Silvio Romero. Entretanto, ele é o “autor” de uma grande obra, em outros parâmetros não menos intelectuais e políticos, pois se tornou um referente organizacional para seus pares; uma liderança reconhecida como garantia de sucesso em empreendimentos culturais. Ele é um tipo de intelectual cujo perfil é marcado pela ênfase em funções de mediação cultural, sem, contudo, deixar de ser um autor no sentido de escrever e publicar textos científicos e pedagógicos, especialmente de história do Brasil.

Esse intelectual foi, sem dúvida, um professor e um historiador – aliás, como diversos de seus contemporâneos famosos, a exemplo de João Ribeiro. Ele lecionou no Colégio Pedro II e foi inspetor de ensino no alvorecer da República, o que evidencia seu trânsito do Império ao novo regime. Seu entusiasmo e crença no valor da educação facilitaram sua reinserção nos quadros da burocracia do Estado republicano. Talvez não seja de estranhar que alguém que ascendeu pela educação e que se fez reconhecer pela educação, quisesse seu progresso e se aplicasse a criticar seus problemas e a sugerir o que lhe parecesse melhor. Ramiz Galvão fez isso e teve, como alunos, desde os filhos da princesa Isabel até pobres moças internadas em um asilo/escola. Como historiador, frequentou os salões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o então poderoso IHGB. Mas, diferindo de outros sócios historiadores, ocupou, por décadas, posição de relevo dentro dessa instituição. Foi seu orador oficial, função que lhe permitia, entre muitas possibilidades, influenciar diretamente o processo de enquadramento da memória dos membros do IHGB. Era ele que produzia os necrológios dos sócios que partiam. Ou seja, era ele que dizia (e fazia dizendo), com autoridade e legitimidade, aquilo que o morto havia falado e feito. Mas não ficava nisso. Ele era, ao lado de Afonso Celso e Max Fleuiss, um dos membros da trindade do Silogeu, o que significava grande influência em todos os assuntos da instituição. Nos dois casos,

é nítido o perfil de um intelectual mediador e de seu poder nas decisões sobre quem entrava no IHGB e sobre como alguém saía do Instituto: com palavras de Ramiz Galvão.

O IHGB, portanto, é uma das instituições mais relevantes em sua história de vida, considerando-se, em especial, o tempo que integrou seus quadros. Seu exemplo é efetivo para demonstrar a importante rede de sociabilidade intelectual, que cobre o período que vai das décadas finais do Império às do início da República. Diretor da BN, Ramiz transita no IHGB e na Academia Brasileira de Letras, um circuito muito frequentado por aqueles que desejavam a consagração – até a imortalidade – como homens de letras e ciências. Nesse sentido, com sua singularidade, esse intelectual é uma entrada rica e proveitosa para o melhor entendimento do mundo político e letrado da virada do século XIX para o XX.

Estou certa de que este livro poderá inspirar outros estudos sobre intelectuais, com destaque àqueles que se tornaram, privilegiadamente, mediadores culturais. Enfim, Ana Paula, com ele, cai na rede dos que estudam história da historiografia e precisam estar atentos aos intelectuais historiadores com suas diferentes faces e estratégias de comunicação.

Angela de Castro Gomes

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2017.

INTRODUÇÃO

Diariamente, dezenas de pessoas visitam o prédio da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Após se identificarem, muitos dos leitores se dirigem à primeira sala, conhecida por todos como “Obras Gerais”, localizada logo na entrada da instituição. Consultam os catálogos, fazem o pedido, escolhem uma mesa e começam a sua leitura. Poucos certamente repararam que presa à porta de entrada daquela seção existe uma placa informando ao visitante que ela tem, na verdade, um nome. Chama-se “sala Ramiz Galvão”. A tabuleta serve como uma homenagem a um enérgico diretor que esteve à frente da Biblioteca Nacional (BN) durante 12 anos. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, mais conhecido no meio intelectual de sua época simplesmente pelo seu sobrenome, foi chamado para administrar aquela casa em 1870 e só saiu de lá em 1882, quando convocado para ser tutor dos netos de dom Pedro II. Antes, porém, promoveu uma série de mudanças que visavam modernizá-la, tornando-a efetivamente um lugar de pesquisa e de investigação.

Embora pouco conhecido se comparado a outros intelectuais da segunda metade do século XIX e início do XX, Galvão foi um personagem bastante atuante em sua época, especialmente por estar ligado a algumas das principais instituições culturais do Império e da República, como o Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a própria BN. Entretanto, sua trajetória é muito pouco conhecida, existindo poucos trabalhos que se debruçaram sobre esse intelectual. Um deles, produzido pelo médico Mauricéa Filho (1972), nos anos 1970, é um estudo biográfico altamente elogioso, que constrói Ramiz como um “homem à frente de seu tempo”. Outro, de autoria de Edson Nery da Fonseca (1963), centrou-se na atuação desse personagem como bibliotecário, reivindicando para ele o lugar de

“patrono” desses profissionais. Sobre essas duas obras, teremos a oportunidade de nos aprofundar mais adiante. Cabe ressaltar o fato de que foram produzidas por estudiosos que tinham mais a intenção de glorificar esse personagem do que propriamente empreender uma análise da sua atuação. Uma exceção nesse sentido é a tese de doutorado de Adriana Clen Macedo (2013), um dos poucos trabalhos integralmente dedicado à figura de Ramiz Galvão, realizados por um historiador, e que traz uma preocupação de caráter historiográfico. Interessada em compreender a concepção de história desse letrado, a autora analisou algumas de suas obras mais importantes, produzidas entre os anos 1860 (portanto, no momento em que ele ainda era um jovem bacharel em Letras formado pelo Colégio Pedro II) até praticamente os anos finais de sua vida, quando, nas décadas de 1920 e 1930, ocupava papel de destaque como orador perpétuo do IHGB.

Sem desconsiderar a importância dos trabalhos citados, mesmo aqueles marcadamente elogiosos, o caminho que decidimos seguir aqui difere dos escolhidos pelos autores mencionados. Assim, o foco de nossa análise será a atuação de Ramiz Galvão como diretor da Biblioteca Nacional. Certamente, em alguns momentos, poderemos extrapolar esse período, o que pode ser explicado pela necessidade de traçar um pouco da biografia desse intelectual, buscando compreender quem ele era antes de ser nomeado para a BN e que posição passou a ocupar depois que saiu dali. No entanto, nosso guia nesse estudo será justamente a Biblioteca Nacional, a nosso ver, um lugar-chave na compreensão da trajetória de Ramiz.

Assim, a nossa escolha foi feita no sentido de centrar as análises em um momento específico da trajetória de Ramiz Galvão como intelectual, ou seja, justamente quando esteve à frente de uma das principais instituições culturais do Império. Esse recorte pode ser justificado tanto pela importância da sua administração para a história daquela biblioteca quanto pelo movimento inverso, isto é, pelo impacto que a passagem pela BN teve em sua trajetória, tornando-se um verdadeiro “acontecimento

biográfico” para Galvão.^[1] Isso porque o período em que dirigiu a BN representou uma época de modernização da instituição e de sua inserção no debate intelectual daquele momento. Foi sob a sua direção que aquela casa reformulou seu funcionamento, constituindo uma rotina de serviço baseada nos modelos das bibliotecas europeias, abrindo-se para o diálogo com outros espaços de saber nacionais e estrangeiros e sendo sede também de diversos empreendimentos intelectuais que a sintonizavam com projetos políticos preocupados em pensar e definir a nação brasileira e em construir uma história nacional. Exemplos disso são a Exposição de História do Brasil, realizada em 1881, e os *Anais da Biblioteca Nacional*, verdadeiros marcos da passagem de Galvão pela BN.

Se a direção de Ramiz trouxe “novos ares” para a Biblioteca Nacional, constituindo-a como um espaço de saber e de pesquisa, ela também representou um momento de inflexão em sua biografia, conferindo a Galvão sua primeira experiência de consagração intelectual. Deste modo, se em 1870 ele era um jovem ainda margeando as redes de sociabilidade dos intelectuais da época, em 1882, quando saiu da instituição, já era efetivamente um homem consagrado e lembrado como aquele que reergueu a principal biblioteca do país, imagem, aliás, que marcou profundamente a sua biografia, como veremos ao longo do livro. A Biblioteca Nacional pode ser entendida, portanto, como um lugar decisivo para a construção da identidade de Ramiz como intelectual.

-
1. A categoria “acontecimento biográfico” é utilizada por Angela de Castro Gomes ao tratar do lugar ocupado pela passagem de João Goulart no Ministério do Trabalho na construção da memória deste presidente. Como se sabe, Jango foi ministro do Trabalho no segundo governo Vargas. Embora tenha sido uma experiência curta, ela foi extremamente marcante, especialmente pelo sentido fundador que ganhou na trajetória daquele político. Assim, a categoria “acontecimento biográfico” parece-nos bastante apropriada para pensar esses momentos de inflexão nas trajetórias individuais. São acontecimentos que muitas vezes marcam a “estreia” do indivíduo numa determinada função, uma mudança de percurso ou até mesmo a conclusão de uma etapa de sua vida (ver Gomes, 2006, p. 31-55).

Assim, este estudo procura privilegiar um intelectual e uma instituição, tendo com isso algumas pretensões que ressaltaremos separadamente, embora as percebamos como conectadas entre si. A primeira delas é compreender um pouco do universo intelectual do último quartel do século XIX a partir de outro ponto de observação. Esse universo ao qual estamos nos referindo englobava homens cujos projetos intelectuais possuíam uma profunda dimensão política, na medida em que estavam voltados para a necessidade de se entender o Brasil, construir a sua história e formular caminhos para o futuro, tomando para si, como intelectuais, um papel fundamental nesse processo. Mas nosso enfoque não será em algum grande e conhecido homem de letras da época, alguém que tenha hoje um lugar consolidado no panteão da historiografia brasileira. Diferentemente, nosso ponto de observação será o de um agente mais “discreto”, mas que igualmente atuou de maneira decisiva no processo de definição do que era fundamental para compor a escrita da história no Brasil e para a construção de uma história nacional. Tomamos aqui o adjetivo discreto não para diminuir a importância e a atuação de Ramiz Galvão. Pelo contrário, pois esperamos mostrar o lugar de destaque em que ele se situava no meio letrado de sua época. Na verdade, optamos por utilizar a palavra “discreto”, pois, no processo de construção de sua memória, Ramiz se tornou um letrado praticamente esquecido, apesar de ter sido um agente muito destacado no contexto em que viveu, empreendendo tarefas de edição e de organização, o que significa dizer que não foi efetivamente um autor de livros e de “grandes obras”, mas um intelectual que se pode entender como mediador cultural. Isso nos leva à segunda pretensão de nosso trabalho, que é justamente pensar a atuação de um mediador cultural como Ramiz Galvão nesse ambiente letrado de fins do Oitocentos. Essa noção, formulada por Jean-François Sirinelli (1998) e largamente utilizada por muitos outros historiadores, com os quais procuramos dialogar ao longo do trabalho, nos pareceu bastante operacional para pensarmos um agente como ele, especialmente no que se refere ao tipo de ação que empreendeu enquanto diretor da BN. Essa categoria,

aliás, nos permitiu estabelecer essa junção entre um personagem e uma instituição cultural, pois, embora Ramiz, mesmo como diretor da BN, tenha se dedicado a trabalhos de “criação”, como artigos e livros, sua atuação predominante e fundamental foi de outra ordem: formando e organizando arquivos, divulgando e editando documentos, atuando na pedagogia cívica de uma exposição e na tarefa de reformular uma instituição, transformando-a num dos lugares, por excelência, de produção de uma memória nacional.^[2] Desta forma, foi naquele espaço que atuou como intelectual e historiador no final do século XIX. Portanto, acreditamos que este estudo de caso pode ser bastante elucidativo para compormos um painel mais complexo do universo letrado naquele período e das diversas práticas a partir das quais aqueles homens lidavam com a questão da construção de uma história nacional e da própria nação brasileira.

Nesse sentido, a própria categoria de mediador cultural nos remete para uma história intelectual que, sem desconsiderar a importância dos estudos que procuram fazer uma espécie de exegese das obras de um autor, está mais preocupada em compreender esses intelectuais e suas obras baseada nas redes de sociabilidade em que estão inseridos. Isso significa a necessidade de explorar as dinâmicas relacionais, as trajetórias e as sensibilidades que marcam esse “estreito mundo” da intelectualidade. Isso nos leva, portanto, à nossa terceira pretensão com este trabalho, na medida em que o repertório conceitual sugerido por essa abordagem de história intelectual nos permite o exercício de dar sentido à trajetória de um personagem, também nos remete a pensar uma velha, mas fundamental questão para o historiador: a relação entre indivíduo e sociedade. Nesse aspecto,

-
2. Para uma discussão mais aprofundada da noção de intelectual mediador, ver o livro *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*, organizado por Hansen e Gomes (2016). Nesta obra, diversos autores constroem suas análises a partir das possibilidades abertas pela categoria para a compreensão de trajetórias, instituições e projetos políticos e culturais distintos. A introdução das organizadoras traz uma discussão aprofundada da abertura trazida pelos estudos dos intelectuais “mediadores” para a história dos intelectuais.

a proposta de análise que as categorias sugeridas por Sirinelli, associadas às de outros autores com os quais estamos lidando, possibilitam que nos distanciemos dos esquemas estruturalistas, que tendem a entender o indivíduo como essencialmente preso às estruturas sociais e às forças do campo em que está imerso.^[3] O que queremos aqui é acompanhar Ramiz como um agente plenamente capaz de fazer escolhas e de atuar com margens de liberdade, ainda que limitadas, nos espaços pelos quais passou. Galvão é certamente um personagem interessante para se pensar a relação que perpassa instituições, intelectuais e o Estado Nacional brasileiro na formulação de diversos projetos de país, projetos estes que muitas vezes concorriam entre si. Contudo, nessa relação, procuramos compreendê-lo não como alguém que se encontra amarrado às estruturas sociais, e sim como alguém capaz de analisar o campo de forças em que se encontra, de produzir diagnósticos e, portanto, de mobilizar as armas disponíveis para levar a cabo seus objetivos. Assim, nossa análise está preocupada com sua atuação; com as redes nas quais agia e com o seu lugar nelas (considerando que esse lugar não é, de forma alguma, fixo, mas depende, inclusive, da posição ocupada por outros agentes); com os grupos com os quais se relacionava e as práticas de mediação com as quais estava envolvido. Essa escolha teórico-metodológica nos pareceu a mais profícua para compreender um intelectual com suas características e com uma atuação que perpassou regimes políticos diferentes, nos quais, a partir de suas relações, foi alçando postos que lhe permitiram realizar aquilo que entendia ser seu papel como intelectual.

Tendo em vista essas escolhas e objetivos, dividimos o livro em três partes. Na primeira delas, intitulada “O bibliotecário perfeito”, inserimos Ramiz no ambiente que aqui nos interessa:

-
3. Retomaremos essa questão mais adiante, ao nos referirmos à construção da memória de Ramiz Galvão e ao trabalharmos o conceito de ilusão biográfica nos moldes como foi pensado por Pierre Bourdieu e, em seguida, criticado por Yves Clot.

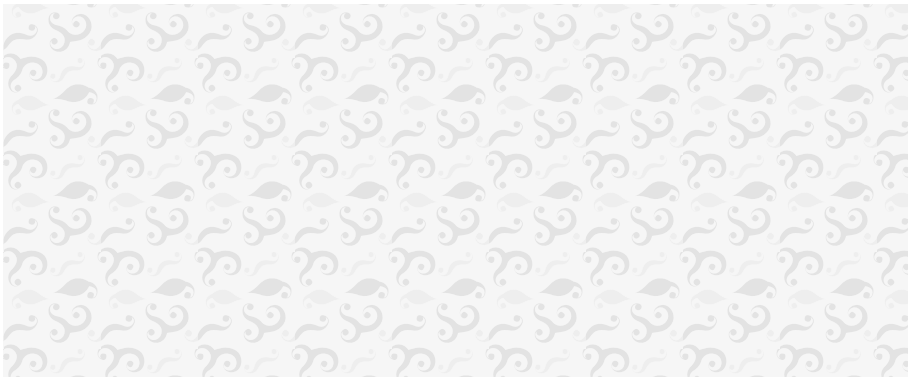
a Biblioteca Nacional. Primeiramente, tomaremos o processo de construção memorial de Ramiz Galvão como objeto de análise para não só traçar um pouco da biografia desse personagem, como também ressaltar a importância da passagem pela Biblioteca Nacional em sua biografia. O capítulo seguinte é, efetivamente, dedicado ao trabalho de Ramiz Galvão na direção da instituição. Assim, analisaremos as mudanças estabelecidas no funcionamento da biblioteca que fizeram parte do esforço da nova administração em compor uma rotina de serviços para a BN.

A segunda parte é dedicada à análise do projeto de biblioteca formulado por Ramiz Galvão, buscando associá-lo a um projeto de nação brasileira. Também dividida em dois capítulos, o primeiro é centrado, especificamente, no estudo da viagem que ele fez à Europa com o objetivo de estudar o funcionamento das instituições estrangeiras (buscando um modelo para a BN) e de coletar documentos referentes à história do Brasil. Em seguida, nossa análise será centrada naquele que consideramos ser o carro-chefe dos projetos de Ramiz Galvão: os *Anais da Biblioteca Nacional*. Acreditamos que esse periódico é exemplar daquilo que este intelectual queria para a BN: torná-la um espaço produtor de conhecimento histórico.

Por fim, na terceira parte, intitulada “A festa da história”, nosso foco será o Ramiz editor e historiador. Esse será o momento de analisar a maneira como esse intelectual lidava com o conhecimento histórico. Para isso, vamos nos centrar no seu esforço de organização da Exposição de História do Brasil e do seu catálogo, considerado por muitos historiadores e bibliotecários, ainda hoje, uma obra de referência no que concerne ao levantamento de fontes sobre a história pátria. No capítulo seguinte, buscaremos inserir nosso personagem no “bando de ideias novas” que caracterizou a sua geração. Já tendo conhecido o trabalho realizado por ele na Biblioteca Nacional, nosso intuito é compreender qual o seu posicionamento em relação às principais questões políticas, historiográficas e morais que mobilizavam os intelectuais de seu tempo. Por fim, encerraremos nossa análise retomando o tema da memória de Galvão, mas, dessa vez, nosso olhar se volta para

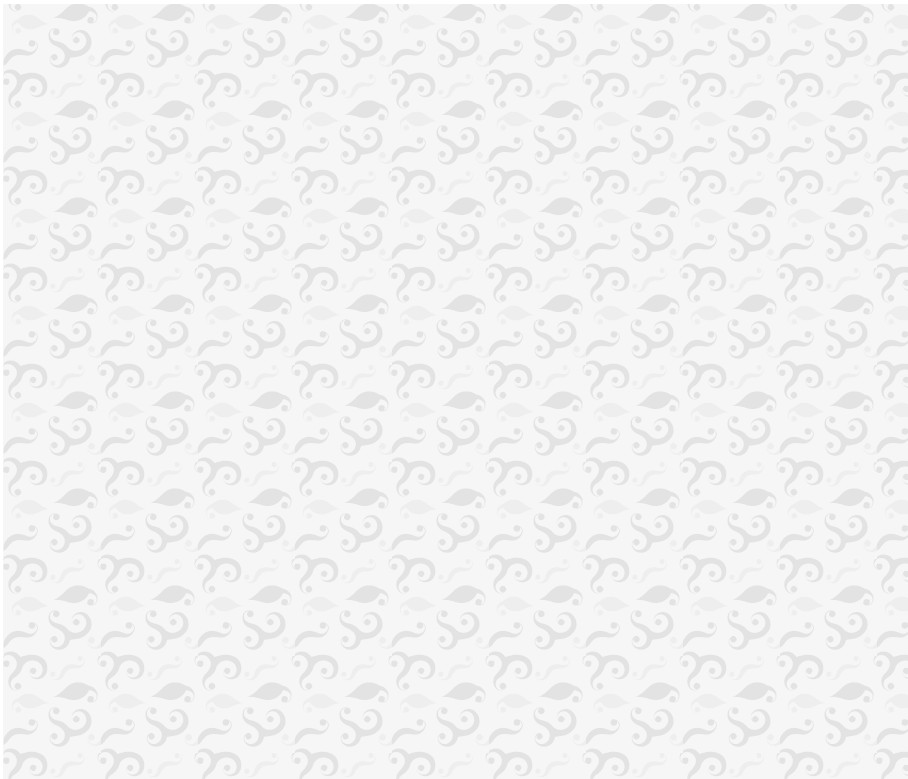
o IHGB, espaço em que atuou por muitas décadas e que fez de Ramiz um modelo de historiador erudito.

Para nosso trabalho, utilizamos uma tipologia muito variada de fontes, englobando documentos relativos ao cotidiano administrativo da Biblioteca Nacional (ofícios, livros de conta e pagamento, estatísticas e atas, por exemplo), presentes nos arquivos dessa instituição e também no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Mas lançamos mão ainda de cartas pessoais e das próprias obras de Ramiz Galvão, entendendo “obra” num sentido bastante amplo, isto é, considerando a ampla produção desse intelectual, em especial, a edição dos *Anais da Biblioteca Nacional*, o plano da exposição de 1881 e seus catálogos, relatórios enviados ao Ministério do Império, artigos etc. Como trabalhamos com a questão da construção da memória de Ramiz em dois capítulos desse livro, selecionamos documentos que pudessem nos ajudar a pensar o processo de “enquadramento” de sua memória, tais como jornais, correspondência e discursos produzidos pelo próprio Galvão e pelos seus pares no IHGB e na ABL. Nas citações das fontes de época, procuramos atualizar a grafia das palavras, de maneira que o texto ganhasse maior fluência. Esperamos que, ao final da leitura deste livro, fique claro para o leitor que o projeto de biblioteca formulado por Ramiz inseria-se, na verdade, num projeto maior, que mobilizava o Estado, intelectuais e instituições e que, em última instância, voltava-se para a tarefa de construir a própria nação brasileira. Foi justamente a partir de práticas específicas e assumindo um lugar de destaque numa das principais instituições culturais da época que Ramiz pôde mobilizar diversos saberes para modernizar a Biblioteca Nacional, buscando inserir o país naquilo que era considerado em seu tempo o “concerto das nações civilizadas”.



Parte I

O “bibliotecário perfeito”





[ANTIGO prédio da Biblioteca Nacional à Rua do Passeio]. [S.l.: s.n.], [1916?]. 1 foto, p&b, 12 x 16 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon677222/icon677222.jpg.

AS MEMÓRIAS DE RAMIZ GALVÃO

Varão eminente, trabalhador dos mais perseverantes na seara das letras eruditas [...], a sua figura nobre e calma pertence às tradições do Instituto, integrada nas suas glórias autênticas, incontestáveis e preciosas. Pedro Calmon^[1]

Doutor noviço, começaste logo vossa faina, noviciado de educador, ensinando em 69 e 70, Grego e Retórica no Pedro II. Daí vos tomaram para vos dar a cidade dos livros, onde o jovem humanista se iria revelar homem de ação, organizador, administrador [...]. Afrânio Peixoto^[2]

Rua Araújo Gandim, 24, Leme. Foi neste endereço que, numa manhã de março de 1935, Francisco Galvão, jornalista da *Revista da Semana*, foi encontrar seu entrevistado para a coluna “Em palestra com os imortais”. Abriu-lhe a porta um homem já idoso, mas que teimava em guardar uma expressão forte e a comum “fisionomia daqueles que nasceram nos pampas”, apesar de seus 88 anos. O repórter encontrava-se diante de Ramiz Galvão, antigo preceptor dos príncipes imperiais, ex-diretor da Biblioteca Nacional (BN), membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL). Ao ser interrompido em meio a seus afazeres diários, Ramiz teria atendido ao entrevistador e aproveitado para direcionar o tom da conversa, advertindo não conhecer “melhor tônico que o

1. Palavras [...], 1946a.

2. Sessão [...], 1922.

trabalho, a que se encontra[va] afeito *desde os seis anos, quando começou a entrar em obrigações com os livros*” (Galvão, 1935, p. 28, grifos nossos).

Começando com esta frase a entrevista, Ramiz fazia referência a um conhecido episódio de sua vida. Uma anedota que ele mesmo teve a oportunidade de contar algumas vezes em eventos em sua homenagem. Tratava-se da seguinte história que, segundo ele, resumia toda a sua biografia:

Há, no decurso desta vida, [...] um episódio infantil que ousou dizer ao vosso conhecimento. Quando menino de seis anos incompletos, cheguei em 1852, vindo da minha terra gaúcha, querendo mandar uma lembrança a meu padrinho de batismo, José de Sá Brito Veloso, fiz-me daguerreotipar (era processo da época); pois bem, tirei o meu retrato de atarracado garoto com um livro debaixo do braço. Essa prova fui encontrar em 1885, trinta e três anos depois, quando tive a oportunidade de rever o torrão natal no chamado *Passo do Couto*, e de beijar a mão do honradíssimo *guasca*, que amparara os dias da minha orfandade. Ele me [sic] restituiu, mas dela infelizmente já não existe sombra, porque os anos apagaram totalmente a imagem. É pena, porque aquele *livro* traduzia o horóscopo da minha vida (Homenagem [...], 1936, grifo no original).

Iniciamos nosso texto utilizando a descrição feita pelo jornalista da *Revista da Semana* de seu encontro com o acadêmico destacando a pequena e curiosa história do daguerreótipo.^[3] Ela foi tantas vezes contada por Ramiz e recontada por seus pares que se constitui como um episódio que nos parece bastante interessante para pensarmos algumas questões que buscaremos explorar ao longo de todo trabalho. Na verdade, essas interrogações podem ser resumidas em dois pontos essenciais e que se

.....
3. Conforme o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2007), o daguerreótipo é um “antigo aparelho fotográfico inventado por Daguerre (1787-1851), físico e pintor francês, que fixava as imagens obtidas na câmara escura numa folha de prata sobre uma placa de cobre”.

encontram imbricados: o primeiro diz respeito às relações entre história e memória, duas noções que, apesar das suas diferenças, compõem-se da mesma matéria-prima: o passado. Já o segundo refere-se ao estudo de um personagem específico pelo historiador. Convém nos determos um pouco em cada um deles.



SESSÃO SOLENNE do Instituto Historico e Geographico [...]. *Revista da Semana*, n. 46, anno XXXIII, 29 de outubro de 1932. p. 25. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_03&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=6342.

Quando nos referimos à memória, pensamos na lembrança de uma experiência vivida, no passado sacralizado, comemorado e envolto em sentimentos diversos, ao passo que, quando nos remetemos à história, falamos de um exercício crítico, elaborado por meio de procedimentos específicos que caracterizam o ofício do historiador (o trabalho com fontes, as citações, a pesquisa, por exemplo) e que busca conhecer um tempo que passou. Foi dessa maneira que certa tradição compreendeu e separou o trabalho de construção da memória do trabalho historiográfico, buscando

ressaltar as diferenças entre eles.^[4] Marie-Claire Lavabre (2001), ao abordar a noção de memória, faz uma importante diferenciação entre a memória comum (identificada com o que um indivíduo viveu direta ou indiretamente, ou seja, suas lembranças do passado); a memória coletiva (termo marcante nos estudos desenvolvidos por Maurice Halbwachs e que remete a lembranças partilhadas coletivamente, embora não se esgote nessa definição) e a memória histórica. Esta última noção está associada às seleções e representações compartilhadas de um passado ou, se quisermos utilizar uma expressão bastante corrente atualmente, aos “usos do passado” feitos pelos indivíduos, grupos sociais, partidos políticos, nações e Estados, de forma nem sempre instrumental. Neste caso, a história (entendida como passado) se transforma em matéria-prima da memória e o passado é apropriado não para fins de conhecimento científico, mas para construir e legitimar projetos políticos e identidades sociais. No entanto, num movimento de mão dupla, a memória histórica pode vir a ser objeto da própria história (conhecimento), na medida em que, atualmente, os historiadores têm se debruçado sobre as diversas apropriações do passado feitas por instituições e atores sociais.

Mas a história do daguerreótipo nos remete também a um segundo ponto, inseparável do primeiro, pois se refere basicamente ao trabalho do historiador que lida com um agente histórico específico e que, para conhecê-lo, necessita analisar não só os discursos que foram produzidos sobre aquele personagem por seus contemporâneos e biógrafos, mas também os chamados documentos autorreferenciais. Esses textos são particularmente interessantes, pois, além de, neles, o sujeito falar de si mesmo

.....

4. Referimo-nos aqui, especialmente, aos trabalhos de Maurice Halbwachs, sociólogo dedicado ao estudo da memória coletiva. Diferentemente dele, autores como Fernando Catroga (2009) têm buscado em seus estudos compreender as conexões entre memória e escrita da história, ressaltando como certas características geralmente atribuídas ao trabalho da memória – seleção, finalismo, presentismo, verossimilhança, representação – estão também no trabalho historiográfico.

e se remeter ao passado para fazer um balanço de sua vida em determinado momento, também nos trazem episódios que podem ser considerados como autênticos “acontecimentos biográficos”. Isto é, como referências ou momentos de inflexão na trajetória de um indivíduo que parecem definir ou mesmo mudar o curso de sua biografia. Quando esse agente histórico específico com o qual lida o historiador é um homem cuja trajetória está intimamente ligada ao ensino e ao saber (como é o caso de Ramiz Galvão), os documentos autorreferenciais nos ajudam a traçar não só o próprio entendimento que aquele indivíduo tem de seu percurso nos espaços por onde passou (compreensão que pode variar ao longo do tempo, das circunstâncias e do lugar ocupado pelo intelectual nos espaços em que está envolvido) como também nos permitem perceber sua preocupação em construir uma imagem de si, ressaltando aspectos de sua biografia que muitas vezes localizamos como uma presença constante nas falas de seus pares.

Diante do jornalista que o entrevistava ou nos discursos que pronunciava no IHGB, Ramiz Galvão fazia um fino trabalho de memória ao voltar no tempo e escolher, entre várias histórias de seu passado, aquela que deveria ser emblemática para caracterizá-lo tal como queria ser lembrado: como um intelectual, um homem de letras. Para isso, não por acaso, recorreu a um episódio ocorrido ainda nos anos iniciais de sua vida. Ao jornalista, ele destacou que as “obrigações” eram o que lhe davam vigor. Entretanto, não se tratava de qualquer tipo de obrigação, mas sim daquela que se fazia em meio aos livros. Com eles, iniciou uma relação ainda muito cedo, aos 6 anos de idade, quando se deixou “daguerreotipar” com um exemplar embaixo do braço. A escolha dessa passagem, em meio a tantas outras que certamente deveriam existir, não era gratuita. Lembrada por um homem que, aos 88 anos, buscava dar significado a seu passado, ela revelava ainda o desejo de Ramiz de ser visto como alguém que devotou sua vida aos estudos e ao saber, desde a infância.

Referimo-nos a Ramiz Galvão como um intelectual, pois acreditamos que essa categoria, tal como é trabalhada por Jean

François Sirinelli, pode ser bastante operacional para pensarmos um agente como ele, embora saibamos que não existia, no final do século XIX e início do XX, um campo intelectual estabelecido no Brasil. Entendendo os intelectuais não apenas como uma categoria socioprofissional, como fazem alguns sociólogos, mas principalmente como um “homem do cultural”, pertencente a um “grupo de contornos vagos”, “um pequeno mundo estreito” nos quais os itinerários se cruzam e as redes de sociabilidades vão se formando em torno de projetos editoriais e instituições. Assim, Sirinelli (2003a; 2003b; 1998; 1986) chama a atenção para a necessidade de se levar em conta, no estudo desses agentes, os itinerários, as gerações e as sociabilidades, o que pressupõe considerar esses homens imersos em relações sociais pautadas não só em estratégias racionalmente definidas, mas também em sentimentos de afetividade e afinidade. No interior dessas redes, os intelectuais vão criando uma imagem de si mesmos, muitas vezes corroboradas e propagadas por seus pares, outras vezes nem tanto, e elaboram a forma como gostariam de ser lembrados, ao mesmo tempo em que dão sentido às suas trajetórias.

Em um conhecido artigo publicado ainda nos anos 1980, no qual discute algumas questões envolvendo o trabalho biográfico, Pierre Bourdieu chama de “ilusão biográfica” ao processo de transformar a existência individual de alguém em uma *história de vida*. De acordo com o sociólogo:

É exatamente o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas [...], seus ardis, até mesmo suas emboscadas [...], ou como um encaminhamento, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional [...], que tem um começo (“uma estreia na vida”), etapas, e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade [...], um fim da história (Bourdieu, 2002, p. 185).

O significado do uso do substantivo *ilusão* por Pierre Bourdieu não deve ser desconsiderado. Ele quer chamar a atenção para o fato de que o processo de construção das biografias e autobiografias (portanto da história de vida de um personagem) é um exercício retórico, capaz de transformar uma realidade singular, descontínua e formada por elementos justapostos e contingentes (que caracterizam a trajetória de qualquer pessoa) em uma existência coerente, linear e até previsível e dotada de um sentido. A crítica de Bourdieu incide, especialmente, nessa maneira teleológica de compreender a história de um indivíduo ou grupo, na medida em que a vida de um personagem é ordenada retrospectivamente. É isso que faz um indivíduo quando conta a sua própria trajetória: sabendo, de antemão, como tudo terminou, torna-se possível voltar no tempo e narrar o passado, dando-lhe direção, até culminar num determinado “fim”. Nesse mesmo trabalho retórico são estabelecidas a “estreia” e as sucessivas “etapas” da vida. Esse encadeamento lógico, alerta o sociólogo, nada mais é que uma “ilusão”. Primeiramente, porque os homens, ao longo de suas vidas, ocupam, muitas vezes simultaneamente, diversas posições; constroem inúmeras relações com outros sujeitos; mudam frequentemente seu lugar nas redes de sociabilidade de que fazem parte. Deste modo, qualquer sentido único e previsível dado a uma vida é ilusório, pois, para cada indivíduo, existem várias histórias de vida possíveis, dependendo do ponto de vista e do momento de sua construção. Em segundo lugar, trata-se de uma “ilusão”, pois aceitar esse encaminhamento lógico é acreditar no controle que um indivíduo poderia ter sobre sua trajetória. Segundo Bourdieu, as ações, os comportamentos, as escolhas ou as aspirações individuais não derivam de cálculos e planejamentos, mas são produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e os estímulos de uma conjuntura. O que pensamos, sentimos e fazemos não advém de nossa vontade individual ou de cálculos racionalmente estabelecidos por um indivíduo, mas sim de esquemas inconscientes e profundamente internalizados em

cada um de nós, associados às relações sociais nas quais todo indivíduo está inserido.^[5]

Fazendo uso da expressão utilizada por Bourdieu, poderíamos dizer que Ramiz Galvão, ao iniciar a conversa com seu entrevistador, tornava-se um “ideólogo de sua própria vida”, na medida em que nela selecionou um evento significativo, capaz de condensar todo o sentido que buscava dar à sua trajetória. Ele organizou seu passado, retornou à infância e percebeu, na história do daguerreótipo, a “estreia” daquilo que ele se tornou: um homem de letras. Ramiz Galvão, quando foi convidado a falar de sua vida, certamente a contou de forma ordenada, linear, estabelecendo um início, um caminho e um fim. Elegeu, sobretudo, momentos que desejava que guardassem o sentido da sua vida. Poderíamos, assim, perceber o caso de Galvão como um exemplo clássico da “ilusão biográfica”, tal como a propõe Bourdieu. Talvez fosse possível, ainda, considerar que seus biógrafos e pares, ao incorporarem em seus discursos os sentidos previamente construídos por Ramiz, tenham sido “iludidos” pela linearidade, pela coerência e pela retórica daquele intelectual, ajudando a fortalecer o sentido de unidade de uma vida. Por outro lado, é necessário considerar também que essas relações se retroalimentam, o que significa dizer que o próprio Ramiz poderia incorporar em seus discursos aquilo que as pessoas de seu círculo diziam a respeito dele mesmo. Certamente essa é uma questão importante e sobre a qual nos deteremos mais adiante. No entanto, inicialmente, as questões que propomos são: seria mera “ilusão biográfica” essa direção dada por Ramiz à sua vida? Será a categoria “ilusão” a mais apropriada para pensar esses encadeamentos estabelecidos nos discursos de um indivíduo como Galvão? Se esse direcionamento é ilusório, o que seria o “real”?

.....

5. É importante ressaltar que trabalhamos aqui com um texto escrito por Bourdieu na década de 1980. Em livros e artigos posteriores, o autor pôde repensar e dar novos contornos a categorias como *habitus* e também à própria questão referente à liberdade de ação e escolha dos indivíduos.

Yves Clot (1989), em um pequeno artigo no qual dialoga com o texto citado de Bourdieu, nos ajuda a complexificar a questão sem, no entanto, deixar de lado as considerações e os elementos destacados pelo seu interlocutor. Embora Clot concorde com o sociólogo no que se refere à importância de se atentar para as relações sociais e as redes nas quais um indivíduo está inserido para entender a sua trajetória, chama a atenção para a necessidade de se compreender e valorizar as elaborações que os sujeitos fazem da sua própria vida. Dialogando com o texto de Bourdieu, esse autor se refere a uma “outra ilusão biográfica”, que seria, para ele, a ilusão do objetivismo, em que Bourdieu incorreria.

A questão do objetivismo e do subjetivismo, segundo Clot (1989), sempre teve um lugar de relevo no campo das ciências humanas. Isso vale especialmente quando se trata de discutir o método biográfico, na medida em que o trabalho de construção de biografias sempre traz à tona a necessidade de reflexão sobre as relações entre indivíduo e sociedade. Isto é, entre as estruturas sociais e a capacidade individual de agir no interior dessas estruturas.^[6] A partir de fins dos anos 1970 e durante os anos 1980, o gênero biográfico (ou a biografia como método) voltou a ocupar um lugar de destaque entre os historiadores, sobretudo pela possibilidade que este gênero propicia para pensar as experiências individuais. Nesse sentido, a ideia de “experiência” ganhou relevância na produção historiográfica do período, pois servia de contraponto a determinados conceitos totalizantes que caracterizaram fortemente a história social dos anos 1950 e 1960, como “mentalidades”, “classe social” etc. Na medida em que houve um deslocamento de olhar das massas anônimas para

.....

6. Em seu artigo intitulado “A biografia como problema”, Sabina Loriga (1998) destaca que as relações entre indivíduo e sociedade já se constituíam como uma questão entre os autores que, a partir de diferentes visões, se interessaram em escrever e refletir sobre o método biográfico, ainda no século XIX. Sendo assim, ela destaca o modelo do herói, de Carlyle, do homem patológico, de Burckhardt e do homem-partícula, de Tayne, cada um deles correspondendo a uma forma específica de se pensar as relações entre um indivíduo e as estruturas sociais.

as práticas e o modo como os indivíduos agiam no mundo (a partir de estratégias, táticas e reelaborações), a biografia foi se consolidando como um método interessante e importante para o historiador repensar as relações entre indivíduo e sociedade.

É nesse momento do “retorno do indivíduo” e de “redescoberta da biografia”^[7] que o texto de Bourdieu se insere, bem como a resposta formulada por Yves Clot.^[8] Para esse autor, Bourdieu é movido em seu trabalho pela oposição entre objetivismo e subjetivismo e, mais ainda, pela tentativa de se distanciar do subjetivismo e tentar postular e compreender os processos sociais apenas objetivamente. Clot ainda atenta para duas questões importantes e que nos parecem fundamentais para o problema que buscamos discutir em nosso trabalho. Uma delas é considerar que a crítica

-
7. As noções de “redescoberta da biografia” e “retorno do indivíduo”, embora comumente utilizadas, são objeto de muitas críticas por parte dos historiadores. No primeiro caso, destaca-se que o gênero biográfico jamais desapareceu. É o que se pode constatar a partir das diversas biografias que foram escritas por historiadores e não historiadores ao longo do século XX. Para ficarmos somente no campo da historiografia francesa, basta mencionar as obras de Lucien Febvre, um dos pais fundadores dos *Annales*, sobre Lutero e Rabellais. Assim, não seria possível falarmos propriamente de um retorno da biografia, embora a renovação historiográfica, a partir da década de 1970, tenha reabilitado o gênero entre os historiadores. Essa reabilitação vem acompanhada também de uma nova leitura do social, concebida menos como uma estrutura previamente dada e mais como sinônimo de redes, cujas teias são construídas a partir da ação dos indivíduos. Embora o indivíduo nunca tenha propriamente saído da história, a ideia de seu retorno procura marcar uma abordagem que busca se diferenciar da história social francesa por sua preocupação com a experiência individual e com a capacidade de agenciamento dos atores históricos.
 8. Sabina Loriga (1998) lembra que a redescoberta da biografia não aconteceu sem que historiadores e sociólogos manifestassem alguma suspeita em relação a esse movimento. Um dos primeiros a se manifestar foi Jacques Le Goff, que temia o retorno a uma história cronológica e um distanciamento em relação à história-problema, tão apregoada pelos *Annales*. Para este historiador, era preciso cuidado para que “o retorno da biografia” não significasse a volta ao texto biográfico tradicional, incapaz, segundo ele, de mostrar a significação histórica de uma vida individual. Ainda de acordo com Sabina Loriga, as considerações de Bourdieu a respeito do método biográfico presentes no artigo “A ilusão biográfica”, também podem ser entendidas como uma crítica severa, vinda da sociologia, a este movimento de reabilitação do método biográfico nas ciências sociais.

ao subjetivismo formulada por Bourdieu fica comprometida ao rechaçar a subjetividade e vê-la como algo ilusório em relação a um suposto “real”. Considerar que um sujeito possa ser explicado fundamentalmente ou tão somente pela ação das forças de um ou dos vários campos em que age é anular esse mesmo sujeito. Clot não nega a necessidade de se pensar a noção do campo em que cada indivíduo atua, mas ressalta o fato de os homens agirem com uma margem de liberdade e de fazerem escolhas. Nesse sentido, eles podem avaliar as possibilidades dadas por esse campo em que estão inseridos, que são, assim, campos de possibilidade. A outra questão trazida pelo autor, ainda referente ao problema da objetividade/subjetividade, diz respeito à elaboração memorialística feita pelos sujeitos históricos. Para Clot, o fato de serem elaboradas subjetivamente e de maneira a fornecer um sentido e direção a uma trajetória não significa que sejam “ilusórias”. Primeiramente, porque toda elaboração *a posteriori* é, por si só, organizadora: como todo exercício memorialístico, o passado é organizado em função de um projeto futuro, mais ou menos conscientemente (Catroga, 2001). Em segundo lugar, porque são elaborações atribuídas pelos sujeitos à sua própria história. Portanto, referências interessantes para o historiador pensar o trabalho delicado de construção e fixação de uma trajetória, na medida em que, ao fazer isso, o indivíduo precisa avaliar o seu campo de possibilidades, além de fazer escolhas para dar forma e direção a uma existência singular.

Desse ponto de vista, podemos afirmar que a elaboração que Ramiz fez de sua própria vida foi muito bem-sucedida, como buscaremos mostrar, especialmente ao longo deste capítulo. Por ora, as epígrafes que abrem este primeiro capítulo nos ajudam a compreender a força das palavras de Galvão. Enquanto, para Pedro Calmon (Palavras [...], 1946), Ramiz é caracterizado como um trabalhador das letras, Afrânio Peixoto (Sessão [...], 1922) o associa diretamente à Biblioteca Nacional (chamada de “cidade dos livros”), entendendo-o como educador, organizador e administrador, que atuou como um “homem de ação” naquela instituição. Cabe ressaltar que esses dois discursos foram feitos em

1946 e em 1922, respectivamente, portanto, num momento em que Galvão já tinha bastante idade ou, no caso do discurso de Calmon, havia falecido há oito anos. São, dessa forma, imagens construídas quando sua memória tinha passado por um processo de enquadramento,^[9] havendo, assim, certo consenso dentro do IHGB em perceber seu consócio de forma acabada (ou, “como coisa”, no dizer de Michel Pollak): como um homem erudito, incansavelmente devotado aos estudos e ao ensino. Convém acrescentar que essa imagem também foi produzida e reverberou em diversos periódicos, sendo possível encontrar outras entrevistas e matérias que a reafirmam.

Certamente, a construção de Ramiz como um trabalhador das letras não foi um esforço só de seus pares, amigos e da imprensa, mas contou com a intensa contribuição do próprio Ramiz Galvão, que, em diversas ocasiões, especialmente nas cerimônias do Instituto Histórico ou em entrevistas dadas aos jornais e revistas da época, não perdia a oportunidade de representar-se como queria ser visto naquele presente e, principalmente, no futuro. Sua atuação na construção memorialística de sua trajetória foi decisiva, pois ele não só indicava alguns eventos fundamentais de sua biografia, como também via suas histórias serem reproduzidas e, assim, consolidadas, nos discursos de seus pares. O que queremos dizer é que, ao longo de sua vida, em certos espaços e momentos preferenciais, a trajetória de Ramiz Galvão foi significada por ele mesmo, por seus contemporâneos e pelos seus biógrafos que, por meio de *gestos verbais*,^[10] forjavam uma determinada imagem, selecionando acontecimentos, construindo

.....

9. A noção de “enquadramento da memória” é utilizada por Michel Pollak (1989; 1992) quando se refere ao esforço empreendido no sentido de interpretar o passado e controlar uma determinada versão acerca dele. No caso de Ramiz Galvão, seu passado foi interpretado por pessoas autorizadas (e por ele mesmo) que produziram um discurso igualmente autorizado e com grande poder de difusão.

10. A categoria “gesto verbal” remete à obra do historiador da Arte André Jolles, mas serviu de referência para os estudos de história oral feitos por Verena Alberti (2004), bem como para as análises de Rebeca Gontijo (2007) sobre o historiador Capistrano de Abreu.

sentidos e coerências, recuperando eventos e atribuindo àquele acadêmico características de um tipo de grande intelectual. Esses episódios e características de sua personalidade aparecem constantemente nas histórias contadas por e sobre Galvão. Eles fixam uma memória, conferem equilíbrio à vida de um indivíduo e se tornam, nas palavras de Verena Alberti, unidades indivisíveis e indissociáveis do personagem. Nesse processo, que não pode ser tomado como linear, sua memória foi sendo edificada e enquadrada a partir da atuação de diversos agentes e instituições ao longo do tempo.

O bibliotecário perfeito

No dia 25 de julho de 1882, alguns dos jornais mais importantes da corte, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*, noticiavam a saída de Ramiz Galvão do cargo de diretor da Biblioteca Nacional. De acordo com a *Gazeta*, no dia anterior, após o expediente, Galvão teria reunido todos os funcionários da instituição para despedir-se e, ao mesmo tempo, comemorar o período em que esteve à frente daquela casa (Serviço [...], 1882). Na ocasião, realizou um discurso que podemos encontrar nos arquivos na BN. Emocionado, aproveitou o momento para lembrar as mudanças que sua administração empreendeu:

Juntos encetamos a obra de reorganização da biblioteca; com as vossas luzes facilitastes todos os cometimentos literários a que nos abalçamos; com o concurso de vosso zelo chegamos enfim ao estado presente, o qual, se não é o melhor que se pudera desejar, representa todavia um enorme melhoramento em todos os ramos do serviço, que encontrei em 1870. Muito resta ainda por fazer-se, e muito mais quisera eu ter obtido a bem de uma repartição amada, que absorveu os melhores dias da minha mocidade e toda a soma de patrióticos esforços que jamais um cidadão dedicou ao serviço de seu país. Dando-vos um abraço de despedida e dizendo um saudoso adeus a estes tesouros que desoladamente guardei e procurei

enriquecer, conservo de tudo e de todos a lembrança mais afetuosa, e dar-me-ei por bem pago e contente se, além da satisfação íntima de haver cumprido sem quebra o dever, tiver a fortuna de merecer em todo o tempo e em qualquer parte, não digo o reconhecimento de meus concidadãos, por que sem dúvida não fiz jus a tão elevada recompensa, mas a amizade sincera e honrosa dos meus caros e ilustríssimos companheiros de trabalho (Galvão, 1882).

Além de noticiar a sua saída, o jornal fazia ainda uma síntese dos trabalhos desenvolvidos por Galvão durante sua gestão, lembrado sua atuação no sentido de editar e reimprimir obras como *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, e *Gramática Kariri*, de Mamiani; fundar a sessão de estampas; publicar os volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*; organizar exposições e escrever estudos sobre alguns dos itens que ele ajudou a constituir como “tesouros” do acervo da biblioteca, como foi o caso da Coleção Diogo Barbosa Machado. Por fim, lamentando o término do seu período à frente da instituição, o periódico reconhecia o esforço de reorganização empreendido pelo bibliotecário nos 12 anos em que respondeu pela BN.

A partir do dia seguinte, a Biblioteca Nacional passou às mãos de outro administrador: João Saldanha da Gama. No entanto, mesmo deixando a BN, Ramiz parece ter carregado consigo o cargo de diretor daquele estabelecimento, na medida em que a passagem pela instituição acabou servindo como elemento central da sua trajetória. Em outras palavras, uma espécie de marca da sua biografia ou, na expressão que tomamos de empréstimo de outros autores, um autêntico “acontecimento biográfico”. Se, em meio à retórica de seu discurso, Ramiz não se achava digno do reconhecimento de seus concidadãos, podemos perceber que esse reconhecimento de fato acompanhou a sua trajetória e a constituição de sua memória, tanto em vida quanto depois da sua morte.

Nos anos 1960 e 1970, décadas após a saída de Ramiz Galvão do cargo de diretor da Biblioteca Nacional, a marca do bibliotecário parecia mais forte do que nunca em sua memória, associando-se a outra: a de um homem que, embora tenha vivido e atuado

fortemente durante o período imperial (chegando, inclusive, a largar o posto de diretor da BN para ser professor dos netos de dom Pedro II), possuía “uma alma de raízes republicanas”. Essas duas marcas foram atribuídas por dois dos principais trabalhos publicados sobre a atuação de Ramiz Galvão.

Um deles recebeu o título de *Ramiz Galvão: ensaio biográfico e crítico*. Trata-se de uma biografia escrita por Alfredo Mauricéa Filho, do Instituto Brasileiro de História da Medicina, sobre a qual nos deteremos mais adiante. O segundo nos interessa de forma particular, especialmente por seu caráter mais circunscrito, na medida em que procura analisar um aspecto específico da vasta atuação de Ramiz Galvão: o seu trabalho como bibliotecário. Trata-se de um pequeno texto intitulado “Ramiz Galvão – bibliotecário e bibliógrafo”, publicado em 1963 por Edson Nery da Fonseca.^[11]

A escolha de Edson Nery de tomar Ramiz Galvão como objeto de estudo pode ser explicada por sua própria trajetória. Além de ter convivido com intelectuais importantes, como Gilberto Freyre, sobre quem escreveu alguns livros, Fonseca atuou no curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília e seu nome é referência nos estudos dessa área. Nos anos 1960 e 1970, com a disseminação dos cursos de Biblioteconomia já consumada no Brasil, foi também um defensor ardoroso da importância do trabalho dos bibliotecários. Por isso, exigia a presença dessa categoria nas principais bibliotecas do país, inclusive na direção da Biblioteca Nacional (Carvalho, 1994, p. 99).

O interessante de seu trabalho sobre Ramiz Galvão é o fato de não ser propriamente uma biografia do diretor da BN. Na verdade, ele se propõe a estudar a sua atuação como bibliotecário

.....

11. Edson Nery da Fonseca diplomou-se no curso superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1948 e teve importante atuação na Universidade do Recife. Foi ainda bibliotecário da Câmara dos Deputados, em Brasília, e coordenador da Biblioteca Central e do curso de Biblioteconomia da UnB. Também foi discípulo de Gilberto Freyre e autor de diversos livros, como: *Gilberto Freyre de A a Z*, *Poemas de Manoel Bandeira com motivos religiosos e Alubramentos e perplexidades*.

e bibliógrafo, enfatizando o seu percurso na Biblioteca Nacional e, em menor grau, no Real Gabinete Português de Leitura, para onde foi chamado, em 1895, com o objetivo de organizar um novo catálogo de suas coleções. Em seu texto, Edson Nery destaca todas as transformações e novidades implementadas na BN por Galvão ao longo da sua administração: a ampliação do horário de atendimento ao público, a publicação dos *Anais*, as exposições realizadas etc. No entanto, ganham destaque, na obra, a erudição de Ramiz Galvão e a sua ampla formação:

[...] o sucesso de Ramiz Galvão como bibliotecário e bibliógrafo decorreu tanto dos seus conhecimentos técnicos como da sua imensa cultura geral e da amplitude de seus interesses e aptidões. [...] Em nossos dias, quando a biblioteconomia e a bibliografia são – ou dão a impressão de ser – redutos de técnicos ignorantes – por culpa de cursos onde só se ensina a fazer fichas – é bom que as atividades biblioteconômicas e bibliográficas de um sábio como Ramiz Galvão sejam lembradas e que sua figura seja apontada como exemplo aos bibliotecários e bibliógrafos brasileiros (Fonseca, 1963, p. 12).

Na década de 1960, o ensino da biblioteconomia no Brasil passava por um processo de mudanças. A erudição exigida dos bibliotecários, simbolizada no conhecimento de várias línguas, antigas e modernas; no estudo da história da arte e do livro; bem como nas viagens de estudo para fora do país, especialmente para a Europa (elementos anteriormente considerados indispensáveis para os estudantes de biblioteconomia), cedia cada vez mais lugar à técnica. Na verdade, o modelo de bibliotecário com formação humanística – muito próprio da influência francesa da *École des Chartes* – estava sendo substituído pelo modelo norte-americano, mais interessado nos processos técnicos e no trabalho prático. O resultado, para Edson Nery da Fonseca, era a preparação de pessoas capacitadas somente para fazer fichas e ordenar livros em prateleiras. Assim, escrever sobre Ramiz Galvão era uma forma de o autor debater a educação recebida pelos jovens estudantes em seus cursos de Biblioteconomia e defender a sua formação

ampla e erudita, tal qual, segundo ele, possuía o diretor da BN: “A verdade é que não são demais para um bibliógrafo: algum conhecimento das línguas grega e latina, perfeito conhecimento do francês e do inglês, de história e de literatura em geral – e tudo isso sem excluir a ciência bibliográfica propriamente dita” (Fonseca, 1963, p. 19).

Assim, é importante observar que o maior interesse de Fonseca nesse estudo era, a partir da figura de Galvão, criticar a especialização e a tecnicização excessivas do bibliotecário de seu tempo. Ramiz, segundo ele, conseguia unir a técnica à sabedoria, duas coisas fundamentais para o seu ofício. No entanto, Edson Nery da Fonseca vai além. Segundo ele, sua atuação teria sido tão ímpar que poderia ser considerada como o “marco inicial da formação profissional do bibliotecário no Brasil”, como já havia destacado Antônio Caetano Dias em seu livro *O ensino da biblioteconomia no Brasil*, editado em 1955 (Fonseca, 1963, p. 20). Não é por acaso, portanto, que Edson Nery afirma que o diretor da Biblioteca Nacional merecia o título de “bibliotecário perfeito”, pois

soube cuidar de tudo: do complemento das coleções, [...]; da aquisição das “obras mais procuradas e que a biblioteca não possuía” [...]; do registro, classificação, catalogação e conservação do acervo; e especialmente, da atenção que devia ser dispensada aos leitores, uma vez que as bibliotecas existem mais para difundir os livros do que para guardá-los (Fonseca, 1963, p. 22).

Ramiz Galvão, como outros intelectuais de seu tempo, foi um homem que atuou em diversas frentes. Afinal, fazia parte do universo letrado da época, marcado pela circulação por uma diversidade muito grande de conhecimentos, que compreendiam a história, a etnologia, a geografia, a literatura, entre outros. O levantamento feito da produção de Ramiz Galvão revela um intelectual que circulou por esses diversos campos, possuindo escritos ligados à medicina, à história e à linguística.^[12] Se ampliarmos o

.....
12. Ver cronologia das obras de Ramiz Galvão ao final do livro.

conceito de obra e considerarmos também a sua atuação como editor e bibliotecário, ela se torna ainda mais ampla, pois envolveu, por exemplo, a publicação de trabalhos de outros autores, traduções e a montagem de exposições e catálogos. É preciso, assim, atentarmos para a escolha de Edson Nery da Fonseca, que, ao dar ao diretor da Biblioteca Nacional o título de “bibliotecário perfeito”, acabou atrelando de forma bastante forte a passagem pela BN à trajetória desse personagem. Para Fonseca, a atividade de Galvão como bibliotecário era aquela que, de forma mais bem-acabada, poderia definir quem ele foi. Por isso, “embora eminente como historiador, educador, médico etc., [ele] foi, como acabamos de ver, sobretudo bibliotecário e bibliógrafo”. Portanto, segundo Fonseca (1963, p. 35), pela sua atuação na BN, Ramiz deveria ter sido chamado “patrono dos bibliotecários”, pois sempre teria tido a sua vida associada aos estudos e ao trabalho promovido junto àquela instituição.

O curioso, no entanto, é perceber que, embora Ramiz tenha vivido 92 anos, sua trajetória seja marcada por um evento que aconteceu quando ele tinha apenas 24 anos de idade. Em 1870, recém-saído da Faculdade de Medicina, até então um letrado não muito conhecido, foi escolhido para administrar a biblioteca – que em seu nome ainda nem carregava a palavra *nacional*. Era como *imperial* que figurava nos documentos da época. Sairia de lá 12 anos depois, efetivamente consagrado, ocupando outro lugar no ambiente intelectual de seu tempo. Os anos passariam e, para o bem ou para o mal, ele continuaria sendo lembrado como o ex-diretor da biblioteca que ajudou a constituir como *nacional*, isto é, da nação brasileira. Para o bem, na medida em que seu trabalho naquela instituição lhe abriu portas, garantindo-lhe reconhecimento tanto do governo imperial como do republicano. Para o mal, na medida em que sua atividade naquela instituição foi, aos poucos, sendo considerada menor e, de um homem que viveu 92 anos, era cobrado não só a atuação como organizador e bibliotecário, mas também a produção de obras de vulto. Assim, o trabalho de Edson Nery da Fonseca, como um dos últimos estudos dedicados à vida e atuação de Galvão, parece fechar com chave

de ouro um processo em que sua memória como bibliotecário já está efetivamente consolidada. Associada a essa imagem, estava também a de um trabalhador infatigável, que dedicou toda a sua vida à erudição e ao saber. Justamente devido à centralidade dessa experiência, vamos traçar um pouco da trajetória de Ramiz Galvão, destacando, especialmente, a sua entrada como diretor da Biblioteca Nacional. Além disso, a partir dos testemunhos de Capistrano de Abreu e Viriato Correia, veremos como se constituiu uma memória de Galvão como um homem profundamente devotado à erudição, aos estudos e ao trabalho. E, surpreendentemente, um homem republicano.

A trajetória do “trabalhador infatigável”

Na Academia Brasileira de Letras, todo acadêmico tem de passar por um ritual logo assim que assume a cadeira para a qual foi escolhido. Trata-se de uma cerimônia de posse, em que o mais novo membro da instituição deve vestir-se com o fardão que a representa e fazer um discurso diante de seus pares. Nessa fala, como de praxe, ele deve expressar, logo no início, sua viva felicidade em ser reconhecido naquele ambiente intelectual. Em seguida, o orador se refere, quase sempre de maneira laudatória, aos imortais que ocuparam anteriormente a cadeira que passaria a ser sua. Como todos os rituais, a posse na ABL pode ter variações, mas essa é a regra obedecida.

Assim, no dia 29 de outubro de 1938, Viriato Correia era recebido por Múcio de Leão na Academia Brasileira de Letras. Foi escolhido para sentar na cadeira 32, fundada por Manoel de Araújo Porto-Alegre. Esse assento tinha como patrono Carlos de Laet e, como membro número um, Ramiz Galvão. Viriato Correia, portanto, devia discorrer sobre seus predecessores, especialmente sobre Galvão, cuja morte abriu espaço para a sua difícil, vale ressaltar, acolhida na ABL.

O novo acadêmico era um velho conhecido da instituição. Afinal já havia se candidatado algumas vezes à cadeira de imortal.

Seus sucessivos fracassos nesse sentido garantiram-lhe um apelido nada simpático de “tia” da Academia, remetendo à imagem da mulher solteirona que sonha com um casamento que nunca chega. Aliás, seu maior sonho fora suceder a Medeiros e Albuquerque, seu grande amigo, em 1934. Sem dúvida, a maior homenagem que poderia prestar-lhe era fazer um belo elogio quando passasse a ocupar o seu posto na ABL. Entretanto, isso não aconteceu e Viriato ainda teve de esperar para entrar na agremiação.

Depois de várias tentativas, Correia conseguiu a imortalidade. Talvez por ironia do destino, que sempre dificultou sua entrada na instituição, foi admitido para a cadeira de um homem totalmente desconhecido para ele: Ramiz Galvão. Era justamente sobre esse homem que ele deveria fazer seu primeiro discurso na ABL. Foi nesse momento que Viriato viu-se diante da seguinte questão, que expressa em seu próprio discurso; provavelmente, não muito academicamente:

Que é que eu vou fazer de Ramiz Galvão? [...] Não me despertava interesse algum o homem a quem eu sucedia. Não o estimava com o coração nem tão pouco com o espírito. Não lhe conhecia o espírito, nem também o coração. Para dizer a verdade, nunca lhe havia lido uma linha sequer. O que dele sabia era muito pouco: que pertencia à Academia de Letras e ao Instituto Histórico e que havia sido preceptor dos príncipes. Nada mais. E foi com bocejos de indiferença e de preguiça que lhe comecei a estudar a figura. E hoje não sei exprimir a encantada surpresa com que ela, pouco a pouco, se me foi avultando aos olhos, alta, ereta, senhoril e luminosa (Correia, [1938]).

Ainda seguindo a narrativa de Viriato, depois de pesquisar um pouco o perfil dos acadêmicos que ocuparam a cadeira 32, ele os descreveu como três figuras dessemelhantes e com feitios diversos. Araújo Porto-Alegre era um artista inquieto; Carlos de Laet, irônico e afiado. Já Ramiz Galvão representava o equilíbrio, a erudição e a operosidade (Correia, [1938]). “Um trabalhador infatigável”, segundo sua definição. O novo acadêmico não se

eximiu, inclusive, em fazer um perfil psicológico de Ramiz Galvão, a partir dos testemunhos que coletou a respeito do antecessor. Para ele, seu confrade fazia parte de um tempo em que os homens eram graves e circunspectos: “não riam, não sabiam rir”. Dando pistas de seus estudos e pesquisas, Viriato Correia ([1938]) conta que chegou mesmo a recorrer aos parentes de Ramiz Galvão em busca de uma história engraçada, uma piada que pudesse revelar um homem mais descontraído, pelo menos na intimidade do ambiente familiar, algo que gostava de fazer com seus personagens reais e fictícios justamente para torná-los mais vivos para os leitores. Mas nada encontrou. Dele não se tinha notícia sequer de uma anedota que fosse capaz de humanizar sua figura. Pelo contrário, a única notícia que tinha só servia para corroborar seu grau de seriedade e austeridade. Tratava-se de um episódio envolvendo o próprio Viriato Correia e o acadêmico Medeiros e Albuquerque. Viriato Correia conta que, para este seu amigo, a vida era uma grande brincadeira e que seu comportamento era de uma “predisposição eterna para a pilhéria”. Para conseguir que Viriato Correia fosse eleito na ABL, Medeiros teria deixado uma carta póstuma, na qual, bem ao seu estilo, advogava o direito de votar depois de morto. Evidentemente, seu voto era a favor do amigo. Porém, quis o destino que, quando Albuquerque morresse, fosse Ramiz Galvão o presidente da Academia. Portanto, foi em suas mãos que a tal carta póstuma acabou parando. Viriato explica que Ramiz Galvão “a recebeu sem nenhum comentário, sem uma palavra. Passaram-se meses e a carta não foi trazida ao conhecimento da Academia como rogara o signatário”. Mais tarde, todos vieram a saber do desfecho do episódio: a leitura jamais poderia ser feita, pois Ramiz havia, simplesmente, ignorado o fato e rasgado a missiva. No momento de sua posse, Viriato Correia pode então dar a sua explicação a respeito da atitude do então presidente da ABL, o agora seu antecessor:

É preciso remontar à época de austeridade em que Ramiz Galvão formou o seu espírito. Para ele a carta de Medeiros e Albuquerque era uma pilhéria. Defunto não pode votar. A carta, portanto,

não valia nada. Qualquer homem do século XX, com o espírito arejado pela mentalidade moderna do século, veria no episódio uma curiosidade fascinadora para ser incorporada à história da Academia. Ele não podia ver. Era um homem do século passado, era um homem do seu tempo, e, no seu tempo, só se via a face grave da vida. Para o seu espírito, a Academia era uma entidade augusta, imponente, venerável que não comportava brincadeiras (Correia, [1938]).

Concordando ou não com Viriato quanto à “curiosidade” do episódio a ser “incorporado” à história da Academia, o ponto é que, além de o beneficiar, ele é revelador para o traçado do perfil de um “grande homem”. Ou seja, a questão da anedota é bastante importante quando analisamos a memória construída em torno de um intelectual. Ao estudar a memória de Capistrano de Abreu, por exemplo, Rebeca Gontijo mostrou como sua figura inspirava uma série de historietas que ajudavam a fixar uma imagem de um homem simples, porém excêntrico. No caso de Capistrano, a anedota servia para humanizar o “grande historiador”, aproximando-o, pela via da simplicidade do seu modo de vestir e de agir, do homem comum, ou melhor, do homem “brasileiro”. Como destaca Gontijo (2007; 2013), sua simplicidade permitia que ele falasse “do” e “pelo” Brasil. Interessante é observar que, no caso de Ramiz Galvão, a ausência de uma anedota (ou a anedota da ausência de uma anedota) ou de um caso, no mínimo engraçado ou curioso de sua vida, acabou por enquadrar uma imagem de homem austero, fora do comum, excessivamente voltado para o trabalho. Num momento em que diversos modelos de intelectuais conviviam, Capistrano enquadrava-se como um gênio criador e autodidata. Ramiz, no entanto, parecia se constituir de outro modo: como um gênio da erudição e da operosidade. Aos olhos de Viriato, Ramiz teria vivido sua longa vida de forma sempre reservada, discreta, controlada, séria. Até em sua hora final foi apolíneo: “morreu aprumado, alinhado, sólido e limpo. Chegou aos 92 anos sem reumatismo, sem dentadura postiça, sem barriga e sem careca”, narra Viriato Correia com sua contumaz

capacidade de fazer comicidade, inclusive do que ou daqueles que não têm graça (Correia, [1938]).

Nesse longo tempo, vivenciou as inúmeras mudanças trazidas pelo século XIX e as primeiras décadas do XX. Como lembrou seu sucessor na ABL, Ramiz

abriu os olhos com o sufrágio universal na França e deixou-os com o totalitarismo de Stalin, Hitler e Mussolini. [...] No Brasil viu tudo. Testemunhou uma por uma as transformações profundas do país. Conheceu o Rio de Janeiro iluminado a azeite, iluminado a gás e delirantemente iluminado a luz elétrica. Andou no desconforto das gôndolas, aos balanços e aos tombos pelas vielas calçadas a pedra bruta até mil oitocentos e sessenta e tantos, e andou depois nas almofadas das limusines modernas, deslizando regaladamente pelas ruas asfaltadas. [...] Em pleno calor de janeiro, vestiu camisa de colarinho duro, sobrecasaca e cartola pretas. [...] Sentou-se junto às caixas de música para saborear trechos de óperas velhíssimas. Sentou-se depois em frente aos rádios de ondas curtas para ouvir as regiões mais distantes do planeta (Correia, [1938]).

Não bastasse isso, Correia lembra ainda a formação de Ramiz em medicina e sua participação nas quatro grandes instituições intelectuais dos períodos imperial e republicano: o Colégio Pedro II, de onde foi aluno e professor, e os já citados Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Letras e Biblioteca Nacional.

O discurso proferido por Viriato Correia na ABL traz elementos fundamentais tanto para nos ajudar a traçar a trajetória biográfica de Galvão como para nos permitir analisar a construção de sua memória. Em primeiro lugar, porque é curioso como parece existir um contraste entre o personagem retratado e o autor do discurso, isto é, entre o tom cômico e irônico, muito próprio de Viriato Correia, e a imagem austera que é feita de Ramiz Galvão, acentuando certo descompasso entre o homem que passou a ocupar a cadeira número 32 e seu antecessor. Em segundo lugar, na confecção de seu discurso de posse, Viriato

analisou e se apropriou de outros textos que se ocuparam da vida de Galvão, especialmente os necrológios escritos pelos seus pares do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as cartas enviadas por Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, em 1917. Em todos eles, os autores destacam a longa vida de Galvão e sua grande dedicação ao trabalho. Por fim, porque, ao atentar para a longevidade de Ramiz Galvão e para os espaços em que atuou, Viriato Correia nos dá a dimensão de um homem que acompanhou um período de grandes mudanças, uma época em que o tempo parecia se acelerar para aqueles que o experimentavam, e que também atuou em todos os espaços de consagração de seu tempo (Neves, 2008).

Galvão foi um agente importante no meio intelectual e letrado de sua época, especialmente no IHGB, onde chegou a compor, juntamente com o conde Afonso Celso e Max Fleiuss, a chamada “trindade do Silogeu”, responsável pelo soerguimento do Instituto, iniciado ainda na gestão do barão do Rio Branco (Guimarães, 2006). Nascido a 16 de junho de 1846 no vilarejo de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, são escassas as notícias sobre a sua infância. Sabemos que deixou a cidade natal e foi para o Rio de Janeiro com sua mãe, Maria Joana, aos 6 anos de idade. O pai, João, já havia morrido nessa ocasião. Na capital do Império, iniciou seus estudos no externato mantido pela Sociedade Amantes da Instrução.

De acordo com os biógrafos, sua família era modesta e não possuía muitos recursos, o que pode ser comprovado pelo fato de Ramiz ter entrado como aluno gratuito do Colégio Pedro II em 1855 (Mauricéa Filho, 1972). Essa instituição, uma das mais importantes do Império, tinha como sua principal função formar a elite imperial brasileira, uma vez que por ali passavam os filhos das mais importantes famílias da época, muitos dos quais, aliás, ao completarem seus estudos no colégio e, em seguida, ingressarem no ensino superior, exerciam alguma atividade no governo.^[13]

.....

13. De acordo com o levantamento feito por Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior (2008), entre 1843 e 1869, 53,6% dos alunos formados no Colégio Pedro II ocuparam algum posto na política do governo imperial (como, por exemplo, o

Apesar do caráter elitista do colégio, certo número de vagas era reservado para alunos sem recursos para arcar com as despesas anuais cobradas, que poderiam chegar a 400 mil-réis.^[14] Nesse sentido, Ramiz Galvão foi um dos beneficiados com essas vagas.

A rotina de estudos dentro do colégio era intensa. Afinal, além de preparar seus alunos para o acesso ao ensino superior, o Colégio Pedro II fornecia aos estudantes uma formação que contemplava o ensino das línguas clássicas e modernas, além de conhecimentos científicos. Assim, ao longo dos sete anos que passou na instituição, Ramiz Galvão estudou francês, latim, retórica, geometria, filosofia, inglês, história e história natural, aritmética, geografia, álgebra, português, grego, alemão, italiano, física, química, trigonometria, cosmografia, zoologia, desenho, música e ainda ginástica e instrução religiosa. Como se vê, o currículo era extenso. Mas a rotina não se resumia somente às aulas, pois os alunos tinham ainda horários definidos rigidamente para a oração e a preparação das lições solicitadas pelos professores. No entanto, a rigidez dos estudos não impedia que tivessem algum tempo livre para sair e passear pelas movimentadas ruas do centro da cidade, como a do Ouvidor, conhecida pelos seus cafés, perfumarias e lojas de tecido, espaços tão interessantemente descritos por Joaquim Manuel de Macedo em suas *Memórias da rua do Ouvidor*. Havia, ainda naquela rua, as livrarias, dentre as quais a Garnier era certamente uma das mais famosas e seria uma das mais frequentadas por Ramiz já na sua maturidade.

de presidente de província, ministro, senador, militar, conselheiro de Estado, juiz, promotor, vereador, chefe de polícia etc.), enquanto 40,3% vinculou-se a profissões liberais (médicos, advogados, engenheiros, escritores) e 6,1% atuou no mundo da economia, provavelmente administrando os negócios da própria família (era o caso dos filhos de comerciantes e proprietários rurais).

14. Segundo Cunha Júnior (2008, p. 57), a aceitação de alunos pobres pela instituição “não era fruto de uma atitude benevolente ou filantrópica do governo, mas uma exigência feita por deputados quando da conversão do Seminário São Joaquim em Colégio Pedro II”.

Em um artigo publicado, em 1925, na *Revista do IHGB*, Ramiz rememora um singelo episódio acerca da sua entrada no Colégio Pedro II e da primeira vez que teria visto o imperador Pedro II:

Vi o Imperador pela primeira vez em princípios de 1855, quando eu contava oito anos e meio de idade. Minha boa avó conduziu-me então a Quinta de São Cristóvão para pedir a D. Pedro II a minha admissão como aluno gratuito no Colégio Pedro II, atenta a nossa situação de pobreza.

O Imperador que a todos sem exceção recebia diariamente com lhaneza e cordura, na varanda interna do palácio ouviu o pedido e só replicou:

— Mas este menino já fez a sua instrução primária?

— Já está pronto, meu senhor, respondeu minha avó. Ele já recebeu o diploma do Colégio Amante da Instrução, onde estudou.

— Mas deveras pronto?

— Não posso duvidar, porque o professor, sr. Inocêncio Drumond, começou até a ensinar-lhe particularmente rudimentos de francês e latim.

— Está bem, está bem, concluiu o Imperador. Traga-me os papéis e eu os passarei ao ministro.

E fez-me afagos, que nunca esqueci (Galvão, 1925a, p. 860).

Também em 1925, mas em outro artigo, Ramiz recordava, ainda em seus tempos de estudante, a presença frequente de dom Pedro nas dependências da escola:

Permita-me agora um testemunho individual. Em minha vida de estudante vi o Imperador assistindo a aulas no Colégio Pedro II; vi-o em 1861 assistindo a todos os meus exames do 7º ano; vi-o ali mesmo depois, em 1870, sentado a meu lado, quando regi interinamente a cadeira de retórica, poética e literatura nacional; vi-o em 1868 na Faculdade de Medicina assistindo à minha defesa de teses, e ainda em 1871, quando prestei provas no concurso para lente da mesma faculdade. A atos desta natureza nunca deixou, aliás, de comparecer (Galvão, 1925b, p. 370).

É bastante conhecido o interesse que o Imperador tinha pelos estudos e as constantes visitas que fazia ao Colégio Pedro II. Sua presença nas dependências da escola era frequente, especialmente na época dos exames finais, nas cerimônias de distribuição de prêmios e na formatura dos bacharéis em Letras (Carvalho, 2007). Como afirmou Ramiz Galvão, ele mesmo pôde encontrá-lo algumas vezes, seja no tempo em que ainda era estudante, seja mais tarde, em 1869, já na condição de professor da instituição. Quando conseguiu se formar na Faculdade de Medicina, em 1868, teve a oportunidade de ver novamente o monarca, que, apesar do transcurso do tempo, teria perguntado a Ramiz Galvão sobre a sua velha avó. Ao informar que esta havia morrido há algum tempo, o Imperador, segundo ele, teria comentado: “Que prazer seria o dela, se presenciasse este ato” (Galvão. 1925a, p. 860).

Essas histórias lembradas por Ramiz Galvão são, como se vê, pautadas em uma atmosfera fortemente afetiva. Mas talvez possamos intuir que a impressão causada por Ramiz Galvão no Imperador deve ter sido positiva, pois em 1870 ele foi nomeado por decreto imperial para a direção da Biblioteca Nacional. Aliás, a década de 1870 foi bastante movimentada para ele: além de ter sido indicado para a BN, foi também aceito como membro do Instituto Histórico e Geográfico em agosto de 1872. Antes de tudo isso, no entanto, formou-se em medicina e, segundo Mauricéa Filho (1972), chegou a exercer a função de médico nos hospitais militares de Armação e Andaraí, para onde, com frequência, eram mandados os feridos da Guerra do Paraguai.^[15]

A passagem pelo Colégio Pedro II possibilitou ainda que ele começasse a formar uma rede de relações na qual estavam incluídos colegas e professores da instituição. Foi o caso de Antônio Maria Correia Sá e Benevides, futuro bispo de Mariana. Antônio

.....
15. Essa informação, como dissemos, foi retirada do texto de Mauricéa Filho, mas não conseguimos confirmá-la ao longo da pesquisa. Não sabemos até que ponto a ação de médico dedicado aos feridos da Guerra do Paraguai é mais um acréscimo na figura bastante elogiosa e heroica de Ramiz Galvão criada por Mauricéa Filho.

Maria era natural de Campos, no Rio de Janeiro, e lecionava ciências naturais naquela escola.

Também de Campos era a família de Leonor Maria de Saldanha da Gama, com quem Ramiz se casou em 1871 e viveu até 1920, quando ela faleceu (Abreu, 1917c). Ao contrário da família de Galvão, sobre a qual não encontramos notícias que nos indicassem se ela possuía alguma influência pelo menos na região em que vivia, sobre a família de Leonor há uma gama maior de informações. Foge aos limites deste trabalho uma análise mais apurada do peso dessa família na política do Rio de Janeiro, bem como o impacto que a aproximação de Ramiz Galvão teria trazido na sua própria trajetória e na ampliação de sua rede social. No entanto, é importante destacarmos algumas notícias sobre esse grupo familiar.

Originários de Portugal, os Saldanha da Gama estabeleceram-se na Bahia, ainda no século XVIII, por meio de Manuel Saldanha da Gama. Este foi casado com Joana Guedes de Brito, de quem herdou uma substancial riqueza. Do seu segundo casamento, com Francisca Josefa Joana da Câmara, nasceu João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes Brito, 6º conde da Ponte e governador da Bahia. Este, por sua vez, deixou numerosa descendência, inclusive um filho, chamado José Saldanha da Gama. Este último foi pai de três homens, o engenheiro José, o contra-almirante Luiz Felipe, o bacharel João, e de uma mulher, dona Leonor, futura esposa de Ramiz Galvão (Saldanha [...], 2000?).

Leonor vivia na região de Campos, no Rio de Janeiro, juntamente com seus pais e irmãos. Se poucas notícias existem sobre ela (e certamente a sua condição feminina contribui fortemente para isso), sobre seus irmãos há maiores referências. José Saldanha da Gama conquistou certa notoriedade como professor de ciências físicas e matemáticas e como fundador do Instituto Politécnico, além de ter participado de algumas sociedades e academias estrangeiras. Já Luiz Felipe foi contemporâneo de Ramiz no Colégio Pedro II, mas seguiu carreira na Marinha. Tornou-se conhecido pela sua participação como um dos líderes da Revolta da Armada, em 1893 (João [...], 1898; José [...], 1899; Luiz

[...] 1899). João, assim como seu irmão e seu cunhado, foi aluno do Colégio Pedro II, mas sua amizade com Galvão começou mais tarde, quando ambos frequentaram a Faculdade de Medicina (Doria, 1946, p. 22).

As relações de Galvão com Luiz Felipe e com João Saldanha da Gama foram muito próximas. Por seu intermédio, por exemplo, este último foi nomeado, em 1876, chefe de seção da Biblioteca Nacional. Naquele tempo, a instituição passava por reformas que criaram as divisões de obras raras, de manuscritos e de estampas. Como nessa época ainda não havia concurso para se tornar funcionário da biblioteca, certamente as relações pessoais eram determinantes para se conseguir trabalhar naquele local e em muitos outros. Foi assim que João Saldanha da Gama foi nomeado para a seção de Estampas. Anos mais tarde, com a saída de Ramiz Galvão, chegou, inclusive, à direção da instituição.

A rede de sociabilidade constituída por Ramiz Galvão certamente começou com a passagem pelo Colégio Pedro II, mas se ampliou quando ele se tornou diretor da Biblioteca Nacional. Ali, estabeleceu relações que acabaria levando por toda a vida, em especial com os funcionários que trabalharam na instituição durante a sua administração. Capistrano de Abreu foi um deles. Eles se conheceram em 1875, quando Capistrano tinha acabado de chegar do Ceará. O encontro, segundo o próprio diretor da BN, teria acontecido numa noite em que o jovem foi procurá-lo nos salões da instituição. O contato inicial não poderia ter sido melhor: Capistrano causou-lhe uma ótima impressão, especialmente “pelo espírito culto, uma ambição extraordinária de saber, [e] inteligência fora do comum”. Diante de tamanhas qualidades, Ramiz o teria incentivado, alguns anos depois, a fazer o concurso para oficial da Biblioteca Nacional. Aprovado com louvor pela banca, que tinha o próprio Galvão como presidente, Capistrano passou a fazer parte dos quadros da instituição em 1879.

Enquanto trabalhou na biblioteca, Capistrano de Abreu pôde conhecer melhor João Saldanha da Gama, mas parecia não nutrir muita simpatia pela sua figura. Ao compará-lo com Ramiz Galvão, dizia que, enquanto este “foi grande diretor”, “Saldanha

da Gama, que lhe sucedeu, não prestava [...]” (Abreu, 1917b). Na correspondência de Capistrano, é possível notar sua admiração pelo trabalho de Ramiz Galvão, como também a influência que o diretor da BN tinha na indicação de alguns cargos. Em carta de Mário de Alencar a Capistrano de Abreu, aquele conta que, certa vez, concorrera à vaga de bibliotecário do Mosteiro de São Bento, mas esta fora ocupada por João Saldanha da Gama. O missivista destaca que este “teve-o graças exclusivamente ao Ramiz” e pede ainda a intercessão de Capistrano para conseguir o apoio do ex-diretor da BN em novo intento (Alencar, 1899). Certamente, a passagem pela Biblioteca Nacional e, mais tarde, as relações mais próximas que manteve com a família imperial foram importantes recursos de poder para que Galvão participasse de um círculo intelectual que lhe possibilitava contatos com homens de letras brasileiros e estrangeiros, e do qual fazia parte a prática do apadrinhamento. A partir da sua influência e do prestígio que adquiria com o passar dos anos à frente da instituição, era comum que recebesse (e fizesse) pedidos de toda ordem, especialmente solicitações de pessoas interessadas em obter empregos e indicar conhecidos e familiares para determinados cargos. João Saldanha da Gama certamente usufruiu da influência do cunhado, mas, como vimos, Capistrano também manteve relações muito próximas a Ramiz Galvão e ajudou na consolidação da sua memória. Nas cartas que trocou com João Lúcio de Azevedo, é possível perceber a imagem que constrói de seu antigo chefe. Nelas, ele destaca como principal característica de Ramiz Galvão o seu envolvimento com o trabalho:

Era o chefe ideal, inteligente, zeloso, incansável. Quando chegávamos às 9h já estava trabalhando, revendo, classificando os bilhetes do catálogo; morava contíguo; depois do almoço continuava, à noite, pois abria a Biblioteca Nacional das 6 às 9, pelo menos até às 8 continuava no seu posto, de Ano Bom a São Silvestre (Abreu, 1917a).

De fato, o período em que Ramiz esteve à frente da BN foi de muito trabalho, pois ele assumiu a biblioteca após a morte do

religioso beneditino Camilo de Monserrate, diretor que lhe deixou uma série de problemas a serem resolvidos. Nos 12 anos em que presidiu a casa, Galvão promoveu duas exposições – a de História do Brasil e outra em homenagem a Luís de Camões – e organizou e imprimiu os primeiros *Anais da Biblioteca Nacional*. Além disso, realizou algumas importantes reformas na instituição, dentre elas a organização de novos catálogos e a ampliação do horário de atendimento ao público, que o ocupava pessoalmente.

Certamente, a reorganização da biblioteca não deve ser associada somente à figura de Ramiz Galvão, mas igualmente ao contexto político e econômico pelo qual passava o Império. Assim, muitas reformas planejadas por Camilo de Monserrate não foram à frente, pois não encontraram um ambiente favorável à sua realização. No entanto, Capistrano, numa crítica afiada, acaba por comparar o trabalho incansável de Ramiz a certa acomodação de seu antecessor:

[Frei Camilo de Monserrate] tinha casa e comida no convento, nunca pediu aumento dos ordenados, a Biblioteca Nacional tinha meia dúzia de empregados muito mal pagos; abria-se às 9, fechava-se às 2. Uma situação ideal para a reorganização. Ramiz Galvão, ao mesmo tempo em que ia para Viena, foi incumbido de estudar a organização da Biblioteca Nacional de Paris e do *British Museum* em Londres, sobre os quais apresentou interessante relatório. Ao chegar, obteve nomeação para uma comissão de catálogo, em 76 a reforma da repartição (Abreu, 1917a).

Após os 12 anos em que a Biblioteca Nacional foi dirigida por Galvão, muito havia mudado na instituição. Enquanto a administrava, o bibliotecário trabalhou por um tempo como professor de botânica. Ainda assim, diariamente despachava ofícios e memorandos na Biblioteca, ajudava na organização de seus catálogos e revolia as listas de livros de livrarias nacionais e estrangeiras em busca de novas aquisições. Após ter organizado, durante um ano, a Exposição de História do Brasil, inaugurada em 1881, solicitou e obteve de seus superiores alguns dias de

repouso, aproveitando para descansar um tempo em casa da família de sua mulher, em Campos. Segundo Capistrano de Abreu:



NOTÍCIAS E COMMENTARIOS. *Revista da Semana*, n. 18, anno XXIX, 21 de abril de 1928. p. 19. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_02&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=15731.

Em sua ausência foi procurado várias vezes por um emissário do Conde D'Eu. Mais tarde, soube-se que o Conde D'Eu queria-o para aio dos príncipes. Com repugnância aceitou o cargo: devia tanto ao Imperador! A opinião pública ficou indignada: queria continuar como bibliotecário em comissão, o ministro opôs-se e obrigou-o a aposentar-se como professor de botânica, com uns 200 mil-réis por mês. A mais fidedigna das testemunhas, um meu amigo, que durante algum tempo foi seu ajudante [...], assegurou-me que foi inexcusável como aio: ninguém o excedeu no cumprimento do seu dever (Abreu, 1917a).

A citação nos remete a dois pontos importantes. Um deles, já viemos tratando até aqui: a forte imagem de um trabalhador infatigável, muito presente não apenas nas vezes em que Capistrano se remetia a Galvão, mas também, como procuramos demonstrar, no discurso de Viriato Correia. A memória daquele que conviveu com Ramiz – e que chegou até nós, hoje – constrói um homem tão seriamente envolvido com seu trabalho que, mesmo contra vontade, ao ter de abandoná-lo para assumir outro, continuou exercendo a função que lhe deram de forma “inexcusável”. Seus colegas do IHGB, em seus necrológicos em homenagem ao então ex-diretor da Biblioteca Nacional e ex-membro do Instituto, também destacavam que sua vida foi de muito trabalho, sempre dedicado ao saber e ao estudo, “desde os augustos filhos da realeza até os infelizes órfãos, nascidos e criados na triste penumbra da pobreza”, uma referência forte, destacando o fato de Ramiz ter atuado também como diretor de um asilo para crianças pobres, afinal, ele mesmo fora uma criança pobre (Palavras [...], 1946b).

O outro ponto trazido pela citação de Capistrano de Abreu diz respeito às relações que Ramiz Galvão manteve com a família imperial. Ao término da Exposição de História do Brasil, ele foi chamado para ser preceptor dos netos de dom Pedro II. Evidentemente, tratava-se de um tipo de pedido que não podia ser negado. Parece que Capistrano tinha razão ao informar que o convite foi aceito a contragosto, pois, numa carta enviada a Salvador de Mendonça em 1887, Galvão afirmava: “[Estou] fora

da biblioteca *por força maior*, não me esqueço dela nem me posso ainda consolar de a ter deixado” (Galvão, 1887b). Certo é que levou consigo uma boa lembrança dos tempos como diretor da BN, à qual se referia frequentemente como o lugar em que passou “os dias mais tranquilos e mais deliciosos” de sua existência (Homenagem [...], 1887b).^[16] A partir de então, sua relação com a família imperial estreitava-se, pois cabia a ele a tarefa de cuidar da educação do futuro imperador do Brasil. Isso se a República não viesse mudar os rumos do país e da própria vida de Galvão.

Intelectual “subterrâneo”

Até aqui, foi possível traçar um pouco da trajetória de Ramiz Galvão e compreender como alguns de seus contemporâneos, assim como o próprio Ramiz, entenderam a sua vida e a sua atuação. Certamente seus biógrafos posteriores se serviram dessa memória e mesmo a fortaleceram. Se atentarmos para a sua trajetória, podemos perceber que ela não foi muito diferente

.....

16. Em algumas cartas pessoais de Ramiz Galvão é possível notar que, mesmo após a sua saída, ele continuava acompanhando de perto o funcionamento da Biblioteca. Em uma carta endereçada ao então diretor da Biblioteca Nacional e datada de 26 de junho de 1893, ano em que teve de sair do Rio de Janeiro por conta do envolvimento de seu cunhado com a Revolta da Armada, ofereceu parte de seus livros à Biblioteca Nacional. Nessa carta, ele afirma ainda: “Desculpe meu digno amigo a exiguidade da oferenda; mas o que vale é a intenção. Nessa situação dolorosíssima da minha vida, tenho de apartar-me de amigos velhos, não quis deixar de significar a Biblioteca Nacional, que a tinha sempre no coração. Ela que foi quase filha diletta por espaço de 12 anos, não há de levar a mal a herança por ser pequena” (Biblioteca Nacional. *Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão*. Mss. 48,01,001 n. 009). Em outra missiva, de 20 de dezembro de 1892, Ramiz envia ao diretor da BN o catálogo da livraria J. F. de Sousa, que seria leiloada em Lisboa em janeiro do ano seguinte. Segundo o ex-bibliotecário, poderia haver ali alguma coisa interessante a ser adquirida para a instituição. Para não causar desentendimentos com o presidente da biblioteca, ele esclarece: “Por minha parte tomei a liberdade de apontar com lápis azul alguns números para os quais chamo a sua ilustrada atenção. Mas isto não passa de uma simples invasão de seara alheia. Perdoe o vício e queira crer-me” (Biblioteca Nacional. *Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão*. Mss. 48,1,001, n. 010).

da de alguns homens de sua época. Capistrano de Abreu, por exemplo, bastante mencionado neste trabalho, e João Ribeiro, outro intelectual importante e contemporâneo de Galvão, assim como ele, tiveram passagem pelo Colégio Pedro II e pelo IHGB. Capistrano, como vimos, guardou ainda outra semelhança em relação a Galvão: o trabalho na Biblioteca Nacional. Já João Ribeiro, teve em sua trajetória outros pontos de contato: a direção do famoso *Almanaque Garnier*^[17] e a atuação na Academia Brasileira de Letras.^[18] Um último elemento ainda serve de ligação entre essas três figuras: o fato de todos eles terem saído de sua cidade natal para virem se estabelecer no Rio de Janeiro, deslocamento compartilhado pela grande maioria da intelectualidade de fins do século XIX e início do XX.

Assim, a trajetória do diretor da BN não destoaria da de outros homens de sua época, que também passaram, como alunos ou professores, pela principal instituição de ensino do Império – o Colégio Pedro II –, atuaram em atividades ligadas ao jornalismo^[19] e tiveram como momento de reconhecimento, a presença em importantes academias letradas de seu tempo, notadamente o Instituto Histórico e a ABL. Ramiz foi convidado a entrar nessa última ainda quando da sua fundação, mas não aceitou o convite.^[20] Em 1912, com a morte de Rio Branco, lançou sua

-
17. Galvão dirigiu o *Almanaque Brasileiro Garnier* entre 1903 e 1906, sendo sucedido por João Ribeiro, que ocupou esta posição até 1914. Sobre este periódico, ver Dutra, 2005b.
 18. A entrada de Ramiz Galvão para a Academia Brasileira de Letras ocorreu em 1928, alcançando o posto de presidente da instituição em 1934. João Ribeiro, por sua vez, entrou para os quadros da ABL alguns anos antes, em 1898, embora fosse mais novo.
 19. Ramiz Galvão atuou ainda, entre 1894 e 1899, como secretário de redação da *Gazeta de Notícias*. Nesse espaço, pode estreitar laços com importantes nomes da época, como Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho Neto e Pedro Rebelo (Galvão, 1934, p. 26-27).
 20. Essa informação foi retirada da carta que Rui Barbosa enviou a Vicente de Carvalho e que foi reproduzida por Brito Broca no livro *Vida literária no Brasil*. Nela, Rui Barbosa pede a Vicente de Carvalho que apoie a candidatura de Ramiz Galvão à ABL, indicando “os excelentes serviços que [este] prestou às letras” e ressaltando que o ex-diretor da BN “só não pertence à Academia desde a sua fundação porque não quis”. No entanto, nada mais acrescenta

candidatura, mas foi derrotado por Lauro Müller numa eleição difícil e que envolveu a articulação de diversos acadêmicos em prol de Ramiz, dentre os quais Salvador de Mendonça, Rui Barbosa, José Veríssimo, Carlos de Laet, João Ribeiro, Silva Ramos, Pedro Lessa, Vicente de Carvalho, Afonso Celso, entre outros (Broca, 2005). Ramiz acabou sendo derrotado pelo ministro em função do chamado “critério dos expoentes”, que possibilitava a entrada na Academia de pessoas não diretamente ligadas às letras, mas que, de certa forma, eram *expoentes* da cultura nacional (El Far, 2000). Os conflitos e articulações em torno dessa eleição causou uma desavença tão forte dentro da ABL que José Veríssimo, após saber da derrota de Ramiz, acabou por renunciar ao cargo de secretário-geral da Academia. Ramiz só passaria a fazer parte da congregação anos mais tarde, na vaga aberta com a morte de Carlos de Laet. A aceitação como membro da ABL, apenas aos 82 anos de idade, foi vista por ele próprio como a coroação de uma “longa vida de trabalho com as palmas da vitória” (Galvão, 1936). No entanto, como lembra Eliana Dutra (2005b), apesar das semelhanças com outros homens de sua época, Galvão seguiu um percurso mais “técnico-burocrático”, embora tenha se dedicado às letras e à história.

Certamente foi essa trajetória mais “técnico-burocrática” que contribuiu para criar uma imagem de um homem infatigavelmente envolvido com o trabalho e com os estudos, tão fortemente presente nos textos trabalhados por nós até aqui. É interessante perceber que, embora bastante respeitado por tais características, principalmente no círculo letrado de sua época, toda sua trajetória é elaborada, colocando como ponto central sua atuação administrativa. Em outras palavras, sua própria produção foi percebida como parte marcante de seu caráter de administrador e organizador. Em alguns casos, esse foi uma espécie de “calcanhar de Aquiles” de Ramiz, na medida em que seu envolvimento com tais atividades de caráter mais organizacional

sobre os motivos que levaram Galvão a recusar, naquele momento, a entrada na agremiação (Broca, 2005, p. 108-109).

foi visto também como uma fragilidade em sua trajetória intelectual. Em seu discurso na ABL, por exemplo, Viriato Correia, embora sempre destacasse a longevidade de Ramiz, bem como a sua maneira dedicada de encarar seu trabalho, não deixou de comentar os limites da sua produção:

A morte gosta de encontrar a gente de malas prontas para a grande viagem. O trabalho não deixava Ramiz Galvão preparar as malas. Trabalhou tanto que lhe foi difícil arranjar uma oportunidade para morrer. E esse homem que tanto viveu e tanto trabalhou não pôde realizar obra de vulto. O que escreveu no campo literário é quase nada. Não teve tempo de fazer obra grande e grande obra. Energia intelectual, cultura e entusiasmo, colocou-os sempre ao serviço de *obras subterrâneas*, das tais que tudo levam de nós, as forças, a paciência, a erudição e nem sequer nos deixam o nome (Correia, [1938], grifo nosso).

A passagem nos parece muito significativa pela maneira como Viriato compreendeu a atuação de Galvão: como um intelectual “subterrâneo”. Como aquele que doa suas forças e sua vida na constituição de “obras” que poderíamos considerar como responsáveis por pavimentar, possibilitar e facilitar o trabalho de “outros”. Uma obra “obscura”, menos visível, na medida em que não traz fama e reconhecimento direto ao seu autor. Aliás, esse parece ter sido o “erro” de Ramiz, na visão de seu sucessor na ABL: viveu tanto e não produziu nada realmente “vistoso”, uma “grande obra”, como outros de sua geração foram capazes de realizar.^[21] Para Viriato, inclusive, era, por isso, um autor sem grande brilho, cuja vida e obra pouco se adequavam até mesmo a assunto de discurso. Essa visão, que transparece levemente no discurso de posse de Viriato na ABL, torna-se muito clara na correspondência que trocou com Hermes Lima. Em uma de

.....
21. Nesse ponto, Ramiz se aproxima de Capistrano de Abreu, que, embora reconhecido ainda em vida como grande historiador, foi também criticado por aquilo que não fez e “deveria ter feito”.

suas cartas, Correia lembra que, em meio a uma festa na editora Civilização Brasileira, Lima o teria procurado para exprimir a sua insatisfação com o discurso “detestável” proferido em sua posse na Academia Brasileira de Letras. Aturdido diante de tão inesperada situação, Viriato defendeu-se, atribuindo a qualidade do discurso à precariedade do assunto. Assim, a falta de encanto da preleção devia-se ao fato de que Ramiz Galvão era uma figura que não prestava como tema... (Correia, 1944).

Aos olhos de Viriato, a produção de Ramiz poderia ser traduzida em não mais que três grandes marcos: *O púlpito no Brasil*, escrito de 1867, o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, e o *Vocabulário etimológico, ortográfico e prosódico das palavras portuguesas derivadas da língua grega*, de 1909. Todas as suas outras atividades, inclusive aquelas realizadas junto ao acervo da Biblioteca Nacional ou mesmo nas diversas comissões dentro do IHGB, enquadram-se, nesse sentido, como trabalhos “subterrâneos”, daqueles feitos pelos “sábios especialistas”. Estes, metaforicamente, ao contrário das cigarras, que a todos mostram o seu canto, agem como formigas, executando silenciosamente um trabalho pesado, essencial, mas invisível:

Só as criaturas de infinita capacidade de abnegação podem ter desses labores beneditinos. Nós outros, que trabalhamos intelectualmente, trabalhamos para o rumor, para o cartaz, sonhando com o esplendor da glória e querendo o máximo desse esplendor. Eles trabalham para o silêncio, quase que para a anonimia. O nosso trabalho anseia pelas louçanias da luz do sol. O deles é subterrâneo. Somos cigarras, de asas abertas no azul; eles são formigas, no fundo do buraco, acumulando. O que nos satisfaz é o aplauso da multidão. A eles, anacoretas do saber, satisfaz o louvor de dois ou três entendidos da especialidade. Ramiz Galvão escreveu como cigarra, mas escreveu mais como formiga. Das obras feitas para o ruído das multidões, *O púlpito no Brasil* é a maior. Há duas de relevo no gênero subterrâneo: o *Vocabulário* e o *Catálogo*. Só quem tem olhos para as profundidades pode ver as obras das formigas.

O povo conhece apenas as das cigarras. O *Catálogo* e o *Vocabulário* são quase desconhecidos (Correia, [1938]).

Além disso, diferentemente de João Ribeiro, Varnhagen e Capistrano, Ramiz Galvão não deixou escrito um livro sobre história do Brasil. Não produziu nem uma obra geral, como Varnhagen, tampouco um manual escolar, como João Ribeiro, nem um livro que abarcasse, pelo menos, um momento da história do país, como Capistrano. Ramiz possuía uma produção variada, composta pelos relatórios produzidos nos tempos em que presidiu a BN, pelos estudos que fez sobre a Ordem Beneditina no Brasil e a vida de frei Camilo de Monserrate, pelas exposições e catálogos organizados e pelas diversas vezes que presidiu comissões na ABL e no IHGB. Se Viriato não se eximiu de mostrar os “limites” da sua produção (que parece ser vista como inversamente proporcional a uma vida tão longa), Capistrano, apesar da admiração que nutria por Ramiz, também não poupou reservas à qualidade da escrita de seu antigo chefe:

Non é uma inteligência superior. Sua biografia de Frei Camilo é um bom livro, sem ser notável; um dicionário de termos gregos não me parece que valha alguma cousa; seus discursos no instituto parecem-me de outras eras; sua ortografia é um quebra-cabeças. Lembro-me que uma vez, lendo “ermão” nos *Anais da Biblioteca Nacional*, pensei no aumentativo de ermo, pensei em ermitão, e só depois vi que era irmão (Abreu, 1917e).

É interessante notar como Viriato Correia e Capistrano de Abreu – que são tão diferentes um do outro – parecem associar à memória de Ramiz a mesma roupagem de um homem trabalhador, mas que nasceu em outros tempos. Ou melhor, que vivia numa época já finda. Fernando Magalhães, seu confrade na ABL, também o definiu da mesma forma no discurso que fez para saudar sua entrada na agremiação, portanto, dez anos antes da fala de Viriato e em circunstâncias muito distintas:

Como bom cidadão destes tempos, Sr. Ramiz Galvão, acumulastes uma velha cultura que assombra mais de uma geração. Clássico, vernaculista, erudito nas latinidades, provector no helenismo, sois do mesmo tomo que o foram o vosso antecessor e o vosso patrono. Os homens da antiga norma madrugavam no engenho humanístico e sabiam compreender o prestígio das velhas civilizações. Hoje, o mundo basta-se a si mesmo, sustentando-se indeciso e versátil na corrente que o transporta (Magalhães, 1928).

Ainda na ABL, a imagem séria e erudita – no limite, enfadonha – de Ramiz Galvão é fortalecida por Genolino Amado, outro ocupante da cadeira 32, no discurso de posse que fez em 1973, no qual faz um contraponto entre Galvão e Correia:

Capeta em forma de gente, Viriato Correia é a antítese do seu antecessor. Ramiz estreia, aos dezenove anos, com estudo pesadão sobre Oratória Sacra. Correia, aos dezesseis, com artiguetes de humorismo e ironia num jornal maranhense. Galvão só escreveu peçazinhas insossas para festa escolar. Correia, copioso autor de comédias e burletas para o grande público. Ramiz, sem imaginação. Viriato, o fantasista dos contos com que principia a vencer na Literatura. O primeiro investiga a História do Brasil a sério, escrupuloso e enfadonho. O segundo só vê no passado o pitoresco e o romanesco, lançando-se a reconstituições graciosas, nem sempre fiéis, em livros de habilidoso divulgador (Amado, 1973).

“Formiga”, “anacoreta do saber”, autor de estudos “pesados” e “insossos”, orador de “outras eras”, homem antigo, de formação clássica, pertencente a um tempo que já não existia mais. Tempo em que era possível existir “sábios especialistas”, daqueles que “passam a existência inteira a estudar um inseto raro, uma planta quase desconhecida, uma civilização que o tempo soterrou” (Correia, [1938]). Esse foi o tempo no qual, na visão de Viriato e de outros intelectuais, Galvão nasceu e morreu. As características destacadas e associadas a ele, embora ressaltem suas qualidades como sábio e erudito, parecem também deixar

claras as fragilidades de sua produção, evidenciando um homem que, ao envelhecer, deparava-se com um mundo e uma demanda intelectual muito distintos daquela que suas capacidades poderiam responder. O resultado foi, nas vozes de Capistrano de Abreu, Fernando de Magalhães e Viriato Correia, a figura de um homem que parecia remeter à prática profissional e pessoal de um antiquário – na solidão e silêncio de seu gabinete de curiosidades – do que um homem de letras “moderno”.

Não por acaso, portanto, apesar do lugar de relevo que ocupou no ambiente letrado de sua época, a trajetória e atuação de Ramiz Galvão são muito pouco conhecidas. De modo geral, os estudos sobre a historiografia e o ambiente intelectual do segundo quartel do século XIX até das primeiras décadas do século XX centram-se em autores consagrados e que produziram textos de relevo, como Capistrano de Abreu, Varnhagen, João Ribeiro e tantos outros. Dessa forma, utilizando as categorias sugeridas por Jean-François Sirinelli, podemos dizer que, no ambiente cultural e letrado de seu tempo, Ramiz não foi propriamente um “criador”, designação que este autor reserva àqueles que participavam de criações literárias, científicas e artísticas. Antes, foi um mediador, isto é, um intelectual que contribuiu, em grande estilo, para difundir conhecimentos. Ele possuía, portanto, uma capacidade de ressonância, credibilidade e um poder de influência, articulação, comunicação e adesão muito grandes (Sirinelli, 1998). Evidentemente, trata-se de categorias analíticas que não devem ser entendidas como radicalmente separadas e distintas, quando pensadas em relação a um intelectual específico. Mas elas nos parecem operacionais para destacar dois aspectos que consideramos fundamentais em Ramiz Galvão. Em primeiro lugar, o seu envolvimento com um tipo de produção cultural/intelectual que buscava servir, em especial, a seus pares. Em segundo lugar, a sua atuação como um articulador bastante influente nas redes de sociabilidade em que estava inserido. Esses dois elementos certamente foram decisivos não só para a construção da sua memória como alguém mais ligado “às obras subterrâneas”, como diz Viriato Correia, como também para o

fato de ele não ter, nem de longe, um lugar semelhante a figuras como Capistrano de Abreu e João Ribeiro. No entanto, ocupou um espaço referencial na memória dos bibliotecários brasileiros. Simplesmente, “o bibliotecário perfeito”.

VIVER EM MEIO A LIVROS: O DIRETOR DA BIBLIOTECA NACIONAL

Amái sempre a Biblioteca Nacional; alimentai sempre o fogo sagrado do patriotismo mais decidido, e eu, levita arredado destes altares, aplaudirei com efusão os vossos triunfos, porque serão sempre os meus.
Ramiz Galvão^[22]

As palavras presentes na epígrafe finalizam o discurso proferido por Ramiz Galvão diante dos funcionários da Biblioteca Nacional no dia 24 de julho de 1882, quando deixava o seu cargo de diretor para tornar-se preceptor dos netos de dom Pedro II (Galvão, 1882). Trata-se de uma fala curta, mas emocionada, na qual agradecia e reconhecia o trabalho dos funcionários que, junto com ele, promoveram “a obra de reorganização da biblioteca”. Ao mesmo tempo, verbalizava também um sentimento fraterno que tinha pelo espaço que dirigiu durante 12 anos. Ao abandonar o seu posto, sabia o quanto sua passagem pela Biblioteca Nacional representou para a instituição e não deixou de se referir às mudanças que ajudou a promover, durante o tempo que esteve à sua frente:

Com o concurso do vosso zelo chegamos enfim ao estado presente, o qual, se não é o melhor que se pudera desejar, representa, todavia, um enorme melhoramento em todos os ramos de serviço,

22. Galvão, 1882.

que encontrei em 1870. Muito resta ainda por fazer-se, e muito mais quisera eu ter obtido a bem de uma repartição amada, que absorveu os melhores dias da minha mocidade e toda a soma de patrióticos esforços que jamais um cidadão dedicou ao serviço de seu país (Galvão, 1882).

De fato, a direção da Biblioteca Nacional absorveu alguns anos da “mocidade” de Ramiz, uma vez que ele assumiu a instituição no dia 14 de dezembro de 1870, com apenas 24 anos, tornando-se o mais jovem diretor da BN. À época, não existia o título de diretor, que só passou a vigorar a partir da proclamação da República. Aquele que administrava a biblioteca era chamado, simplesmente, de bibliotecário. O nome da instituição também trazia algumas confusões. Desde 1822, ela deixou de ser chamada Biblioteca da Corte e passou a se nomear Imperial, embora os documentos oficiais também se referissem a ela como Biblioteca Pública ou ainda Biblioteca Nacional, expressão que temos utilizado nesta pesquisa (Carvalho, 1994, p. 73). O jovem Galvão foi chamado para substituir o experiente e erudito frei Camilo de Monserrate, que falecera na Ilha do Governador, para onde havia se retirado por se achar gravemente doente (Ministério do Império, 1870a).

Frei Camilo esteve à frente da biblioteca por 17 anos e, segundo Ramiz Galvão, entregou-a num estado de total decrepitude. Porém, esse estado não se devia a um mero descaso do religioso, que insistentemente solicitava melhorias para a instituição, mas aos poucos recursos disponíveis e às constantes negativas que recebia do Ministério do Império, diante dos pedidos que fazia. Os ofícios escritos nos primeiros meses de administração de Galvão, dirigidos ao conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, descrevem os sérios problemas estruturais do prédio da biblioteca, situado no largo da Lapa, herdados do período de frei Camilo:

A Biblioteca Pública, Exmo. Snr., que foi transferida para este edifício em 1853, não sofreu até agora reparos, nem modificação alguma tendente a melhorá-la, posto que sensíveis deterioramentos já se lhe pudessem notar; no ano passado fez apenas um novo

assoalho para uma das salas do passamento térreo, e esse mesmo ficou imperfeito e mal-acabado (Ministério do Império, 1870a).

Quando Ramiz assumiu a direção da Biblioteca Nacional, o momento era outro. Embora não tenha solucionado todos os problemas da instituição, conseguiu introduzir algumas mudanças substanciais que fizeram aquela casa se estruturar como uma biblioteca, especialmente com a contratação de uma equipe especializada para ajudá-lo em seus projetos e com a constituição de uma rotina de serviços, tornando-se um espaço de estudos e de recolhimento dos documentos relativos à memória pátria.

Neste capítulo, trataremos da atuação de Ramiz Galvão como bibliotecário, destacando as principais mudanças introduzidas por ele enquanto esteve à frente da Biblioteca Nacional. Nosso objetivo é conhecer um pouco do cotidiano da biblioteca e perceber porque certas mudanças foram possíveis sob sua administração e não sob o comando de seus antecessores. Analisaremos também o papel da BN na formação de um ambiente letrado na corte nos anos 1870 e veremos que público frequentava aquele espaço e de que forma ele foi atingido pelas mudanças em seu funcionamento.

Tempos de mudança

Ser nomeado para a direção da Biblioteca Nacional não era coisa fácil. Antes de tudo, exigia uma importante dose de amizades e de relações pessoais. Na biografia que escreveu sobre frei Camilo, Ramiz Galvão conta que seu antecessor fora convidado diretamente pelo Imperador para dirigir a instituição, após ter passado muitos percalços com seus superiores beneditinos. Se dermos crédito ao que nos fala Galvão, frei Camilo era um homem de muitas qualidades e uma delas era ser estudioso e erudito. No entanto, de acordo com o perfil feito na biografia, Monserrate parecia ter um caráter inconstante e suscetível. Ainda na juventude, teve uma série de desavenças com o pai e com a madrastra. Veio para o Brasil em 1844 e, para suprir suas

necessidades materiais, acabou optando pela segurança da vida religiosa, recorrendo à Ordem Beneditina. Já com o hábito monástico, foi incumbido de organizar a biblioteca do Mosteiro de São Bento, tarefa agradável para um homem devotado aos estudos. No entanto, de acordo com Galvão (1887, p. 83-138), a falta de liberdade da vida monástica e o rigor das cerimônias eclesiásticas acabaram não somente por desiludir frei Camilo como também por sufocá-lo. Foi quando, em 1853, o Imperador deu a ele o remédio para seus males, nomeando-o diretor da Biblioteca Pública da Corte. Na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, é possível encontrar a carta que frei Camilo enviou ao Imperador solicitando a mercê. O documento encontra-se em mau estado de conservação, tendo alguns buracos que dificultam a leitura; porém, não a impossibilitam por completo:

Frei Camillo de Monserrate, monge beneditino [...] de S. Bento da Corte, – não estando pela direção de seus estudos, estranho aos trabalhos bibliográficos e paleográficos, e esperando, por seu zelo e cuidado, tornar-se útil no emprego de diretor da Biblioteca Imperial da cidade do RJ, pela redação de um catálogo sistemático, e [...] especial estudo, ao qual o suppl^{te} se entregaria, dos livros e documentos relativos a História Nacional, para estar mais [...] a prestar serviços ao público brasileiro, tem a honra de pedir respeitosamente a Vossa Majestade Imperial, para que se digne de fazer mercê ao suplicante do lugar de diretor da Biblioteca Imperial da Cidade do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional, [1853?]).

Com o objetivo de conseguir o cargo de diretor, frei Camilo recorreu à experiência com a biblioteca do Mosteiro de São Bento e se propôs a sanar problemas que de longa data afetavam a Biblioteca Imperial, como a falta de um catálogo sistemático, além de se propor a realizar um estudo e um levantamento das fontes referentes à história do Brasil. Veremos que esses dois últimos projetos também marcaram a administração de Ramiz Galvão. Por ora, basta destacar que, para a obtenção da graça pelo Imperador, contava a favor de Monserrate a fama de grande

erudito e igualmente a experiência como bibliotecário e como professor no Colégio Pedro II.^[23]

Quando frei Camilo assumiu o cargo, a Biblioteca Imperial já tinha uma tradição de dirigentes clérigos. Após a Independência, ela foi administrada por frei Antônio de Arrábida e pelos cônegos Francisco Vieira Goulart e Januário da Cunha Barbosa. Dos quatro diretores que antecederam frei Camilo, apenas um não estava ligado ao clero secular ou regular: José de Assis Alves Branco Muniz Barreto.^[24] Camilo de Monserrate veio fortalecer a tradição de diretores clérigos da instituição.

Em nossas pesquisas, não encontramos nenhum documento de Ramiz Galvão solicitando o cargo de bibliotecário, como fez frei Camilo. Certamente se o encontrássemos seria uma pista valiosa, que nos ajudaria a traçar o caminho percorrido por ele até a direção da casa. Sua ausência aponta outros caminhos. Um discurso proferido por José de Alencar, em 1871, na Câmara de Deputados, permite elucidar alguns pontos sobre a indicação e aceitação de Ramiz Galvão para chefe da Biblioteca. No trecho do discurso reproduzido a seguir, o deputado, além de comentar a nomeação, faz ainda algumas reflexões sobre o perfil de

.....
23. Frei Camilo de Monserrate ocupou a segunda cadeira de geografia e história do Colégio Pedro II entre 1850 e 1855.

24. Frei Antônio de Arrábida nasceu em Portugal em 1771 e foi nomeado diretor da Biblioteca Imperial em 1822, tendo permanecido no cargo até 1831. Além de ter sido preceptor dos príncipes dom Pedro e dom Miguel, exerceu o cargo de reitor do Colégio Pedro II de 1838 a 1839. Foi substituído por Francisco Vieira Goulart. Formado em Coimbra, Goulart é caracterizado por Lúcia Maria Bastos Neves como um intelectual ilustrado que contou com as benesses da Coroa portuguesa para ocupar lugares de destaque. Assim, exerceu a atividade de naturalista na capitania de São Paulo, foi diretor do Laboratório Químico do Rio de Janeiro, sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa, redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* e diretor da Biblioteca Imperial até a sua morte em 1839. Naquele momento, assumiu a instituição Januário da Cunha Barbosa, conhecido também por ser um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entre a sua administração e a de frei Camilo, a Biblioteca Nacional esteve sob os cuidados de José de Assis Alves Branco Muniz Barreto, doutor em Medicina nascido na Bahia (sobre Francisco Vieira Goulart, ver Neves, 2006; as informações a respeito dos demais diretores foram retiradas de Almeida, 1897).

bibliotecário que, em seu julgamento, deveria estar à frente de uma instituição como aquela:

Leio no relatório do nobre ministro do império tratando da Biblioteca Nacional que S. Ex. entende que essa biblioteca precisa de ser franqueada ao público, em horas mais convenientes, e para isso autorizou uma despesa na importância de 11:000\$000. Concordo que a nossa biblioteca pública não está bem acomodada para prestar a utilidade que dela se deve esperar.

A respeito da nomeação do bibliotecário, feita pelo nobre ministro, me limitarei a uma simples observação. Embora eu esteja convencido que essa nomeação não pode deixar de ser boa, porque o nobre ministro a fez por *inspiração*; e sem desconhecer as qualidades e talentos do nomeado, entendo que o lugar de bibliotecário público deve ser reservado para um homem conhecido pela sua vasta erudição, para uma reputação firmada, para uma ilustração que possa receber dignamente os sábios estrangeiros que transitem por nosso país, e dar-lhes uma ideia elevada da nossa civilização. Não é lugar para os moços se habilitarem, mas para se remunerar os talentos feitos.

Bem sei que o ordenado que se marcou para esse funcionário não comporta uma nomeação desta ordem; mas cumpria ao nobre ministro propor no orçamento o necessário aumento de ordenado, a fim de tornar esse cargo uma espécie de aposentadoria honrosa para algum literato ilustre, já encanecido pelas vigílias do estudo, pelos seus serviços prestados, citarei, para exemplo, o Sr. Conselheiro José Maria do Amaral, o comendador Porto Alegre, e se, bem que mais moço, o Dr. J. M. de Macedo. Não falo do Sr. Conselheiro Magalhães e outros, porque se dedicaram a diversa carreira. Em todos os países cultos da Europa, o bibliotecário público é sempre um homem notável pelo seu talento e por sua vasta erudição (Alencar, 1871, p. 55, grifo do autor).

De acordo com Nelson Schapochnik (1999, p. 282), o cargo de bibliotecário tinha a “chancela do poder”, uma vez que o pretendente deveria ser indicado pelo ministro e tinha ainda

de passar pelo crivo da Assembleia. Nessa esfera, as relações pessoais poderiam ajudar, mas também prejudicar as aspirações do candidato. No caso de Ramiz Galvão, sua indicação acabou sendo aceita pelos deputados e corroborada por dom Pedro II. No entanto, pelo discurso de José de Alencar, parece que a aceitação não se deu sem reservas. Como vimos, Ramiz era jovem, mas não era um ilustre desconhecido da Monarquia. O próprio imperador tivera oportunidade de verificar suas habilidades nos exames e nas aulas que ministrava no Colégio Pedro II. Ainda antes de entrar para a BN, fez parte do Instituto dos Bacharéis em Letras, instituição formada por ex-alunos do Colégio Pedro II e ligada ao poder imperial. Na época de sua nomeação, já havia publicado alguns trabalhos, como *O púlpito no Brasil*, sobre oratória sacra, bem como sua tese de conclusão do curso de Medicina, intitulada *Do valor terapêutico do calomelano no tratamento das inflamações serosas*. No entanto, para José de Alencar (e provavelmente para outros deputados), tais méritos não eram suficientes para a importância do cargo pretendido. Ser diretor da Biblioteca Nacional requeria mais: deveria ser um prêmio, uma homenagem a alguém com uma longa carreira. Não um trampolim ou expediente para um jovem alcançar uma posição. A Biblioteca Nacional era, portanto, um fim, não um meio (ou um começo). Mas como exigir que um grande nome das letras aceitasse ocupar tal cargo se a remuneração não era atraente? Diante desse impasse, a Biblioteca acabou ficando nas mãos de um jovem que a assumiu aceitando receber o ordenado que o governo se prestava a pagar. No entanto, apesar do salário pouco condizente, foi a experiência na direção da principal biblioteca do país que fez com que Ramiz Galvão se consagrasse no ambiente letrado da época, além de tê-lo possibilitado visitar bibliotecas de outros países e entrar em contato com livreiros, editores e bibliotecários estrangeiros. Ou seja, não apenas se instalou em lugar de destaque nas redes de sociabilidade intelectual do Brasil como as ampliou em contatos internacionais.

Quando Ramiz Galvão assumiu a instituição, ela passava por uma série de graves problemas. Um deles era, certamente, os

baixos salários de seus funcionários, inclusive o do diretor. Além disso, ela necessitava de reformas urgentes para que pudesse abrigar os livros e receber com segurança o público. Naquele tempo, a Biblioteca Nacional funcionava em um edifício situado à rua da Lapa, tendo sido transferida para lá no início da década de 1850, ainda na gestão de frei Camilo. Desde a mudança, o prédio não tinha passado por nenhum reparo e já era possível notar, de forma sensível, a deterioração do edifício. Em um de seus primeiros relatórios enviados ao Ministro do Império, Ramiz conta que várias salas e corredores da Biblioteca encontravam-se arruinados e mesmo podres:

O que daqui resulta em um duplo inconveniente: 1º. o de não poderem suportar com segurança as pesadas estantes de livros, que aí se acham; 2º. deixarem passar por cima a grande umidade do solo, causa do estrago de muitos volumes depositados nessas estantes. [...] Não hesito a repetir a V. Ex^a que são de absoluta necessidade estes reparos na Biblioteca Pública. Sem eles, ver-me-ei obrigado a cruzar os braços diante do progressivo deterioramento de livros pela maior parte úteis, invadirão com mais fúria os vermes, que já começam a estragar algumas das salas da casa, perder-se-á finalmente boa parte das somas que há despendido até hoje o Governo Imperial com este estabelecimento de incontestável utilidade pública (Ministério do Império, 1871b).

Ramiz reclamava ainda da falta de artigos de primeira necessidade na biblioteca, deixando a instituição numa situação praticamente de abandono, onde faltavam os objetos para os trabalhos mais cotidianos:

A pura verdade, V. Ex^a, é que desde os capachos da entrada e os [?] de limpeza até os tinteiros da sala pública de leitura, tudo aqui respira a estrago e quase o abandono. [...] As mesas estão cobertas de panos velhos e manchados; os empregados superiores não têm móveis adequados aos seus trabalhos e a sua posição, as cadeiras estão a descolar-se, os tinteiros enferrujados, [...] quase não há nesta

repartição objeto que não esteja pedindo reparo ou substituição (Ministério do Império, 1876).

Diante dos problemas estruturais, uma das primeiras atitudes do novo diretor foi solicitar ao Império alguns contos de réis que seriam destinados às reformas do prédio. As obras foram aceitas e ainda estavam previstas modificações necessárias em aposentos destinados ao diretor. Ou seja, previa-se que Ramiz Galvão fixasse sua residência em um prédio contíguo à própria biblioteca. Morar próximo àquele estabelecimento possibilitaria que o bibliotecário se dedicasse de maneira integral à organização do serviço e do acervo da instituição (Ministério do Império, 1871b).

Durante a gestão de Ramiz Galvão, um de seus principais objetivos foi tornar a Biblioteca um ambiente útil para os intelectuais fluminenses. Isso demandava organizá-la de forma que servisse aos interesses de seus frequentadores. Era necessário que a casa assumisse que sua função não deveria ser apenas armazenar livros, manuscritos e materiais iconográficos, mas também auxiliar investigações e estudos de toda natureza. No ano de 1870, ainda sob a direção de frei Camilo, a Biblioteca foi frequentada por pouco mais de 2 mil leitores. Para Galvão, esse número não podia ser explicado pela pequena quantidade de pessoas ilustradas na cidade. Homens ilustrados, dizia ele, existiam. No entanto, esse grupo não conseguia ter acesso às riquezas da Biblioteca, pois nela não havia catálogos, pessoal capacitado e um horário amplo de consulta.

Desde que assumiu a casa, Ramiz Galvão solicitava constantemente mudanças estruturais na instituição para que ela pudesse ficar aberta por um período maior, uma vez que seu horário de funcionamento, das 9 às 14 horas, não permitia o acesso de muitas pessoas àquele estabelecimento. Para a ampliação do horário, era necessário investir em iluminação a gás em todo o edifício e no aumento dos salários e do número de seus funcionários. Em relação ao primeiro pedido, ele não apresentou grandes dificuldades para ser aprovado pelo Ministério: a biblioteca ampliou em uma hora o seu horário diurno e passou a abrir no horário

noturno, das 18 às 21 horas, já no dia 2 de maio de 1872 (Carvalho, 1994, p. 73). Logo no seu primeiro dia de funcionamento no novo turno, a instituição recebeu 20 leitores, entre eles, simbolicamente, o próprio Pedro II, que teria permanecido cerca de uma hora na Biblioteca, examinando coleções de livros, manuscritos e estampas (Ministério do Império, 1872b). Em relatório referente aos meses de janeiro a setembro desse mesmo ano, Ramiz comemorava o fato de, nesse período, a biblioteca ter recebido 6.555 leitores, muitos dos quais frequentadores do período noturno. Na sua estimativa, até o fim de 1872, a casa seria visitada por 9.864 pessoas, que teriam consultado 11.502 obras. Ramiz pode não ter acertado de forma precisa nos números, mas, de fato, o novo horário agitou o trabalho dos bibliotecários, que passaram a servir a um contingente bem maior de frequentadores da instituição.

A ampliação do horário e o aumento do número de leitores punham em pauta a questão dos salários e da qualidade dos funcionários da Biblioteca, tema de muitos relatórios e cartas escritos por Ramiz ao Ministério do Império. Nelas, o bibliotecário argumentava ser absolutamente necessário contratar pessoas capacitadas e instruídas para trabalhar na biblioteca e, portanto, remunerá-las satisfatoriamente:

Homens que ouvem em seu lar os gemidos da penúria e trazem o cálice da miséria – não podem servir, não serviram, nem servirão jamais como convém. Homens que precisam procurar em outra parte recursos para a sua subsistência e para a de seus filhos – não serviram nem servirão jamais com o zelo desejável. Finalmente, homens que medianamente instruídos puderem alcançar emprego nas Secretarias d’Estado, ou ganhar o pão cotidiano mediante o exercício de qualquer profissão decente – não trocarão nunca esse bem-estar pelas cadeiras da Biblioteca Nacional (Galvão, 1875b).

O bibliotecário queixava-se frequentemente que os funcionários existentes na Biblioteca Nacional não satisfaziam às exigências do serviço, especialmente de limpeza e conservação dos livros. Além disso, ocupavam cargos cujos salários estavam

longe de serem atrativos para pessoas qualificadas. Em um ofício, afirmava que estabelecimentos como a Biblioteca Nacional precisavam de empregados que tivessem, pelo menos, uma “mediocre instrução” e, para isto, é “forçoso que não se continue a dar a esse *oficial* da Biblioteca a terça parte dos vencimentos d’um *contínuo* de secretaria” (Ministério do Império, 1872a).

Diante das muitas reclamações, o ministério autorizou que fosse paga uma gratificação aos antigos funcionários da biblioteca para que trabalhassem no período noturno. Mas os problemas não foram resolvidos e as queixas continuavam. Somente alguns anos mais tarde, em 1879, quando a biblioteca se organizava a partir das mudanças concebidas por Ramiz Galvão após seu retorno da Europa, foi realizado o primeiro concurso para a instituição, que rendeu a Capistrano de Abreu a vaga de oficial da Biblioteca. Capistrano de Abreu tinha o perfil do bibliotecário que Ramiz procurava: era erudito, com ampla cultura geral, que incluía o conhecimento da história, literatura e língua pátrias. Tinha também conhecimento técnico, sabendo manejar e classificar os documentos da instituição. Era o funcionário ideal para o novo perfil de biblioteca que aos poucos tomava forma durante a sua gestão.

O concurso de 1879 fez parte de todo um conjunto de reformas instituídas após a viagem de Galvão à Europa, que analisaremos de forma pormenorizada adiante. Mas cabe lembrar que essas reformas renderam não só a nomeação de um jovem promissor, como era o caso de Capistrano, como também possibilitaram a elaboração de um novo regulamento, que dividiu a Biblioteca Nacional em três seções: impressos e cartas geográficas, manuscritos e estampas. Os novos estatutos também se preocupavam em fiscalizar melhor os leitores que frequentavam a instituição e buscavam ampliar e fazer cumprir a lei de 3 de julho de 1847, que obrigava os tipógrafos da corte a enviar para a Biblioteca Nacional exemplar de qualquer livro publicado. No projeto do novo regulamento, redigido pelo bibliotecário, ele demandava que essa lei se estendesse a todo Império e passasse a englobar estampas, mapas, planos e fotografias, e não somente obras

impressas (Galvão, 1875b). Foi a partir da viagem à Europa que ele passou à realização de um novo catálogo para a Biblioteca Nacional, necessidade que já havia sido levantada por frei Camilo. Em seu relatório, Ramiz destacava que verificou, durante a viagem, a necessidade de organizar catálogos inteiramente novos e optou, a partir do que viu nas bibliotecas europeias, por fazer um catálogo alfabético ou nominal e outro sistemático ou por matérias:

Nesta casa é preciso prever a consulta de duas ordens de leitores: uns conhecem já a obra que desejam, sabem-lhe o título por extenso e a edição que lhes convêm; outros são estudiosos que fazem investigações em certo sentido, mas ainda não sabem tudo de que carecem para esclarecer a matéria, e é para indagá-lo que recorrem à Biblioteca. Pois bem: para aqueles e para as necessidades cotidianas da repartição é o catálogo alfabético que decide tudo; em menos de um minuto se encontra ali o que o leitor deseja. Para estes, é o catálogo sistemático o único capaz de servir de guia. Está, pois, minha deliberação justificada, e penso que dela não provirão senão bens para o público amador dos estudos sérios (Galvão, 1875b).

O mais interessante é que, no próprio trabalho de catalogação dos materiais da Biblioteca (que em grande parte ficou nas mãos de Alfredo do Vale Cabral, encarregado da seção de Manuscritos), diversas obras cujo pertencimento ao acervo da BN não se conhecia, foram localizadas, bem como alguns livros em língua tupi e estampas de Dürer (Galvão, 1875b). Uma vez tirados do esquecimento e catalogados, era necessário trazer à luz ao público os “tesouros” da Biblioteca Nacional. Para isso, os novos estatutos de 1876 já previam a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, que seriam a forma de divulgar o acervo da casa, noticiando os livros raros e as peças valiosas que lotavam suas estantes. Não por acaso, o primeiro volume da publicação trazia um estudo feito pelo próprio Galvão sobre a livreria do bibliófilo Diogo Barbosa Machado, cujos livros, opúsculos e estampas, coletados durante muitos anos de sua vida, passaram a fazer parte da Biblioteca Real e constituíram, mais tarde, o acervo da BN. A publicação dos

Anais acabava por coroar aquilo que seria, para Ramiz, a sua função como bibliotecário: desenterrar os tesouros esquecidos, organizá-los e arquivá-los e, por fim, trazê-los a público para que possibilitassem toda a sorte de pesquisas. Portanto, era função precípua do bibliotecário, ser também um editor:



Alfredo do Vale Cabral. Acervo da seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional.

Ele [o bibliotecário] examina, ordena e classifica como o naturalista;

ele compara os textos, e decide a primazia, como o crítico; restaura os monumentos injustamente esquecidos e exuma as relíquias do passado como o arqueólogo [...]; arquivava, comenta e ilumina de notas as obras hodiernas para auxiliar as investigações do futuro, dá o fio de Ariadne a toda a sorte de pesquisas [...]; ao literato fornece e aponta os modelos e as fontes, ao sábio faculta os anais das academias, ao artista os materiais da composição, ao político os documentos da administração dos Estados; em suma, não há trabalhador no imenso campo da ciência profana ou sagrada ou no domínio das artes, a quem ele não preste o seu braço, não há monumento literário de vulto, para cuja construção ele não concorra com pedras angulares (Galvão, 1887, p. 108).

Certamente, ninguém desenvolvia com maior acuidade o sentido do “trabalho de formiga”, na metáfora criada por Viriato Correia décadas depois, que o diretor da BN, nessa passagem. Ele é preciso quanto à centralidade da ação desse tipo de investimento intelectual: “subterrâneo”, como todo bom alicerce de uma sólida construção. Com os profissionais qualificados, novos estatutos

e a publicação dos *Anais*, a Biblioteca Nacional se tornava um local de pesquisa histórica e uma instituição guardiã e difusora do passado nacional, presente na materialidade dos documentos que possuía e que, desde 1876, passavam a ser publicados. Lidar com estes documentos, estudá-los, classificá-los e catalogá-los não era trabalho para qualquer um, mas requeria alguém que tivesse uma formação que o capacitasse para aquele serviço.

E o serviço não era pouco, especialmente na ótica de Ramiz Galvão. Além de zelar pela publicação periódica dos *Anais* e cuidar do funcionamento da biblioteca, era seu trabalho aumentar o acervo da instituição. Nesse momento, seu maior interesse era a aquisição de documentos referentes à história pátria, muitos dos quais estavam fora do país:

Escusado me parece insistir sobre a alta conveniência de se não permitir que fiquem fora de nosso país todos esses papéis, porque vossa excelência sabe melhor do que eu o que eles valem para a história de uma nação, que está hoje compondo os seus *Anais* e buscando luz que esclareça largos períodos de sua vida passada. Indubitável é que sem documento não se escreve história e que sem fazer sacrifícios para os haver não legaremos a posteridade mais do que as trevas e a dúvida que já recebemos na herança de nossos maiores (Ministério do Império, 1877b).

Anos mais tarde, já com o acervo acrescido de outros documentos e com novos funcionários na casa, foi possível levar a cabo aquela que seria uma das suas principais realizações dentro da Biblioteca Nacional: a Exposição de História do Brasil. Inaugurado em 1881, o evento foi muito saudado pela imprensa da época. Entre outros aspectos, ressaltava-se a iniciativa do bibliotecário e a grande quantidade de documentos que se conseguiu reunir sobre a história e geografia do país.

Novos horários destinados à ampliação do número de usuários; melhorias no edifício; iluminação a gás; funcionários novos e mais qualificados; organização, conhecimento, publicação de livros e edição de manuscritos e estampas; maior funcionalidade

na organização do acervo em seções. Como compreender as mudanças ocorridas nesses 12 anos em que Ramiz esteve à frente da Biblioteca Nacional? Por que essas mudanças aconteceram justamente durante a sua gestão e não em períodos anteriores? E o que nos parece mais importante: como o próprio Ramiz Galvão percebia o legado da sua administração, comparando-a com as anteriores? Vimos que, quando frei Camilo de Monserrate buscou a benesse de diretor da Biblioteca Nacional já destacava a necessidade de fazer um novo catálogo para a instituição e realizar um levantamento de livros e documentos relativos à história nacional. Por que ele não conseguiu levar tais projetos à frente?

De fato, em uma década, a Biblioteca Nacional transformou-se em uma instituição mais estruturada e mudou em relação aos anos anteriores. No entanto, é interessante destacar como o próprio Ramiz Galvão ajudou a construir uma memória de sua gestão como marcada pela transformação da BN. Nos documentos e relatórios que enviava ao Ministério do Império, bem como nos discursos produzidos após o seu desligamento daquele espaço, ele sempre destacava que tinha herdado uma biblioteca trôpega e praticamente morta, mas que ela dava “sinais de vida” e “entrava em uma nova fase”, passando por melhoramentos que equivaliam a “uma nova vida”. Essa imagem da biblioteca, que se reerguia após décadas adormecida, servia para que Ramiz fizesse uma boa representação dos trabalhos executados durante a sua administração, comparando seu período de gestão ao de seus antecessores, que, segundo ele, teriam se limitado “ao ordinário expediente, a mandar copiar alguns velhos catálogos ou a fazer novos índices incompletos, sumários e incorretíssimos” (Galvão, 1887a, p. 112). A relação parece-nos clara: se os outros pouco fizeram, ele, ao contrário, seria o executor das transformações geridas na instituição, o artífice que lhe devolveu a vida. Tal discurso, que dava a ver uma biblioteca que ia, aos poucos, se reerguendo, também estava presente toda vez que Ramiz solicitava uma nova modificação na organização ou no prédio da Biblioteca, a cada compra de uma valiosa coleção ou mesmo um aumento de verbas para a instituição.

Quando se estuda o período em que a Biblioteca Nacional foi dirigida por Ramiz Galvão fica-se tentado a creditar unicamente à sua administração as mudanças pelas quais a instituição passou. No entanto, é preciso ressaltar dois pontos que julgamos importantes. Em primeiro lugar, alguns projetos levados a cabo por ele, como os novos catálogos, a contratação de funcionários e a abertura no período noturno, eram necessidades prementes e já destacadas pelo seu antecessor. Aliás, na própria biografia que escreveu sobre frei Camilo, Ramiz destacou aspectos que foram motivos de crítica por parte do religioso beneditino, quando este assumiu a instituição. Também observou algumas mudanças pretendidas por ele: reformar o catálogo, elaborar um inventário descritivo da biblioteca, alterar o sistema de numeração dos livros e sua organização nas estantes, proceder à restituição das obras emprestadas, substituir os móveis da casa e reparar o edifício arruinado (Galvão, 1877).^[25] Ou seja, certamente muitas medidas também estavam no programa de gestão de seu sucessor. Em segundo lugar, Ramiz Galvão destacava que o período em que ele assumiu a Biblioteca era outro. Especialmente porque estava à frente do Ministério do Império um novo ministro que, segundo o próprio bibliotecário, “sabia ouvir reclamações e não tinha aquele vício da velha escola autoritária e centralizadora”, que marcava os ministros anteriores e com os quais frei Camilo teve de lidar (Galvão, 1877, p. 129).

De acordo com os primeiros estatutos da BN, datados de 1821 e que estiveram vigentes até a reforma de 1876, a Biblioteca estava subordinada “ao ministro secretário d’Estado dos Negócios do Reino” e era independente de qualquer outra instância (Carvalho, 1994, p. 48). A pasta do Ministério do Império, como passou a se chamar, lidava com assuntos referentes à segurança, educação e administração da corte. No momento em que Ramiz Galvão chegou à Biblioteca Nacional, o ministro do Império era João Alfredo Corrêa de Oliveira. Nascido em Goiana, Pernambuco,

.....
25. Quando frei Camilo assumiu a instituição, a Biblioteca Pública situava-se ainda no Hospital do Carmo.

em 1835, João Alfredo é exemplo da influência dos bacharéis, especialmente dos homens formados em Direito, nos círculos dirigentes do Brasil Imperial (Barman, v. 2, 1984, p. 62). Filho de família aristocrática e proprietária de engenhos, o futuro ministro era genro e afilhado político de João Joaquim da Cunha Rego Barros, barão de Goiana e também grande proprietário de terras em Pernambuco. Ainda jovem, fez o curso de Direito em Recife, uma das instituições mais importantes na época e lugar de formação de muitos dos dirigentes do Império. Ocupou, ao longo de sua vida, diversos cargos, entre eles o de delegado de polícia, promotor público e presidente de província. Mas seu nome ficou conhecido principalmente por conta da remodelação da cidade do Rio de Janeiro e da “questão servil”, como se dizia na época.

Quando o nome de Ramiz Galvão foi cogitado para a direção da Biblioteca Nacional, um assunto envolvendo João Alfredo dominava as discussões dentro da Assembleia. Tratava-se de um acalorado debate em torno da lei que ficou conhecida como do Ventre Livre, projeto que recebia o apoio de dom Pedro II e de sua filha Isabel. De acordo com José Murilo de Carvalho (2006, p. 306-308), a discussão sobre a liberação do ventre já havia sido apresentada nos anos 1850, mas despertou fortes reações contrárias. Em 1870, a ideia do Imperador era tentar levar adiante a discussão, dessa vez nomeando para seu ministro Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. No entanto, ele acabou pedindo demissão em favor de Rio Branco em março de 1871. João Alfredo foi escolhido como ministro do Império na gestão de São Vicente, permanecendo no cargo no período Rio Branco, o que foi motivo de críticas severas por parte de alguns deputados. Entre eles, estava José de Alencar, que ironicamente chamava a sua permanência no ministério de 7 de março de “prorrogação ministerial do nobre ministro do Império” (Alencar, 1871, p. 46). João Alfredo fazia parte do grupo conservador que defendia a abolição lenta e gradual da escravidão, sob o controle do Estado (Grinberg, 2002, p. 398-399).

No que se refere à Biblioteca Nacional, João Alfredo solicitava de Ramiz Galvão alguns relatórios periódicos sobre os trabalhos

e as necessidades da instituição. As informações enviadas pelo bibliotecário ajudavam-no a compor o relatório final, que o próprio ministro deveria apresentar à Assembleia Legislativa.

Quando comparamos os documentos expedidos por Ramiz Galvão e pelo conselheiro João Alfredo com os escritos pelos ministros antecessores e por frei Camilo em seus últimos anos de gestão, notamos algumas diferenças importantes. Enquanto os ofícios com pedidos de melhorias assinados por Ramiz saltam aos olhos pela quantidade, percebemos que os documentos referentes aos dois últimos anos de administração de Camilo de Monserrate, consultados por nós, mostram apenas dados sobre despesas, encadernações e assinaturas de periódicos. Não aparecem requisições e pedidos. Da mesma forma, os relatórios do Ministério do Império (1868; 1870b; 1863) anteriores a João Alfredo, quando se referem à Biblioteca Nacional, fazem-no de forma lacônica e destacam que, “por deficiência de meios”, “não tem sido possível satisfazer à necessidade que há neste estabelecimento de obras modernas de reconhecido merecimento”. Portanto, “a quantia destinada a este estabelecimento permite apenas que se cure dos seus serviços ordinários”. Pelo que se lê nesses relatórios ministeriais, a Biblioteca Nacional pouco teria mudado no período entre sua transferência para o novo edifício na rua da Lapa até 1870. Praticamente não recebia obras de qualquer tipo e seu acervo aumentava apenas por conta de alguns periódicos e documentos oficiais enviados para a instituição. O orçamento continuava o mesmo e novas aquisições só passavam pelas portas daquela casa quando doadas pelos próprios autores ou quando remetidas pelas tipografias da corte. Os conselheiros chegam a destacar a necessidade de aumento de verba para a compra de livros e para a abertura no período noturno (que trazia, por consequência, um aumento nos ordenados dos empregados). Entretanto, argumentavam que, “nas atuais circunstâncias financeiras do país” (Ministério do Império, 1870b), que se encontrava envolvido na Guerra do Paraguai, não se animavam a pedir verba para tais despesas.

Os relatórios expedidos por João Alfredo tinham outro tom. Eram marcados pelas demandas, seja por aumento de verbas, seja pelo reajuste do salário dos empregados, ou ainda, pela construção de um novo edifício:

Peço a vossa atenção para o que expus no meu citado relatório sobre os seguintes objetos: aumento das verbas destinadas à aquisição de livros e à nova encadernação dos que se acham estragados; autorização da despesa que exige a organização e impressão de um catálogo completo, cuja falta tanto se sente; elevação no número e vencimento dos empregados; finalmente a construção de um prédio em tudo apropriado a este importante estabelecimento, e situado em localidade conveniente, condições que faltam ao edifício em que se acha (Ministério do Império, 1872e).

Ao compararmos os relatórios de Ramiz Galvão com os de João Alfredo, percebemos que o ministro utilizava as informações do bibliotecário não só para mostrar o crescimento da Biblioteca Nacional, mas também para solicitar melhorias e mais verbas:

Disse no meu relatório de maio último que acabava de levar a efeito a abertura desta biblioteca durante algumas horas da noite. Segundo as informações de seu digno diretor, frequentaram-na, desde o 1º de maio, mês em que aquele fato se realizou, até o fim de setembro (período de 5 meses), 5.518 pessoas, que consultaram 6.401 obras. No de 4 meses de janeiro ao fim de abril não excedera de 1.037 o número dos concorrentes [...]. Tal notável crescimento no período decorrido, provando ser a biblioteca muito mais procurada à noite, indica a conveniência de conservá-la aberta por mais tempo do que atualmente se permite; para isso é, porém, indispensável o aumento da verba respectiva (Ministério do Império, 1872e).

É preciso lembrar que as solicitações feitas pelos ministros do Império, como o aumento de verbas, por exemplo, deveriam passar pela Câmara de Deputados. Assim, da mesma forma que não podemos atribuir apenas à vontade de Ramiz Galvão as

melhorias na BN, seria errado arrogá-las apenas ao conselheiro João Alfredo, mesmo porque a administração do bibliotecário extrapolou o mandato do ministro.^[26] Cabe destacar, portanto, que os deputados, de modo geral, votavam a favor das melhorias e pela ampliação das verbas solicitadas. No entanto, para que se votasse a favor das reformas, antes era preciso que houvesse a demanda por parte de Ramiz Galvão, de João Alfredo e da opinião pública. Nos 17 anos em que frei Camilo esteve à frente da Biblioteca Nacional, a verba a ela destinada aumentou apenas 2.402\$000 réis (saltando de 13.576\$000 para 15.040\$000), enquanto nos quatro primeiros anos da administração seguinte, o orçamento foi elevado para 68.800\$000 réis (Ministério do Império, 1877a). Até que ponto esse aumento no orçamento corresponde também a um novo olhar e a novas funções atribuídas à instituição é uma questão que buscaremos responder.

Um público para a biblioteca

Quando observamos a reforma pela qual a Biblioteca Nacional passou durante a gestão de Ramiz Galvão, algumas perguntas se colocam. Quem elas desejavam alcançar? Quem frequentava aquela instituição? Qual seu público leitor e que interesses literários ele possuía?

Ao analisarmos os números acerca da população alfabetizada do país na década de 1870 do século XIX, eles se revelam desanimadores. Em 1872, apenas 18,56% da população livre de todo o país sabia ler e escrever. Se tomarmos como base o total da população brasileira, veremos que em torno de 15% dela era alfabetizada (Carvalho, 2006, p. 80), o que significa que, em todo o país, havia pouco mais de 1 milhão e meio de pessoas que sabiam ler e escrever.

.....
26. João Alfredo permaneceu no Ministério do Império até 25 de julho de 1875.

Os números podem levar a pensar que não havia no Brasil, destacadamente na corte, um ambiente letrado e pessoas suficientes habituadas a frequentar bibliotecas e livrarias. Sendo assim, para que reformar a Biblioteca Nacional? Por que ampliar seu horário de funcionamento e suas aquisições? Um estudo feito por Tânia Bessone (1999) sobre o círculo de letrados da corte entre 1870 e 1920 contesta essa visão e constrói um quadro cultural e intelectual maior e mais agitado do que comumente se imagina que houvesse no Rio de Janeiro daquela época.

Capital do Império, o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX não era apenas um importante centro político e administrativo, mas também, o maior centro cultural do país. A cidade servia como um elo entre a jovem nação tropical e o Velho Mundo, modelo de civilização e progresso que se desejava alcançar. Gostos, livros, ideias, comportamentos, tudo chegava ao Brasil pelo Rio de Janeiro. Da mesma forma, os padrões e as normas aqui formados surtiavam efeitos no restante do país e ajudavam a atrair para a cidade pessoas de toda parte (Mattos, 2004; Motta, 2004). Como vimos, muitos intelectuais dessa época sentiram os efeitos dessa atração e experimentaram o que era viver no coração do Império. Para a corte, vinham também estrangeiros: não só cientistas e naturalistas, que aqui residiam por um tempo determinado, mas também livreiros e tipógrafos que se estabeleciam na cidade. Formando, inicialmente, pequenas livrarias, eles aos poucos ampliaram seus negócios e passaram a servir como referência e ponto de encontro para importantes escritores, políticos e letrados.^[27] Além disso, a vida cultural da cidade englobava, saraus e serões noturnos e as já mencionadas livrarias, algumas importantes bibliotecas públicas, entre as quais se destacava, é claro, a Biblioteca Nacional. De forma semelhante às livrarias, esses espaços abrigavam um público diverso, que abrangia os intelectuais residentes na corte, e servia também de núcleo de sociabilidade para esse grupo.

.....
27. Sobre a presença de livreiros estrangeiros no Brasil, ver Hallewell, 2005.

Esses dois espaços existentes na cidade – as livrarias e as bibliotecas públicas – nos dão uma dimensão do público leitor nas últimas décadas do século XIX. Eles nos parecem importantes para que situemos as mudanças promovidas por Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional dentro de um quadro maior: o de um ambiente frequentado por intelectuais que viviam no Rio de Janeiro na segunda metade do Oitocentos. Esse grupo, segundo Tânia Bessone (1999), era constituído por pessoas que possuíam alguns pontos em comum, como a profissão (especialmente as carreiras de medicina e direito), o gosto pelos livros, os interesses literários e os mesmos círculos de amigos. Havia ainda algumas práticas que caracterizavam o grupo, como a troca de correspondência e o hábito de frequentar livrarias e bibliotecas públicas. No entanto, convém destacar que tal círculo de leitores não era homogêneo, antes:

[...] revelou-se bastante eclético na sua composição: dele participavam jornalistas, literatos, *bon vivants*, *flâneurs*, comerciantes, políticos e boêmios, além de categorias profissionais mais afeitas aos livros, com destaque para os advogados e médicos que, além de suas tarefas específicas, tinham um trato mais íntimo com bibliotecas. Esse segmento adquiria obras e formava acervos domésticos, que em muitos casos eram contabilizados entre os bens deixados em inventários, testamentos e verbas testamentárias (Bessone, 1999, p. 27).

Era esse círculo pouco homogêneo que frequentava as principais livrarias da época, como a Garnier e a Laemmert, ambas situadas na movimentada rua do Ouvidor, além da Cruz Coutinho, a Enciclopédica, a Casa de uma Porta Só, a Dupont e Mendonça, entre outras (Bessone, 1999). Certamente, esse grupo frequentava não só a Biblioteca Nacional como outras bibliotecas públicas existentes no Rio nas últimas décadas do Oitocentos.

Nos anos 1870, havia na corte um significativo número de bibliotecas públicas, procuradas principalmente por estudantes (que se serviam delas para preparar suas lições escolares),

advogados, médicos, políticos e jornalistas. Havia, entre outras, além da Biblioteca Nacional,

[...] as bibliotecas da Faculdade de Medicina, Escola da Marinha, Academia de Belas Artes, Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Instituto dos Surdos Mudos, Mosteiro de São Bento, Conventos de Santo Antônio e do Carmo, Biblioteca Fluminense, Gabinete Português de Leitura, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Bessone, 1999, p. 97-98).

Vale ressaltar que, ainda a partir de 1870, não só houve um significativo aumento do número de livrarias estabelecidas no Rio de Janeiro como também as bibliotecas citadas passaram a ser mais utilizadas e frequentadas. Esse aumento pode ser verificado nas estatísticas de leitores que frequentaram a Biblioteca Nacional no período de administração de Ramiz Galvão.

Tabela 1 – Número de leitores que frequentaram a Biblioteca e de obras consulta.

Ano	Número de leitores	Obras consultadas (inclui periódicos)
1869	2.382	4.246
1870	2.265	Não consta no relatório do Ministério do Império
1871	2.834	4.078
1872	8.569	9.829
1873	7.438	7.920
1874	6.220	6.527
1875	4.399	4.813
1876	4.415	4.762
1877	7.064	7.352
1878	Não consta relatório	Não consta relatório
1879	8.485	8.844

1880	9.625	10.000
1881	9.180	9.761

Fonte: Relatórios do Ministério do Império.

Como é possível notar a partir da tabela 1, o número de pessoas que frequentava a Biblioteca Nacional (e, juntamente com elas, o número de obras consultadas) aumentou consideravelmente na década de 1870, especialmente a partir de 1872, quando a instituição passou a abrir também no período noturno. A tabela seguinte, com dados específicos acerca do número de leitores daquele ano, nos permite relacionar melhor o aumento da frequência à Biblioteca com a abertura no período noturno, empreendida a partir do dia 2 de maio de 1872.

Tabela 2 – Número de leitores e obras consultadas no ano de 1872.

Meses	Leitores	Obras consultadas
Janeiro a abril	1.037	1.261
Maio a setembro	5.518	6.401
Outubro a dezembro	2.014	2.167
Total	8.569	9.829

Fonte: Ministério do Império, 1872e.^[28]

Na década de 1870, a Biblioteca Nacional atingiu um nível de frequência até então não obtido, chegando, no seu auge, a receber pouco mais de 9 mil pessoas por ano. Certamente esse número era bem inferior ao de instituições como a Biblioteca de Paris ou o Museu Britânico, que chegava a ultrapassar a marca anual de

28. Este mesmo relatório informa que nos anos anteriores, desde 1857, a média de leitores da Biblioteca Nacional era 2.427, e de obras consultadas, 3.846.

50 mil pessoas (Galvão, 1875a). O próprio Galvão afirmava que cerca de 8 mil frequentadores frente a uma população de 350/400 mil pessoas era muito pouco (Ministério do Império, 1872d). No entanto, se compararmos os novos números da Biblioteca com a frequência nos anos anteriores a 1870, a diferença parece significativa.

A preocupação com a baixa frequência nos salões da BN era constante nos primeiros relatórios de Ramiz Galvão. Mas ela já havia sido apontada muito antes, inclusive por estrangeiros que a visitavam. Nos anos 1840, por exemplo, o missionário norte-americano Daniel Kidder, em viagem pelo país, pôde visitar a instituição, então situada no Convento do Carmo, e notou que, embora a Biblioteca oferecesse jornais, revistas europeias e materiais para escrever, nunca tinha visto seu salão cheio. Pelo contrário: suas mesas e a sala de leitura encontravam-se constantemente vazias (Schapochnik, 1999). Quando frei Camilo assumiu a instituição, o número e o tipo de leitor que a frequentava podem ser mais bem definidos a partir de seus relatórios. Um deles, relativo ao ano de 1855, menciona que 3.701 pessoas visitaram a Biblioteca Nacional naquele ano. Nesse mesmo documento, o religioso observava que os frequentadores recorriam a ela especialmente entre os meses de novembro e março, época das provas para ingresso nas Academias de Medicina e Engenharia. Segundo Schapochnik (1999), os dados fornecidos pelo bibliotecário permitem inferir que os estudantes constituíam o público leitor, por excelência, que frequentava a Biblioteca Nacional naquela época.

No entanto, com a transferência da Biblioteca Nacional para o largo da Lapa, o público leitor começou a declinar (Schapochnik, 1999). De acordo com Ramiz Galvão, não era possível atribuir a baixa frequência à falta de pessoas ilustradas. Afinal a cidade possuía, segundo ele, academias e estabelecimentos de ensino, portanto, um público interessado em livros e usuário em potencial de bibliotecas. Os motivos que explicavam o baixo número de leitores eram outros, entre eles a falta de um catálogo, a inconveniência do horário de consulta e o fato de o prédio se situar distante do então centro da cidade, o espaço de trânsito

dos intelectuais e estudantes. Sua transferência para o largo da Lapa distanciou a biblioteca das academias, das livrarias, das instituições de ensino e, conseqüentemente, do seu leitor.

A abertura no período noturno, as pequenas reformas no seu edifício e certas comodidades que a Biblioteca passou a oferecer ao seu usuário (como iluminação a gás, além da organização do acervo e do catálogo), certamente foram fundamentais para estimular o deslocamento até aquele ponto mais distante. Mas o que procuravam os leitores que frequentavam a Biblioteca? O que liam? Quais suas preferências? Vejamos a tabela a seguir.

Tabela 3 – Estatística das obras lidas no ano de 1877 divididas por idiomas e assuntos.

Período	Leitores	Obras	Idiomas	Assuntos
1º trimestre	903	925	Português – 572 Francês – 334 Outros idiomas ^[29] – 19	Belas letras – 243 História e geografia – 91 Jornais e revistas – 284 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas – 307
2º trimestre	1.997	1.976	Português – 1.192 Francês – 758 Outros idiomas – 26	Belas letras – 618 História e geografia – 230 Jornais e revistas – 424 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas – 240

29. Latim, inglês, italiano e alemão.

3º trimestre	2.228	2.333	Português - 1.574 Francês - 724 Outros idiomas - 35	Belas letras - 812 História e geografia - 345 Jornais e revistas - 430 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas - 1.136
4º trimestre	1.936	2.118	Português - 1.506 Francês - 605 Outros idiomas - 7	Belas letras - 942 História e geografia - 299 Jornais e revistas - 334 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas - 843
Total	7.064	7.352	Português - 4.844 Francês - 2.421 Outros idiomas - 87	Belas letras - 2.615 História e geografia - 965 Jornais e revistas - 1.472 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas - 2.526

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Estatísticas de leitura* (1876-1879). Mss.

Os relatórios enviados por Ramiz Galvão ao Ministério do Império nos fornecem algumas indicações importantes acerca do gosto literário daqueles que frequentavam a Biblioteca Nacional. Como amostragem, selecionamos o ano de 1877, sobre o qual possuímos informações mais completas, para compor a tabela 3, que destaca não apenas as áreas de conhecimento mais procuradas,^[30] como também fornece uma estatística das obras lidas, divididas por idiomas. Como se vê, naquele ano, as obras em português foram, de fato, as mais consultadas, representando em torno de 66% dos livros consultados. Os livros em francês, ainda

30. Utilizamos aqui o sistema de classificação das obras adotado por Ramiz Galvão em seus relatórios.

muito solicitados em uma época em que a influência cultural da França se fazia sentir entre aquele grupo letrado, representavam 33% do total. No que se refere aos assuntos mais procurados, as obras classificadas como belas letras eram as mais lidas (35,6% do total), seguidas pelas ciências matemáticas e jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas (todas postas em um mesmo grupo que representava 31,2% do total) e pelos jornais e revistas (20%). Os livros de história e geografia representavam 13,2% da totalidade das obras consultadas no ano de 1877.

O estudo feito por Nelson Schapochnik, acerca do público que frequentava a BN entre 1843 e 1856, mostra que os livros em língua portuguesa já haviam suplantado os de língua francesa entre os leitores. Ele, entretanto, coloca em dúvida esses dados e destaca que, em muitos casos, os próprios funcionários da Biblioteca traduziam os títulos das obras solicitadas. Além disso, devemos acrescentar que muitas dessas produções em língua nacional eram, na verdade, traduções de textos originalmente em francês. Certamente, a leitura de autores franceses, ainda que traduzidos para o português, era habitual entre o público usuário da Biblioteca Nacional. Chama a atenção também a procura por obras de medicina, jurisprudência, matemática e filosofia, o que pode indicar a presença de um público mais especializado nas salas da Biblioteca, bem como de estudantes das escolas de engenharia, medicina e direito da corte. Havia ainda os que visitavam a Biblioteca Nacional em busca de informações mais imediatas ou interessados no que acontecia na Europa, notícias que poderiam ser conseguidas nos jornais e revistas recebidos pela instituição.

Na verdade, o público que se servia da Biblioteca Nacional parecia ser amplo e certamente muitas pessoas não iam até o largo da Lapa em busca de um estudo mais sistemático sobre os “tesouros” existentes em seu acervo. Pelo menos é o que transpõe nos relatórios enviados por Ramiz Galvão ao ministro do Império. Neles é constante a sua insatisfação em relação aos leitores que frequentavam a instituição, sempre interessados em “literatura amena” e obras de pouca importância:

É sabido que a nossa mocidade se ocupa mais em geral da literatura de novelas, poesias ligeiras e peças escandalosas do que da consulta de obras de elevado valor científico e literário. [...] É claro, pois, que sendo composta a Biblioteca Nacional de obras de valor real, de obras de erudição e, sobretudo, de obras antigas, [...], é claro, digo, que não pode frequentá-la senão um círculo resumido de trabalhadores sérios, de investigadores esclarecidos. Que esse círculo é estreito, escusado é negá-lo [...]: somos um país novo, em que as carreiras lucrativas atraem e monopolizam os talentos sólidos, e em que por consequência as boas letras só por exceção acham cultores devotados e entusiastas, sonhadores desinteressados da glória, soldados do idealismo (Ministério do Império, 1875-1876a).

Apesar do aumento do número de visitantes, parece-nos que o público leitor que frequentava a instituição estava distante daquele desejado por Ramiz Galvão. Para ele, a Biblioteca Nacional, a primeira biblioteca do país em importância, deveria ser um lugar de investigações e estudos sérios, justamente pela qualidade do material que constituía seu acervo. Embora o número de leitores tivesse aumentado, certas seções, como a de estampas e manuscritos, continuavam vazias e seus chefes também reclamavam constantemente da falta de pessoas interessadas em estudos mais aprofundados e com gosto por “conhecimentos especiais” (Ministério do Império, 1875-1876a). De acordo com Ramiz Galvão, enquanto se folheavam bastante os jornais e corriam de mão em mão a literatura amena e os folhetins, os verdadeiros tesouros históricos dormiam no esquecimento (Galvão, 1875a).

Cabia, portanto, não apenas melhorar as instalações da biblioteca e ampliar seu público. Era necessário também dar subsídios para que aquele se tornasse um espaço de pesquisa e para que fosse possível manifestar nos leitores o interesse pelas investigações científicas e históricas. Se o Brasil era um país novo, em que, segundo os letrados da época, o desejo pelo conhecimento não havia ainda se instalado entre a juventude, era necessário que a Biblioteca Nacional estimulasse os estudos mais profundos e abrisse possibilidades para que fosse despertado o gosto pelos

ditos “conhecimentos especiais”. Foi com esse objetivo que os *Anais da Biblioteca Nacional* foram lançados.

A tabela a seguir nos dá uma dimensão da aquisição de obras pela Biblioteca Nacional durante os anos de administração de Ramiz Galvão, tendo como base as informações fornecidas pelos relatórios do ministro do Império. Essas informações são um pouco dispersas e não foi possível encontrar dados relativos a alguns anos. No entanto, cremos que, mesmo de forma incompleta, é possível tirar desses números algumas informações importantes:

Tabela 4 – Aquisição de obras.

Ano	Número de volumes (não inclui revistas)	Oferecidos pelas provincias ou secre- tarias de estado	Remetidas por tipografias	Oferecidas por particulares	Compradas
1863 (frei Camilo)	442	115	205	69	53
1869	315	ND ^[31]	ND	ND	ND
1870	493	36	290	51	116
1871	757	51	278	45	383
1872	4.727	ND	343	2.483	ND
1873	ND	ND	477	56	311
1874	3.705	118	439	672 ^[32]	2.476
1875 e 1876 ^[33]	4.417	ND	ND	ND	ND

31. ND: Não discriminado no relatório ministerial daquele ano.

32. Das 672 obras, 543 foram oferecidas pelo bibliotecário.

33. Os relatórios do ano de 1875 e do primeiro semestre de 1876 foram feitos conjuntamente, não sendo possível identificar os volumes ou obras adquiridos especificamente em cada ano. Optamos, então, por apresentar nessa tabela os dois anos conjuntamente. Não encontramos informações suficientes para preencher os demais itens desta tabela.

1877 e 1º semestre de 1878	1.368	ND	ND	ND	ND
2º semestre de 1878 até 31 de março de 1879 ^[34]	3.159	CP ^[35]	374	1.238	1.547
1879 (a partir de 1º de abril)	2.039	CP	377	1.466	196
1880 e 1881 ^[36]	5.536	CP	848	3.725	963

Fonte: Relatórios do Ministério do Império.

A primeira informação importante que os dados da tabela anterior nos fornecem é a maior entrada de obras na Biblioteca Nacional a partir de 1872, sendo boa parte delas oferecidas por particulares à instituição. Aliás, parece-nos significativo que, ao longo da década de 1870, as doações feitas por particulares tenham se tornado mais frequentes, o que, acreditamos, pode ser explicado pela maior visibilidade que a instituição ganhava a partir de suas reformas, algo que veremos de forma detalhada mais adiante. Doar uma obra ou uma coleção à Biblioteca Nacional significava atrelar seu nome a uma instituição que crescia e buscava se afirmar como um espaço de estudos. Em seu relatório referente aos anos de 1875 e primeiro semestre do ano de 1876, Ramiz Galvão forneceu os nomes de algumas pessoas que ofereceram obras à Biblioteca: doutor Gonçalves Nunes (advogado e barão de Igarapé-Mirim), Franklin Dória (advogado e barão de Loreto), Francisco Ramos Paz (bibliófilo), doutor Augusto Carlos Teixeira de Aragão (membro da Academia de Ciências de Lisboa), C. Württenberger (de Bremen, Alemanha), capitão Luiz Felipe Saldanha da Gama, barão do Lavradio, Vicente Quesada (diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires), Félix Ferreira

34. O relatório abrange todo este período e não especifica as aquisições de cada ano.

35. CP: Computado conjuntamente com as obras oferecidas por particulares.

36. Não há um relatório específico para o ano de 1880. O relatório de 1881, publicado em 1882, abrange o período de janeiro de 1880 a dezembro de 1881.

(jornalista), André Rebouças, José Carlos Rodrigues (de Nova Iorque), além dos conselheiros João Capistrano Bandeira de Melo, Zacarias de Góes de Vasconcelos, Souza Dantas e barão Homem de Mello.

Dentre as figuras citadas, chama a atenção não só a maciça presença de homens públicos, mas também a de doadores estrangeiros, o que nos leva a um segundo dado importante que aparece na tabela 4: o contato que Ramiz Galvão estabeleceu com pessoas de outros países e a importância dessas relações para a aquisição de obras pela Biblioteca. Ambos aspectos decisivos para construir uma imagem favorável da BN no exterior e também no próprio Brasil. A documentação que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro guarda sobre seu antigo diretor contém cartas trocadas entre Galvão e alguns estrangeiros, especialmente Vicente Quesada; Ferdinand Denis, administrador da *Bibliothèque Sainte-Genève*; Georges Duplessi, subdiretor da seção de Estampas da Biblioteca Nacional de França; Pedone Lauriel, livreiro francês e John Winter Jones, do Museu Britânico. Como era de se imaginar, a viagem de Ramiz à Europa possibilitou que ele conhecesse algumas dessas pessoas e mantivesse com elas uma rede de relações e troca de correspondência, que possibilitava o envio de livros, manuscritos, imagens e todo tipo de material bibliográfico. Muitas obras e periódicos então adquiridos vinham de fora do país, especialmente da França, por meio desses contatos. Quando esteve em Paris, Galvão localizou na cidade o livreiro Charles Porquet, o qual passou a remeter, periodicamente para a Biblioteca Nacional, livros e revistas estrangeiros a preços bastante acessíveis, como informa o relatório seguinte:

A encomenda que fiz ao livreiro Ch. Porquet foi toda de grandes obras de biblioteca que não nos devem faltar. Essa encomenda foi satisfeita com prontidão e notável inteligência [...]. Ao mesmo livreiro está incumbida a remessa das revistas estrangeiras que nos vêm todos os meses pelos vapores da linha de Bordeos. Atenta a economia que com este processo se realizou, pude aumentar consideravelmente o número de assinatura de jornais, de sorte

que hoje a biblioteca não recebe menos de 49 revistas (Ministério do Império, 1875-1876b).

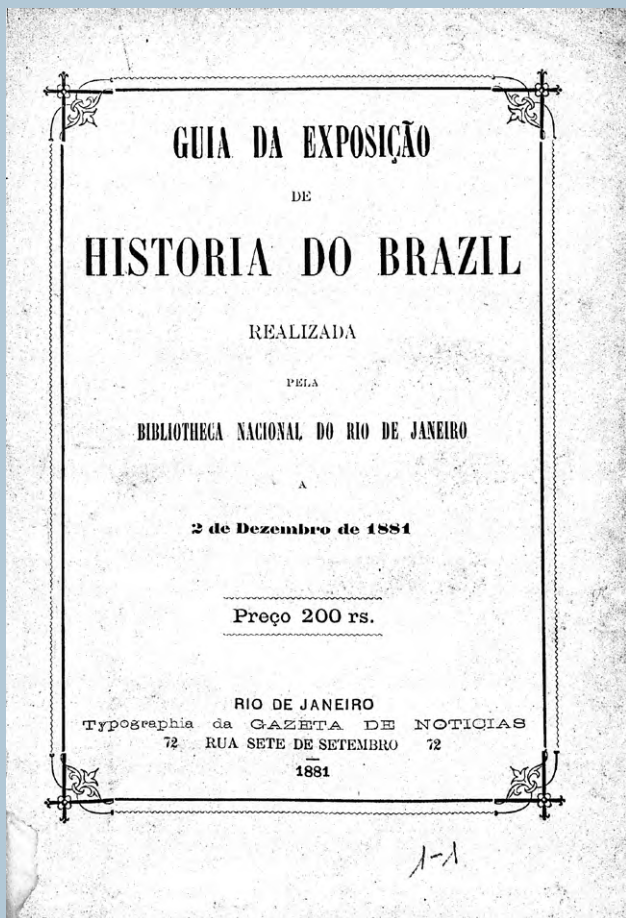
Assim o acervo da Biblioteca crescia. Como a tabela 4 mostra, aumentava menos pelo envio de obras remetidas diretamente das tipografias da corte (números que pouco se alteraram durante a década de 1870) e mais por meio de compras e doações. Com um orçamento maior, a biblioteca obtinha meios para crescer e expandir suas coleções, preocupando-se em investir seu dinheiro na aquisição de materiais como manuscritos e obras iconográficas, capazes de atrair um público mais especializado (público este esperado para uma biblioteca nacional). Paralelamente, o crescimento da biblioteca dava visibilidade àqueles que cediam obras e manuscritos de valor para a instituição. Contribuir para o engrandecimento de uma instituição como aquela era entendido como ato patriótico, afinal, contribuía-se para o engrandecimento dos estudos e das investigações dentro do país.

Se considerarmos os 12 anos de trabalho na Biblioteca Nacional, é possível que Viriato Correia tivesse razão em considerar Ramiz Galvão um trabalhador infatigável. Embora a sua pouca idade e sua inexperiência tenham causado certa insegurança quanto à sua atuação, ele assumiu a instituição e, retomando projetos já idealizados pelo seu antecessor, conseguiu muitos êxitos. Não só ampliou seu público como também, por meio da compra e aquisição de obras, buscou atrair para aquele espaço pessoas interessadas em estudos mais aprofundados, que contribuíssem especialmente para o conhecimento da história do Brasil. Dois importantes projetos desenvolvidos por Ramiz Galvão foram os *Anais da Biblioteca Nacional* e a *Exposição de História do Brasil*, que serão tratados em outros capítulos. Por ora, cabe lembrar que esses e outros serviços prestados renderam a Ramiz algumas graças honoríficas, entre elas: a da Real Ordem Militar Portuguesa de Nosso Senhor Jesus Cristo, recebida do governo português em 1880 pelos serviços que prestou à Biblioteca Nacional lusitana; o título de oficial da Instrução Pública, recebido do governo francês, em 1876, por serviços prestados às letras; e, como já foi

dito, o título de barão de Ramiz, oferecido pelo imperador do Brasil em 1888. Num jogo de mão dupla, sua gestão passaria a ser um momento importante na história da Biblioteca Nacional, ao mesmo tempo em que a instituição marcaria para sempre a trajetória de Ramiz Galvão, representando um momento de inflexão em sua biografia e tornando-o uma referência no ambiente intelectual de sua época. A seguir, veremos como a viagem que empreendeu pela Europa serviu de plataforma, dando a ele subsídios para colocar em prática diversos projetos para a Biblioteca Nacional, dentre eles a edição dos *Anais da Biblioteca Nacional*.

Parte II

**Um projeto de
Biblioteca Nacional
e de Nação brasileira**



BIBLIOTECA NACIONAL. *Guia da Exposição de Historia do Brazil*. Rio de Janeiro, RJ: Tip. da Gazeta de Noticias, 1881. p. 2. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon130043/icon130043.pdf.

A VIAGEM AO VELHO CONTINENTE

Peço-te encarecidamente que continues em tua longa romaria a proceder do mesmo modo, e mui particularmente quando chegares a Londres e Paris, onde existem esses dois monumentos – Museu Britânico e Biblioteca Nacional –, que se me afiguram de longe prodígios admiráveis.^[37]

A modernização e a reforma no funcionamento da Biblioteca Nacional traziam para Ramiz e sua equipe uma série de questões: se a ideia era abrir a biblioteca ao público, como organizar a entrada e saída de pessoas do prédio e zelar pela integridade das obras consultadas? Como fazer um catálogo que pudesse ajudar aos frequentadores da instituição naquilo que procuravam? A viagem à Europa e o conhecimento a respeito do funcionamento das principais bibliotecas daquele continente ajudariam o diretor da BN. Essas e outras questões seriam confrontadas com experiências bem-sucedidas que ajudariam a elaborar os novos estatutos da Biblioteca Nacional, em vigor a partir de 1876.

Este capítulo visa aprofundar a discussão iniciada na parte anterior, na medida em que a reformulação da Biblioteca Nacional se deu, em grande medida, em função da viagem feita por Ramiz Galvão à Europa. Em 1873, ele foi nomeado pelo governo imperial para representar o Brasil na Exposição Internacional de Viena, mas recebeu também a incumbência de, aproveitando a sua estadia no continente europeu, visitar as principais bibliotecas

37. Galvão, 1872a.

do “Velho Mundo”. Nesse sentido, ele permaneceu na Europa pouco mais de um ano e pode investigar a fundo as bibliotecas de Paris, Londres, Berlim, Munique, Leipzig, Florença, Milão, Viena e Lisboa. O intuito era, em primeiro lugar, observar a sua organização, retirando delas uma dinâmica de funcionamento que pudesse servir como modelo de construção de uma “nova” Biblioteca Nacional. Em segundo lugar, procurava-se adquirir, nos arquivos europeus, cópias de documentos que pudessem “lançar luz” sobre pontos nebulosos da história nacional. Um dos resultados da viagem foi a elaboração de um detalhado relatório que tomaremos aqui como nossa principal fonte.

Inicialmente, analisaremos o impacto da viagem para a formação de Ramiz como intelectual e abordaremos também de que maneira viagens, como a que fez o diretor da BN, evidenciam a estreita relação mantida entre intelectuais e Estado naquele momento. Como vimos, Galvão entrou para a direção da Biblioteca Nacional ainda muito jovem. Com poucos recursos, nunca tivera, até então, a oportunidade de conhecer outros países e suas instituições. Assim, patrocinada pelo governo imperial, a ida à Europa serviu não só à Biblioteca Nacional, mas também ao seu diretor, que soube utilizá-la como plataforma para sua própria trajetória intelectual. Em seguida, analisaremos o principal fruto dessa viagem: um relatório produzido por Ramiz e enviado ao Ministério do Império, em que descreve o funcionamento das instituições que visitou enquanto esteve na Europa. Nosso objetivo é cotejar essas informações com os estatutos da Biblioteca Nacional de 1876, buscando perceber como os modelos europeus serviram à formação de um projeto de biblioteca brasileira e para a criação de uma rotina de serviços para a instituição. Por fim, analisaremos como a viagem favoreceu a inserção de Ramiz numa rede de sociabilidade internacional que envolvia livreiros, bibliotecários e bibliófilos europeus e a importância dessa rede no projeto de reestruturação do funcionamento (e da imagem) da Biblioteca Nacional.

Viagem, a “escola do homem”

Aos 24 anos, quando assumiu a direção da BN, Ramiz Galvão não tinha experiência com o cotidiano de uma biblioteca. Se compararmos sua trajetória com a de frei Camilo, por exemplo, notamos algumas diferenças substanciais. O religioso beneditino nasceu na França, mas teve a experiência de conhecer outros países, quando empreendeu uma viagem para a Austrália. Mais tarde, saiu de sua terra natal e veio para os trópicos. Quando chegou à direção da Biblioteca Nacional, já possuía uma experiência prática com a organização da biblioteca de seu mosteiro. Ramiz Galvão não tinha dirigido nenhuma instituição do tipo. Nunca havia estado em outro país e, sobre as grandes bibliotecas europeias, sempre tomadas por ele como referências, só as conhecia pelos livros, pelos comentários de seus pares e pelos catálogos e informações que encomendava aos amigos que iam para o exterior.

Ramiz Galvão, é bom lembrar, não tinha posses, portanto, utilizava dos meios de que dispunha e da sua rede de sociabilidade para conseguir materiais e informações que pudessem ajudá-lo em seu trabalho na Biblioteca Nacional. A correspondência do bibliotecário nos permite ter uma ideia de suas estratégias. Em carta enviada de Berlim a Ramiz Galvão por Werneck de Aguilar, este informa ao diretor da BN que “para satisfazer a incumbência que me deu, fui logo à Biblioteca Real desta cidade, a fim de indagar se ali existem manuscritos que interessem à história do Brasil” (Aguilar, 1874). Cartas como essas nos apontam para a prática do diretor de aproveitar a passagem de seus amigos pelas principais cidades europeias para pedir a eles que procurassem materiais que auxiliassem seus projetos na BN.

Outro conjunto de cartas, trocadas entre Ramiz Galvão e o almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama, nos permite perceber de forma mais clara como ele coletava notícias a respeito das bibliotecas do Velho Mundo e como, a partir delas, buscava pensar mudanças práticas para o funcionamento da BN. Mas esses documentos nos dizem também sobre os próprios planos

do bibliotecário em empreender, por meio da ajuda do governo imperial, uma viagem à Europa. Em julho de 1872, Luiz Felipe, que, como vimos, além de cunhado, nutria uma amizade muito grande com Galvão, se encontrava em Lisboa a bordo da corveta Niterói. Após contar pormenores da viagem, como as festividades promovidas dentro da corveta, a visita que recebeu dos reis de Portugal e também os jantares oferecidos pelos parentes que viviam na capital portuguesa, o almirante não se esqueceu de dar ao amigo as notícias de que tanto esperava, evidenciando que já sabia da possibilidade de o cunhado vir ao seu encontro:

Não me descuidei igualmente de tuas recomendações e já fui à Biblioteca Pública desta capital observar a arrumação filosófica das estantes e livros. Aí obtive do bibliotecário um exemplar do catálogo para levar-te. Em uma das cartas recebidas daí, soube com extremo júbilo de tuas esperanças acerca da vinda à Europa como membro da comissão brasileira na Exposição de Viena. Não imaginas o júbilo que isso me causou, e ainda por pensar que nos poderemos encontrar nesse foco das artes e da civilização [...] (Gama, [1872]).

Ramiz não tardou em enviar sua resposta. Após agradecer a Luiz Felipe a sua ida à Biblioteca de Lisboa e a obtenção do catálogo da mesma, aproveitava para fazer mais um pedido:

Peço-te encarecidamente que continues em tua longa romaria a proceder do mesmo modo, e mui particularmente quando chegares a Londres e Paris, onde existem esses dois monumentos – Museu Britânico e Biblioteca Nacional –, que se me afiguram de longe prodígios admiráveis (Galvão, 1872a).

Já que não tinha como ver de perto as instituições de saber do Velho Mundo, procurava a ajuda de amigos e parentes para, a partir das informações recolhidas, conhecer como elas organizavam suas coleções e catálogos e, então, pensar de que forma poderia reformular o trabalho na Biblioteca Nacional. Mas a

carta nos informa também das esperanças, ainda que cautelosas, de uma viagem à Europa e do esforço que o diretor da BN fazia junto ao imperador para integrar a comissão que iria a Viena no ano seguinte:

Pelo modo porque escrevo, verás que ainda não tenho certeza alguma de ir em comissão do governo visitar esse velho mundo civilizado, cousa que aliás é hoje minha maior inspiração. Provavelmente meu sogro foi quem te deu esta notícia, e como nutre muito bons desejos a meu respeito acreditou que o negócio estava mais adiantado do que realmente está, e assim te comunicou. Posso assegurar-te que o que tenho são simples grandes esperanças, sobre o fundamento delas só o que te direi é que o Imperador prometeu “que se não esqueceria do meu desejo” (textual), e que estou nomeado membro da comissão adjunta à comissão superior da Exposição Nacional na Corte, e encarregado de fazer um trabalho sobre o município neutro em geral, e em particular sobre as bibliotecas e imprensa da capital (Galvão, 1872a).

A notícia tão aguardada não tardou a chegar. Em 1873, nomeado pelo governo imperial para participar da comissão que representaria o Brasil na Exposição Universal de Viena, Ramiz teve a oportunidade de conferir pessoalmente as informações que demandava aos seus amigos. Sua viagem pela Europa, como se disse, durou pouco mais de um ano. Num determinado momento de seu percurso, recebeu do governo imperial a incumbência de procurar e adquirir algumas obras e documentos referentes à história do Brasil, existentes nas bibliotecas e arquivos europeus. Certamente a viagem foi importante para que empreendesse as mudanças que vinha pedindo ao Ministério do Império. Algumas já tinham sido conseguidas logo nos primeiros anos de sua direção, como a abertura do prédio e a consulta ao acervo da Biblioteca Nacional durante o período noturno. Porém, talvez faltasse o fundamental: a BN precisava definir sua função. Para os objetivos de Ramiz Galvão – isto é, para o papel que ele buscava dar àquela casa –, era necessário reformular os seus cargos e

estatutos. Se o Brasil desejava fazer parte do concerto das nações civilizadas, era preciso que a sua principal biblioteca se organizasse nos moldes das congêneres europeias, especialmente as dos dois países considerados, à época, como modelos de civilização e de progresso intelectual e científico: a França e a Inglaterra. Para isso, a viagem e a observação de outras instituições serviam como um norte e um espelho para aquilo que a Biblioteca Nacional poderia se tornar.

Sair da sua região e conhecer outras partes do país e do mundo não era propriamente uma novidade para os cientistas e homens de saber do século XIX e de séculos anteriores. Pomian (1984) nos lembra, por exemplo, das viagens empreendidas pelos colecionadores europeus no século XV, em busca de objetos e documentos que aumentassem e enriquecessem suas coleções. Além de servirem para a aquisição de materiais, as viagens ampliavam o conhecimento, alargando a visão que um homem do saber tinha a respeito do mundo. A viagem tinha, portanto, um significado muito importante para os homens de letras e de ciências: a de fazer parte da sua formação, servindo, como constava na *Bibliothèque Universelle des Voyages*, publicada em 1833, como uma “escola” para os homens:

As viagens são a escola do homem, ele não dá um passo sem aumentar os seus conhecimentos e ver recuar diante de si o horizonte. À medida que avança, seja através de observações próprias, seja lendo os relatos de outros, ele perde um preconceito, desenvolve o espírito, apura o gosto, aumenta a sua razão acostumando-se ao altruísmo. E tanto por necessidade quanto por justiça em relação à humanidade, sente-se a cada vez impelido a se tornar melhor, dizendo a si mesmo segundo o filósofo inglês Tolland: o mundo é a minha pátria, e os homens são meus irmãos (Guimarães, 2000b).

Como lembra Angela de Castro Gomes (2005), as viagens e o trabalho intelectual eram elementos que possuíam ligações estreitas. Afinal de contas, esperava-se que um intelectual fosse alguém que conhecesse diversos lugares e que, a partir desse

conhecimento, tivesse condições de confrontar instituições, comparar o que viu e utilizar tudo isso para compreender o seu próprio país. Tomando essas ideias para pensarmos especificamente o ambiente letrado do Brasil oitocentista, podemos afirmar que havia uma série de práticas que caracterizavam os intelectuais brasileiros daquela época. Evidentemente, essas práticas não se restringem somente ao século XIX, mas servem ainda, como nos mostram os estudos citados, para pensarmos os intelectuais de outros períodos. Entre elas, estavam a troca de correspondência, a atuação em diversos campos e a viagem como momento de formação presente em uma trajetória. Nesse caso, a viagem como formação deve ser entendida de forma ampla, ou seja, poderia englobar tanto viagens para o estrangeiro quanto para regiões dentro do próprio país. O que importa é pensar como a experiência de visitar outro lugar poderia alargar o campo de visão desses intelectuais, permitindo a eles ver de perto o “Brasil profundo” ou ainda, ao conhecer uma nação estrangeira e estabelecer comparações, estudar modelos e formular projetos originais para o desenvolvimento do próprio país.

Existe uma vasta literatura sobre a questão das viagens no século XIX, especialmente sobre europeus que vinham para o Brasil, ou mesmo para outras regiões da América, com o intuito de observar a natureza e coletar materiais que pudessem ajudar no desenvolvimento científico e no conhecimento a respeito dessas regiões, vistas muitas vezes sob o olhar da diferença e do exotismo.^[38] Não são exatamente essas viagens que nos interessam aqui. Embora haja proximidades entre elas, estamos lidando com deslocamentos de intelectuais que realizavam o movimento contrário: se os viajantes estrangeiros estavam interessados na natureza dos trópicos, os viajantes brasileiros, ao saírem do país, estavam à procura daquilo que representava a “civilização” do velho mundo: suas bibliotecas, universidades, arquivos e academias. Mas é preciso lembrar que, não importa o sentido da

.....
38. Sobre essa questão, ver Guimarães, 2000; Kury, 2001, 2008; Naxara, 2004; Sússekind, 1990.

viagem, elas submetiam seus agentes a impressões cognitivas e estéticas, na medida em que possibilitavam a eles a experiência de conhecer e sentir, a partir de seus próprios olhos, um espaço diferente, fosse ele tomado como “excêntrico”, fosse ele concebido como “civilizado”.

As viagens começavam muitas vezes cedo para muitos brasileiros. A primeira grande viagem de Ramiz Galvão, por exemplo, foi aos 6 anos de idade, quando saiu de Rio Pardo e veio tentar a vida no Rio de Janeiro. Outros de sua época também tiveram trajetórias semelhantes. Alguns deles se tornariam letrados reconhecidos, como Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Manoel Bomfim ou Silvio Romero, só para citarmos alguns que deixaram seus lugares de nascimento e foram para a corte, buscando ampliar suas redes de relações e alcançar notoriedade nesse ambiente que representava o centro cultural e político do país. Como lembra Ilmar Rohloff de Mattos (1997) ao tratar especificamente do caso de Capistrano, esses deslocamentos abriram a esses homens a possibilidade de descobrirem a si mesmos e se tornarem o que viriam a ser mais tarde.

Ao longo da vida desses intelectuais, as viagens continuavam. Muitas vezes, viajava-se para dentro do país, para conhecê-lo e dá-lo a conhecer: ver seus rios, sua natureza, sua população e costumes. Esse foi o caso, por exemplo, de homens como José de Alencar, Gonçalves Dias e Varnhagen. É conhecida a história relacionada a este último autor que, em meio à sua excursão pelo interior do país, viu-se ameaçado por “selvagens”, mudando radicalmente a visão que tinha em relação aos povos indígenas (Cezar, 2007). Já no século XX, essas viagens ao interior do Brasil continuavam a estimular e inspirar a produção de intelectuais como Gilberto Freyre, que mobilizava em seus ensaios experiências e percepções colhidas de suas viagens (Nicolazzi, 2006, p. 241).

O tema da viagem e do deslocamento inspirava também a elaboração de obras de diversos tipos, inclusive com forte teor pedagógico. Um exemplo muito rico nesse sentido foi o livro de grande sucesso escrito por Manoel Bomfim e Olavo Bilac, *Através do Brasil*, publicado em 1910, mas reeditado diversas vezes

a partir de então. O livro conta as aventuras de dois irmãos, Carlos e Alfredo, que, em função da doença do pai e, posteriormente, imaginando-se órfãos, percorrem o Brasil inteiro, dando a conhecer diversos “tipos” nacionais, bem como os costumes, as regiões e a natureza do Brasil. Utilizada durante muitas décadas como manual escolar, a obra possibilitava que os pequenos leitores do país, conduzidos por Carlos e Alfredo, também viajassem através do Brasil. Viajava-se sem sair do lugar, mas, ainda assim, o deslocamento pelo interior do país tinha um sentido de descoberta e conhecimento: inspirando-se nos livros *Le Tour de la France par deux enfants*, de Augustine Tuillerie, e *Cuore*, do italiano Edmondo de Amicis, *Através do Brasil*, sem descuidar de mostrar a diversidade do país, ressaltava também os elementos que lhe conferiam unidade (Bilac; Bomfim, 2002).

Os intelectuais viajavam também para fora do país. Deslocamentos que tinham muitas vezes a finalidade de estudo, em que se contava com a proteção de um intelectual mais velho e “estabelecido”. Esse foi novamente o caso de Gilberto Freyre, que pôde contar com a indispensável ajuda de Oliveira Lima em sua estada nos EUA e viagem para a Europa, durante a qual o jovem Freyre foi apresentado, pelo seu protetor, ao mundo intelectual, o que lhe possibilitou colocações e contatos que renderiam, inclusive, um convite para dar aulas em Stanford (Gomes, 2005; Nicolazzi, 2006).

Como ressalta Wilma Costa (2003), em muitos casos viajava-se não somente pelo país ou para fora do país, mas a serviço dele. Assim, esses deslocamentos eram uma prática não só incentivada como financiada pelo Estado. Convém lembrar que muitos intelectuais da época eram funcionários do governo imperial. Esse era o caso, por exemplo, do próprio Ramiz Galvão, como também de homens como Varnhagen e Gonçalves Dias, cujas posições na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros permitiram a realização de viagens, a serviço do governo, por diversos países. Outro caso exemplar é de Ladislau Neto, contemporâneo de Ramiz e diretor do Museu Nacional, que em 1864 foi aprofundar seus estudos de ciências naturais na Europa por meio de recursos

públicos. A prática continuou durante o regime republicano e um exemplo disso é Manoel Bomfim, que em 1902 conseguiu do governo brasileiro uma bolsa para estudar em Paris (Lajolo, 2000). Como lembra Manoel Salgado, o Estado brasileiro, em diversos momentos, agiu como uma espécie de mecenas, que, na forma de bolsas, recursos, pagamento de viagens e cargos públicos, procurava viabilizar o trabalho intelectual (Guimarães, 1988). Como veremos de forma mais pormenorizada adiante, diversos intelectuais brasileiros orbitavam em torno do Estado, atuando em instituições públicas, como secretarias, museus e bibliotecas; ou ainda em espaços que recebiam recursos públicos, como o IHGB, o que lhes possibilitava ter contato com documentos, escrever e publicar seus estudos e ainda viajar para dentro e fora do país.

Alguns estudos importantes pensaram essa relação entre Estado e intelectuais, bem como o papel do Estado como mecenas, tomando como objeto a Europa dos séculos XVII e XVIII. Ao pensar o século XVIII europeu, Roger Chartier (1997), por exemplo, destacou a importância do mecenato régio para a independência dos homens de letras. Colocar-se sob a tutela do rei-mecenas era uma forma de evitar a “dependência humilhante do vínculo da clientela”, garantindo maior liberdade em seus estudos a todos aqueles que não podiam depender de suas próprias rendas.

Isabel Mota, ao tratar especificamente do caso português, destacou a importância do Estado, na figura de seus monarcas, como patrocinadores dos estudos históricos e científicos no país. Seu olhar se voltou, especialmente, para a questão da escrita da história e, de forma mais precisa, para a fundação da Academia Real de História Portuguesa, instituição criada em 1720 pelo rei dom João V, com o interesse de incentivar os estudos históricos no reino e promover as glórias de Portugal para toda a Europa. Reunindo na agremiação alguns dos maiores eruditos do país, aos quais foi dado livre acesso aos documentos e materiais indispensáveis para se alicerçar um passado para o reino, mas também competia a esses intelectuais exaltar a monarquia e projetar uma imagem poderosa, sagrada e absoluta do rei. Tomando por base as considerações de Eisenstadt (1972), podemos afirmar que o

estudo de Isabel Mota (1998, 2003) lembra a relação de mão dupla mantida entre o Estado e os homens de letras, especialmente a partir da formação dos Estados modernos: estes, precisavam de legitimação e, para isso, contaram com a ajuda dos homens de saber, oferecendo a eles proteção e acesso às instituições, ou seja, viabilizando seu trabalho e tornando-os mais independentes das redes clientelísticas.

Os trabalhos de Blandine Kriegel também evidenciam as relações entre Estado e homens de letras, destacando, particularmente o papel das viagens nesse contexto. No grande estudo que realizou a respeito do processo denominado por ela como “derrota da erudição”, Kriegel dedicou um de seus livros inteiramente à análise da figura de Jean-Mabillon. Na Europa dos séculos XVII e XVIII, religiosos como ele foram responsáveis por vários projetos enciclopédicos de reunião de documentos, atas e notícias de dinastias, cidades, reinos e antiguidades realizados na época. Tratava-se de um momento, como lembra a autora, em que a história estava intimamente ligada à ciência religiosa. Nesse ambiente religioso das ordens monásticas, a moderna crítica documental nascia e se desenvolvia. Mabillon, tido como o pai da diplomática, foi um beneditino da famosa abadia de *Saint-Germain-des-Prés*, interessada em estudar seu próprio passado, os manuscritos da ordem, as vidas de seus santos, entre outros assuntos. Entre 1655 e 1677, foram compilados naquela abadia 13 volumes in-quarto de documentos, incluindo cânones, concílios, crônicas, histórias, hagiografias, correspondência, entre outros. Tratava-se de um programa de estudos interessado em celebrar a ordem e defender a Igreja Católica dos ataques dos quais era objeto na época. As viagens empreendidas por eruditos como Mabillon não tinham, portanto, um sentido místico ou espiritual, mas eram uma experiência *savant*, interessada em incunábulo, manuscritos, documentos e raridades num momento em que tudo estava por ser feito: elaboração de catálogos, recenseamento de fontes, organização de coleções, arquivos e bibliotecas (Kriegel, 1988).

Assim, todo esse trabalho de compilação documental estava diretamente ligado e era viabilizado pelas viagens empreendidas

por homens como Mabillon. O erudito teve a oportunidade de visitar diversas instituições da Itália e da Alemanha, copiando os documentos que servissem aos seus objetivos. É interessante que Mabillon não realizou essa tarefa somente a serviço de sua ordem, mas também a mando do Estado. Depois do sucesso da obra *De re diplomatica*, Colbert confiou ao erudito a missão de encontrar peças interessantes para a Casa Real, dando a ele toda a proteção oficial para realizar esse trabalho. Havia, portanto, como destaca Kriegel, uma relação estreita entre esses *savants* e os interesses do Estado monárquico, que cada vez mais assumia um papel importante na montagem de coleções documentais, arquivos e bibliotecas como forma de sanar duas necessidades: a de glorificar a monarquia e a de municiar o Estado das informações indispensáveis à sua ação (Kriegel, 1988).

No caso brasileiro, é igualmente possível verificar essa estreita relação entre Estado e homens de letras. Na década de 1870, houve um forte interesse da monarquia em reformular suas instituições de saber, entre elas a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e o Arquivo Público, buscando sintonizar o país com a modernidade científica europeia. E isso foi feito numa ação que envolvia o Estado, seus Ministérios, diversas instituições e os intelectuais ligados a essas instâncias. Homens como Ramiz Galvão se envolveram diretamente nesse projeto modernizador, ocupando-se de tarefas de mediação cultural, como a viagem que empreendeu à Europa. Foi, portanto, uma viagem a serviço do Estado, mas que, evidentemente, trouxe a ele benefícios particulares. Isso, não só porque abriu a Ramiz a possibilidade de expandir sua formação e ampliar sua rede de relações, como também possibilitou que, ao retornar ao Brasil e colocar em prática seu projeto de biblioteca *nacional*, passasse também a ocupar um novo lugar no ambiente letrado de sua época. A viagem, portanto, serviu a ele como plataforma, impulsionando-o em seus projetos e colocando-o num outro lugar, de maior destaque em relação ao que ocupava quando assumiu a instituição em 1870.

Toda viagem propicia uma experiência de ver outro país com seus próprios olhos, mas também de enxergar o país que

se vive de outra forma, de “fora”, por assim dizer. Interessa-nos, portanto, ressaltar o que viu Ramiz em sua viagem. Ou seja, qual o seu olhar diante das instituições de saber estrangeiras que teve a oportunidade de visitar enquanto esteve fora? Mas interessa-nos, da mesma forma, perceber como a experiência de conhecer outro espaço impactou na visão de Ramiz para as fragilidades da “sua” biblioteca e contribuiu para que ele colocasse em prática um plano para modernizá-la. Vejamos o que diz o relatório que produziu sobre a visita às bibliotecas públicas europeias.

A busca por um modelo organizacional para a BN

A viagem empreendida por Ramiz à Europa teve um duplo objetivo, como destacamos. Um deles foi a busca por documentos que pudessem ser transcritos ou comprados para enriquecer o acervo da Biblioteca Nacional e, por consequência, auxiliassem os estudos acerca da história pátria. Ir à Europa em busca desse tipo de material era um itinerário conhecido pelos intelectuais brasileiros. Vale lembrar as viagens de Varnhagen, por exemplo, cujos cargos diplomáticos ocupados permitiram a ele se constituir como uma espécie de “historiador-viajante” ou um “viajante compulsivo”, nas palavras de Temístocles Cezar. Isso porque, ao longo de sua vida, Varnhagen empreendeu diversas excursões pela Europa e pelas Américas, nas quais passava boa parte dos seus dias visitando os arquivos de países como Portugal, Espanha, Áustria, Inglaterra, França, Cuba e Venezuela, além de ter conhecido também várias regiões brasileiras (Cezar, 2007).

As viagens foram um tipo de prática que sobreviveu às mudanças políticas, não se restringindo, portanto, aos interesses do governo imperial. Um exemplo disso é a própria trajetória de intelectuais como Luiz Camillo de Oliveira Netto, estudada por Maria Luísa Penna, que dedicou uma parte de seu trabalho justamente para analisar a excursão do historiador mineiro pela Europa nos anos 1930. Luiz Camillo passou por importantes

instituições de sua época, notadamente a Casa de Rui Barbosa e o Itamaraty, onde ocupou o cargo de diretor da biblioteca. Em 1937, foi recomendado pelo ministro Gustavo Capanema e nomeado por Getúlio Vargas para compor, junto com Rodolfo Garcia e Gilberto Freyre, a comissão que representaria o Brasil no Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo. Mas, assim como Ramiz Galvão e tantos outros homens que viveram no século anterior, foi incumbido também de procurar documentos e pesquisar nos arquivos portugueses. Em seu retorno ao Brasil, escreveu uma carta-relatório em que expunha seu método de trabalho e refletia sobre a tarefa do historiador e a pesquisa em arquivos (Penna, 2006).

Em estudo realizado sobre a trajetória dos intelectuais e a experiência das viagens, Wilma Costa (2003) faz uma diferenciação entre viagens e peregrinações. De acordo com a autora, a diferença entre as duas não estaria no projeto ou no lugar para onde se vai, mas no impulso que a move. Enquanto a peregrinação é frequente e repetitiva, levando o intelectual a trilhar um caminho já percorrido por outros e, portanto, já conhecido, a viagem, por sua vez, caracteriza-se pelo novo e pela descoberta. Tomando-se essa divisão, podemos afirmar que a ida de intelectuais à Europa com o objetivo de levantar documentos tinha, na verdade, um sentido de peregrinação: acompanhavam-se os caminhos já trilhados pelos antecessores, que passam a ser obrigatórios àqueles que, vindo atrás, os seguiam em busca do reconhecimento interpares. Dessa forma, pelos lugares que visitou, certamente o deslocamento de Ramiz foi uma peregrinação, mas seu percurso pode ser concebido também como viagem, no sentido de descoberta, devido à novidade da experiência para o próprio bibliotecário e ao resultado alcançado, a saber, um detalhado e inédito relatório acerca do funcionamento das bibliotecas europeias. Ou seja, ele trilhou caminhos percorridos por outras pessoas, mas o fez ocupando-se de outras questões e com outros interesses.

Ainda de acordo com Costa, as viagens, no século XIX, são inseparáveis da escrita. Diários, cartas e romances, por exemplo,

são alguns frutos dos deslocamentos empreendidos por cientistas, naturalistas e eruditos, sejam aqueles que saíam da Europa para outros continentes, sejam aqueles que faziam o caminho inverso. A autora atenta, ainda, para outro tipo de texto gerado a partir da experiência das viagens e peregrinações: os relatos sobre instituições públicas e costumes. Em suas palavras,

Na viagem voltada para a observação de instituições políticas e de costumes, o relato é igualmente fundamental. O exercício privilegiado da alteridade, o que o move é o conhecimento, a experiência, a comparação. Seja para aprender com o outro, seja, o que é mais comum, para reiterar a superioridade da cultura e da civilização europeias sobre os outros povos. Observar judiciosamente, estabelecer juízos críticos, propor reformas, condenar práticas incivilizadas, são alguns dos conteúdos que se espera desse tipo de relato (Costa, 2003, p. 69).

Relatos desse tipo poderiam assumir a forma de pareceres ou relatórios, como o que foi apresentado por Ramiz Galvão ao ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira a respeito da organização das bibliotecas do Velho Mundo. Nesse documento, o bibliotecário centrou-se especialmente em duas instituições: o Museu Britânico de Londres e a Biblioteca Nacional de França. São essas as instituições mais detalhadas em seu texto e são elas as que mais lhe permitem estabelecer comparações com a congênere brasileira. Embora faça comentários acerca da organização das demais bibliotecas visitadas, como a de *Sainte-Geneviève*, a Mazarini, a do Arsenal (todas as três em Paris), bem como as de Munique, Viena, Berlim, Florença, Milão, Bruxelas, Haia e Lisboa, são as congêneres de Paris e Londres que, notadamente, se destacaram aos seus olhos pela monumentalidade e organização.

Ramiz é bastante minucioso em seu relato. Embora diga que não pretende se deter nas histórias das bibliotecas visitadas, sua descrição nunca deixa de lado este aspecto e sempre são dadas informações sobre a formação das instituições e de seus acervos. O cotidiano administrativo também é detalhado. Ramiz chega

até a reproduzir as fichas que os leitores devem preencher para acessar os livros depositados naqueles espaços. Ou seja, trata-se de um olhar direcionado não só ao geral como aos detalhes mais cotidianos e rotineiros. Tudo poderia servir de inspiração para a biblioteca brasileira. Porém, um aspecto que recebe muito de sua atenção é justamente o papel do poder público na formação, crescimento e manutenção daqueles espaços. Para isso, interrogou-se constantemente sobre os recursos destinados pelos governos às bibliotecas, o acervo, o número de funcionários que possuíam e a relação que mantinham com o público.

Nesses quesitos, o que Ramiz Galvão observava era que as bibliotecas estrangeiras, em especial as de Paris e Londres, só evidenciam os problemas vividos pela congênere brasileira devido aos limites da atuação do governo imperial. Embora não diga explicitamente, mostra em seu relatório que a tradição portuguesa teria colocado a BN brasileira muito mais próxima da Biblioteca de Lisboa do que do *British Museum* ou da Biblioteca Nacional francesa, os últimos, sim, modelos de administração e organização. A instituição britânica, mais até do que a francesa, foi a verdadeira “menina dos olhos” do bibliotecário, que a todo momento se mostrava deslumbrado com aquilo que presenciou, como a ordem e riqueza do acervo e, especialmente, seu catálogo alfabético:

Entremos agora no famoso *reading-room*, e corramos o catálogo da Biblioteca; por ele se terá uma pequena ideia da vastidão dos tesouros ali acumulados. O catálogo consta de 1.530 volumes manuscritos com 22 de índices remissivos; colocado no centro do salão ele ocupa uma extensão de 312 pés ingleses, isto é, mais de 100 metros; só o capítulo *Bíblias* enche 27 volumes com 18.980 artigos diferentes, 2 volumes são dedicados a *Shakespeare*; a palavras [*sic*] *Inglaterra* conta 16 volumes e *Grã-Bretanha* 33. O catálogo de música consta de 126 volumes, dos quais 101 para os compositores e editores. A sua execução é o que de melhor se pode desejar em um catálogo alfabético (Galvão, 1875a).

Interessante é perceber a direta relação que Ramiz estabelece entre o bom funcionamento da biblioteca do *British Museum* e o apoio que o governo britânico dava à instituição. Um exemplo disso estava na ajuda que o Parlamento deu à construção do edifício que abrigava a biblioteca e na rapidez com que tudo seguiu para a conclusão do projeto:

Insuficiente já o espaço para acomodar as riquezas bibliográficas do estabelecimento, resolveu-se enfim o Parlamento a decretar fundos para a construção de um vasto salão de leitura e de armazéns para livros do grande quadrângulo interior do edifício, segundo o engenhoso plano de Panizi aprovado pelo conselho dos *trustees* e sancionando pelo governo. Autorizadas as obras em 1854, dentro de três anos tudo se levou a mais feliz execução, e em maio de 1857 abriu-se ao público ao [sic] famoso *reading-room*, que é ainda agora a mais suntuosa e cômoda casa de leitura que a Europa possui (Galvão, 1875a).

A mensagem é muito clara e tem como alvos o próprio Ministério do Império e o governo imperial: o bom funcionamento de uma biblioteca não pode prescindir da presença do poder público, a qual poderia ser constatada de diversas maneiras quando se falava da biblioteca inglesa, seja pelo papel central do governo britânico na ampliação do acervo da casa, seja nos justos salários que pagava aos 165 funcionários que trabalhavam na instituição. Número bastante eloquente, frente aos míseros seis empregados que atuavam na Biblioteca Nacional quando Ramiz assumiu seu posto em 1870 (Ministério do Império, 1871b). Ao longo de todo o relatório, ele enfatiza as 15 mil libras anuais dispensadas pelo governo inglês à sua primeira biblioteca e a compra de manuscritos e obras com recursos públicos, o que permitiu à instituição alcançar a marca de 1 milhão de volumes em seu acervo. O diretor da BN também não perdeu a chance de destacar o valor dos ordenados dos funcionários e bibliotecários ingleses: o diretor recebia cerca de 1.200 libras, o secretário e o tesoureiro 500 libras, os

escriturários 320 libras, os assistentes 180 libras e os serventes 100 libras. Ao comparar os salários, o bibliotecário ressaltou ainda que um servente da Biblioteca de Londres ganhava, naquele tempo, tanto quanto o 1º oficial da Biblioteca Nacional: “é graças a semelhante pessoal e tais honorários que o *British Museum* consegue apresentar-se aos que o estudam como um estabelecimento modelo” (Galvão, 1875a).

A indispensável presença do poder público também se confirmava no orçamento anual da Biblioteca Nacional francesa, que alcançava a marca de 545.700 francos ou aproximadamente 197 contos de réis. Segundo Ramiz Galvão, “este estabelecimento não é de certo dos que oferecem mais lisonjeiro orçamento, nem as atuais circunstâncias da França comportariam maiores despesas: mais [sic] ainda assim, que eloquentes algarismos!” (Galvão, 1875a). Em seu exercício de comparação, a Biblioteca de Paris corria muito à frente, por exemplo, da congênere lisboeta, para a qual é descrita uma situação bem diferente, de ausência de incentivo do poder público e de poucos recursos. Quando destaca que a Biblioteca de Lisboa possuía um orçamento anual equivalente a pouco mais de 21 contos de réis, apenas completou: “Será necessário comentar a exiguidade destas quantias? O orçamento do *British Museum* aí está para responder” (Galvão, 1875a).

As informações, embora dispersas em todo o relatório, podem ser resumidas na tabela a seguir, que permite visualizar a comparação que o tempo todo Ramiz Galvão fazia entre instituições como o *British Museum*, a Biblioteca Nacional de França e a Biblioteca de Lisboa com a BN brasileira. O quadro foi elaborado a partir dos dados do relatório escrito por Ramiz Galvão e do novo regulamento, que passou a vigorar na BN do Rio de Janeiro em 1876, ou seja, depois que o bibliotecário retornou de viagem. Assim, as informações que constam sobre a Biblioteca Nacional já incluem as reformas promovidas pelo seu diretor e, embora mostrem uma biblioteca ainda muito menor que as de Paris e Londres, evidenciam um momento mais otimista, se o compararmos à situação da BN alguns anos antes. Os dados também permitem perceber uma biblioteca ainda muito pequena, funcionando somente com

18 empregados, portanto, mais próxima da Biblioteca de Lisboa do que das outras duas.

Tabela 5 – Dados sobre as bibliotecas visitadas e comparação com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: recursos e despesas.

Instituição	Vencimentos do diretor	Número total de empregados	Orçamento total	Divisão por seções
<i>British Museum</i>	£ 1200, equivalente a 12:000\$000	165	Não informado	4 seções: a) Livros e impressos; b) Cartas geográficas; c) Estampas, desenhos; d) Manuscritos.
Biblioteca Nacional de França	15.000 F, equivalente a 5:500\$000	132	Equivalente a 196:626\$000	4 seções: a) Livros impressos, cartas e coleções geográficas; b) Manuscritos, códices e diplomas; c) Medalhas e pedras gravadas; d) Estampas.
Biblioteca Nacional de Portugal	800\$000, equivalente a 1:600\$000	20	Equivalente a 21:200\$000	3 seções: a) Ciência e arte; b) História e literatura; c) Manuscrito e numismática.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (após 1876)	4:800\$000	18	68.800\$000	3 seções: a) Impressos e cartas geográficas; b) Manuscritos; c) Estampas.

Fontes: Galvão, 1875a. Regulamento [...], 1877.

Outra semelhança entre a biblioteca brasileira e a de Portugal, assinalada por Ramiz Galvão em seu relatório, refere-se ao público que frequentava as duas instituições. Essa foi, aliás, uma questão muito observada por Ramiz, que não se esqueceu de atentar para o tipo de pessoa que frequentava as bibliotecas visitadas. Sobre Lisboa, ele afirmou:

Ali, como entre nós, se estuda seriamente muito pouco, e as sólidas investigações históricas, literárias e científicas não passam como regra de um circuito limitado de devotos cultores desta deusa sempre meiga e sempre louçã do estudo e do trabalho. Folheiam-se bastante os jornais, corre de mão em mão a literatura amena, lê-se sempre alguma coisa, mas os verdadeiros tesouros da biblioteca, esses dormem o sono do esquecimento (Galvão, 1875a).



FERREIRA, Antonio Luiz. *Gabinete de Numismática*. Rio de Janeiro, RJ: Off. Graph. da Bibliotheca Nacional, 1902. 1 foto, il., p&b. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon326080/icon326080_09.jpg.

Como vimos, a questão do público que deveria frequentar a Biblioteca Nacional era um assunto ao qual Ramiz Galvão sempre voltava em seus relatórios. Para ele, em uma cidade, era preciso haver bibliotecas que preenchessem funções diferentes e, em seu projeto, a função da Biblioteca Nacional, a maior do país, não deveria ser receber um público interessado em leituras de jornais e naquilo que ele chamava de “literatura amena”. Ali era o lugar do especialista e do erudito. Para tanto, deveria se preparar para receber esse público, contando com um grupo de funcionários que fizesse mais do que catalogar, presidir as salas de leitura ou cuidar dos empréstimos e consultas (Galvão, 1875b). A ideia era que houvesse empregados igualmente estudiosos e dedicados às investigações literárias. Como veremos mais adiante, os *Anais da Biblioteca Nacional* foram um veículo que buscou justamente colocar esse projeto de biblioteca em prática. Aqui, gostaríamos de destacar como a dimensão do público chamou a atenção de Ramiz em sua análise das bibliotecas que observou. Nesse aspecto, a instituição europeia que mais se igualava ao modelo pretendido por Ramiz era justamente a de Londres, como ele destaca no trecho a seguir:

Em biblioteca da ordem da do *British Museum* (e a nossa pertence a esse gênero, posto que difira muito no que respeito [sic] à grandeza) é sempre forçoso estabelecer alguma restrição ao direito livre de entrada, ou pelo menos fiscalizar de qualquer sorte a admissão dos leitores para prevenir os abusos possíveis e quase prováveis. De mais, que inconveniente há em proceder a essa fiscalização? Os trabalhadores sérios se não arreceiam dela, nem deixarão de vir à Biblioteca se de fato precisarem, como precisam, de seus tesouros científicos e literários. Receia-se a grita dos leitores de novelas ou da turba de meninos, que vêm a esta casa estragar estampas ou procurar livros de perigosa doutrina? É exatamente para livrar-se deles que as bibliotecas carecem de opor algum embaraço a admissão franca e sem restrição do público (Galvão, 1875a).

No projeto de Ramiz, uma biblioteca da ordem da Biblioteca Nacional não deveria ser para todos os públicos, mas, se fosse, haveria de saber diferenciá-lo, separando os verdadeiros estudiosos daqueles que procuravam as bibliotecas por motivos outros. Era assim, por exemplo, que funcionava a Biblioteca de Paris:

A sala pública de leitura era antigamente comum para todos os estudiosos e frequentadores deste rico depósito bibliográfico; entretanto demonstrou a experiência que o concurso de leitores ali era tal, que se prejudicavam os trabalhos conscienciosos, e por isso resolveu o governo francês estabelecer duas ordens de salas de leitura: uma inteiramente pública, aberta todos os dias da semana e ainda aos domingos, das 10 às 4 horas da tarde, e franca a toda ordem de leitores até a dos ociosos, que, como não é raro, vão ali procurar abrigo contra o frio, ou passar as horas desocupadas de modo mais lícito do que o fariam nos cafés e nas praças públicas; outras em que a entrada não é permitida sem um cartão especial, o qual se obtém da administração superior mediante pedido por escrito, em que o leitor designe o gênero de investigações que deseja fazer, e em que justifique de modo autêntico seu nome, profissão e domicílio. Aos estrangeiros este cartão de entrada não é concedido sem uma carta de recomendação do ministro de seu país, ou de pessoa assaz conhecida da administração geral (Galvão, 1875a).

É interessante perceber que, embora Ramiz fosse desejoso de ver um público mais selecionado nos salões da Biblioteca Nacional, como acontecia no *British Museum* e em algumas dependências da Biblioteca parisiense, não conseguiu implementar essa ideia quando da elaboração dos novos estatutos da Biblioteca Nacional. Esses estatutos, que passaram a vigorar a partir de 1876, traziam um conjunto de normas que regulamentava o papel dos funcionários da instituição, suas atribuições e salários, além de estabelecer regras para empréstimos e consultas. Quanto ao acesso à instituição, ela estaria aberta todos os dias do ano (exceto dias santos e de festa nacional) em dois horários: das 9 às 14 horas e das 18 às 21 horas. Também permaneceria fechada de

1º a 15 de janeiro e de 15 a 31 de dezembro. Diferentemente da biblioteca britânica, a BN abriria suas portas a qualquer pessoa, fosse homem ou mulher, maior de 14 anos, desde que se apresentasse “decentemente vestida”. Entretanto, havia certa censura em relação às obras consultadas, cabendo ao bibliotecário não permitir que menores de 21 anos tivessem acesso a livros que pudessem ofender a moral ou a religião (Regulamento [...], 1877).

Se em relação ao público, Ramiz não pôde ser tão seletivo quanto gostaria e quanto viu nas bibliotecas por onde passou, no que se refere à organização do acervo e do cotidiano da instituição, verifica-se que aí ele pôde utilizar aquilo que analisou em sua passagem pelas bibliotecas europeias. Um exemplo disso está na divisão de seções adotadas pela biblioteca brasileira. A partir de 1876, a BN passou a se dividir em três seções: impressos e cartas geográficas, manuscritos e estampas, modelo muito próximo da divisão do acervo do Museu Britânico, embora simplificada, na medida em que duas repartições separadas na congênere britânica, impressos e cartas geográficas, foram agrupadas aqui. Possivelmente, isso se deve às limitações com as quais Ramiz tinha de lidar, especialmente no que se refere ao espaço físico e ao número de funcionários. Soma-se a isso também o fato de a biblioteca brasileira não dispor de um acervo tão numeroso quanto à congênere britânica. Assim, os modelos observados lá fora tiveram de ser adaptados à realidade brasileira.

O mesmo vale para a consulta às obras da instituição. Nesse caso, foi a França que serviu como modelo à instituição brasileira, que adotou um sistema muito semelhante ao existente na Biblioteca Nacional francesa, mais simples do que aquele que vigorava em Londres. Como destacamos, essas duas instituições europeias tinham, cada qual, seus meios de restrição e seleção do público. No entanto, o modelo inglês era, pela descrição de Ramiz, mais seletivo e burocrático. Isso porque o leitor, maior de 21 anos, não só precisava de uma recomendação assinada por pessoa reconhecida, como também deveria enviar tal recomendação ao diretor da biblioteca com antecedência para que ela fosse avaliada e considerada. Em seguida, ganharia um visto

válido por seis meses. No caso da Biblioteca de Paris, o processo é descrito de maneira mais simples: dotado da recomendação, o leitor ganhava uma senha e, por meio dela, poderia solicitar seus livros ao oficial, desde que preenchesse devidamente as fichas de pedido. Ao final da consulta, o leitor deveria devolver as obras ao mesmo oficial, que faria retornar ao leitor a sua senha, com a qual poderia sair da instituição. Foi justamente esse mesmo modelo que foi adotado por Ramiz no cotidiano da BN. Também como se fazia na Biblioteca parisiense, o leitor estava limitado à consulta de três obras por vez. Livros raros e manuscritos deveriam ser consultados sob a supervisão dos funcionários da casa. A ideia era, evidentemente, zelar pelo acervo da instituição, especialmente num momento em que o público frequentador aumentava na Biblioteca Nacional.

Diante desse novo quadro que se abria, Ramiz Galvão foi justamente à Europa, modelo de civilização e organização, analisar as suas bibliotecas para tomar delas um modelo de funcionamento para a BN. Embora esta ainda fosse modesta frente a instituições como o *British Museum* e a Biblioteca de Paris, o desejo era que um dia a elas se igualasse. Daí o esforço em inspirar-se nesses espaços, fazendo adaptações aos modelos, mas sem, com isso, retirar a sua essência: zelar pelo acervo, trabalhar na constituição de um público de especialistas e de um corpo de funcionários cada vez mais qualificado. Tudo isso, evidentemente, com o auxílio do poder público. Era assim em outras partes do mundo e o diretor da BN acreditava que era assim que deveria ser no Brasil também. Apesar das limitações, o bibliotecário ia atuando justamente nas brechas, estabelecendo pequenas mudanças aqui e ali, até a implementação dos estatutos de 1876, que abriram margem não só para constituir uma rotina de serviços na Biblioteca Nacional como também possibilitaram o seu primeiro concurso público para oficial e a edição daquele que seria o carro-chefe do projeto de Ramiz: os *Anais da Biblioteca Nacional*.

Embora a Biblioteca Nacional viesse passando por algumas mudanças desde 1870, foi a partir do retorno de Ramiz que elas se intensificaram. Da mesma forma, foi a partir desse momento

que se observou, por parte do diretor da instituição, a formulação de um projeto mais fechado para ela, que só pôde ser implementado pelo papel de relevo que Ramiz começava a ganhar naquele momento, na medida em que a sua passagem pela Europa lhe permitiu se inserir numa rede de contatos internacionais. Vejamos como isso se deu no próximo item.

A formação de uma rede de sociabilidade internacional

As viagens realizadas a outros países eram momentos especialmente importantes na relação entre o Estado brasileiro e os intelectuais que estavam ao seu serviço. Isso porque o deslocamento desses homens poderia ajudar na construção de uma imagem positiva do país no exterior. Esses contatos internacionais favoreciam que a imagem da nação brasileira moderna e promotora do progresso das letras pudesse se contrapor à ideia de uma monarquia atrasada e escravocrata. Agindo como mediadores, os intelectuais brasileiros acabavam por divulgar o Brasil lá fora, na medida em que representavam suas instituições e realizavam a importante tarefa de estabelecer contatos e consolidar redes de produção intelectual com academias, bibliotecas, universidades e institutos (Costa, 2003).

Nesse sentido, a viagem empreendida por Ramiz contribuiu não só para a reformulação da biblioteca e a ampliação do seu acervo documental, mas também para o fortalecimento de uma rede intelectual. Evidentemente, essa rede não foi formada por ele, pois já vinha sendo tecida por tantos outros intelectuais brasileiros em suas viagens. O ponto que nos parece interessante é pensar como Ramiz inseriu-se nela e cuidou para que ali permanecesse quando retornou para o Brasil. Trabalhou também para ampliá-la, pois buscou estabelecer um diálogo entre a Biblioteca Nacional brasileira e outras instituições congêneres não apenas do Velho Mundo, mas do próprio continente americano.

Os arquivos do IHGB e da Biblioteca Nacional conservam, ainda hoje, cartas trocadas entre Ramiz Galvão e alguns

bibliotecários de seu tempo. São, em muitos casos, missivas bastante curtas, que acompanham o envio de algum trabalho para o exterior, especialmente os *Anais da Biblioteca Nacional*. Há também respostas que acusavam, por parte do destinatário, o recebimento do material. Alguns exemplos podem ser dados nesse sentido, o que nos ajuda a perceber a extensão das relações estabelecidas por ele e o tipo de informações e objetos que estavam em jogo nessas trocas intelectuais. Em uma dessas cartas, por exemplo, Ludolf Krehl, bibliotecário da Universidade de Leipzig, agradece ao diretor da BN o envio de “notas bibliográficas”, que, para ele, eram de “grande interesse” (Krehl, [1877]). Em outra, datada de 1874 e assinada por Ad. Wolf, diretor da Biblioteca Imperial de Viena, são pedidas informações sobre manuscritos referentes ao Brasil, em especial sobre os rios Amazonas, Pará e Maranhão (Wolf, [1874]). Também do ano de 1874 encontramos uma missiva enviada por Antônio Ceriani, diretor da Biblioteca Ambrosiana de Milão, e endereçada a Ramiz. A carta, que parece ser uma resposta a um pedido do diretor da BN, dava informações sobre obras dos séculos XVI e XVII que se referiam ao Brasil e que poderiam ser localizadas naquela instituição. Ceriani aproveitou, inclusive, para agradecer o exemplar dos *Anais* enviado por Ramiz Galvão (Ceriani, [1874]). Como último exemplo, podemos citar também a missiva de Antônio José Viale, conservador da Biblioteca de Lisboa, congratulando Ramiz pela marcê que recebera do rei de Portugal em 1881 (Viale, [1881]).

Podemos supor que o contato com esses bibliotecários estrangeiros provavelmente foi estabelecido ainda durante a estadia de Ramiz Galvão na Europa, já que as datas da correspondência são posteriores ao seu retorno ao Brasil. Isso nos indica, portanto, o empenho dele em mantê-los e fortalecê-los. Nessa relação, a correspondência era um veículo fundamental. Por meio dela, trocavam-se não só informações bibliográficas de interesse comum às instituições como se mostrava para o “mundo civilizado” que o Brasil possuía instituições de saber e uma produção historiográfica e literária considerável, o que poderia ser comprovado pelos *Anais da Biblioteca Nacional*, que

Ramiz tanto interesse tinha em divulgar. Como carro-chefe do seu projeto de biblioteca, os *Anais* não poderiam se limitar à circulação local, mas deveriam ser enviados para todos os lugares possíveis, estreitando relações com os já conhecidos bibliotecários europeus e abrindo caminho para o diálogo entre o Brasil e as nações americanas. Não foi por acaso, portanto, que, em ofício datado de 15 de junho de 1878, Ramiz Galvão informou ao Ministério do Império que enviou o sexto volume do periódico para diversas instituições estadunidenses, como a *State Library of New York*, o *Smithsonian Institut*e a Biblioteca do Congresso Americano. Informou ainda que pediu, em carta, a Henrique Guilherme Williar, ministro plenipotenciário da República norte-americana, que cuidasse para que os *Anais* chegassem ao seu destino e estimulassem a permuta de publicações similares (Ministério do Império, 1878b).

Cartas e ofícios como os citados acima são pequenos exemplos da rede na qual Ramiz Galvão estava inserido e seu papel como mediador cultural, divulgando o Brasil e a BN no exterior. Mas há dois contatos sobre os quais gostaríamos de nos debruçar um pouco mais, não só porque temos mais fontes disponíveis sobre eles, como também porque são exemplares, por um lado, da importância da viagem como plataforma para Ramiz e, por outro, do seu interesse em fazer com que a BN dialogasse com instituições dentro da América Latina. Estamos nos referindo ao conjunto de cartas existentes nos arquivos do IHGB e da BN que evidenciam os contatos do bibliotecário brasileiro com dois expressivos intelectuais da época: o francês Ferdinand Denis e o argentino Vicente Quesada.

Começemos por Ferdinand Denis, um velho conhecido dos brasileiros, especialmente dos escritores românticos, a quem ofereceu algumas das bases a partir das quais foi pensada a história da literatura nacional. Nascido em Paris, em 1798, morreu com quase 92 anos, boa parte deles dedicados à *Bibliothèque de Sainte-Geneviève*, de onde foi conservador e, mais tarde, administrador (Magalhães, 2011). Entre 1816 e 1820, Denis visitou o Brasil e, de suas observações, resultaram obras que tomavam

diversos aspectos do país como objetos de estudo. Dentre elas *Le Brésil, ou, Histoire, moeurs, usages et coutumes des habitans de ce royaume* (1822), *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826), *Une fête brésilienne, célébrée à Rouen en 1550* (1850), além de um artigo sobre o Brasil publicado na famosa *Revue des deux mondes* em 1831.

Como destaca Jean-Claude Laborie (2013), Denis estabeleceu uma estreita relação intelectual com o Brasil, na medida em que se dedicou a conhecer e escrever sobre sua história, populações, natureza e território. Mas não foi só isso. A obra de Denis também esteve no centro do debate sobre a originalidade da literatura brasileira que tanto mobilizou os autores românticos nacionais. Para João Hernesto Weber, Denis foi lido e apropriado pelos românticos, que viram em suas obras a possibilidade de se construir um corpus literário genuinamente brasileiro. Além disso, seu *Résumé* acabou sendo tomado como manifesto para essa geração, justamente pelo destaque que dava à natureza, aos costumes, às tradições e ao indígena, elementos que, à época, eram considerados fundamentais para nortear a produção poética e literária dessas terras. Esses três elementos, continua Weber (1997), foram tomados como “índices” de nacionalidade, sendo entendidos também como aspectos que diferenciavam a literatura brasileira da literatura lusitana.

Denis, além de orientador dessa geração romântica, foi uma espécie de referência para os intelectuais brasileiros que passavam por Paris (Laborie, 2013). Ramiz foi recebido por ele e, em seu retorno para o Brasil, manteve o contato por meio de diversas cartas, algumas delas pertencentes aos arquivos do IHGB. Não temos as missivas escritas por Ramiz, mas temos aquelas assinadas por Denis e que demonstram que, ao longo dos anos, foi estabelecida entre eles uma relação realmente muito próxima. São comuns expressões de amizade, como “meu caro e amado amigo”, “meu sábio colega” e “meu velho amigo” ou ainda frases saudosas, como “espero com impaciência suas novidades” e “não tenho muitas coisas novas a mandar, mas não quero deixar o correio partir sem lhe dar sinal de vida”. Abundantes são as

perguntas sobre a saúde de Ramiz e as saudações destinadas à “Mme. Galvão”, evidenciando a relação mais estreita que o diretor da BN mantinha com Denis (1876c).

Entretanto, as cartas nos revelam outra dimensão interessante, especialmente relacionada às trocas de informações bibliográficas e de materiais entre os dois intelectuais, ao papel de mediador ocupado por ambos, cada qual em seu país, e à importância de Denis como difusor, na Europa, do trabalho realizado pelos intelectuais brasileiros e pela própria Biblioteca Nacional. Cabe ressaltar que esta correspondência mereceria um estudo à parte, mais aprofundado, e que pudesse dialogar com as cartas escritas por Ramiz e por Denis. No entanto, nosso objetivo é apenas evidenciar esse contato, fornecendo alguns trechos que exemplifiquem e nos ajudem a compreender os três aspectos destacados antes, principalmente porque entendemos que eles são exemplares do tipo de atuação intelectual mediadora de Ramiz, enquanto esteve à frente da BN.

Certamente, um dos elementos mais presentes nas cartas de Ferdinand Denis são as trocas de informações bibliográficas com Ramiz Galvão e o envio de material de um país para o outro. Denis não descuidava de deixar seu amigo a par das publicações que eram editadas na Europa, notadamente na França. Além disso, pela correspondência é possível perceber, por exemplo, que Ramiz se encarregava de enviar a Paris algumas obras, dentre as quais, os *Anais da Biblioteca Nacional*, sempre recebidos com muitos elogios pelo erudito francês:

Eu vejo com grande satisfação que a antiga língua brasileira ocupa um lugar de destaque em seus *Anais* e eu fico sempre maravilhado da bela impressão da nossa coleção; em relação a este propósito, eu o vejo frequentemente como uma prova irrefutável do progresso da tipografia no Rio de Janeiro (Denis, 1881).

As trocas eram verdadeiramente constantes e não envolviam somente os *Anais da Biblioteca Nacional*. Nas cartas, encontramos informações de que Ramiz Galvão enviava a Ferdinand

Denis (1876b) outras publicações periódicas brasileiras, como os *Arquivos do Museu Nacional*, além de servir como intermediário entre ele e a família imperial, fazendo chegar ao Imperador ou à princesa Isabel algumas obras enviadas pelo bibliotecário francês, inclusive da própria dele:

Eu tenho algum pesar que SM não possa receber por vosso prestativo intermediário a ninharia artística que eu tive a liberdade de lhe oferecer. Mas, de um lado, conhecendo vosso zelo benevolente pelos amigos, eu ousou esperar que a minha *Arte Plumaria* seja apresentada à S.A.I Madame Condessa d'Eu. Essa verdadeira bagatela fez em Paris e mesmo na Inglaterra um caminho maior do que eu esperava e, malgrado suas omissões ou suas numerosas faltas, ela investe o Brasil, aos olhos dos artistas, de uma indústria encantadora que vai progredindo na vossa esplêndida capital, em Santa Catarina e mesmo na Bahia, onde nasceu (Denis, 1876a, grifo do autor).

Denis se refere à obra *Arte Plumaria – Les plumes. Leur valeur et leur emploi dans les arts au Mexique, au Pérou, au Brésil, dans les Indes et dans l'Océanie*, publicada em 1875, e enviada a Galvão já no ano seguinte para fazê-la chegar às mãos do Imperador do Brasil. Como naquele momento dom Pedro havia partido para uma de suas viagens ao exterior (Carvalho, 2007), Ramiz não teve dúvidas em apresentar a obra à princesa Isabel, regente do trono. Este livro é um exemplo do universo de interesses de Ferdinand Denis, que compreendia a natureza do Novo Mundo, as línguas e os costumes de diversos povos americanos para além, inclusive, do Brasil. A ele interessava o exótico e os progressos intelectuais que se faziam nos trópicos, assim como interessava a Ramiz aquilo que era produzido no “mundo civilizado” europeu. É justamente aí que entra um personagem importante: Charles Porquet, livreiro francês que enviava para o Brasil os livros que Denis queria que chegassem a Ramiz e recebia, na França, os livros que Ramiz desejava enviar a Denis. Essa relação existia desde 1875, quando encontramos uma das primeiras menções que Ramiz faz a esse personagem em um ofício informando ao

Ministério do Império que o correspondente garantia à BN um desconto de 20% nos livros comprados pela instituição (Ministério do Império, 1875a). Mas ele é referido com muita frequência nas cartas de Denis, revelando o papel de destaque que este livreiro, especificamente, tinha, uma vez que enviava livros para o Brasil e era uma peça importante no restrito comércio de obras brasileiras em Paris.

Os excelentes trabalhos que se publicam no Rio de Janeiro são, em sua maior parte, difíceis de encontrar em Paris. Por que não se depositava um número suficiente em casa do bravo M. Porquet, por exemplo, cuja honestidade é bastante apreciada? Assim, poder-se-ia finalmente tomar conhecimento do movimento intelectual que se produz no Rio de Janeiro e em outras cidades em que se efetuam publicações de real valor (Denis, 1876c).

Ramiz Galvão, Ferdinand Denis e Charles Porquet exerciam, todos eles, papéis de mediadores culturais. Estavam envolvidos numa espécie de comércio letrado, selecionando e estimulando quais livros e informações circulariam entre Paris e Brasil. Com isso, possibilitavam o trabalho de outros intelectuais, o que, no caso do diretor da BN, permitia que fosse ocupando, aos poucos, um lugar importante no meio intelectual da corte. Esses intelectuais eram como pontes entre pessoas de um lado e outro do oceano, para as quais se enviavam obras ou se faziam pedidos. Especialmente no caso de Denis, serviam como aliados na tarefa de construir uma imagem mais favorável das instituições e das letras brasileiras no exterior. Não por acaso, Denis apresentou, no 2º Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em Luxemburgo, em 1877, um texto intitulado *La Bibliothèque Nationale de Rio de Janeiro*, propagandeando, no Velho Mundo, o trabalho realizado por Ramiz Galvão, a Biblioteca Nacional como instituição de saber e o lugar de mecenas do Estado imperial.

Se Ferdinand Denis é a figura de destaque na rede de sociabilidade que ligava Ramiz ao Velho Mundo, outro personagem,

Vicente Quesada, é o exemplo mais importante do diálogo que o diretor da BN manteve com instituições no próprio continente americano. Quesada foi administrador da Biblioteca Nacional argentina, instituição que guarda semelhanças interessantes em relação à congênere brasileira no que se refere às suas histórias. Um primeiro ponto de proximidade é a própria data de fundação, embora os contextos políticos tenham especificidades em cada país. Como se sabe, a Biblioteca Nacional foi fundada em 1810, a partir do acervo da Biblioteca Real, vindo para o Brasil junto com dom João VI e sua corte. Nesse ano foi fundada a Biblioteca Nacional de Buenos Aires, por Mariano Moreno, um dos “heróis” da chamada Revolução de 1810, movimento que conferiu independência à Argentina. De acordo com Arundell Esdaile (1934), a população da cidade teria doado livros e dinheiro para que fosse aberta uma biblioteca naquele espaço, o que aconteceu dois anos depois, em 1812. Nessa época, a casa, como a congênere brasileira, assumiu o nome de Biblioteca Pública. Porém as semelhanças não param aí. Assim como a BN do Rio de Janeiro, a Biblioteca de Buenos Aires foi administrada por sucessivos bibliotecários ligados aos quadros da Igreja Católica. As coisas só começaram a mudar em 1853, com a chegada de Senor Tejedor à direção da instituição. Mas foi em 1871 que a Biblioteca de Buenos Aires de fato passou por um período de grandes mudanças, sob a administração de Vicente Quesada.

A nomeação desse diretor ocorreu justamente quando a nação argentina investia profundamente na construção de sua história nacional e na implementação de reformas em favor da educação popular. De acordo com Stella Mari Scatena Franco, nesse período, implementou-se um sistema nacional público e a disciplina História da Argentina foi estabelecida nos currículos dos colégios. Não por acaso, diversos manuais escolares de história foram desenvolvidos desde então até as primeiras décadas do século XX.^[39] Assim, acreditamos que a reelaboração da

.....
39. Alguns desses manuais são *Lecciones de la historia de la República argentina*, de José Manuel Estrada (1868), *Lecciones de historia argentina*, de Clemente

Biblioteca Nacional argentina deve ser entendida num contexto em que as elites letradas do país buscavam não só construir sua história, mas inseri-la no “concerto das nações civilizadas”.^[40] Importa salientar, portanto, não só a convergência na trajetória dessas instituições, mas que essa convergência está relacionada a projetos de construção das histórias nacionais dos dois jovens países. O grande objetivo era inserir suas respectivas nações no “circuito das inovações”. Afinal de contas, essas bibliotecas se reformulavam para mostrar, ao público nacional e estrangeiro, que seus países estavam atentos ao que havia de mais moderno em relação à produção intelectual e científica, cujo berço era, evidentemente, a Europa.

A administração de Quesada também possui muitos pontos em comum com a de Ramiz Galvão, a começar pelo período. Ele esteve à frente da BN argentina até 1879, o que significa dizer que os dois bibliotecários tiveram administrações praticamente contemporâneas. Além disso, cada um deles representou, para sua instituição, um momento de renovação e de adequação daquelas casas ao que havia de mais moderno em termos de conhecimento científico e de organização bibliográfica. Vicente Quesada publicou algumas obras históricas e autobiográficas e teve importante papel político e diplomático. Em sua gestão como diretor da BN argentina, não só ampliou o acervo consideravelmente, como

Leôncio Fregeiro (1886), *Manual de historia argentina*, de Vicente Fidel López (1898) e *Lecciones de historia argentina*, de Ricardo Levene (1912). Esses livros foram objeto de estudo da autora (Franco, 2003).

40. Em seu artigo *The mirror of History and images of the nation*, Eliana Dutra ressalta o esforço das elites latino-americanas na construção da identidade nacional em seus países, especialmente entre a segunda metade do século XIX e primeira do século XX. Trabalhando com os exemplos do México, Argentina e Brasil, a autora destaca como intelectuais desses três países (inclusive o próprio Ramiz Galvão) atuaram na busca de celebrar as características que conferiam especificidades às suas nações, mas, ao mesmo tempo, esforçando-se para inseri-las no rol do mundo branco civilizado. Nesse sentido, empreendimentos editoriais como o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, editado por Ramiz Galvão, e o *Diccionario universal de historia e geografia*, criado pelos letrados mexicanos em fins do Oitocentos, foram ferramentas importantes na construção e definição dessas identidades (Dutra, 2007, p. 84-102).

estreitou seus contatos com congêneres europeias e americanas, inclusive com o Brasil. A instituição se abriu ao público, ampliando o número de leitores significativamente: de 2.504, em 1872, para 6.192, em 1876 (Esdaile, 1934). A gestão seguinte à de Quesada na Biblioteca Nacional argentina foi ocupada por Manuel Ricardo Trelles, que deu continuidade ao trabalho do antecessor e, de certa forma, conseguiu ir além, pois fundou a *Revista de la Biblioteca*, interessada em publicar documentos inéditos, da mesma maneira que os *Anais da Biblioteca Nacional*.

Assim como Ramiz, Quesada esteve na Europa no ano de 1874 à procura de documentos históricos e, como ele, publicou, em 1877, um estudo acerca das bibliotecas europeias, que, mais tarde, seria expandido, passando a englobar as bibliotecas americanas. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o IHGB possuem o primeiro volume desta obra. Um grande livro em que Vicente Quesada estudou o funcionamento das bibliotecas de Paris, Londres, Munique, Berlim, Dresden, Viena, Bruxelas, Madri, Milão, Turim, Florença, Bolonha e Roma, além de conter um apêndice sobre o Arquivo Geral de Sevilha. Na introdução deste trabalho, o autor remete a outro, em que afirma ter analisado as bibliotecas dos EUA, Chile, México, Bogotá, Montevidéu e Rio de Janeiro, que porém não foi encontrado por nós. Evidentemente, esse conhecimento acerca de tantas instituições foi acumulado por meio de diversas viagens. O próprio Quesada explica que esses deslocamentos eram realizados tendo como objetivo a educação de seu filho, Ernesto Quesada, e que, em troca, oferecia seus serviços ao governo argentino para estudar as bibliotecas da região. O estudo de Quesada (1877) acabou chegando à mesma conclusão daquele feito por Ramiz: a de que era indispensável, para o crescimento de qualquer biblioteca, o apoio e financiamento do governo.

Não sabemos se Ramiz e Quesada se encontraram no período em que estiveram na Europa. Entretanto, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro guarda algumas cartas trocadas entre eles, quando ambos dirigiam suas instituições. Trata-se de um conjunto de três cartas enviadas por Quesada a Ramiz, duas delas datadas

de 1875. A terceira, datada de 1879, encontra-se em um estado de conservação que não permite a sua leitura. As outras duas, no entanto, revelam os interesses dos dois bibliotecários em conhecer melhor o funcionamento da outra biblioteca. Na missiva de 28 de outubro de 1875, por exemplo, Quesada explica a Ramiz seu interesse em conhecer os novos regulamentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e envia uma lista de perguntas, na qual demonstra interesse em se informar a respeito do número de volumes impressos e manuscritos que a biblioteca brasileira possui; o sistema de classificação adotado; o horário de funcionamento; como fazem para manter a limpeza dos livros; se é permitido o empréstimo de obras; além do número e da categoria dos empregados daquela casa (Quesada, 1875a). Em seguida, explica que essas informações seriam utilizadas para que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro figurasse no estudo que estava desenvolvendo sobre as bibliotecas europeias e americanas:

Contando com a benevolência do senhor Diretor e oferecendo por minha parte toda a reciprocidade para qualquer tipo de informes que se relacionem à biblioteca sob minha responsabilidade, devo manifestar ao senhor que, ocupando-me do estudo que fiz na Europa de algumas de suas grandes bibliotecas, queria agora dar notícias das de algumas capitais da América do Sul e por isso tomo a liberdade de pedir ao Sr. Bibliotecário os antecedentes que são indispensáveis para mim (Quesada, 1875a).

Não foi possível ter acesso à carta de Ramiz a Quesada, mas sabemos que o bibliotecário não deixou de enviar ao seu colega argentino as respostas às questões e o seu relatório acerca das bibliotecas europeias. Isso porque, em missiva datada de 23 de novembro de 1875, Quesada agradeceu a réplica do bibliotecário e disse que leu com muita atenção o texto de Galvão:

Visitei também a Europa, mais como turismo do que preocupado com o estudo da ciência das bibliotecas, mas visitei as de todas

as capitais, e por isso posso estimar ainda mais seu laborioso e erudito informe, que terei o dever de citar e elogiar em meu trabalho (Quesada, 1875b).

Como poderíamos imaginar, Galvão não se furtou em aproveitar o contato iniciado por Quesada para conhecer um pouco do funcionamento da congênere argentina. Assim, em sua carta, o diretor da BN de Buenos Aires responde a questões formuladas pelo bibliotecário brasileiro sobre o edifício da biblioteca argentina, sua história, número de salas, limpeza dos livros, catalogação, empréstimos, relações com as editoras, empregados, verbas para livros etc. O que se percebe é que, em muitos aspectos, as duas instituições pareciam viver momentos semelhantes. Isso porque as queixas de Quesada não parecem muito diferentes daquelas de Ramiz, pois giravam em torno da inadequação do edifício em que se situava a Biblioteca, o baixo salário de seus funcionários, a reforma do sistema de catalogação, além da permuta com outras instituições (como o *British Museum* e a Biblioteca Nacional de França, por exemplo). Da mesma forma, a BN argentina parecia à procura de seu público, uma vez que Quesada destacava na carta, fazendo coro com Ramiz, que “as bibliotecas metropolitanas estão destinadas a pessoas instruídas e não àqueles que buscam diversões e leituras frívolas”. Assim, vivendo um período em que tudo parecia ainda por fazer dentro das bibliotecas das duas maiores cidades da América Latina, só restava a Quesada sugerir uma cooperação entre elas, seja através da troca de informações, seja pelo intercâmbio de materiais (Quesada, 1875b).

Assim, a correspondência de Ramiz nos abre a possibilidade de pensar, por um lado, como a viagem à Europa ampliou a sua rede de relações, na medida em que, a partir dela, buscou manter contato com diversos bibliotecários estrangeiros, dentre os quais, Ferdinand Denis, cuja importância já destacamos. Esses contatos fortaleciam a própria Biblioteca Nacional, seja porque era uma forma de aumentar seu acervo, seja porque a tornavam conhecida no exterior, como também lançavam Ramiz a um

lugar importante nessa mediação entre os homens de letras do Brasil e do exterior. Mas as cartas também nos conduzem aos interesses desses letrados, atrelados a um comércio de objetos e papéis, bem como de informações que serviam ao fortalecimento de instituições e também aos seus interesses pessoais.

CONHECER O BRASIL: OS ANAIS DA *BIBLIOTECA NACIONAL*

Já é tempo de irmos ressuscitando as memórias da pátria da indigna obscuridade em que hão permanecido até agora sepultadas. É este um dos fins a que se propõe os *Anais da Biblioteca Nacional*.^[41]

Anteriormente, tivemos a oportunidade de nos referirmos, ainda que de forma breve, aos nomes dados à Biblioteca Nacional durante o século XIX. Vimos que a, partir da Independência, ela deixou para trás o título de Biblioteca *da Corte* e passou a se chamar Biblioteca Imperial. Em 1876, já durante a gestão de Ramiz Galvão, mudou de nome novamente, tornando-se Biblioteca *Nacional*. No primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional*, lançado neste mesmo ano, já era possível visualizar a nova nomenclatura nas páginas da publicação (Carvalho, 1994). Do mesmo modo, nas palavras de Vale Cabral que servem de epígrafe a este capítulo.

Acreditamos que essa mudança de nome não deve ser considerada como algo de pouca relevância. Exatamente ao contrário, parece um indicativo do papel que a Biblioteca passava a assumir naquele momento: ao mesmo tempo em que buscava se inserir no debate intelectual da época, procurava também se constituir como uma instituição guardiã (e construtora) da memória nacional. Isto é, se mostrava, tanto no cenário nacional quanto internacional, como a grande biblioteca da nação brasileira. Como lembra Lília Schwarcz (1993), em um país que vivia certa carência de escolas superiores, os museus, os institutos históricos

41. Cabral, 1877, p. 69.

e, podemos acrescentar, as bibliotecas e arquivos faziam o papel de espaços de produção, divulgação e vulgarização científica, possibilitando o diálogo com instituições congêneres da Europa e, em menor grau, dos EUA e outros países da América. Vale a pena lembrar que esse fenômeno de formação de bibliotecas e museus “nacionais”, isto é, de instituições que passavam a representar a vida cultural e científica do país, guardando em seus arquivos os documentos legitimadores de um suposto lastro temporal das nações, não é exclusivo da realidade brasileira, mas pode ser percebido em diversos outros espaços. Não é nosso objetivo aqui abordar exaustivamente o tema da constituição das bibliotecas e museus modernos, já trabalhado por diversos autores.^[42] Antes, no entanto, faremos o esforço de tentar compreender o processo de reestruturação da Biblioteca Nacional dentro de um movimento maior tanto no Brasil quanto no exterior. Cremos que esse movimento é importante para a abordagem que pretendemos fazer de um dos maiores empreendimentos editoriais de Ramiz Galvão em seu período à frente da BN: os *Anais da Biblioteca Nacional*. Nesse capítulo, analisaremos esse periódico buscando perceber que projeto de biblioteca e de nação estavam associados à sua produção. Para isso, ressaltaremos os agentes que estavam envolvidos na tarefa de publicação e de divulgação de documentos referentes à história do Brasil e que formavam a equipe de Galvão na BN. Em seguida, pretendemos relacionar a publicação dos *Anais* ao trabalho documental, que distinguia a escrita e o ofício dos profissionais da história naquele momento. Por fim, ainda sobre essa tarefa de recolha, seleção e edição de documentos, buscaremos evidenciar as relações que a BN manteve com outras instituições também empenhadas

.....

42. Muitos são os autores que trabalham essa temática. Para esse capítulo, baseamo-nos, principalmente, nos trabalhos de Christian Jacob (2006), João Carlos Pires Brigola (2003), Jacques Le Goff (2003), Krzysztof Pomian (1984; 2003), Myriam Sepúlveda dos Santos (2002), Lilia Schwarcz (1993), Dominique Poulot (2009; 2011; 2013), Arundell Esdaile (1934), Marisa Deaecto (2011), Ivana Parrela (2013) e Ana Claudia Breffe (2017), citados, de forma específica, em outros momentos desse texto.

nesse mesmo propósito de construir uma memória nacional: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Arquivo Público, o Museu Nacional e o Ministério de Negócios Estrangeiros. Antes, no entanto, vale a pena buscar inserir não só esse periódico, mas a própria Biblioteca Nacional, dentro de um movimento mais amplo, de construção das bibliotecas, arquivos e instituições culturais nacionais.

A formação dos museus e das bibliotecas nacionais

Como destaca Christian Jacob (2006), a história das bibliotecas é caracterizada por uma série de mitos que nos remetem a Babel e Alexandria como dois polos privilegiados desse imaginário. Associada à metáfora do infinito, a biblioteca seria um espaço onde poderiam ser guardados e encontrados todos os saberes humanos e todos os livros produzidos. Outra imagem comum a relaciona ao risco da perda e, conseqüentemente, do esquecimento, da interrupção da transmissão e da morte. Isso se explica não só pelos recorrentes incêndios e destruições, dos quais Alexandria é certamente um dos maiores exemplos, mas porque as bibliotecas e seus acervos são frutos de escolhas. Nesse sentido, vale a pena lembrar, ainda como faz Christian Jacob (2006), que as bibliotecas, ao lado dos museus, das coleções e dos gabinetes de curiosidades, possuem um papel de fornecer possibilidades de um saber sobre o mundo. Contudo, a sua história é também a do que uma sociedade, e suas instâncias de poder, decide transmitir para o futuro. Assim, falarmos de uma instituição como a biblioteca pressupõe considerarmos que objetos, documentos, papéis, livros, mapas, manuscritos e todos os outros materiais encontrados ali foram, em algum momento, considerados dignos de serem preservados. Como explica Pomian (1984), esses materiais sofreram um processo de ressignificação, mudando o seu estatuto, perdendo seu caráter utilitário e se transformando em semióforos, na medida em que passavam a ser percebidos como capazes de ligar o mundo

visível ao invisível. Diante desse novo significado atribuído pela sociedade, passavam a ser expostos ao olhar. Mas nem sempre foram expostos ao olhar *de todos*.

Na Idade Média, por exemplo, o clero tinha um importante controle sobre o acesso aos objetos e aos saberes, pois estavam sob sua guarda as coleções e livros das bibliotecas dos diversos mosteiros espalhados pela Europa. Entre os séculos XVI e XVII, os príncipes também se interessaram em formar as suas próprias bibliotecas, museus e gabinetes de curiosidades. Em alguns casos, quando não as cultivavam diretamente, incentivavam e financiavam livrarias e coleções de outras pessoas. Naquele momento, possuir bibliotecas, sair à caça de livros e manuscritos, colecionar materiais de todas as ordens era um sinal do seu prestígio, indício da sua distinção e conhecimento e símbolo da sua posição social eminente (Pomian, 1984). Esses materiais não se referiam apenas a documentos, plantas, moedas ou antiguidades, mas englobavam objetos “maravilhosos”, como a mandíbula de um gigante ou o esqueleto de uma sereia. Artefatos desse tipo eram muito frequentemente encontrados nos chamados “gabinetes de curiosidades”, comumente montados pelos eruditos europeus até fins do século XVIII, quando começaram a ceder lugar às coleções especializadas e de caráter científico, que visavam acompanhar as exigências metodológicas das Ciências da Natureza (Kury; Camenietzki, 1997; Schnapper, 1988; Lugli, 1998). Assim, as coleções, bibliotecas e livrarias dos séculos XV ao XVIII estavam, em sua grande maioria, afastadas da população. Christian Jacob (2006) lembra que mesmo os eruditos dependiam do mecenato para ter acesso a textos e recursos necessários para desenvolver seus estudos. Aquelas eram coleções particulares, eclesiásticas ou monárquicas, abertas apenas a quem os seus proprietários estavam dispostos a deixar conhecer os tesouros ali existentes. Por sua vez, as pessoas que tinham acesso àqueles saberes eram artistas, sábios, membros da Igreja e outros integrantes de um mesmo meio social que estabeleciam uma relação de favor com seu mecenas e de concorrência com outros estudiosos (Jacob, 2006; Pomian, 1984).

Em seu estudo sobre as coleções, gabinetes e museus do século XVIII, João Carlos Pires Brigola (2003) fez um interessante levantamento das coleções e livrarias do período em Portugal. A partir das fichas de registro sobre cada uma das principais coleções da época, reproduzidas em seu livro, podemos verificar que o público-alvo das livrarias dos principais aristocratas portugueses e do próprio rei de Portugal eram os eruditos, os membros de academias literárias, bem como outros nobres da corte de dom João V e de dom José I. Assim, as principais coleções e livrarias portuguesas do século XVIII não estavam abertas ao grande público, mas eram reduzidas a um círculo bastante seletivo de pessoas. No entanto, entre os séculos XVII e XIX, eruditos, escritores e artistas que não pertenciam a esses círculos pressionam para ter livre acesso a esses materiais. De acordo com Jacques Le Goff (2003), sobretudo a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX, é possível perceber, um movimento de formação de arquivos e museus públicos e nacionais na Europa. Este movimento, segundo aquele historiador, abre uma nova fase: “a da pública disponibilidade dos documentos da memória nacional” (Le Goff, 2003, p. 458).

Se, por um lado, esse movimento de criação de bibliotecas e museus *nacionais*, percebido ao longo do século XIX, liga-se a toda uma mudança na maneira como a sociedade oitocentista relacionava-se com seu passado histórico, por outro, isso talvez não seja o suficiente para explicá-lo. Silvia Figueiroa (2011) lembra que instituições desse tipo não devem ser apenas entendidas pelo seu papel de agentes construtoras de uma identidade nacional e cultural, próprias dos Estados Nacionais que se formavam naquele momento. Certamente, esse é um ponto relevante e que de forma alguma deve ser descartado. Afinal, como se sabe, no momento de configuração das modernas nações, os Estados, com o auxílio de sua elite letrada, voltaram suas forças para a construção de elementos que simbolizassem o nacional. Nesse esforço, a história, a literatura e o ensino da língua pátria serviam para conferir uma identidade comum a um povo. No entanto, para essa autora, esse é apenas um aspecto que nos leva sempre a associar os museus

e as bibliotecas à construção de *tradições*. Mas essas instituições podem ser também associadas à *inovação* (ou à invenção de tradições), pois, em seus processos de formação e desenvolvimento, é possível observar um profundo diálogo de seus administradores, gestores e diretores com o que havia de mais moderno em termos de debate científico naquela época. É importante analisarmos de forma mais pormenorizada essa questão.

Como se sabe, foi ao longo do século XIX que se deu a afirmação de uma moderna consciência da história e a passagem de uma filosofia da história para uma ciência da história (Koselleck, 2006). A cultura histórica oitocentista construía uma ligação entre passado, presente e futuro, e o homem passava a se entender no mundo a partir da história (Hartog, 2013; Koselleck, 1997; 2006). Não por acaso, portanto, um dos elementos que melhor caracteriza o século XIX é o interesse crescente pelo passado, que pode ser percebido no desenvolvimento da pintura histórica, na literatura e no gosto pelos romances históricos, no esforço de organização das festas cívicas e comemorações ligadas a algum marco do passado,^[43] bem como na constituição de museus, arquivos e bibliotecas. Na concepção oitocentista, esses espaços eram lugares privilegiados, pois ali seria possível ter acesso a artefatos que, retomando o conceito de objetos semióforos da maneira como propõe Pomian, seriam capazes de ligar o presente visível ao passado invisível. Ou seja, num momento em que as nações recém-criadas buscavam se legitimar no tempo, lançando-se para o futuro, os objetos expostos em um museu ou os documentos cuidadosamente preservados nos arquivos e bibliotecas seriam indícios de que aquelas nações possuíam uma “história”. Possuíam um passado “invisível” que, por meio daqueles objetos tornava-se visível aos olhos do presente, e do futuro. Nesse sentido, um vaso gaulês, uma jarra etrusca ou mesmo um folheto dos tempos de Afonso Henriques perdiam seu caráter utilitário, que tinham nas sociedades que o produziram,

.....
43. Sobre a questão das práticas comemorativas no século XIX e suas relações com a historiografia, ver Catroga, 2001.

e, expostos ao olhar, ganhavam outro significado, conferindo aos franceses, italianos e portugueses um passado comum a ser admirado e cultuado como seu, através do tempo.

Esse processo de formação dos museus e bibliotecas nacionais ocorreu com nuances próprias em cada país. No caso francês, por exemplo, bastante estudado por Dominique Poulot (2011, p. 14), esse percurso remete ao Iluminismo e, mais especificamente, à Revolução Francesa. Como lembra esse autor, “nessa época, as coleções artísticas e científicas foram abertas ao público, permitindo aos cidadãos se apropriarem de um patrimônio outrora reservado a uma minoria”. Assim, no decorrer do movimento revolucionário, quando uma nova comunidade de cidadãos se formava, obras de arte, livrarias, relíquias e outros tipos de materiais pertencentes especialmente à monarquia, à nobreza e à Igreja passaram por um processo de “nacionalização”, isto é, ganharam o estatuto de “patrimônio da nação francesa”.^[44] Isso significa dizer que esses materiais passaram a ser expostos a um número cada vez maior de pessoas e serviam para fins pedagógicos, na medida em que a sua exposição não só simbolizava os ideais propagados pelo Iluminismo e levados a cabo pela Revolução Francesa (como o de livre acesso às artes, às ciências e ao saber) como também construía, num momento de ruptura, um passado para a França e para os franceses, conferindo ao próprio movimento revolucionário um lugar nesse passado.

Na Inglaterra, no entanto, os fatos ocorreram de modo um pouco diferente, sobretudo porque o principal museu/biblioteca do país foi criado por meio de uma iniciativa parlamentar (Poulot, 2011). De acordo com Arundell Esdaile (1934), as origens do *British Museum* remetem ao século XVIII, quando foi fundado a partir da reunião de três grandes coleções: as de manuscritos de *sir* Robert Cotton e do conde de Oxford e a enorme coleção de antiguidades, moedas, textos, livros, quadros e gravuras de *sir* Hans Sloane. Tratava-se de uma instituição pública, mas que, ainda durante o

.....
44. Dominique Poulot utiliza a expressão “processo de nacionalização das artes”. Sobre a noção de patrimônio, ver também Poulot, 2009.

século XVIII, impunha algumas reservas às visitas. Myriam Sepúlveda dos Santos destaca que a instituição:

Fechava suas portas aos sábados, domingos e feriados, dias em que trabalhadores poderiam ir aos museus. Somente após 1823, data em que foi transferido para o novo prédio, o museu voltou-se para um público mais numeroso [...]. Para alguns autores, o direito à visita às antigas coleções particulares fez parte de uma série de conquistas por parte da população, que reivindicava o direito ao acesso à educação e cultura que as coleções representavam (Santos, 2002, p. 123).

A autora lembra ainda que instituições como o *Louvre* e o *British Museum*, embora tivessem um inegável caráter de construção de identidades nacionais, apresentavam uma característica, poderíamos dizer, mais “universalista”. Isso porque, a partir das conquistas napoleônicas e da própria expansão imperialista, adquiriam materiais de diversos tipos e representativos de sociedades das mais variadas partes do mundo. Mais do que representar a França ou a Inglaterra, essas instituições desejavam representar a humanidade em sua universalidade.

Contudo, nem todos os museus tinham essas características. Primeiramente, há de se estabelecer uma diferenciação entre os museus de história e os de ciências naturais. Não que essa especialização já estivesse presente nessas instituições. Cabe ressaltar que, após a Revolução Francesa, foram fundados na França diversos museus que, de acordo com Poulot, poderiam ser classificados como “de história”, pois tinham seu acervo composto por elementos e artefatos que remetiam ao passado francês. Mesmo essas instituições tinham diferenças substanciais entre si, distinções que marcavam bem seus objetivos. O *Musée des Monuments Français*, por exemplo, tinha uma função claramente pedagógica e dispunha seu acervo de forma didática, acompanhando as etapas da história da nação. O Museu Romântico, por sua vez, buscava envolver o frequentador, fazendo-o entrar em contato com a aura do passado. Era, no dizer de Poulot,

uma “restituição mimética”. Mas, havia ainda os museus que se preocupavam não em ensinar propriamente, tampouco em fazer “ressurgir” o passado. Sua finalidade era científica, procurando ser um local de trabalho para os estudiosos. São, na tipologia desse autor, “museus ateliês da ciência”. Esse era o caso do *Musée des Archives* (1867) e do *Musée des Antiquités Nationales* (1862), ambos franceses, e do *Germanisches Nationalmuseum* (1852), de Nuremberg, que assumiu uma importante função de repertório, expor e difundir documentos originais acerca da história da Europa Central e Nórdica (Poulot, 2013). Essas observações de Poulot nos parecem interessantes, pois nos levam a aproximar o projeto de Biblioteca Nacional, construído por Galvão, às finalidades desses museus-ateliês. Além disso, essa tipologia nos permite pensar que não apenas os museus de ciências naturais buscavam dialogar com as exigências científicas para o estudo da natureza, mas que instituições voltadas para o estudo e construção de um passado nacional igualmente caminhavam no sentido de auxiliar na produção de estudos científicos (históricos, geográficos), pautados no rigor documental. Voltaremos a essas duas questões mais adiante.

O subcontinente latino-americano não esteve fora desse movimento de constituição de museus e bibliotecas nacionais. Nesse espaço, colonizado pela Europa e emancipado do seu domínio no século XIX, instituições como essas tinham de lidar com a demanda de construção de um passado para essas jovens nações, o que implicava uma série de questões, como a inserção dos povos autóctones na história desses países, uma reflexão sobre a maneira como lidar com a presença europeia naquele território em tempos coloniais e a formação de um acervo “nacional” propriamente dito, indispensável para o trabalho de elaboração da escrita das suas histórias. Vimos no capítulo anterior como a Argentina, também em inícios do século XIX, empenhou-se em organizar a sua biblioteca nacional, que, como a BN brasileira, passou por um processo de modernização a partir da década de 1870. Outras bibliotecas, brasileiras inclusive, viveram movimentos semelhantes.

Em 1825, por exemplo, foi inaugurada a Biblioteca Pública de São Paulo. De acordo com Marisa Midori Deaecto (2011), a demanda das elites paulistas da época era pela instalação de uma universidade na província, uma vez que São Paulo já abrigava, junto com Olinda, um dos mais prestigiados cursos de Direito do país. A demanda acabou não sendo atendida, mas uma biblioteca pública, resultado da síntese de duas livrarias particulares (a do Convento de São Francisco e a do bispo dom Mateus de Abreu Pereira) foi instalada em pleno centro paulista.

Interessante, no entanto, é perceber como o último quartel do século XIX foi um momento importante na constituição de novas instituições desse tipo no Brasil e de reformulação das já existentes. Maria Margaret Lopes, que estudou especialmente os museus de ciências naturais, percebe esse movimento como ligado aos interesses das elites locais em construir uma imagem positiva do país e a própria mudança nos paradigmas científicos da época. Tudo isso, favorecendo a renovação de museus no Brasil e no mundo:

Essa proliferação de museus e a reforma do Museu Nacional foram, por um lado, frutos da consolidação de diferentes elites locais e de iniciativas científicas regionais. Integraram o “surto de medidas estabelecidas pelo surto de desenvolvimento material do país do final do século, que incorporou a valorização da ciência como prática concreta e como instituição social na remodelação da face do país”. Por outro integram o movimento internacional de museus, que também se renovava em consonância com as mudanças de paradigmas pelas quais passavam as Ciências Naturais nesse final de século (Lopes, 2009, p. 153).

Ana Claudia Fonseca Breffe (2017) lembra que esse movimento deve ser entendido dentro da definição da cultura nacional e de preocupação em sintonizar o país com o progresso científico e os padrões e instituições internacionais. Isso vale tanto para os museus de ciências naturais como para instituições voltadas para outros tipos de conhecimento, como a própria história. Em

1871, é fundado o Museu Paraense Emílio Goeldi. Cinco anos depois, abriu as portas o Museu Paranaense, enquanto em 1883 foi criado o Museu Botânico do Amazonas e, na década de 1890, o Museu Paulista. Foi, ainda, justamente nas décadas finais do Oitocentos que o Museu Nacional, sob o comando de Ladislau Neto e Batista Lacerda, teve suas seções reorganizadas e iniciou um diálogo maior com as modernas teorias evolucionistas então em voga na Europa. No Rio de Janeiro, esse processo foi acentuado e ocorreu paralelamente ao incremento urbano da cidade. O estudo de Tania Bessone (1999) sobre as livrarias da corte ressalta que não só o número de livrarias e bibliotecas aumentou a partir de 1870, mas elas passaram a ser mais frequentadas, o que indica a ampliação do público leitor, que muitas vezes procurava as bibliotecas públicas para a confecção de lições escolares, ler periódicos, preparar-se para os exames das principais instituições de ensino da corte ou, ainda, consultar literatura de viagem, mapas e documentos. Esse período foi crucial para a Biblioteca Nacional, principal biblioteca da corte e do país, na medida em que ela passou por um processo de modernização que se baseava não só na construção de uma nova imagem da instituição internamente como no esforço de acompanhar a organização e as funções exercidas pelas bibliotecas europeias.

O que podemos acrescentar ao estudo de Tania Bessone é a necessidade de articular esse desenvolvimento do universo letrado na corte a mudanças ainda mais abrangentes, inseridas num projeto de reformulação do próprio Rio de Janeiro. Como enfatizamos, nesse momento, estava à frente do Ministério do Império, João Alfredo Corrêa de Oliveira, cuja administração foi marcada pelo incremento da Biblioteca Nacional e pela elaboração de um projeto de remodelação da cidade que consistia na demolição dos morros do Castelo e Santo Antônio, no ajardinamento do Campo da Aclamação (atual Campo de Santana), no alargamento de ruas e calçadas e nas propostas que envolviam a resolução de problemas relacionados à insalubridade. João Alfredo chegou a encomendar aos engenheiros Pereira Passos, Morais Jardim e Marcelino Ramos um estudo

técnico dos melhoramentos de que carecia a cidade do Rio de Janeiro, a partir do qual montou a sua proposta (Parrela, 2013).

Muitos desses pontos só puderam ser levados a cabo na República, em especial quando o próprio Pereira Passos se tornou prefeito da Capital Federal. No entanto, a administração de João Alfredo demonstra que um projeto de reforma da cidade do Rio de Janeiro remetia aos tempos imperiais e, particularmente, aos anos 1870. Tendo sido levado adiante ou não, o que importa é que esse é um momento importante para a corte, em especial pelo aumento da sua população, pelo crescimento do público leitor e pelo incremento da sua vida letrada e cultural, na qual se inseria a Biblioteca Nacional.

Saindo da corte e voltando ao plano mais geral, é possível perceber ainda a preocupação, não só em criar novas instituições e modernizar as já existentes, mas também em editar publicações que ajudassem a divulgar os seus acervos e servissem como indicativo de que aqueles espaços se preocupavam em acompanhar o debate intelectual da época. Em 1876, os *Anais da Biblioteca Nacional* vêm a público. Este foi também o ano da edição dos *Arquivos do Museu Nacional*. Cabe lembrar a relativa facilidade de circulação desses periódicos, que em muitos casos eram remetidos para fora do país, estreitando relações entre instituições brasileiras e estrangeiras.^[45] Dez anos depois, o Arquivo Público editava suas *Publicações Históricas*. Na década de 1890, esse tipo de proposta editorial parecia se consolidar, com a criação da *Revista do Arquivo Público Mineiro* (1895), da *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (1894), da *Revista do Museu Paulista* (1894) e das duas publicações do Museu Goeldi, ambas da década de 1890, o *Boletim do Museu Paraense* e as *Memórias do Museu Paraense* (Schwarcz, 1993). Como lembra Ivana Parrela (2013), os arquivos

.....
45. Sobre a circulação desses periódicos, ver os trabalhos já citados de Maria Margaret Lopes e a dissertação de mestrado de Michele de Barcelos Agostinho, que faz um estudo justamente sobre a *Revista Arquivos do Museu Nacional*, ressaltando a importância de Ladislau Neto nesse diálogo entre o Museu e instituições congêneres de outros países (Agostinho, 2014).

nesse momento ganhavam novos contornos e funcionalidades: se até o século XVIII eles eram usados de forma instrumental, para resolver contendas políticas, a partir do Oitocentos eles se tornavam imprescindíveis para o trabalho científico. Desde então, houve um esforço em organizá-los e inventariá-los, assim como para abri-los ao público, facilitando a sua acessibilidade, o que era feito de forma muito eficaz pelos periódicos.

Cabe lembrar que, antes de todas essas publicações, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fazia circular, desde 1839, a *Revista do IHGB*, dedicada, entre outros objetivos, à publicação de documentos históricos, o que se coadunava com os objetivos primordiais da própria instituição, que eram coletar, organizar, hierarquizar e divulgar os documentos essenciais para se escrever a história do Brasil. Mas gostaríamos de chamar a atenção para o fato do momento da administração de Ramiz Galvão coincidir com um aumento das instituições culturais no país e com a maior preocupação dessas instituições em tornar público o seu acervo e acompanhar as inovações das discussões intelectuais. É justamente nesse movimento que propomos entender um dos principais empreendimentos da gestão de Ramiz Galvão: os *Anais da Biblioteca Nacional*. Como vimos, uma das marcas da sua administração foi a ampliação de seu acervo, ao qual, ao longo dos anos, foram incorporados diversos documentos (especialmente manuscritos) relacionados à história do Brasil, que estavam nas mãos de particulares ou em arquivos estrangeiros. Dessa forma, foi fundamental a viagem que fez à Europa entre 1873 e 1874.

Entretanto, o projeto de encontrar, comprar e reunir documentos relativos à história do Brasil parece que não se restringiu ao tempo em que esteve fora. Mesmo após o seu retorno, é possível perceber em seus ofícios o interesse em localizar e adquirir materiais sobre a história do país que estivessem nas mãos de bibliotecas estrangeiras ou mesmo de particulares no Brasil e no exterior. Mas, dentro das novas funções que se entendia que uma biblioteca como aquela deveria assumir, estava o papel de não só guardar, como também de tornar público o seu acervo. Tomada essa função, caberia a essa instituição um duplo objetivo:

a ação construtora de uma memória nacional e a tarefa de auxiliar a produção do conhecimento histórico, fornecendo aos historiadores a matéria-prima do seu trabalho, de acordo com a moderna concepção de história da época. Assim, retomando as categorias de Silvia Figueiroa (2011), a BN pode ser associada não só à tradição, mas também à inovação. Nesse sentido, propomos aqui entender os *Anais da Biblioteca Nacional* como o cerne do projeto de Ramiz Galvão de reformulação da BN e de inserção desta instituição no debate intelectual da época. No entanto, empreendimentos como esse necessitavam do envolvimento de outras pessoas, capazes de, junto com o diretor da BN, trabalhar na seleção de documentos e elaboração de estudos. Aos poucos, o diretor foi montando a sua equipe. Convém nos interrogarmos sobre quem eram esses agentes envolvidos na edição dos *Anais*.

O corpo de funcionários da Biblioteca Nacional

Se, em 1882, quando Ramiz deixou a Biblioteca Nacional para cuidar da educação dos netos de dom Pedro II, a instituição parecia passar por um de seus momentos mais produtivos, todo esse trabalho não seria possível sem a participação de outros agentes. Assim, eram justamente os funcionários que compunham a equipe de Ramiz Galvão que davam efetivamente carne e osso ao seu projeto. Mas quem eram esses homens? Como entraram lá? O que fizeram após a saída de Ramiz? As informações disponíveis nem sempre respondem a todas essas questões. No entanto, os relatórios enviados pelo bibliotecário ao Ministério do Império, alguns documentos do cotidiano da BN e informações retiradas das cartas de Capistrano de Abreu, um desses homens que faziam parte do grupo de trabalho de Ramiz, nos ajudam a conhecer um pouco esses agentes fundamentais que se envolveram no projeto de soerguimento da BN.

Se tomarmos por base os ofícios enviados por Ramiz ao Ministério do Império em 1871, ou seja, logo após ter sido nomeado para o cargo de diretor da BN, este espaço funcionava, naquele

momento, com pouquíssimos funcionários, todos eles vivendo numa situação muito difícil em função dos baixos vencimentos, defasados, inclusive, em relação aos salários de outras repartições públicas:

Tive ocasião de ponderar à V. Exa., em ofício, que há uma flagrante diferença entre os vencimentos dos empregados da Biblioteca e os de outros estabelecimentos, onde o trabalho é muito menor do que aqui. É com efeito de estranhar, Exm. Sr., que porteiros de Secretaria recebam o triplo dos vencimentos de um oficial da biblioteca, empregado que deve ter habilitações e letras cultivadas para bem preencher os encargos de seu lugar (Galvão, 1872b).

Fazia parte do trabalho do bibliotecário enviar anualmente ao Ministério do Império um relatório detalhado acerca dos trabalhos na Biblioteca Nacional. Era com base nesse documento que o ministro construía um relatório geral, a ser encaminhado para a Assembleia Geral Legislativa, onde era possível angariar recursos para executar as mudanças necessárias à instituição. Nessas ocasiões, Ramiz Galvão aproveitava para detalhar as dificuldades pessoais pelas quais passavam os funcionários e demandar o aumento de verbas, gratificações e salários.^[46] Porém, não era somente de dinheiro que a Biblioteca precisava, segundo o diretor. Em relatório de 1874, ele explicitava que, para desenvolver ali o projeto que queria, era necessário garantir o aumento de salários e também procurar funcionários com uma formação mais condizente com o cargo. Para isso, remete à viagem que fez à Europa, tomando como modelo as instituições europeias:

.....

46. Em um dos relatórios enviados ao Ministério do Império, Ramiz noticia a morte de um funcionário da BN, o praticante João Simões da Fonseca, ressaltando que, por falta de recursos, não teve como cuidar da “gravíssima enfermidade” que o acometeu. Nesse e em outros documentos, é visível como o bibliotecário explicitava esses casos no sentido de demandar ao Ministério melhorias salariais para os empregados da instituição (Galvão, 1875a).

Em Europa com razão se consideram as bibliotecas como viveiros de sábios e literatos, empregam-se ali professores de universidade, homens de erudição superior, vantajosamente conhecidos no mundo das letras. Distribuem-se as habilidades de acordo com as habilitações dos literatos, encarrega-se cada qual de um gênero de estudos, e cada qual se constitui melhor guia para os estudiosos em todos os ramos dos conhecimentos humanos. Mas tudo isso se faz: 1ª, porque o trabalho é subdividido por um pessoal mais ou menos numeroso; 2ª, porque os lugares das bibliotecas são pagos na altura de sua importância (Galvão, 1875b).

No entanto, a partir da leitura e da comparação dos relatórios elaborados por Ramiz nos anos em que esteve à frente da BN é possível acompanhar uma mudança de tom nesses documentos. Se inicialmente sua postura era de fazer demandas e detalhar os problemas da instituição, ao longo dos anos o teor passou a ser outro, muito mais no sentido de ressaltar os avanços alcançados pela casa. A estratégia mudava, assim como os objetivos: primeiramente, era preciso angariar recursos; mais tarde, tornava-se necessário manter aquilo que se ganhou, num jogo duplo que, ao mesmo tempo em que servia para louvar a própria instituição (e, por conseguinte, o Ministério do Império, que foi quem possibilitou a reforma da BN), tornava-se argumento para que novos pedidos fossem feitos a fim de que a Biblioteca preservasse o lugar de destaque que conseguiu construir. Dessa forma, podemos dizer que as reclamações e demandas de Ramiz em relação às necessidades de renovação dos quadros da BN foram, em certa medida, bem recebidas e atendidas pelo Ministério. Mas as mudanças vieram, sobretudo, a partir do ano de 1874, quando o diretor retornou ao Brasil após a participação na Exposição Universal de Viena e a visita que fez às bibliotecas do Velho Mundo. O conhecimento sobre o funcionamento dos arquivos europeus o ajudou, inclusive, a compor um plano de trabalho para a congênere brasileira.

Assim, até 1874, a BN contava com poucos funcionários, além do próprio Ramiz. Eram eles os oficiais José Carlos de Faria,

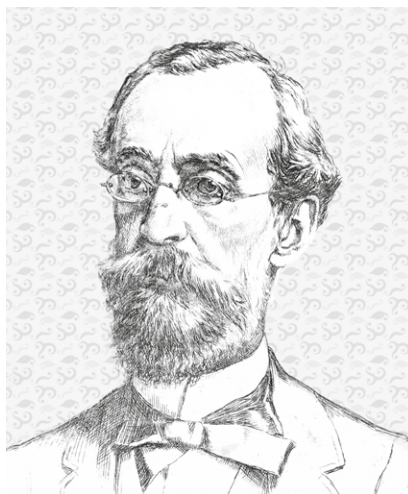
João Cesário da Silva e Sebastião José de Lima; os jornalheiros Felisbino Manoel da Rocha Porto, Guilherme José de Almeida, Eugênio Augusto da Costa Passos e Belizário Almeno da Rocha Porto; e o guarda Thomaz de Aquino Nogueira. Cabe ressaltar que, embora houvesse a divisão de funções, na prática elas se misturavam, cabendo a um mesmo funcionário, na ausência de outro, atender ao público, limpar os livros e, até mesmo, fazer o papel de guarda da instituição (Galvão, 1875b).

Algumas mudanças, contudo, vieram um pouco antes, ainda em 1873, quando a BN ganhou um de seus principais reforços: Alfredo do Vale Cabral, funcionário que viria a se tornar um elemento fundamental na equipe de Galvão. A entrada de Cabral ocorreu em função da partida de Ramiz para a Europa, em março daquele ano. Para suprir as demandas de trabalho da instituição, o Ministério do Império autorizou a contratação de um funcionário supranumerário e, para tal função, foi escolhido aquele jovem, que, à época, tornava-se conhecido por alguns artigos que publicara nos jornais da corte. Ramiz Galvão conta que, quando voltou da Europa, em maio de 1874, Vale Cabral continuava sua função na BN e que ficou muito impressionado com o que viu. Contratado para coligir, catalogar e restaurar os manuscritos da BN, ele serviu como um reforço de peso diante do quadro que se tinha, a ponto do diretor da Biblioteca afirmar que sua contratação foi “o ponto de partida para o renascimento da seção de manuscritos dessa repartição” (Galvão, 1875b).

Aos poucos, a equipe ganhava outros reforços e começava a se delinear. Sob o argumento da necessidade de organizar os novos catálogos da Biblioteca, o diretor conseguiu junto ao Ministério do Império a contratação de uma comissão formada por pessoas externas à BN. Para compô-la, convidou não só o próprio Vale Cabral, que permaneceu, portanto, trabalhando na Biblioteca mesmo após o retorno de Ramiz Galvão da Europa, mas também outros nomes, como Antônio José Fernandes de Oliveira, Antônio Mendes Limoeiro e João Saldanha da Gama, cunhado do diretor da BN (Ministério do Império, 1874c). Nesse mesmo ano, ao que tudo indica, José Zeferino de Menezes Brum tomou posse como

chefe da seção de Iconografia (Ministério do Império, 1874a), embora não saibamos se Brum já trabalhava na Biblioteca quando foi nomeado para o cargo ou se entrara naquele momento. São poucas as informações que temos a respeito de sua vida, fora o fato de que também teve uma atuação fundamental na BN, tanto nos tempos de Ramiz Galvão quanto posteriormente. Em 1876 e 1879, a equipe de trabalho do bibliotecário ganharia seus dois últimos grandes reforços, com a entrada, respectivamente, de José Alexandre Teixeira de Melo e do jovem promissor João Capistrano de Abreu, este último aprovado no primeiro concurso público realizado para a instituição.

Não por acaso, os relatórios da segunda metade da década de 1870, apesar de ainda relatarem os problemas com a elaboração dos catálogos e o trabalho dos funcionários, mostram um diretor muito mais otimista e satisfeito. Sua equipe estava formada e os trabalhos corriam dentro do que se planejava para uma biblioteca daquele porte, especialmente a publicação dos *Anais* e a preparação de exposições como a Camoneana e a de História do Brasil. O número de funcionários havia aumentado substancialmente e a qualidade deles tornava possível levar adiante as mudanças que planejava para a instituição. No entanto, é perceptível que, dos funcionários listados, cinco deles compunham efetivamente o seletor grupo que trabalhava de forma muito próxima a



BROCOS, Modesto. Dr. José Alexandre Teixeira de Melo. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [ca 1903]. 1 gravura, metal (água-forte), p&b, 20 x 14 cm em f. 32,8 x 23,7 cm. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1287478/icon1287478.jpg.

Ramiz Galvão. Grupo esse que parecia perfeitamente envolvido com o projeto de biblioteca que, aos poucos, ia se moldando. São eles: Alfredo do Vale Cabral, João Saldanha da Gama, José Zeferino de Menezes Brum, João Capistrano de Abreu e José Alexandre Teixeira de Melo. Também foram eles que, tendo o diretor à frente, tornavam possível os dois principais projetos de sua administração: a edição dos *Anais da Biblioteca Nacional* e a Exposição de História do Brasil. Convém ressaltarmos alguns dados acerca de suas vidas, suas ligações com a Biblioteca Nacional e seu diretor e as afinidades e rivalidades construídas no interior desse microcosmos.

Alfredo do Vale Cabral, primeiro desse seletivo grupo a entrar para os quadros da instituição, foi o funcionário-chave na realização dos projetos da BN. Nascido em Salvador, Bahia, em 1851, chegou ao Rio de Janeiro em 1870, mesmo ano em que Ramiz Galvão assumiu a direção da instituição (Alfredo [...], 1873). Foi trabalhando ali que ele construiu uma sólida relação de amizade com Capistrano de Abreu e com Alexandre Teixeira de Melo, com quem desenvolveu alguns projetos intelectuais em conjunto, como a publicação da *Gazeta Literária*. Parece, no entanto, que as relações mais próximas e de maior afinidade se davam realmente com Capistrano. Talvez isso se deva, inclusive, à proximidade da idade desses dois, já que Teixeira de Melo era o mais velho desse grupo.^[47]

Um indício dessa amizade está na expressiva quantidade de vezes em que Capistrano o menciona em suas cartas. Em alguns casos, as menções são rápidas, mas, em outros, é possível perceber as trocas intelectuais e a amizade construída entre eles. Esse é o caso, por exemplo, das missivas em que Capistrano conta um caso particular, bastante conhecido, envolvendo a identidade de Antonil. Numa carta endereçada a Guilherme Studart, datada de 1893, o historiador lembra que, ainda nos tempos do Colégio

.....
47. Havia uma diferença de somente dois anos de idade entre Vale Cabral e Capistrano, visto que este último nasceu em 1853. José Alexandre Teixeira de Melo, por sua vez, nasceu em 1833.

Ateneu, se deparou com esse autor, que desconhecia. Já na Biblioteca Nacional, teria perguntado a Alfredo do Vale Cabral se ele o conhecia. Como também nada sabia, Cabral indicou a Capistrano que procurasse alguma coisa nos livros de Innocência, Rivera e Varnhagen. Tempos mais tarde, relendo *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Capistrano teria desvendado o enigma de que André Antônio Antonil e o jesuíta Andreoni eram a mesma pessoa. Capistrano conta a história em maiores detalhes:

Levantei-me, fui ao Cabral, que estava escrevendo na mesa de que agora lhe redijo essa carta e disse-lhe: V. vai ficar furioso. — Por que? Porque afinal vou descobrir quem é o nosso Antonil. — Nesse caso vou ficar é alegre. Da mesa do Cabral fui à estante em que se encontrava a *Bibliothèque des Écrivains de la Compagnie de Jésus* de Backer, abri o v. VII, que contém o índice geral, e remeteu-me para o volume VI, p. 14. Abri-o, e, apenas li as primeiras linhas, corri para a mesa do Cabral. — Cabral! Cabral! Achei! [...] Não precisa dizer que foi um dia de delírio. Jantamos juntos, tomamos cerveja juntos, conversamos até meia-noite e separamos à contre coeur. Que bom tempo aquele, em que a descoberta de um anônimo bastava para coroar de rosas um dia. Vimos logo que, de João Antônio Andreoni, era anagrama ou coisa que o valha de André João Antonil [...] (Abreu, 1893).^[48]

Embora as relações de proximidade fossem maiores entre Capistrano e Vale Cabral, Teixeira de Melo era outro interlocutor intelectual importante daquela dupla. Entre os três, havia troca de informações e planos de publicação em equipe. Algumas empreitadas, no entanto, colocaram de lados opostos esse trio e João Saldanha da Gama, outro funcionário de peso da BN. Como vimos, Saldanha da Gama entrou na BN por intermédio de seu cunhado, o próprio Ramiz Galvão e, segundo Mario de

.....
48. O episódio é contado por Capistrano em outras cartas, como a que escreveu, em 1921, a Afonso de Taunay e que enviou, em 18 de novembro de 1916, a João Lúcio de Azevedo, todas as duas publicadas por José Honório Rodrigues.

Alencar, também por intermédio dele teria conseguido o cargo de bibliotecário no Mosteiro de São Bento em outra ocasião (Alencar, 1899). Após a sua saída, não só permaneceu na instituição, mas angariou um novo posto: o de diretor da casa. Ao que tudo indica, enquanto Ramiz Galvão dirigia a Biblioteca, as relações entre os funcionários mantinham-se cordiais. No entanto, sua saída fez transparecer alguns conflitos que possivelmente já estavam latentes ali.

Por volta de 1882, Vale Cabral, Capistrano e Teixeira de Melo dedicavam-se à tarefa de publicar a *História do Brasil*, de frei Vicente Salvador. Essa obra acabou entrando para o acervo da BN em 1881, como doação do livreiro João Martins Ribeiro à Exposição de História do Brasil. Enquanto Ramiz Galvão, mesmo fora da Biblioteca, acolhia com bons olhos a publicação dessa obra, seu sucessor colocava-se contrário à empreitada do grupo de Capistrano, dificultando, inclusive, que documentos da biblioteca fossem copiados por ele. Diante da situação, eles lutaram com as armas que tinham, ativando a rede de sociabilidade da qual faziam parte, e que contava com pessoas como o barão do Rio Branco e Lino de Assunção. Este último, mandou a eles cópia da obra de frei Vicente Salvador existente em Lisboa, o que teria, segundo Capistrano, enfurecido Saldanha da Gama, a ponto de “tomar uma satisfação ao Cabral” (Abreu, [188-?]). Mas as estratégias do grupo não paravam aí. As dificuldades impostas por Saldanha da Gama aos seus trabalhos teriam chegado a tal ponto que as obrigou, segundo conta Capistrano em carta ao barão do Rio Branco, a que ele próprio e Teixeira de Melo chegassem a tirar, “às escondidas, as cópias da coleção de cartas dos Jesuítas em 1549 a 1568”, existentes na BN (Abreu, 1887).

Como se vê, mesmo após a saída de Ramiz Galvão da direção da Biblioteca Nacional, o núcleo fundamental de seus funcionários permaneceu naquela casa, muito embora as relações não fossem sempre as melhores entre eles. O que ocorreu, no entanto, foi uma espécie de troca de cargos, pois a nomeação de Saldanha da Gama para ocupar o lugar de seu cunhado acabou por favorecer um rearranjo interno. Capistrano continuou como oficial e Menezes

Brum se manteve à frente da seção de Estampas. Teixeira de Melo, no entanto, passou a ocupar a função de chefe da seção de Impressos e Cartas Geográficas, até então sob responsabilidade de Saldanha, o que abriu caminho para que Vale Cabral tomasse a dianteira da seção de Manuscritos, espaço que conhecia muito bem, ajudou a organizar e onde permaneceu até a sua morte, em 1893, aos 43 anos de idade. Em algumas de suas cartas, Capistrano refere-se à doença do amigo, que “após um período de hibernação, ficou furioso: a família foi obrigada a recolhê-lo ao hospício. Creio que seu estado é de desespero” (Abreu, 1890). Tempos depois, em carta a Afonso de Taunay, lembrava as boas relações que tinha com ele, ao dizer que entendia as saudades que Taunay sentia de seu amigo Cardoso: “Quanto senti a falta de Cabral!” (Abreu, [1917?]).



FERREIRA, Antonio Luiz. *Sala de trabalho da Seção de Impressos*. Rio de Janeiro, RJ: Off. Graph. da Bibliotheca Nacional, 1902. 1 foto, il., p&b. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon326080/icon326080_06.jpg.

Desse grupo “articulado” formado por Capistrano, Vale Cabral e Teixeira de Melo, este último era o mais velho. Ele mantinha com Ramiz três pontos de contato. Primeiramente, o fato de ser originário de Campos, Rio de Janeiro, cidade de onde vinha também toda a família da mulher de Galvão. Além disso, assim como o diretor da BN, Teixeira de Melo era formado em Medicina, mas, diferentemente deste, clinicou por alguns anos, até se mudar, em 1875, para a capital e, no ano seguinte, ser nomeado para a chefia da seção de Manuscritos. Mais tarde, entre 1895 e 1900, ocuparia a direção da BN. Chegou também a participar de algumas importantes instituições culturais da época, notadamente o IHGB (de onde também foi secretário) e a ABL, onde fundou a cadeira de número 6, escolhendo como patrono Casimiro de Abreu (José [...], 1898). A poesia parece ter sido a grande área de interesse de Teixeira de Melo, mas José Honório Rodrigues (1982) destaca as suas contribuições na busca por documentos que auxiliassem nas questões referentes aos limites entre Brasil e Argentina, sobre a qual Rio Branco arbitrava.

Personagem um pouco mais discreto, mas igualmente importante na equipe de Ramiz Galvão foi José Zeferino de Menezes Brum. Nascido em Vila de São Francisco, Bahia, Menezes Brum, como Teixeira de Melo, era de uma geração mais velha que a de seus colegas de biblioteca. Nascido em 1825, ele também seguiu o curso de Medicina, formando-se ainda na Bahia. Já na corte, atuou como médico no Hospital da Misericórdia e foi membro da Academia Nacional de Medicina (José Zeferino [...], 1899). Na Biblioteca Nacional, sua função era cuidar dos livros, imagens e estampas que compunham a seção de Iconografia da instituição, onde permaneceu até sua morte, em 1894. Sobre sua atuação durante a direção de Ramiz Galvão, poucas informações temos. No entanto, sabemos que uma das habilidades de Menezes Brum era a restauração de documentos. Na seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, é possível ter acesso a alguns relatórios produzidos por ele quando se dedicava ao processo de restauração de uma das coleções mais importantes da BN: a Coleção

Diogo Barbosa Machado.^[49] Nos *Anais da Biblioteca Nacional*, as contribuições de Menezes Brum se dão justamente acerca dos assuntos relacionados ao acervo imagético da instituição.

Para Capistrano, dentre todos os colaboradores de Ramiz, Menezes Brum e Vale Cabral se sobressaíam, apesar, segundo ele, da pouca cultura desse último. Se tomarmos por base a contribuição de cada um desses funcionários na elaboração dos *Anais da Biblioteca Nacional*, Capistrano tem certa razão no que diz, embora tenha sido injusto com Teixeira de Melo. No primeiro volume, há dois artigos de autoria de Menezes Brum. O primeiro deles é sobre os nigelos da BN, produtos de uma técnica medieval que consistia em gravar em lâminas de metal desenhos entalhados, sobre os quais se aplicava um esmalte preto, chamado *nigello*. O segundo, por sua vez, analisava cinco estampas de Noel Garnier descobertas por ele durante seus trabalhos na Biblioteca. No artigo presente no segundo volume do periódico, Menezes Brum escreve sobre a Coleção Conde da Barca, que representava uma parte importante do acervo da Biblioteca Nacional. Mas são as contribuições de Alfredo do Vale Cabral e Alexandre Teixeira de Melo que verdadeiramente saltam aos olhos. Trabalhando em conjunto na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional durante a gestão de Ramiz Galvão, eles eram, ao que parece, os “homens de confiança” do diretor e suas

.....

49. Formada pelo abade português que lhe dá nome, a Coleção Diogo Barbosa Machado é composta por mapas, folhetos e retratos de diversos personagens, acontecimentos e espaços que compunham o império marítimo português. Antes de morrer, o abade vendeu sua coleção à monarquia portuguesa. No processo de deslocamento da corte lusitana para o Brasil, em 1808, dom João trouxe na bagagem todo esse material que se tornou, por assim dizer, o início do que seria, décadas depois, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Assim, a Coleção Diogo Barbosa Machado era uma espécie de “menina dos olhos” dos bibliotecários, dentre os quais o próprio Ramiz Galvão, que fez questão de abrir o primeiro volume dos *Anais* com um estudo de sua autoria sobre a coleção. Em 1883, pouco depois da saída de Ramiz, os álbuns de retrato da Coleção Barbosa Machado passaram por um intenso processo de restauração a partir das mãos de Menezes Brum. Rodrigo Bentes Monteiro tem vários artigos sobre a coleção, alguns deles citados nas referências ao final deste livro. Também sobre a coleção, ver Caldeira, 2017.

atuações foram fundamentais para levar adiante a edição dos *Anais*. Vale Cabral era, sem dúvida, o campeão de publicações naquele periódico. A cada volume lançado, havia, pelo menos, um texto redigido por ele, fosse um estudo mais aprofundado, fosse uma introdução à edição de algum documento. Somente nos três primeiros volumes dos *Anais* (publicados entre 1876 e 1878 e que tiveram as contribuições mais efetivas dos funcionários da BN, ao menos no que se refere à publicação de estudos produzidos por eles), Vale Cabral publicou nove textos de sua autoria. Mas Teixeira de Melo também alcançou uma produtividade ímpar, publicando, nesses mesmos três volumes, oito estudos.^[50] Em conjunto, Vale Cabral e Teixeira de Melo ainda desenvolveram o *Catálogo da seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional*, que saiu a público ocupando integralmente os volumes 4 e 5 dos *Anais*.



FERREIRA, Antonio Luiz. [*Biblioteca Nacional na Rua do Passeio: sala principal da Secção de Manuscritos*]. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1902. 1 foto, p&b; cópia fotográfica albuminada; 17 x 23,2 cm em cartão-suporte: 23,8 x 30,3 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon326079/icon1285517.jpg.

50. Esses trabalhos serão destacados no próximo item.

Dos funcionários que ocupavam os principais cargos da BN, Capistrano é aquele cujo trabalho parece ter deixado menos marcas, especialmente na publicação dos *Anais*, nos quais não há nenhuma produção escrita sua nos volumes editados durante a gestão de Ramiz. Evidentemente, é preciso considerar que Capistrano só entrou para os quadros da BN mais tarde, em 1879, no primeiro concurso público para a instituição, o que significa dizer que, efetivamente, só teria participado da edição do volume 6 em diante. No entanto, justamente por se tratar de alguém como Capistrano, que viria a se tornar o mais conhecido e notável dos funcionários da BN, essa ausência de produção salta aos olhos e nos permite pensar no próprio trabalho de enquadramento de sua memória. Embora a figura de Capistrano seja lembrada sempre a partir da sua imagem de autor de obras clássicas e fundamentais da historiografia brasileira, é preciso considerar como essas imagens são historicamente construídas, de forma a dar à trajetória desses intelectuais uma regularidade e uma coerência muito pouco naturais. É comum olharmos para um autor como Capistrano como se ele desde sempre tivesse sido um “notável historiador”, desconsiderando sua trajetória e todo o processo que o consagrou dessa maneira.^[51]

Alguns documentos detalhando o concurso de 1879 podem ser encontrados no acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. De acordo com eles, a seleção contou com diversas etapas. Primeiramente, os candidatos tiveram de preencher uma ficha solicitando sua inscrição e anexar a ela um comprovante de idoneidade moral. Em seguida, foram convocados para os exames. Os concorrentes à vaga tinham quatro horas para fazer provas de quatro disciplinas: história, geografia, literatura e filosofia. Passada essa etapa, foram submetidos a provas de tradução de textos em inglês, francês e latim. O texto de língua inglesa que serviu para a prova de tradução do concurso foi um trecho da obra *Critical and historical essays*, de Macaulay. Já para os conhecimentos de língua

.....
51. Sobre a construção da memória de Capistrano de Abreu, ver os trabalhos de Rebeca Gontijo (2005; 2007; 2013).

francesa foi escolhida uma parte de *Le génie du christianisme*, de Chateaubriand. Após a prova de idiomas, os candidatos tiveram de mostrar seus conhecimentos arquivísticos e bibliográficos, a partir do exercício de classificação de um livro impresso, uma estampa e um manuscrito da Biblioteca Nacional.^[52] A relevância desse concurso foi ressaltada por Edson Nery da Fonseca, que via nesse evento o marco oficial da elevação do bibliotecário à categoria profissional (Oliveira, 2011).

Quatro pessoas concorreram à vaga desse concurso, mas apenas dois foram aprovados. Capistrano de Abreu foi classificado, por unanimidade, em primeiro lugar. Em segundo, ficou o bacharel Misael Ferreira Penna. Vale ressaltar que, em relatório sobre o concurso, Ramiz Galvão destacou que as provas de Capistrano

foram no todo não só melhores, mas muito melhores que as do segundo. Essa superioridade é sobretudo visível nas provas de latim, inglês, história, filosofia e iconografia. Algumas dessas provas do senhor Capistrano de Abreu, bem consideradas as dificuldades de um exame inteiramente vago e a exiguidade do tempo concedido, quase se podem dizer magistrais (Ministério do Império, 1879).

Nesse relatório, Ramiz fez ainda muitos elogios a Capistrano, destacando não só o elevado “talento criador” do mais novo funcionário da instituição, mas também enfatizando que:

A Biblioteca Nacional, onde não podem ser de proveito real se não os homens bem preparados e dispostos a viver e morrer com os livros, a Biblioteca Nacional, em minha humilde opinião, fará uma aquisição feliz com a nomeação do sr. Capistrano de Abreu para o lugar de oficial. Ao que sei, nada tem contra si os dois concorrentes em matéria de moralidade (Ministério do Império, 1879).

.....
52. Segundo César Augusto Castro (2000), esse concurso seguiu os modelos da *École de Chartes* de Paris, escola francesa de formação de bibliotecários que, à época, exercia grande influência no Brasil.

Capistrano permaneceu no cargo de oficial até 1883, quando saiu para assumir a função de professor de história e corografia do Brasil no Colégio Pedro II. Alguns autores já se debruçaram sobre o significado da passagem desse historiador pela BN e nos impactos do trabalho que realizou na instituição em seus estudos. O primeiro deles foi José Honório Rodrigues, para quem a Biblioteca Nacional foi o “laboratório de Capistrano de Abreu”:

Em 79, entra para a Biblioteca Nacional, onde teve a oportunidade de exercitar-se em todas as disciplinas auxiliares e especialmente no conhecimento direto das fontes e da bibliografia histórica. A Biblioteca Nacional era o seu laboratório científico e lá participou do maior empreendimento bibliográfico jamais realizado no Brasil: o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Ela e o jornalismo estimularam suas ambições intelectuais. Desde então, Capistrano começa a almejar a cátedra do Colégio Pedro II e a eleição para o Instituto Histórico (Rodrigues, 1954, p. XXXIX-XL).

Essa chave de entendimento dada por José Honório como forma de significar a passagem de Capistrano pela BN foi, de certa maneira, trilhada por alguns estudiosos desse autor. É esse o caminho, por exemplo, que segue o trabalho de Josiane Roza de Oliveira (2011), que se deteve sobre os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu. Em um dos capítulos de sua tese, dedicado especialmente à Biblioteca Nacional e ao IHGB, a autora destacou o trabalho de Capistrano num momento de reformulação da BN e procurou entender essa instituição como o espaço em que aquele jovem historiador teve a possibilidade de “experimentar um trabalho prático e reflexivo, difícil de ser encontrado em outras instituições do Império” (Oliveira, 2011, p. 112). Considerando a importância desse momento de reformulação da biblioteca, que passava, então, a ser um relevante espaço de “desenvolvimento de técnicas e práticas específicas com a documentação histórica sobre o país”, Oliveira (2011, p. 162) entende a passagem de Capistrano por ali como fundamental para sua formação como um historiador “moderno”, isto é, cujas

análises eram baseadas no trabalho cuidadoso com documentos e na tarefa de conhecer bem os acervos existentes.

Outra historiadora que também se debruçou sobre as obras e o trabalho de Capistrano de Abreu foi Maria da Glória de Oliveira (2013) em seu livro *Crítica, método e escrita da história em Capistrano de Abreu*. Trabalhando com a noção de operação historiográfica, nos moldes como a entende Michel de Certeau, essa autora pretendeu compreender, a partir do estudo do lugar social e institucional ao qual aquele historiador estava ligado, os procedimentos metodológicos utilizados por ele e, pela análise de alguns de seus textos, de que forma Capistrano pensava a história e como praticou o seu ofício. Seu trabalho, na verdade, visou algo maior, trazendo uma importante contribuição ao entendimento da construção da história como um saber e uma disciplina científica.

Embora não tenha como tema fundamental de seu estudo a passagem de Capistrano pela BN, Maria da Glória de Oliveira (2013), ao abordar esse momento da trajetória de Capistrano, também percebeu a instituição como seu “laboratório científico”, ressaltando, inclusive, que, mesmo após a sua saída, aquele historiador manteve fortes contatos com os companheiros que permaneceram ali, especialmente Teixeira de Melo e Vale Cabral. Assim, mesmo não pertencendo mais a seu quadro de funcionários, a Biblioteca Nacional permaneceu ainda para Capistrano como um espaço de estudos privilegiado, lugar onde poderia efetivamente mergulhar numa infinidade de documentos com a finalidade não só de consultá-los, mas organizá-los, agrupá-los e selecioná-los, atividades que fez de forma mais efetiva quando trabalhou na instituição, especialmente para a montagem do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. A BN teria sido, portanto, um lugar fundamental para a formação desse “gosto pelo arquivo”, que tanto parece caracterizar o trabalho de Capistrano, mas não só dele, como nos lembra a própria autora ao mencionar também o esforço de Varnhagen como desbravador de diversos arquivos nacionais e estrangeiros.

É interessante observar o significado da passagem pela BN na própria atividade intelectual e historiográfica de Capistrano e,

paralelamente, ressaltar como se formou ali um grupo que, apesar das querelas internas, parecia muito sintonizado na construção de um projeto de biblioteca que buscava, concomitantemente, servir a um público leitor e manter-se em sintonia com os métodos modernos de escrita da história e organização de acervos. Ou seja, tomando a própria expressão cunhada por José Honório Rodrigues, a Biblioteca Nacional talvez não tenha sido o laboratório da história somente para Capistrano, mas esse significado pode estender-se para todo o núcleo fundamental que compunha o quadro de funcionários da BN na época, a começar por Ramiz Galvão, que também se formou como historiador ali, muito mais do que no IHGB. Se a BN era o “laboratório da história”, Ramiz Galvão e seu grupo eram os “especialistas” que faziam aquele laboratório funcionar, que testavam possibilidades, desenvolviam projetos e colocavam em prática procedimentos. Mais do que organizar um arquivo, essa equipe se empenhou em formá-lo, selecionar e estabelecer uma ordem aos rastros do passado e pô-los a serviço de alguém, a saber, o profissional da história.

Os Anais da Biblioteca Nacional como estratégia editorial

Paris, janeiro de 1874. Quando havia passado quase um ano distante de seu país, Ramiz Galvão recebeu a notícia de que ainda demoraria mais alguns meses em sua viagem à Europa: o governo imperial decidira prolongar sua estadia no “Velho Mundo” até o último dia de abril daquele ano. O objetivo era que o bibliotecário aproveitasse para procurar nos arquivos europeus documentos, especialmente manuscritos, relativos ao Brasil. Semanas após receber o aviso, ele não tardou em comunicar aos seus superiores os frutos que colhia em sua viagem. Em um ofício datado de 7 de fevereiro de 1874, ele explicava que, depois de visitar as bibliotecas de Viena, Munique, Berlim, Milão, Florença, Roma, Londres e Paris, restavam apenas as de Zurique e Lisboa:

Em todas elas depois de haver estudado a parte relativa à organização, que é, como V. Exa. sabe, o ponto capital da minha comissão, tive sempre o cuidado de indagar da existência de documentos relativos ao Brasil, e posto que não fosse grande a minha colheita neste particular tive, todavia, a fortuna de encontrar alguma coisa de que tomei nota e que tencionara comunicar a V. Exa. [...]. Aqui mesmo em Paris, onde atualmente me acho ultimando as compras de livros de que fui encarregado, encontrei na Biblioteca Nacional um bom número de manuscritos portugueses, dos quais estou fazendo uma lista que julgo não será destituída de interesse. Em Zurich não é de esperar que ache documentos deste gênero, mas em Lisboa os haverá em grande cópia, e por isso resolvi já demorar ali a minha estada além do prazo que me fora necessário e suficiente para visitar a sua biblioteca pública (Ministério do Império, 1874b).

Como vimos, a viagem de Ramiz Galvão pela Europa originou alguns benefícios para a Biblioteca Nacional. Um deles foi a sua própria reestruturação, a partir da observação e estudo do funcionamento de suas congêneres europeias. Mas não foi só isso. A viagem trouxe ainda um saldo bastante positivo para o acervo da instituição, enriquecido com vários livros e catálogos comprados de livreiros europeus. Algumas coleções de revistas científicas e literárias, já existentes na BN, também puderam ser completadas a partir da aquisição de determinados volumes faltosos. Sabemos que mais de 2 mil obras entraram na Biblioteca por meio de compra e, dentre as quais, constavam ainda alguns documentos referentes à história do Brasil. Trata-se, sem dúvida, de um número muito superior aos dos demais períodos. Segundo Pires de Almeida (1897), somente nessa viagem à Europa foram gastos cerca de 12 contos de réis na compra de manuscritos, imagens, monografias e catálogos, todos eles incorporados ao acervo da BN.

O projeto de procurar, comprar e reunir documentos relativos à história do Brasil parece, no entanto, que não terminou aí. Mesmo após o seu retorno da Europa, é possível perceber nos ofícios o interesse em localizar e adquirir materiais sobre a história do país que estivessem nas mãos de particulares ou

em bibliotecas estrangeiras. Um documento do bibliotecário, datado de 1878, é um exemplo interessante do seu empenho em obter este tipo de material. Trata-se de um ofício informando as autoridades do Império sobre o leilão de manuscritos que estava prestes a ser realizado pela casa dos marqueses de Castelo Melhor. Ramiz Galvão não apenas deu a notícia do leilão, mas também se empenhou em conseguir recursos do tesouro para a compra daqueles documentos:

Escusado me parece insistir sobre a alta conveniência de se não permitir que fiquem fora de nosso país todos esses papéis, porque vossa excelência sabe melhor do que eu o que eles valem para a história de uma nação, que está hoje compondo os seus anais e buscando luz que esclareça largos períodos de sua vida passada. O que é indubitável é que sem documentos não se escreve história e que sem fazer sacrifícios para os haver não legaremos à posteridade mais do que as trevas e a dúvida que já recebemos na herança de nossos maiores (Ministério do Império, 1878a).

O forte teor patriótico utilizado por ele no ofício parece ter dado certo. A verba conseguida pelo governo imperial serviu para a aquisição de 41 manuscritos vindos diretamente de Lisboa. Eles chegaram à Biblioteca Nacional somente em 1879, mas, no ano anterior, foram somados, ao acervo da instituição, 64 manuscritos cedidos pelo doutor Melo de Moraes, além de outros adquiridos a partir do leilão do espólio do escritor português Rodrigo José de Lima Felner. As aquisições, entretanto, não pararam aí. Em 1880, a BN recebeu 38 manuscritos do conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa e, no ano seguinte, adquiriu uma coleção de documentos diplomáticos do visconde do Rio Branco, ofertados à instituição por seu filho José Maria da Silva Paranhos (Almeida, 1897).^[53]

.....
53. Convém lembrar que uma importante aquisição para a Biblioteca Nacional foi feita ainda em 1873, quando foi comprada a biblioteca de Manoel Ferreira Lagos, composta de 3.475 volumes, 231 manuscritos e cerca de 2 mil folhetos

Ao longo deste capítulo, temos destacado a importância dada por Ramiz Galvão à aquisição de documentos e como esse era um elemento importante em seu projeto de sintonizar a Biblioteca Nacional com a moderna ciência da história. Como lembra Maria da Glória de Oliveira (2006), nesse processo de constituição da história como um saber científico e uma disciplina, vão se estabelecendo determinadas “obrigações do historiador”. Uma delas é definir a autoria dos documentos e a origem das fontes. Da mesma forma, seu texto, para ser entendido como um texto *de história*, precisava também obedecer a algumas regras, em especial a referência aos documentos. Assim, “o texto configura-se como historiográfico por sua construção desdobrada e estratificada de referências a outros textos – crônicas, documentos –, estabelecendo-se sempre como um saber do outro” (Oliveira, 2006, p. 221). É possível perceber as razões dessa importância no ofício citado acima, quando se buscava angariar recursos para a compra dos papéis da coleção dos marqueses de Castelo Melhor: os documentos, segundo ele, eram essenciais para se escrever a história das nações, especialmente de uma nação como o Brasil, cujos pontos de seu passado pareciam tão nebulosos aos olhos do historiador. A história do país, para ser construída, precisava de documentos que pudessem lançar luz sobre o passado brasileiro.

Diversos autores destacaram em seus trabalhos o interesse que os letrados de meados do século XIX e início do XX tinham pelos documentos. Como a história não estava definida como campo autônomo nessa época, os eruditos que se dedicavam a esse saber circulavam também por um amplo espaço de conhecimento, que envolvia a etnologia, a geografia, a literatura, o estudo de línguas indígenas, além de outros saberes.^[54] Esses homens de letras, por sua vez, possuíam um grande interesse que legitimava o seu saber: “o trabalho de pesquisa documental

publicados no Brasil e em países estrangeiros. Faziam parte desta coleção as *Memórias* de Alexandre Rodrigues Ferreira.

54. Sobre o assunto, ver Gomes, 1996; Grafton, 1998; Farge, 1989; Cezar, 2003, 2007.

(criticar, reunir, consultar e copiar documentos). A pesquisa e a interpretação de fontes distinguiam o trabalho desses eruditos” (Gomes, 1996, p. 100). Sem documentos não haveria a possibilidade de escrita da história.

Como vimos neste capítulo, Maria da Glória de Oliveira (2006) também destacou o gosto de Capistrano de Abreu pela biblioteca e pelo arquivo, mostrando o quanto o trabalho diário com os documentos da Biblioteca Nacional converteu-o à pesquisa histórica. Procuramos mostrar que esse contato cotidiano com o acervo da biblioteca não envolveu apenas Capistrano, mas foi o que poderíamos chamar de um trabalho em equipe, pois englobava os chefes e os oficiais de seções, além do próprio Ramiz Galvão. Tratava-se de uma tarefa que abrangia não apenas a organização do acervo, mas que foi responsável pela localização de obras cuja existência ainda não era conhecida pelo diretor da BN e seus funcionários. Uma vez descobertos esses “tesouros”, como dizia o próprio Ramiz Galvão, era necessário criar meios de divulgá-los. Sua publicação era uma forma de não apenas atrair o interesse do público em geral e de um público mais restrito (os homens de letras, tão ausentes da biblioteca, segundo o discurso de Galvão) para obras mais seletas como construir certa imagem da Biblioteca Nacional, atribuindo a ela um valor, mostrando que, como principal biblioteca do país, ela possuía documentos capazes de fazê-la caminhar em direção ao lugar ocupado pelas grandes instituições de saber espalhadas pela Europa. Também aqui deste lado do Atlântico seria possível encontrar documentos raros, iconografias primorosas e achados preciosos.

O primeiro veículo de divulgação desses “tesouros” foram os jornais da época, como o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*. A cada nova descoberta de uma imagem, manuscrito, ou autoria de uma obra, Ramiz Galvão e seus ajudantes (especialmente Alfredo do Vale Cabral) enviavam notícias, acompanhadas sempre de um pequeno estudo, à redação de um desses periódicos. Trata-se de matérias curtas, destinadas aos leitores da imprensa carioca e que buscavam chamar a atenção não somente para as “descobertas” de materiais como

para o trabalho realizado dentro da BN, convidando o público a reconhecer o valor daquela instituição:

No espontâneo encargo que tomamos de fazer conhecer o público estudioso os livros concernentes ao Brasil, que guarda a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, damos notícia de mais um achado, por todos os títulos precioso. Convém que se vá conhecendo e dando o devido valor à primeira biblioteca instituída no Brasil e que em riqueza está a par de suas irmãs do velho mundo. Na Europa, os livros preciosos que possuem os estabelecimentos literários são em geral conhecidos, não só por seus catálogos impressos, como pelas incessantes investigações de amadores e curiosos, que a todos os momentos invadem a biblioteca em busca do que há de mais raro sobre esta ou aquela matéria. Entre nós, porém, se dá o contrário: ninguém se importa de conhecer e ainda mesmo de ter notícia dos livros que nos dizem respeito, livros que, em falta de documentos autênticos, são a base principal de nossa história (Cabral *apud* Galvão, 1875b).

A comparação que aparece no texto entre a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e suas congêneres europeias (comparação em que a instituição brasileira geralmente sai perdendo) é muito presente nas notícias publicadas e nos ofícios, cartas e relatórios. Contudo, esse discurso possui algumas nuances. Certas vezes a BN é entendida como um projeto, que, no futuro, conseguiria alcançar as grandes instituições de pesquisa do Velho Mundo. Em outros momentos, como aparece no trecho destacado, quando se trata da riqueza de seu acervo, a biblioteca brasileira é vista num patamar de igualdade em relação às demais. No entanto, um elemento parece não levantar dúvidas em Ramiz Galvão ou em seus funcionários: o fato de não se ter por aqui o afã das pessoas em se debruçar sobre esses “tesouros”. Assim, podemos entender essas notas em jornais como uma estratégia para a construção de uma boa imagem da Biblioteca, tornando-a uma presença na cidade. Certamente, o público desses periódicos era bastante amplo e nem todos esses leitores teriam interesse

em frequentar os salões da BN. Nem era desejo de Ramiz Galvão tê-los por lá. Antes, queria ver naquela casa um público seletivo, de verdadeiros estudiosos. Entretanto, num momento em que as instituições culturais do Império passavam por um processo de modernização e reformulação, era importante “marcar lugar”, isto é, fazer com que o nome da BN circulasse nos principais jornais da época, sempre associado ao laborioso serviço de seus funcionários e à posse de “tesouros” literários e iconográficos inigualáveis. Na competição por recursos e *status* junto ao poder imperial, essa estratégia poderia render frutos à Biblioteca e ao seu diretor, como veremos.

De fato, no projeto de biblioteca formulado por Ramiz, havia o interesse em formar um público para aquela instituição. Parece-nos que é justamente pensando nesse público que serão editados os *Anais da Biblioteca Nacional*. Apesar da entrada de novos manuscritos e imagens na instituição e da aquisição de muitas obras, as seções encarregadas de cuidar desse tipo de documento permaneciam vazias. A baixa frequência na seção de Manuscritos era, como vimos, alvo de muitas lamentações de Ramiz Galvão, que via seus leitores serem atraídos pela “literatura amena” de sua época, em detrimento de obras mais especializadas. Os relatórios dos chefes das seções de manuscritos e iconografia destacavam sempre o pequeno movimento dos setores e os poucos documentos consultados, o que se chocava com a maior frequência total registrada na Biblioteca.^[55] De modo geral, a visitação a essas seções de estudos mais “específicos” ficava a cargo do Imperador e dos membros de sua família, além de ministros do Império e autoridades estrangeiras.^[56]

.....

55. O relatório referente ao terceiro trimestre de 1879 destaca, por exemplo, que naquele período apenas dois manuscritos foram consultados: o “Vocabulário Português-Botocudo”, de Guido Marliere, e a “Flora Paraensis”, de Antônio Correa de Lacerda (Biblioteca Nacional, 1876-1880).

56. Em 1872, por exemplo, a Biblioteca foi visitada pelo ministro da Bolívia, que, de acordo com o relato que Ramiz Galvão enviou ao conselheiro João Alfredo, ficou bastante interessado em consultar manuscritos sobre os limites territoriais que separavam o seu país do Império do Brasil. O interesse por materiais desse tipo levantou certas suspeitas de Galvão, que pediu ao conselheiro

Diante desse quadro, algumas perguntas se colocam: se as seções de manuscritos e de iconografia eram pouco frequentadas, se não havia o afã do público pelos seus materiais, se não existia interesse pela investigação, por que divulgar o acervo em jornais? Mais ainda, por que juntar esforços na edição de outro veículo, específico para a publicação de documentos, como foram os *Anais da Biblioteca Nacional*? Com o objetivo de buscarmos uma resposta para essas questões, cremos que vale a pena analisarmos com mais cuidado os volumes que compõem os *Anais*, destacando o que era publicado em suas páginas e os principais objetivos desse projeto editorial.

Os dois primeiros volumes dos *Anais* foram impressos em 1876. Sua publicação era prevista já nos novos estatutos da Biblioteca, que deixavam a cargo do bibliotecário a tarefa de levar a cabo este compromisso, reservando a ele o papel de diretor da publicação:

Art. 4º. Ao bibliotecário compete: [...]. Dirigir a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* revista periódica onde deverão ser publicados os manuscritos interessantes da biblioteca, e trabalhos bibliográficos de merecimento, compostos pelos empregados da repartição, ou por indivíduos estranhos a ela (Regulamento [...], 1877).

Ao longo da administração de Ramiz Galvão, foram impressos nove volumes dos *Anais*, sendo o último deles, dividido em dois tomos, destinado ao *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Os exemplares tinham em média 400 páginas e eram

instruções de como proceder, enquanto fornecia “documentos de pouca importância e alheios à referida questão” à autoridade boliviana (Ministério do Império, 1872c). No ano anterior, a Biblioteca já tinha sido visitada por uma personalidade latino-americana, Bartolomeu Mitre, que aproveitou a passagem pela instituição para consultar e copiar alguns manuscritos. Chegou, inclusive, a obter autorização do ministro João Alfredo para retirá-los da Biblioteca, apesar das queixas de Ramiz Galvão, que alertava para os perigos da saída de documentos. É interessante perceber que, mesmo sob ordens superiores, Ramiz diz só ter aceitado mostrar os documentos após se certificar de que “aqueles papéis não trariam complicações futuras para o país” (Ministério do Império, 1871a).

impressos pela Tipografia Leuzinger e Filhos, exceto os volumes VII e VIII, que saíram pela Tipografia Nacional. Trata-se de uma publicação que praticamente não trazia imagens e que poderia ser comprada nas mais frequentadas livrarias da corte, como a Garnier, a Laemmert, a Nicolau Alves ou na própria editora Leuzinger e Filhos, ao custo de 2\$000 cada fascículo ou 6\$000 a assinatura anual.

Não nos interessa aqui destacar pormenorizadamente o conteúdo de cada um desses nove volumes. Tampouco será possível realizar uma análise minuciosa de todos os artigos e documentos publicados ali, o que demandaria um trabalho específico sobre essas obras. O que pretendemos é entender essa publicação dentro de um projeto maior de biblioteca e de nação, desenvolvido pelo bibliotecário. À frente desse empreendimento e como seu editor, Ramiz sintonizava a BN com a moderna ciência da história, enxergando seu acervo como fonte para a construção de um saber, ao mesmo tempo em que se constituía como um difusor de conhecimento, capaz de dirigir uma equipe, angariar apoio e desenvolver projetos. Os *Anais* são, a nosso ver, uma das produções que melhor caracterizam a atuação de Ramiz como intelectual mediador, na medida em que, por meio desse veículo, ele se comunicava com o público especialista que ele tanto queria para a sua instituição e, ao mesmo tempo, dava visibilidade à BN, fazendo-a dialogar com outras instituições de saber nacionais e estrangeiras. Assim, acreditamos que a edição dos *Anais* seja fundamental para pensarmos no tipo de atuação de um intelectual com as características de Ramiz. Por isso, vale percorrer os tomos dessa publicação atentando tanto para os documentos que ganhavam suas páginas e passavam a representar o acervo da BN como para os paratextos, isto é, os prefácios, as apresentações, as advertências ao leitor e todos os outros textos que preparam a acolhida da obra junto ao público, fornecendo indicações quanto à sua leitura e compreensão.

O primeiro tomo é certamente um dos mais impactantes, na medida em que pretende mostrar um projeto que não se esgotaria num só volume e que teria, portanto, forças para seguir em

frente, ao contrário de tantas outras publicações da época que muitas vezes não chegavam a um segundo número. Isso porque muitos dos estudos publicados neste primeiro tomo terão continuidade nos seguintes. Além disso, no primeiro livro é possível perceber claramente os principais objetivos dessa publicação, que já se iniciava formando um cânone das principais coleções da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, documentos que ainda hoje servem como referência quando falamos desta instituição.

A análise deste volume nos fornece algumas chaves interpretativas para compreender a que se propunha essa publicação e como Galvão desejava que o público a entendesse. O objetivo mais explícito pode ser encontrado nas “Advertências preliminares”, em que Ramiz Galvão explica que os *Anais* eram destinados à divulgação das “riquezas literárias” da Biblioteca, até então esquecidas e ignoradas pelos “próprios nacionais”. No periódico, deviam ser inseridos inéditos preciosos, notícias de livros raros, estampas curiosas e, também, “trabalhos bibliográficos sobre os mais célebres escritores e amadores nacionais” (Galvão, 1876). Logo no primeiro tomo figuram notícias e artigos sobre alguns conjuntos de documentos que foram eleitos para representar o que havia de melhor nas estantes da Biblioteca, como a coleção Diogo Barbosa Machado, as cartas do padre José de Anchieta, além da coleção Camoneana e a de Alexandre Rodrigues Ferreira. Todos esses documentos eram não apenas descritos e classificados, mas vinham acompanhados de estudos feitos pelos funcionários da própria instituição, o que evidencia um olhar sobre o acervo já com uma finalidade científica.

O primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional* inicia com um estudo, feito por Ramiz Galvão, da famosa Coleção Diogo Barbosa Machado.^[57] Outros nomes ligados à Biblioteca Nacional igualmente tiveram seus artigos publicados neste primeiro volume. Foi o caso de Saldanha da Gama, que assinou o estudo sobre a Coleção Camoneana; Zeferino de Menezes Brum,

.....
57. Sobre o estudo de Ramiz Galvão acerca da Coleção Diogo Barbosa Machado, ver Caldeira, 2017.

que escreveu sobre o nígelo existente no acervo da BN, além de assinar o artigo “Iconografia”; e Teixeira de Melo, autor de um trabalho sobre as cartas do padre Anchieta e de um estudo sobre Cláudio Manuel da Costa. O nome de Alfredo do Vale Cabral é, como já indicamos, o mais presente em todo o fascículo. Ele foi responsável pelo estudo sobre a coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, por um artigo acerca do projeto de formar uma galeria dos bibliotecários da BN, pelo necrológio de Inocêncio Francisco da Silva e por mais dois estudos, um intitulado “Bibliografia brasílica” e outro sobre um manuscrito da biblioteca.

No entanto, ao lermos os artigos dispersos ao longo deste e de outros volumes, podemos perceber que havia outros objetivos envolvidos além da publicação de documentos e estudos, alguns mais e outros menos explícitos. Um deles é sinalizado por Alfredo do Vale Cabral no terceiro volume dos *Anais*, impresso em 1877. Este fascículo traz a publicação de um manuscrito de Luís d’Alincourt, militar português que presidiu



José Zeferino de Meneses Brum.
Acervo da seção de Iconografia da
Fundação Biblioteca Nacional.

numerosas comissões por regiões brasileiras ao longo do século XIX. Neste documento, D’Alincourt oferece algumas informações acerca da província de Mato Grosso^[58] que, na opinião de Alfredo do Vale Cabral, constituíam dados relevantes, escritos não por um compilador de relatos, mas por uma testemunha ocular. Assim,

.....
58. Trata-se do manuscrito intitulado *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província do Mato Grosso*.

de acordo com o funcionário da Biblioteca, a publicação de um documento como este nos *Anais* tinha o intuito de

concorrer com este subsídio para a nossa história geral, e ministrar assim informações minuciosas e dados pouco vulgarizados acerca desta província tão extensa, quão importante por seus ricos dotes naturais ainda não convenientemente explorados. [...] Já é tempo de irmos ressuscitando as memórias da pátria da indigna obscuridade em que hão permanecido até agora sepultadas. É este um dos fins a que se propõe os *Anais da Biblioteca Nacional* (Cabral, 1877, p. 69-70).

Em um artigo publicado num dos jornais da época, Vale Cabral (1876b) certa vez dissera que a BN carecia de documentos autênticos, base para se escrever a história do país. Ao se deparar com o manuscrito de D'Alincourt, ele encontrava uma dessas fontes tão procuradas, pois poderiam *revelar* a história da nação. Em primeiro lugar, o manuscrito descrevia um espaço pouco conhecido, mas já compreendido como parte dessa “comunidade imaginada” chamada Brasil. Em segundo lugar, tratava-se de um testemunho em primeira mão, cujo relato era tido como ainda mais legítimo, uma vez que D'Alincourt *viu* e escreveu aquilo que observou. Dentro de uma lógica em que o documento é percebido como condição de possibilidade para se conhecer o tempo pretérito, é possível entender o interesse dos *Anais* em publicar textos como esse, que possibilitavam conhecer o país e seu passado histórico.

Essa relação entre documento e a tarefa de escrever sobre o passado brasileiro também pode ser percebida no artigo de Alexandre Teixeira de Melo sobre a coleção de cartas do padre José de Anchieta. Em relação a este conjunto de materiais, o funcionário destaca que eles poderiam ser de grande valia aos estudiosos, uma vez que permitiriam perceber a solidão dessas terras, as peregrinações de seus habitantes e, o que era ainda mais importante, o trabalho de civilização e congraçamento desenvolvido pelos jesuítas entre tribos indígenas “que continuamente se dilaceravam em contínuas guerras de extermínio”

(Melo, 1876a). Assim, a partir da voz de Anchieta, seria possível saber dos povos que viviam na América portuguesa, sua natureza e o trabalho de catequese dos indígenas. Aquelas cartas seriam capazes, portanto, de nos transportar diretamente aos primeiros tempos do passado brasílico.

Documentos como esses, relacionados ao Brasil, também lotavam as páginas do quarto e do quinto volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, reservados à publicação do catálogo dos manuscritos existentes na BN. A própria maneira como os manuscritos foram classificados já nos parece sintomática, uma vez que se encontram divididos em duas partes: a de “códices relativos ao Brasil” e a de “códices estranhos ao Brasil”. Como era de se esperar, os textos concernentes ao país abriam o catálogo, que começava pelos documentos que se referiam ao território como um todo, passando, em seguida, àqueles que tratavam de suas partes, isto é, suas capitanias ou províncias, e aos que tinham relação com a questão dos limites e fronteiras. Nessa lista, não podiam faltar obras de brasileiros, assim como cartas e autógrafos.

Documentos do passado, além de descobertos (ou talvez “encontrados”) no acervo da BN, passavam a ser publicados, ficando disponíveis a todos aqueles que estivessem dispostos a escrever a história do país ou ainda de suas partes. Vale ressaltar, no entanto, que essa história, de acordo com o que era publicado nos *Anais*, deveria ser feita a começar de documentos manuscritos, cujo grau de veracidade poderia ser medido pelo investigador a partir da crítica histórica. Mas, de qualquer forma, tratava-se de uma história escrita por meio de fontes entendidas como capazes de fornecer um acesso direto a uma experiência passada. Assim, de acordo com Teixeira de Melo (1876b), a publicação de textos como esses nos *Anais* era uma forma de “prestar um serviço aos futuros historiadores de nossas coisas”.

No entanto, como vimos, a palavra historiador, da maneira como a entendemos hoje, parece não se aplicar totalmente àquele momento. Os mais diversos aspectos interessavam aos letrados da época, tendo em vista o livre trânsito entre os saberes. Todos esses interesses estavam, de certa forma, contemplados nos

documentos e textos publicados nos *Anais*. Em seus fascículos, era possível ter acesso a manuscritos referentes a fatos, batalhas e personagens da história do Brasil (era o caso das cartas de Anchieta, que remetiam ao passado da colonização, mas também da notícia de um manuscrito existente na BN sobre a guerra dos holandeses no Brasil ou ainda de um estudo sobre o inconfidente Cláudio Manuel da Costa);^[59] conhecer a geografia, a natureza e a população de certas regiões do país (como o já citado Mato Grosso); e ter contato com os estudos sobre a língua tupi e a obras escritas nesse idioma. É importante esclarecer que, já no primeiro volume dos *Anais*, foi publicada uma notícia do trabalho desenvolvido na Biblioteca Nacional por Vale Cabral, que reunia tudo o que se referia à língua tupi existente nas *Memórias* de Alexandre Rodrigues Ferreira. No segundo volume do periódico, foi publicado um estudo sobre palavras tupis e guaranis vulgarmente conhecidas. O objetivo parecia simples, mas era curioso: mostrar como esses vocábulos deveriam ser escritos e dar-lhes a sua verdadeira etimologia. Por fim, o sexto e o sétimo volumes da publicação foram totalmente dedicados a um “precioso manuscrito em língua guarani”, composto no século XVIII, e destinado à conversão dos gentios: a *Primeira catequese dos índios selvagens*, do padre Montoya, traduzido pelo especialista Batista Caetano Almeida Nogueira.

Em um momento em que os campos da história e da literatura entrecruzavam-se, podemos imaginar que a publicação de documentos e estudos nos *Anais da Biblioteca Nacional* ajudavam não apenas aos “historiadores de nossas coisas”, mas servia também como fonte de estudo e inspiração para criações literárias. O próprio Almeida Nogueira (1879, p. XII), tradutor de Montoya, dizia pretender com seu trabalho prestar um serviço à literatura,

.....

59. Mesmo a Coleção Diogo Barbosa Machado e todo o trabalho desenvolvido pelo colecionador português em sua obra *Biblioteca Lusitana* foi lido, pelos funcionários da Biblioteca Nacional, sob a ótica da história do Brasil. Barbosa Machado será louvado por Vale Cabral, o primeiro a se ocupar de escrever as biografias de brasileiros. Só isso, segundo o oficial, já faz o Brasil dever muito ao “sábio abade de Sever” (Cabral, 1874).

“evitando que nos seus romances o índio apareça com falar de outro mundo, inverossímeis e não naturais”. Mesmo entre os literatos, o estudo das línguas indígenas tornava-se matéria obrigatória. Segundo Ivana Stolze Lima (2009, p. 491), “os escritores elegeram a língua tupi para representar a nacionalidade da literatura e enxertavam nos poemas e romances palavras em tupi, algumas até recriadas pelos escritores”. Se a língua indígena era, como dizia Alencar, a chave para formar uma imagem poética do selvagem, entender as particularidades de sua vida e de seu pensamento, podemos imaginar que o trabalho de Ramiz Galvão e sua equipe com a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* pudesse ter como objetivo, além de mostrar as grandezas e os tesouros da BN, ajudar na constituição de uma história e de uma literatura brasileiras, definindo os documentos necessários, seja para escrever sobre o passado nacional, seja para compor aquilo que representaria a originalidade da literatura.

Entretanto, se os *Anais* eram frutos de um trabalho em equipe, a quem cabia exatamente a tarefa de selecionar o que seria publicado nesse periódico? É nesse sentido que a figura de Ramiz Galvão se torna tão importante, na medida em que ele combinava as práticas de criação e mediação no momento em que estava à frente dessa revista. Como temos destacado, pensar a figura do intelectual mediador não significa excluir atividades de criação. Antes, serve como categoria analítica que nos permite compreender as diversas formas como um intelectual age como articulador e difusor de conhecimento. Nos tomos dos *Anais da Biblioteca Nacional*, Ramiz foi autor de alguns importantes estudos, no entanto, paralelamente a essa atividade criadora, ele exerceu a de mediação, na medida em que atuava como editor da publicação. Coube a ele angariar recursos para a publicação, escolher a equipe com quem trabalharia e coordená-la. Foi ele também que assinou o texto inaugural da revista e dirigiu a publicação enquanto esteve à frente da BN, sendo, portanto, responsável por escolher o que devia ou não ser publicado ali. Ou seja, passava por suas mãos a cuidadosa tarefa de escolher, dentro do volumoso acervo da BN, aquilo que seria considerado

importante para o avanço dos estudos históricos e literários no país. O volume seis dos *Anais* traz informações esclarecedoras da tarefa de edição desempenhada por Galvão. Trata-se de uma introdução escrita por Batista Caetano de Almeida Nogueira, autor que traduziu o manuscrito guarani publicado naquele volume. Nela, além de dedicar o trabalho ao diretor da BN, Nogueira nos fornece indícios de como Ramiz interferiu no trabalho de tradução e edição do documento:

Por esse motivo, *pedi permissão a V.* para apresentar antes da tradução um pequeno esboço gramatical, resumido de um estudo mais extenso sobre o abañeenga, e nesse esboço procurei compendiar as regras gerais e exatas dadas pelas gramáticas dos padres catequistas, aos quais em última análise também pertencem os escritos existentes [...]. Em seguida à tradução, *conforme o que concordamos*, irá uma espécie de vocabulário das dicções que figuram no manuscrito [...] (Nogueira, 1879, p. XIV, grifos nossos).

A citação parece deixar claro como as escolhas na forma de apresentação do texto e tudo o que dizia respeito à edição do manuscrito e que pudesse servir ao público (esboço gramatical e vocabulário, por exemplo) foram previamente acordadas com Ramiz, que controlava a forma como aquele documento deveria chegar ao leitor. Tendo em mente o público específico para o qual se destinava aquele periódico, Galvão trabalhava controlando não só o que deveria ser publicado, mas também *como* deveria ser publicado. O público certamente era pequeno, mas tinha um efeito multiplicador, ou seja, diante de um projeto editorial bem cuidado, como deveria ser o dos *Anais*, poderia se fazer propaganda da própria publicação e de todo o trabalho desenvolvido na BN.

Sendo assim, os *Anais da Biblioteca Nacional* poderiam servir a diversos fins. Primeiramente, formar um cânone das grandes coleções existentes na BN. Em segundo lugar, elucidar pontos acerca do passado nacional e fornecer instrumento para se compor cenários e personagens em obras de literatura. Mas

podemos falar ainda de uma terceira função envolvendo a revista: a de promover dentro e fora do país a própria Biblioteca Nacional, inserindo-a na comunidade científica e letrada internacional, dando legitimidade ao trabalho realizado ali dentro e construindo sua imagem como espaço de saber e investigação que, inclusive, permitia ao Brasil acompanhar o movimento científico, literário e histórico das nações mais adiantadas. É justamente aí que existe a articulação entre os *Anais* como empreendimento editorial com o projeto de biblioteca pensado por Galvão e um projeto de nação moderna que envolvia outras instituições, como veremos.

Para esclarecermos melhor como os *Anais* ajudavam a fortalecer a própria Biblioteca como instituição, vale a pena destacarmos como Ramiz utilizava a publicação para promover a BN e dialogar com os órgãos imperiais. Em 1877, por exemplo, o diretor redigiu um ofício endereçado à Secretaria de Estado e Negócios do Império. Nele, o bibliotecário contava que acabara de ver a publicação dos trabalhos da Assembleia Legislativa, onde constatou que seriam reduzidas as despesas, bem como o número de funcionários da Biblioteca Nacional. Diante de tal situação, Galvão diz que se sentiu obrigado a escrever um documento relatando tudo o que foi feito pela BN durante a sua direção. Dentre as melhorias e as vitórias citadas, lá estavam os *Anais da Biblioteca Nacional*. É justamente essa publicação que deu a Ramiz um dos argumentos finais utilizados para que a verba da Biblioteca fosse mantida. Assim, transcreve o trecho de uma carta enviada a ele por Ferdinand Denis e uma notícia escrita pelo literato português Luciano Cordeiro no jornal *Comércio Português*, ambas elogiando não apenas o funcionamento da Biblioteca Nacional, mas especialmente exaltando a publicação dos *Anais*. Ramiz é categórico em afirmar que, cessando as aquisições de livros e documentos, interrompendo a elaboração de catálogos e cancelando a publicação dos *Anais*, “deixaríamos de acompanhar o movimento científico, literário e artístico dos países mais adiantados” (Ministério do Império, 1877a).

Os *Anais*, portanto, constituíam uma porta de entrada e reconhecimento do Brasil entre os países que se tinham como modelo.

A cada novo volume impresso, exemplares eram enviados a diversas instituições, como a já citada *Bibliothèque de Sainte-Geneviève*, a Biblioteca de Paris, ou ainda algumas congêneres americanas, como a *State Library* e a *Astor Library*, ambas de Nova Iorque, a *State Library*, de Boston, a Biblioteca da Filadélfia, a Biblioteca Nacional de Buenos Aires e a Biblioteca do Congresso Norte-Americano (Ministério do Império, 1878b). Havia entre elas um sistema de permuta, que permitia que as publicações dessas instituições também chegassem à biblioteca brasileira, num movimento em que a circulação de periódicos ajudava a unir pessoas e instituições geograficamente muito distantes e a constituir uma comunidade científica (Ministério do Império, 1878a). Os bibliotecários estrangeiros costumavam enviar mensagens muito elogiosas e que eram com frequência anexadas aos relatórios entregues ao Ministério do Império. Ferdinand Denis, por exemplo, exaltou os *Anais* como um “verdadeiro monumento, de uma necessidade incontestável e cuja utilidade se perceberá com os anos” (Ministério do Império, 1878d). Na esteira do reconhecimento externo, vinha o reconhecimento interno. Nesse movimento, a presença da BN nos jornais de grande circulação também se somava ao esforço de fortalecer a instituição e construir para ela um lugar de relevância para as letras nacionais.^[60]

Todos esses elogios e reconhecimentos construíam uma imagem da Biblioteca dentro e fora do país, imagem essa que Ramiz Galvão estrategicamente fomentava, pois servia como moeda de troca no jogo político de requisição de mais verbas para a casa. Esse interesse também pode ser percebido em um artigo assinado por Alfredo do Vale Cabral e publicado no primeiro volume dos *Anais*. O texto expressa um projeto então em curso na BN: constituir uma galeria dos bibliotecários que

.....

60. O *Diário do Rio*, em matéria de 25 de novembro, afirmava que a Biblioteca Nacional “foi antes uma aposentadoria honrosa para alguns sábios escritores, que a idade levava a repousar, do que um estabelecimento útil e proveitoso para os literatos brasileiros”. Com a publicação dos *Anais* e a gestão de Ramiz Galvão, dizia o jornal, esse quadro começava a mudar e a BN enchia-se de vitalidade (Ministério do Império, 1877b).

presidiram a instituição desde 1822 até 1870. Este artigo em si traz algumas informações sobre os diretores da instituição, mas destaca que o intuito principal era que fosse feita uma história “do mais rico repositório de preciosidades bibliográficas, históricas e artísticas da América do Sul” (Cabral, 1876a, p. 160). Até onde sabemos, o projeto não foi levado à frente, mas um de seus frutos foi a biografia que Ramiz Galvão escreveu sobre frei Camilo de Monserrate. Mas, e sobre Ramiz Galvão, quem escreveria? De acordo com Vale Cabral, o então diretor da BN não entraria no quadro de bibliotecários a serem estudados, mas “a história dirá mais tarde o que fazemos”. Embora, nessa concepção, fosse necessária certa distância para visualizar o que se construiu sob a direção de Ramiz Galvão, ele e os outros funcionários da instituição (incluindo o próprio diretor) trabalhavam para legitimar aquele espaço no ambiente político e cultural de sua época, seja através de seus relatórios, seja através dos *Anais* e da imprensa da época ou ainda, como veremos, a partir da Exposição de História do Brasil e da publicação de seu catálogo monumental.

Antes de terminarmos este tópico e passarmos ao seguinte, gostaríamos de voltar às questões já levantadas e que podem ser resumidas na seguinte pergunta: por que este esforço em divulgar o acervo mais específico da BN em veículos como jornais e os próprios *Anais* se seções como a de iconografia e manuscritos permaneciam com suas salas vazias? Partindo do que discutimos até aqui, cremos que a resposta a esta pergunta pode ser encontrada na maneira como, naquela época, o Brasil era entendido dentro do “concerto das nações”, isto é, pelo lugar que o Brasil, país recém-independente, ocupava frente às nações “já consolidadas”. Esse lugar era sempre percebido no horizonte da promessa, da jovem nação que, espelhando-se na velha Europa, realizar-se-ia num futuro. Ao mesmo tempo em que este discurso compreendia a história da nação brasileira dentro da lógica do progresso, ele fornecia um papel e uma função à Biblioteca Nacional, conferindo legitimidade ao trabalho de organização, classificação e divulgação dos documentos realizados dentro daquela instituição. A imagem que esses veículos divulgadores do trabalho realizado

dentro da biblioteca parecem construir corrobora a ideia de que, enquanto o Brasil caminhava como nação, a BN trabalhava, paralelamente, na formação de um público estudioso e frequentador de bibliotecas, na divulgação dos documentos para se escrever a história do passado do país e contribuía para os futuros estudos nacionais. Resta-nos, no entanto, perceber de que forma esse projeto de biblioteca formulado por Ramiz se relacionava com os objetivos de outras instituições de seu tempo.

A Biblioteca Nacional e suas relações com outras instituições

Como vimos até o momento, a gestão de Ramiz Galvão inseriu a BN num processo de modernização que compreendia a sua reorganização interna, o maior contato com outras instituições culturais no Brasil e no mundo e o empenho em divulgar não só o próprio trabalho realizado ali dentro pelos seus funcionários, como também o acervo da casa. Mas certamente a Biblioteca Nacional e seu diretor não estavam sozinhos nesse movimento. A década de 1870 representou a modernização de diversas instituições de saber brasileiras, como o Arquivo Nacional e o Museu Nacional, por exemplo. Esse movimento de reformas foi mundial, como lembra Margaret Lopes (2005), e significou uma expansão sem precedentes de museus de todos os tipos em diversos países, a reformulação dos já existentes e o estabelecimento de uma ampla rede de intercâmbio entre eles, rede essa que envolvia espaços de saber europeus, norte-americanos e latino-americanos, sobretudo. Assim, pensar esse processo de reorganização da BN significa considerá-la nas suas relações com outros espaços similares que também viviam tempos de mudanças e o próprio intercâmbio entre seus agentes, como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, o Arquivo Público, o IHGB e a Ministério dos Negócios Estrangeiros, por exemplo. É fundamental atentar para o significado de pertencer a esses lugares e a autoridade

que envolviam os letrados que ocupavam postos ali. À frente de instituições e levando a cabo projetos políticos e intelectuais, esses homens estavam diretamente envolvidos com o problema da construção da nação brasileira. Faziam isso ocupando cargos que lhes investiam de autoridade para classificar documentos, categorizar e hierarquizar saberes, dizer o que fazia e o que não fazia parte da história nacional, além de construir uma imagem do país e dos espaços em que atuavam, seja para os próprios brasileiros, seja para o exterior. Vale a pena nos voltarmos um pouco para a trajetória de cada um desses espaços e seus objetivos principais para pensarmos as suas articulações. Faremos isso tendo por base os importantes estudos sobre essas instituições e a análise de alguns relatórios produzidos pelo Ministério do Império, ao qual, como sabemos, a BN estava subordinada.

Das instituições de saber existentes durante o Segundo Reinado, o IHGB era, efetivamente, um espaço de destaque por se constituir como o núcleo de uma grande teia onde se concentravam médicos, juristas, engenheiros, poetas, romancistas e professores. Seus membros atuavam em diversas outras instituições que, por sua vez, mantinham com o IHGB uma relação de simbiose, como destaca Rafael Bosísio (2014). Em relação ao Instituto Histórico, são vários os estudos que analisam o seu papel e importância na formação de uma história nacional. Um dos primeiros trabalhos nesse sentido foi desenvolvido por Manoel Salgado Guimarães (1988) ainda nos anos 1980. Já naquele momento, o autor atentava para a importância do IHGB no processo de disciplinarização da história no Brasil que, ao contrário dos países europeus, não ocorreu nos quadros das universidades, mas a partir da fundação de uma academia “de escolhidos”, ligada de forma muito próxima aos interesses do Estado imperial e tendo no próprio imperador um dos seus maiores incentivadores. Partidário de uma história teleológica e da ideia de tomar do passado exemplos para as gerações do presente e do futuro, o IHGB tinha como um de seus papéis fundamentais localizar as fontes para se escrever a história do Brasil. Para tanto, tinha a sua revista trimestral como um dos

lugares privilegiados para o cumprimento desse objetivo. De acordo com Guimarães,

a preocupação com o trabalho de localização de fontes no Brasil e no exterior acompanhará o percurso do IHGB. [...] [Ele] incentivará ainda viagens e excursões pelo interior do Brasil, na expectativa de que venha a ser coletado material que subsidie a escrita da história nacional (Guimarães, 1988, p. 16-17).

Esse cuidado em relação às fontes e a concepção de que, antes de se preocupar em escrever a história do Brasil, era necessário coligi-las e organizá-las é algo que aparece claramente nos textos fundadores do Instituto, como sinaliza Temístocles Cezar (2004) em diversos estudos. Esse autor destaca que, na primeira metade do Oitocentos, quando foi fundada a academia, ainda não se tinham muito claros e delimitados a identidade e o papel do historiador. No entanto, os textos da primeira geração de membros do IHGB buscaram pensar essas questões, definindo alguns elementos fundamentais que caracterizariam o trabalho de seus historiadores e que ajudaram a moldar o perfil dos historiadores das décadas seguintes. Esse é o caso, por exemplo, do discurso inaugural de Januário da Cunha Barbosa, que atribuía aos participantes do Instituto a tarefa de trabalhar em equipe, estabelecer uma periodização para a história nacional, organizar eventos, hierarquizar fontes e mostrar às nações cultas que os brasileiros também prezavam pelas glórias de sua pátria.

Em outro texto fundador dos estudos históricos no Brasil, o de Karl Friedrich von Martius, também analisado por Cezar (2003; 2007), é possível perceber algumas diretrizes dadas pelo escritor bávaro para aqueles que se dedicariam à tarefa de escrever a história do Brasil. A importância dos documentos foi ressaltada, assim como a necessidade dos estudos linguísticos e a finalidade de tornar o Brasil visível para os próprios brasileiros. Textos como esse e o de Januário da Cunha Barbosa eram largamente conhecidos, lidos e debatidos no Instituto, tornando-se referências para os acadêmicos, na medida em que concebiam o trabalho

em arquivo e a busca por documentos originais como uma das etapas mais importantes de sua atividade. Destaca-se, nesse sentido, a figura de Varnhagen, que integrou diversas comissões para coletar fontes e, mesmo por conta própria, aproveitou suas atribuições como diplomata para investigar os acervos de instituições europeias e latino-americanas.

O caso de Varnhagen é interessante, pois é exemplar da própria relação que o IHGB mantinha com outras instituições imperiais, como o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que englobava tanto a Secretaria de Estado quanto as carreiras diplomáticas. Como lembra Rafael Bosísio (2014), dos 27 membros fundadores do Instituto Histórico, 7 tiveram algum vínculo com o Ministério, chegando 4 deles a ocupar a posição de ministros. Gonçalves Dias, Manuel Ferreira Lagos e Varnhagen, por exemplo, são alguns desses intelectuais que circulavam por ambas as instituições. Participando das duas agremiações, homens como eles estavam envolvidos na tarefa de coletar e copiar documentos, como previsto nos próprios estatutos do IHGB, e tinham para isso os meios disponíveis, inclusive a possibilidade de pesquisar em arquivos estrangeiros:

[...] a tarefa do IHGB de coletar documentos ia ao encontro de uma das atividades dos funcionários do Ministério, afinal, a obtenção de informações sobre o Brasil também auxiliava na construção da política exterior imperial, principalmente no que diz respeito aos limites do Império com seus países vizinhos (Bosísio, 2014, p. 110).

Assim, a atividade diplomática, exercida por alguns membros do IHGB, mantinha-os em contato com diversos arquivos e documentos, o que dava a eles uma atuação bastante prática, na medida em que, de posse daqueles papéis, passavam a interferir em questões políticas envolvendo o Brasil e outros países. Algo que também lhes permitia fazer aquilo que era a tarefa maior do historiador na época: coletar e copiar fontes e enriquecer os arquivos da Secretaria e do próprio IHGB, constituindo um acervo documental para se escrever a história do Brasil. Ou seja,

havia aí uma relação de perfeita articulação entre os objetivos das duas instituições e o trabalho de seus membros. Certamente esse “trabalho em conjunto” não envolvia somente o IHGB e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, visto que os membros do Instituto atuavam em diversos outros espaços. Gonçalves Dias, por exemplo, além de participar dessas duas instituições, foi professor do Colégio Pedro II, escola que, criada em conjunto com o IHGB e o Arquivo Público, era uma difusora do projeto civilizatório das elites imperiais (Mattos, 2004). Manuel Ferreira Lagos, por exemplo, além de sócio do IHGB, redator de sua revista e oficial do arquivo e da biblioteca da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (função que ocupou durante 24 anos), foi chefe da seção de Zoologia do Museu Nacional, outro desses espaços culturais do Segundo Reinado.

Como não podemos esquecer, Ramiz fazia parte do IHGB, o que significa dizer que estava familiarizado com suas leituras e propostas e, em especial, com a preocupação quanto à aquisição de documentos históricos. Como vimos, ele assumiu o posto na BN e entrou para a agremiação quase no mesmo momento, tendo as duas instituições como espaços privilegiados na sua formação como historiador. No entanto, a atuação mais forte de Ramiz, no espaço do IHGB, acontecerá somente a partir da República. Entendemos que, durante a década de 1870, o IHGB constituía para ele menos um lugar de atuação e mais de sociabilidade, no qual, inclusive, ganhava referenciais para exercer seu papel como historiador, conquanto a BN fosse o ambiente em que essa função era efetivamente exercida. Ou seja, foi ali que ele se fez historiador, no trabalho cotidiano, realizado em equipe, com os documentos, na atuação como editor de obras e promotor de eventos, nos estudos que possibilitava e encomendava, e na tarefa de divulgar o Brasil para os brasileiros e os estrangeiros. De certa maneira, foi nos salões da Biblioteca que ele colocou em prática aquilo que Cunha Barbosa e Von Martius entendiam como sendo o trabalho do historiador. Se, ao final de sua vida, Ramiz já era visto como um intelectual “antiquado”, naquele momento, circulando entre o

IHGB e a BN, podemos dizer que suas ações representavam a modernidade dos estudos históricos no país.

Importante, portanto, é ressaltar a existência de uma rede de instituições nas quais o esforço de construir um patrimônio documental brasileiro seria comum, na medida em que compartilhavam da tarefa de coletar e organizar documentos. Isso porque, como já explicitamos, dentro dos padrões da escrita da história oitocentista, cada vez mais esse tipo de material se tornava imprescindível para o trabalho do historiador e para o conhecimento do passado. Assim, ser historiador, nessa época, não significava exatamente construir sínteses do passado nacional, mas perpassava determinadas práticas que envolviam a pesquisa em arquivos, a transcrição e divulgação de documentos e a própria difusão do conhecimento histórico, considerando difusão num sentido amplo, isto é, tanto a partir de empreendimentos editoriais, como a *Revista do IHGB* e os *Anais da Biblioteca Nacional* (nos dois casos, uma difusão para os pares), como também para o grande público, a partir, por exemplo, de veículos como o teatro.

Em relação a essa questão, Armelle Enders (2014) destaca a influência da Revolução Francesa na dramaturgia e como esse impacto foi sentido no Brasil, especialmente a partir da montagem de peças “históricas”, capazes de, por meio da ficção, transportar o público para outras épocas, ensinando a ele sobre os personagens e episódios marcantes do passado nacional. Também aí estavam envolvidos diversos membros do IHGB, como Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Norberto de Souza Silva, e o próprio Varnhagen, autores de algumas peças teatrais de cunho histórico. Como lugar de legitimação do saber e do fazer historiográfico, a agremiação também mantinha relações estreitas com o Conservatório Dramático Brasileiro, instância que servia como uma espécie de censura às obras teatrais, tendo em vista que muitos dos membros do Instituto também atuavam ali. Embora estivessem sabidamente lidando com obras de ficção, havia por parte deles o cuidado com a veracidade histórica, que deveria aparecer no acerto dos figurinos, dos roteiros e dos

cenários, por exemplo. Nesse sentido, o IHGB de fato assumia, como dissemos, esse caráter nuclear, na medida em que seus membros atuavam em diversos outros espaços e se constituíam como autoridades naquilo que dizia respeito ao conhecimento histórico e sua difusão.

Quando investigamos os relatórios do Império e nos detemos nas descrições que são feitas ali sobre as tarefas desenvolvidas no interior do IHGB, observa-se que se processava nas salas da agremiação um trabalho constante e sem muitos percalços. A cada ano, os elementos relacionados são basicamente os mesmos: as reuniões realizadas frequentemente, os documentos comprados e que enriqueciam cada vez mais o acervo da instituição, a periodicidade da revista e os avanços nos estudos históricos promovidos pelos seus intelectuais. Nos relatórios que compreendem toda a década de 1870, não há, por parte do ministro, grandes demandas para a casa ou mesmo a formalização de queixas e levantamento de necessidades. Não era para menos, afinal de contas, o Instituto Histórico contava com uma considerável ajuda governamental em forma de recursos. De acordo com Josiane Oliveira:

O dispêndio do Estado para a manutenção do IHGB cobria 75% do total de seu orçamento e a prestação de contas dessas verbas era feita de maneira muito sumária, demonstrando a liberdade nos gastos. Além disso, seus membros tinham mais prestígio para solicitar recursos financeiros junto à Assembleia Constituinte do que o próprio governo, mantendo a Biblioteca Pública e o Arquivo em situação difícil [...] (Oliveira, 2011, p. 132).

Como lembra a autora, se o Instituto era “a menina dos olhos” do governo imperial e contava com o peso político de muitos de seus integrantes, o que dava àquela agremiação uma situação financeira muito confortável, o mesmo não podia ser dito em relação a outros espaços, como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e o Arquivo Público. Sobre a primeira, já nos dedicamos a mostrar como, ao longo da década de 1870, Ramiz recebeu apoio suficiente do Ministério do Império e da Assembleia para

quintuplicar o seu orçamento, mas vale a pena nos determos no caso dos outros dois, que guardam similitudes com o da BN.

O Arquivo Público foi fundado, em 1838, tendo como objetivo recolher documentos oficiais da administração central e dos governos provinciais, emitir certidões para o governo e para o público em geral e encarregar-se da concessão de patentes e privilégios (Costa, 2000). Dessa forma, diferentemente dos arquivos europeus, cuja função era de salvaguardar os conjuntos documentais das nações, a instituição brasileira teria nascido com uma função mais cartorial, sendo efetivamente entendida como lugar de memória mais tarde, no período republicano. Um dos trabalhos mais importantes sobre a instituição foi produzido por Célia Costa (1997), que procurou explicar a sua fundação articulada com o tema da nação. Isto é, a autora analisou o Arquivo Público, inserindo-o num contexto abrangente, que leva em consideração não somente a formação de instituições com funções semelhantes em diversos países, como também a preocupação das elites imperiais em criar órgãos que auxiliassem no processo de construção da identidade nacional brasileira. Para isso, a análise se concentra no período de sua formação até a década de 1860, salientando que, até aquele momento, o que se percebe é a participação secundária daquela casa no projeto de construção da nacionalidade e o papel inexpressivo que representava para o Estado imperial.

Na verdade, o Arquivo Público teria encontrado grandes dificuldades para desempenhar a sua função de lugar de preservação da documentação do Estado brasileiro e de espaço de auxílio à pesquisa histórica. Isso poderia ser explicado, ainda segundo Costa, a partir da herança patrimonial legada por Portugal à sua ex-colônia, em especial, a “política de sigilo”. Seguida pelo império luso durante a colonização, ela foi herdada pelo Estado brasileiro, dificultando a liberação de consulta dos documentos ao público e mesmo à sua recolha pelo Arquivo. Além disso, criado em conjunto com o IHGB, o Arquivo Público disputava com ele a função de instituição construtora da memória nacional. Nessa disputa, saía em desvantagem, pois o Instituto Histórico contava

com mais recursos, com um grau de autonomia muito maior e um grupo de membros com considerável influência política:

À importância pragmática da instituição [IHGB] correspondia o efetivo poder de constituir parte significativa da memória nacional. Quanto ao Arquivo, a ele foi atribuído o papel de guardião dos documentos administrativos do Estado, mas não na sua totalidade. Criaram-se assim dois modos de utilização da memória nacional. O primeiro tinha por objetivo subsidiar os historiadores oficiais na formação do imaginário brasileiro e da própria comunidade imaginada, conforme os interesses da classe dirigente no poder; o segundo reforçava o projeto desse grupo dirigente, pela subtração da informação. Nessa parceria, portanto, coube ao IHGB o papel de artesão da nacionalidade a ser construída, e ao Arquivo o de depositário legal dos instrumentos necessários à consecução desse objetivo. Ao contrário dos arquivos nacionais europeus, que subsidiaram com seus documentos a história e a geografia nacionais, o Arquivo brasileiro limitou-se a recolher os documentos legislativos e administrativos que diziam respeito quase que exclusivamente à rotina administrativa do governo imperial e ao aparato legal necessário à organização da nova sociedade. [...] Nesse sentido, a “divisão de tarefas” entre as agências culturais empenhadas no processo de construção da nacionalidade implicou a superposição de funções e a consequente fragilização do Arquivo enquanto principal instituição de guarda dos documentos da administração pública (Costa, 2000, p. 11-12).

A pesquisa de Célia Costa (2000), que leva em consideração não só as relações entre Arquivo Público e IHGB como também entre essas instituições e o Museu Nacional, deixa claro que, enquanto estas duas últimas lidavam com os aspectos mais culturais da formação da nacionalidade, como a questão da língua, da raça, dos costumes, dos fatos e mitos que fundavam a nação, ao Arquivo cabia uma tarefa mais ligada à manutenção da unidade política e administrativa. Se o IHGB e o Museu Nacional eram instituições voltadas “para fora”, o Arquivo, por sua parte,

voltava-se “para dentro” do próprio Estado. No entanto, a partir de 1870, especialmente sob a administração de Joaquim Pires Machado Portela (1827-1907), a instituição passou por uma série de mudanças, que teriam levado o Arquivo rumo ao movimento de reorganização de seu acervo e de abertura ao público. É isso o que mostra o trabalho de Mariana Simões Lourenço (2014), dedicado ao estudo das *Publicações do Arquivo Nacional*, empreendimento editorial que simboliza essa guinada da instituição durante o mandato daquele diretor.

Joaquim Pires Portela assumiu a direção do Arquivo Público em 1873 e se aposentou no cargo em 1898. Diferentemente de Ramiz Galvão, já chegou à instituição com certa experiência, especialmente em termos de atuação política. Jurista e professor, ele lecionou história e geografia em diversos colégios e foi também presidente de algumas províncias do Império, como Pernambuco (1857, 1861 e 1862), onde nasceu; Pará (1870); Minas Gerais (1871) e Bahia (1872). Foi ainda sócio do IHGB e fundador do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, cujas atividades se iniciaram em 1862. À época de sua nomeação, o Arquivo situava-se na esquina da rua dos Ourives e da Assembleia, no edifício dos Terceiros da Ordem do Carmo. Ocupava este espaço desde 1870, pois até então funcionava no Convento de Santo Antônio, lugar de difícil acesso à população. A demanda por uma nova sede era bastante antiga e vinha acompanhada de diversas outras relativas ao funcionamento da instituição, como o aumento de seus funcionários e das verbas destinadas ao Arquivo (Lourenço, 2014). Ou seja, nada de muito diferente dos problemas enfrentados pela Biblioteca Nacional. No entanto, embora o Arquivo Público já viesse desde os anos 1860 num movimento de mudanças, elas se intensificam visivelmente na gestão de Portela. De acordo com Louise Gabler, esse foi um período de reorganização da casa, trazendo melhoras significativas em relação à década anterior:

Em 1874, por exemplo, a sala de consultas foi aberta ao acesso público. Portela também encaminhou uma proposta de regulamento,

que foi aprovada em 1876 [...]. Esse ato trouxe grandes transformações em relação aos regulamentos anteriores, como a criação da Seção Judiciária e a atribuição de “adquirir e conservar debaixo de classificação sistemática todos os documentos concernentes ao direito público, à história e à geografia do Brasil” (Gabler, 2013, p. 7).

Segundo Mariana Lourenço (2014), os relatórios do Ministério do Império atestam essas mudanças e a reorganização da instituição a partir de 1876, quando foram feitos novos regulamentos, criando a seção Judiciária, que passava a se somar às outras três já existentes: legislativa, histórica e administrativa. Além disso, o documento regulamentava os concursos para novos funcionários, criava um espaço destinado a aulas de diplomática e instituiu a figura do cronista, que deveria escrever a história oficial do Brasil e suas efemérides sociais e políticas. Para a autora, a partir dos novos estatutos, o Arquivo passava a desempenhar mais claramente a função de colaborar para a escrita da história nacional, além de abrir-se para a sociedade, facilitando a consulta ao seu acervo. No entanto, o que podemos perceber é que essas mudanças não foram imediatas, pois os relatórios ministeriais dos anos seguintes comentam que tanto as aulas de diplomática quanto a presença do cronista ainda não tinham se transformado em realidade (Ministério do Império, 1880d). Da mesma forma, durante toda a década de 1870, persiste a demanda por aumento de verbas para a aquisição de documentos pela instituição.

Foi também na década de 1870 que o Museu Nacional entrou numa nova fase, em especial sob a direção de Ladislau Neto (1838-1894). Desenhista e cartógrafo, Neto nasceu em Maceió e ainda muito jovem foi estudar na Academia Imperial de Belas Artes. Em 1864, com recursos públicos, viajou para a Europa e pôde intensificar seus estudos em ciências naturais na capital francesa. Em 1866, ao retornar para o Brasil, tornou-se diretor da seção de Botânica do Museu Nacional do Rio de Janeiro, dirigido na época por Francisco Freire Alemão. Exerceu o cargo de diretor interino em diversas ocasiões, mas assumiu efetivamente a chefia da casa em 1875, tendo se aposentado somente em 1893,

o que significa dizer que ele atuou ali por longos 27 anos. Ladislau Neto transitou ainda por outros espaços, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e, tal como os intelectuais destacados por nós anteriormente, foi membro do Instituto Histórico. Margaret Lopes (2009) e Michele Agostinho (2014), a partir de questões diferentes, debruçaram-se sobre a atuação desse letrado no Museu, destacando todo o seu esforço no processo de modernização daquele espaço. É interessante percebermos como havia uma proximidade muito grande nas formas de ação de Ladislau Neto, Joaquim Portela e de Ramiz Galvão, que partilhavam demandas semelhantes quanto à necessidade de elevação do número de funcionários, de renovação de seus quadros, de criação de um periódico e, especialmente, em relação à urgência de mais verbas. Podemos dizer que Ramiz representou, para a BN, aquilo que Neto foi para o Museu e Portela para o Arquivo: o agente que dialogava com as instâncias superiores do Império e que conduziu um processo de reorganização dentro da instituição, abrindo-a para a sociedade.

Nesse período, Neto sintonizou o Museu com o que havia de mais moderno em matéria de ciências da natureza e, assim como aconteceu na BN e no Arquivo, criou uma rotina de serviços por meio da constituição de um regulamento interno posto em execução também a partir de 1876. Ou seja, foi nesse ano, num processo de modernização das instituições imperiais, que esses três espaços puderam se reorganizar internamente. No caso do Museu Nacional, também foram criadas novas seções em função das concepções científicas com as quais se procurava dialogar, como o positivismo, o naturalismo e a evolucionismo. Fixaram-se as regras para a elaboração de concursos públicos para novos funcionários e estreitou-se o diálogo entre a instituição e o público, especialmente a partir de cursos de antropologia e botânica. Estes passaram a ser oferecidos pelo Museu e por meio de uma publicação própria, a revista *Arquivos do Museu Nacional* (Agostinho, 2014). Vale lembrar ainda o intercâmbio que Ladislau Neto manteve com outras instituições de ciências naturais estrangeiras, com as

quais estabeleceu um sistema de permuta e de troca de materiais (Lopes, 2009; Agostinho, 2014).

Ao contrário do IHGB, o Museu Nacional, a BN e o Arquivo Público tinham que percorrer um caminho muito mais árduo para conseguir recursos para melhorias estruturais e o aumento do acervo. A década de 1870 foi crucial para essas três últimas, na medida em que passaram por processos de reformulação institucional, tendo de definir os seus papéis e a relação que mantinham umas com as outras e com o público. No caso do Museu Nacional, embora ainda não possamos pensar numa clara divisão entre ciências naturais e do homem para essa época, seu acervo e seus interesses se voltaram mais para assuntos ligados à antropologia, botânica, etnografia, mineralogia, geografia e paleontografia. A BN, o Arquivo e o IHGB, no entanto, possuíam espaços que efetivamente se tocavam, especialmente porque todos estavam interessados em aumentar os seus acervos de documentos históricos. Partindo dos relatórios do Império e das correspondências que o diretor da BN mantinha com o IHGB, o que percebemos é que havia certa sintonia entre as duas instituições, não fazendo parte dos planos de Ramiz rivalizar com o Instituto Histórico, que ocupava um papel muito significativo e central na construção de uma identidade nacional. Além disso, como lembra Josiane Oliveira baseada nos estudos de Manoel Salgado Guimarães, a partir de 1849, o interesse do IHGB se deslocou da coleta e publicação de documentos para a construção de trabalhos historiográficos, etnográficos e geográficos:

Dessa forma, é possível pensar que as alterações implementadas no direcionamento do Instituto na metade do século XIX estivessem em consonância com a resignificação do Arquivo e da Biblioteca, que ampliavam seu espaço, demarcando melhor suas funções de recolhimento, guarda e preservação de documentos relativos à história do país, não cabendo a elas produzir conhecimentos, mas servir a esse fim (Oliveira, 2011, p. 139).

Diferentemente da autora, acreditamos que a BN pretendia ser um espaço de produção de conhecimento, o que pode ser percebido nos próprios estudos desenvolvidos pela equipe de Galvão, publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Além disso, é preciso destacar que esse deslocamento dos interesses do IHGB não significa o abandono da tarefa de coletar e guardar documentos históricos. No entanto, parece-nos que de modo algum era intenção de Ramiz rivalizar com o IHGB. Pelo contrário: o objetivo era ter com ele uma relação dialógica. Ambas as instituições, juntas, possibilitariam a escrita de uma história nacional e promoveriam o Brasil para os brasileiros e os estrangeiros. Nesse contato e na circulação pelos dois espaços, as relações mantidas no interior do Instituto poderiam fortalecer os projetos de Ramiz na BN.

E quanto ao Arquivo Público? Nesse caso, as relações pareciam ser menos harmoniosas. Houve certamente momentos de contato entre as instituições. Um deles, por exemplo, se deu durante a Exposição de História do Brasil, que pôde contar com o empréstimo de alguns materiais por parte do Arquivo, como se nota em seu catálogo. Além disso, em 1874, quando o Arquivo dava os primeiros passos para sua reorganização, é a Ramiz Galvão que o Ministério do Império pede que sejam procurados documentos para enriquecer o acervo daquela casa:

O Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão apresentou-me uma notícia, que remeti ao Arquivo Público, sobre os manuscritos concernentes ao Brasil, que achou em alguns dos arquivos e bibliotecas da Europa, onde pode fazer investigações a respeito de tais manuscritos, tendo deixado de fazê-las em outros estabelecimentos semelhantes, porque já os havia passado quando recebeu o meu aviso de 31 de dezembro de 1873 (Ministério do Império, 1875b, p. 81).

De acordo com Mariana Lourenço (2014), a incumbência dada a Ramiz teria sido ideia do próprio Portela que, recém-empossado, não teria condições de ir à Europa e queria, portanto, aproveitar a presença de Ramiz Galvão por lá para ampliar seu acervo. No

entanto, não fica muito claro que critérios eram utilizados para escolher os documentos que seriam destinados ao Arquivo e à BN, e podemos presumir que certa dose de interesses pessoais por parte de Ramiz Galvão poderia definir esses rumos. Não por acaso, Portela vai se preocupar com essas questões, buscando diferenciar o Arquivo como o lugar de guarda dos documentos da Biblioteca, espaço que, para ele, seria destinado exclusivamente a recolha e guarda de *livros*. No entanto, essa divisão era mais um desejo do que a realidade. O fato era que a Biblioteca Nacional, no seu projeto de se estabelecer como um espaço de pesquisa e investigação histórica, investiu bastante na aquisição de documentos, recebendo recursos ministeriais para isso e rivalizando, portanto, com o Arquivo Nacional. Ao contrário deste, seus estatutos já previam a publicação de um periódico que servisse como veículo importante de divulgação da própria instituição, ajudando-a a se configurar como espaço produtor de conhecimento, na medida em que publicava documentos e estudos realizados especialmente pelos funcionários da instituição. Significativamente, o Arquivo Público só conseguiu um empreendimento editorial desse tipo dez anos depois e, mesmo assim, mais concentrado na publicação de peças do acervo do que de estudos (Lourenço, 2014).

No entanto, o que nos interessa ressaltar é justamente esse processo de reorganização das instituições imperiais que visava, em última instância, sintonizar o país com a modernidade científica. E isso foi feito numa ação conjunta que envolvia o Estado, seus ministérios e as instituições e intelectuais que estavam à frente delas. É justamente aí que vale a pena destacar o papel fundamental desempenhado por homens como Ramiz Galvão, Joaquim Portela e Ladislau Neto, na medida em que se envolveram em diversas práticas de mediação cultural, como viagens, organização de exposições, edição de periódicos e documentos, entre outras, que permitiram que suas instituições passassem a se organizar como lugares de produção científica.

Assumindo as instituições quase ao mesmo momento, esses três intelectuais possuíam elementos em comum, como a atuação

em outros espaços de saber, notadamente o IHGB. No entanto, suas trajetórias se separaram, a partir do momento em que Ramiz saiu da Biblioteca Nacional e foi ser nomeado aio dos príncipes. Embora, em um primeiro instante, a sua escolha para se tornar professor do futuro imperador pudesse ser entendida como um coroamento dos serviços prestados à BN e ao Império, se observarmos de forma mais detida, também podemos percebê-la como um anticlímax em sua trajetória. Isso porque significou abandonar a Biblioteca no momento em que ela se encontrava em seu auge, ou seja, justamente quando tinha alcançado um lugar de destaque entre as instituições culturais do Império, recebendo, inclusive reconhecimento internacional. Portanto, quando Ramiz ocupava um lugar de referência no ambiente letrado da época. Diferentemente do diretor da BN, Portela e Ladislau Neto ainda ficaram à frente de “suas” instituições por mais de 25 anos cada um, consolidando, assim, seus projetos modernizadores.

Ao longo deste capítulo, buscamos ressaltar, fundamentalmente, dois elementos principais. Um deles se refere ao projeto de biblioteca construído por Ramiz Galvão, projeto esse que tinha como seu carro-chefe a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Ele se esforçou no sentido de promover a BN dentro e fora do país, dando legitimidade ao trabalho ali realizado. Dessa forma, a BN tornou-se um espaço de saber e investigação e uma instituição que buscava ajudar o Brasil a acompanhar o movimento científico, literário e histórico das nações mais adiantadas. Num jogo duplo, a BN se confirmava como um lugar construtor de tradições, porém ligado à inovação. Sendo assim, os *Anais* foram concebidos como uma porta de entrada e reconhecimento do Brasil entre os países tidos como modelo. Coordenando uma equipe especializada, Ramiz assumiu, de fato, um papel de difusor de conhecimentos e de um homem de ação, na medida em que, diferentemente da figura dos bibliotecários que o antecederam, sintonizou a instituição com o mundo exterior.

Nesse sentido, o segundo ponto que merece destaque, e sobre o qual continuaremos nos debruçando no próximo capítulo, é o papel de Ramiz como “referente organizacional”, para usar a expressão de Sirinelli. Mais do que escrever uma obra de vulto de carácter interpretativo, ele foi um editor e atuou justamente no trabalho arquivístico de seleção e divulgação de documentos para a escrita da história nacional, organizando projetos e mobilizando pessoas. Por isso, Ramiz pode ser percebido como um mediador cultural – pois trabalhou dirigindo e gerindo instituições, articulando agremiações e redes de sociabilidade, montando exposições e realizando projetos – e como *editor*, na medida em que selecionava e publicava documentos sobre os quais esperava que outros historiadores se debruçassem e constituíssem estudos. Se, com a publicação dos *Anais*, Ramiz dialogava com seus pares, com a Exposição de História do Brasil, ele desenvolvia outra dimensão da sua atuação como um intelectual mediador: uma dimensão estética, conforme veremos adiante. Era dessa forma que Ramiz atuava como historiador no final do século XIX.

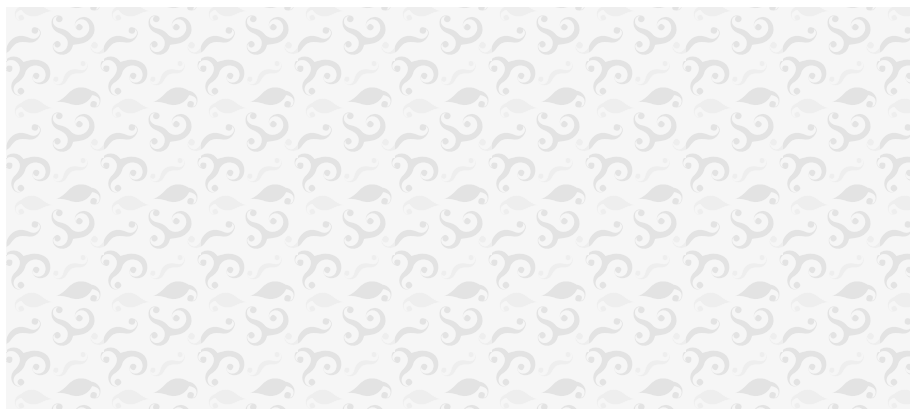
Tabela 6 – Estudos publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*.

Volume/ano	Estudos	Quantidade de artigo por autor
Volume 1 1876-1877	Coleção Diogo Barbosa Machado Cartas de José de Anchieta Coleção Camoneana Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira Paleotipo Espanhol Nigelos Notas bibliográficas Galeria dos bibliotecários Inocêncio Francisco da Silva C. M. de la Condomine Relação de mapas, planos, cartas e perspectivas geográficas A Bíblia de Mogúncia Bibliografia brasílica Iconografia Claudio Manuel da Costa	Ramiz Galvão (2) José Alexandre Teixeira de Melo (2) João Saldanha da Gama Alfredo do Vale Cabral (5) Joaquim Fernandes de Oliveira (2) Menezes Brum (2) F. de Moreira Sampaio
Volume 2 1876-1877	Livraria do Conde da Barca Coleção Camoneana Cartas de José de Anchieta Coleção Diogo Barbosa Machado Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira C. M. de la Condomine Etimologias Brasílicas Variedade Claudio Manuel da Costa Cartas biográficas de Silvestre Pinheiro Ferreira	Menezes Brum Saldanha da Gama José Alexandre Teixeira de Melo (3) Ramiz Galvão Alfredo do Vale Cabral (2) F. de Moreira Sampaio

Volume 3 1877-1878	Coleção Camoneana Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato Grosso, por Luiz d'Alincourt Catálogo da Coleção Diogo Barbosa Machado Cartas biográficas de Silvestre Pinheiro Ferreira Notas bibliográficas (adições a Barbosa Machado e Inocência da Silva) Cartas de José de Anchieta Laurindo J. da S. Rebelo José de Alencar	João Saldanha da Gama Alfredo do Vale Cabral (2) Ramiz Galvão (2) José Alexandre Teixeira de Melo (3)
Volume 4 1877-1878	Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Nacional – 1ª parte	
Volume 5 1878-1879	Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Nacional – 1ª parte – v. 2	
Volume 6 1878-1879	Manuscrito guarani da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sobre a primitiva catequese dos índios das Missões, composto em castelhano pelo Pe. Antonio Ruiz Montoya, vertido para o guarani por outro padre jesuíta e agora publicado com a tradução portuguesa, notas e um esboço gramatical do Abáneê pelo Dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira	Batista Caetano de Almeida Nogueira (tradutor)
Volume 7 1879-1880	Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da "Conquista Espiritual", do Pe. A. Ruiz de Montoya	Batista Caetano de Almeida Nogueira (tradutor)

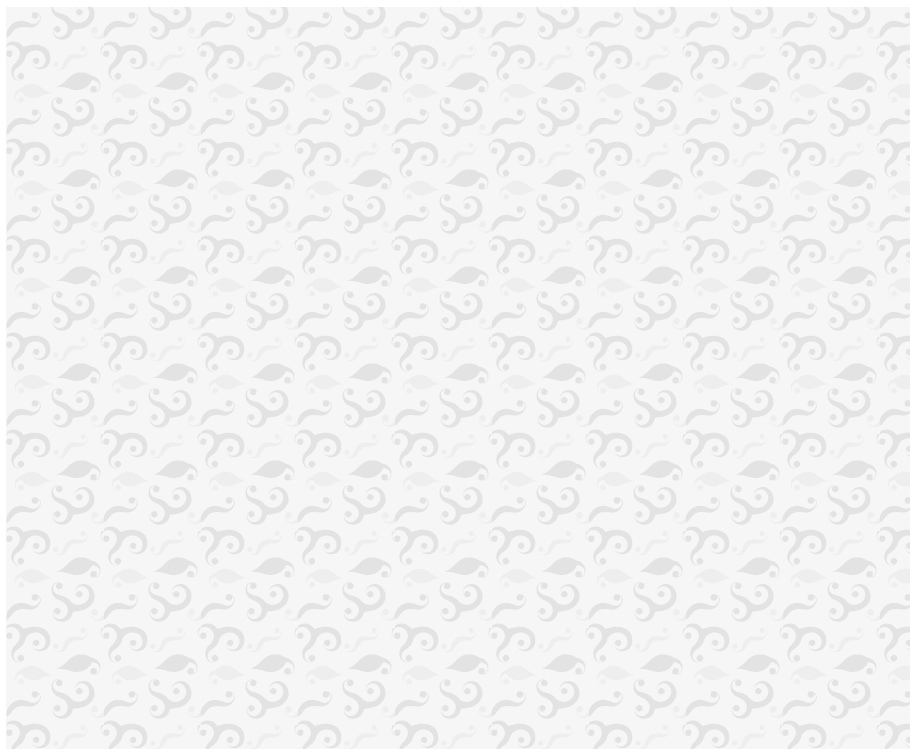
Volume 8 1880-1881	Memória sobre o exemplar de Os lusíadas da biblioteca do Imperador Resultado dos trabalhos e indaga- ções estatísticas da província de Mato Grosso, por Luiz d'Alincourt Bibliografia da língua tupi Etimologias brasílicas Catálogo da Coleção Diogo Barbosa Machado	José Feliciano de Castillo Alfredo do Vale Cabral (2) Ramiz Galvão
Volume 9 1881-1882	Catálogo da Exposição de História do Brasil – 2 tomos	

Fonte: *Anais da Biblioteca Nacional* – 1876-1882, v. 1-9.



Parte III

A festa da história



ANNAES
DA
BIBLIOTHECA NACIONAL

DO
RIO DE JANEIRO

PUBLICADOS SOB A DIRECÇÃO DO

BIBLIOTHECARIO

DR. BENJAMIN FRANKLIN RAMIZ GALVÃO.



*Litterarum seu librorum
negotium concludimus hominis
esse vitam.*

(PHILOBIBLION, CAP. XVI.)

VOLUME I.

1876 — 1877.

RIO DE JANEIRO.

Typ. G. Leuzinger & Filhos.

1878



BIBLIOTECA NACIONAL. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1876. v. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=402630&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=34053>.

A PRESENÇA DO PASSADO: A EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL

Quem uma vez mais tentou entre nós efetuar o mais simples cometimento sabe bem o quanto isso custa; a indiferença de uns, o desdém de outros [...]. O Sr. Dr. Benjamin Franklin e seus dignos auxiliares venceram porém, com inquebrantável ânimo, todos esses obstáculos [...]. A *Exposição de História do Brasil* será pois, registrada em lugar de honra nos fastos nacionais.

Felix Ferreira^[61]

Em 1900, já distante da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão foi chamado a participar da organização das festividades do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil. Como membro do IHGB, ficou em suas mãos, e nas de outros integrantes do Instituto, pensar como ocorreriam as comemorações, decidir sobre a confecção de selos e moedas, bem como de arcos monumentais. O objetivo era realizar uma grande festa, em que o personagem central fosse a própria pátria. Esta festa, segundo Ramiz Galvão (1910), seria capaz de despertar o fervor patriótico da juventude, lembrar a ela as glórias do passado, “a rota vencida através de tamanhas lutas e dificuldades, a situação presente e, por último, os fundamentos assentados para o edifício robusto e altaneiro do futuro”. Comemorar o descobrimento do Brasil era celebrar a origem da nacionalidade, origem esta que teria resultado num

61. Ferreira, 1882, p. 102.

povo civilizado, em lugar das tribos selvagens que percorriam os campos e as florestas virgens desta parte da América.

As comemorações renderam uma publicação intitulada *Galeria da História Brasileira*, um álbum que reproduz telas e gravuras em que foram tratados assuntos relativos ao passado do país e alguns personagens eleitos como representativos de sua história: os “descobridores” Colombo, Cabral e Vasco da Gama; os religiosos Nóbrega e José de Anchieta; Maurício de Nassau, representando o domínio holandês; marquês de Pombal; Tiradentes; dom João VI; José Bonifácio; dom Pedro I e dom Pedro II; princesa Isabel, os “heróis” da Guerra do Paraguai, Osório e duque de Caxias; e os presidentes republicanos, de Deodoro a Campo Sales. Episódios representativos da colonização portuguesa no Brasil e aqueles entendidos como centrais na formação da nacionalidade e do Estado brasileiros não ficaram de fora. É o caso da primeira missa, da fundação da cidade do Rio de Janeiro, da batalha dos Guararapes, do grito do Ipiranga, da já citada Guerra do Paraguai, da emancipação dos negros e, encerrando o volume, da Proclamação da República. Costurando personagens e episódios, Ramiz contava, através de imagens, todas as fases da “pujante” história brasileira, passando pela Colônia e o Império até culminar na República, forma de governo capaz de fazer um país “fadado a grandes destinos” caminhar pela “prosperidade e grandeza” (Galvão, s.d.).

Quando Ramiz assumiu a presidência da comissão responsável por organizar as comemorações do Descobrimento, era já um homem bastante experiente nesse tipo de empreendimento. Quase 20 anos antes, suas atenções estavam destinadas a outro “projeto patriótico”, desta vez desenvolvido dentro da Biblioteca Nacional: a Exposição de História do Brasil, aberta ao público em 1881. No ano anterior, em ofício enviado ao então ministro do Império, o barão Homem de Mello, o diretor da BN justificava a necessidade de uma exposição sobre a história pátria afirmando, em primeiro lugar, que a partir dela seria possível reunir uma massa de publicações sobre a história do país, o que possibilitaria, portanto, que novos documentos do passado fossem revelados.

Em segundo lugar, seria uma oportunidade para a organização de um importante catálogo, um marco para o conhecimento da história do Brasil. Mas os benefícios trazidos pelo projeto não terminariam aí: a exposição seria capaz de despertar não apenas o que Ramiz Galvão chamava de “amor pelos papéis”, mas também o amor pela pátria (Ministério do Império, 1880c). Conhecendo o passado, dizia ele, seríamos capazes de amar nosso país e “caminhar desassombradamente em direção ao futuro” (Exposição [...], 1881a). Assim, diferentemente dos *Anais da Biblioteca Nacional*, cujo objetivo era, dentre muitos, favorecer um diálogo entre a BN e os intelectuais da época, parece-nos que a Exposição de História do Brasil tinha interesses mais amplos, mas complementares. Visando tocar os sentidos e os afetos, ela conseguiria alcançar um público maior do que os eruditos, que o diretor gostaria de trazer para os salões da BN. Se esses eram atraídos pelo “amor aos papéis”, muitas outras pessoas poderiam ser atraídas pelo sentimento quente do patriotismo (Exposição [...], 1881a).^[62] E para elas a Biblioteca Nacional também deveria se voltar.

Apesar da distância temporal entre os dois eventos – o de 1881 e o de 1900 –, parece que existem alguns elementos comuns entre eles, como o desejo de celebrar a pátria, a ideia de que conhecer o território e a história brasileira seria essencial para que aprendêssemos a amar o Brasil e a crença num futuro promissor, capaz de ser vislumbrado a partir do conhecimento do passado. Mas, além disso, ambos são exemplares do esforço de alguns intelectuais, atuantes à frente de importantes instituições, em dar a elas visibilidade, pondo-as em diálogo com certos projetos políticos e buscando fazê-las dialogar com públicos variados. Foram esses pressupostos que, de alguma forma, nortearam aquele que seria um dos principais momentos de Ramiz Galvão à frente da Biblioteca Nacional. Nesse momento, vamos nos deter justamente no estudo do projeto de elaboração e execução da Exposição e de seu catálogo. Interessa-nos analisar também a recepção do evento pela

.....

62. Sobre a questão do nacionalismo e sua associação às diversas formas de comemorações, ver Catroga, 2005.

imprensa da época, que, de modo geral, recebeu com aplausos a iniciativa, como indica a epígrafe que abre esse capítulo. Para isso, entretanto, cremos ser necessário localizar a própria Exposição de História do Brasil dentro da “cultura das exposições” que caracterizaria o século XIX no Brasil e no mundo.

Vitrines da ciência e do progresso: as exposições no Brasil e no mundo

No dia 1º de maio de 1851, teve início a Grande Exposição de Londres, evento que serviu de carro-chefe para esta que se tornaria uma das principais instituições da modernidade: as exposições universais (Borges, 2001). Se inicialmente a rica e industrializada Inglaterra serviu de palco para este acontecimento, não demorou muito para que outras nações se esforçassem no sentido de se tornarem sedes desse tipo de espetáculo. Assim, em 1855, foi a vez da França se organizar para receber a Exposição Universal de Paris, cidade que, nos anos de 1860, revezou com Londres a recepção do evento. No entanto, nas décadas seguintes, sem que as capitais de França e Inglaterra fossem postas de lado, outras regiões (algumas, para além da Europa) alcançaram o privilégio de representarem o epicentro da modernidade. Esse foi o caso de Viena (1873), Filadélfia (1876), São Petersburgo (1884), Chicago (1893), Saint Louis (1904) e Rio de Janeiro (1922), para citarmos apenas alguns exemplos (Turazzi, 1995).

Como se sabe, o advento da Primeira Guerra Mundial abalou o mundo de maravilhas e encantamentos apresentado nas exposições universais, ainda que elas tenham permanecido após esse conflito. Assim, foi na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX que essas exposições efetivamente brilharam, tornando-se eventos-símbolos da modernidade e do progresso material, científico e intelectual das nações “civilizadas”. Nelas, o público, que chegou à marca de mais de 55 mil expositores e 30 milhões de visitantes na Exposição Internacional de Paris, em 1889 (Turazzi, 1995), tinha a possibilidade de visualizar

a produção industrial e comercial dos países participantes e as últimas novidades em matéria de progresso científico e controle das novas matérias-primas (foi o caso da fotografia, da Torre Eiffel e do Palácio de Cristal). Além disso, era possível se deparar ainda com o “exotismo” das nações não ocidentais ou não europeias, o que permitia, dessa maneira, a comparação entre países em supostos estágios diferenciados de desenvolvimento.

Como lembra Sandra Pesavento (1997), as exposições universais possuíam uma dupla dimensão. Por um lado, favoreciam a exibição de mercadorias e permitiam a venda de produtos e, conseqüentemente, a ampliação do consumo, coadunando-se com a lógica do capitalismo. Por outro, serviam para construir “representações mentais”, na medida em que difundiam imagens e crenças, como a da hierarquia entre nações, a harmonia entre as classes sociais e entre os países (diluindo os conflitos internos e externos existentes) e a crença no progresso, passível de ser verificado na materialidade de cada objeto, máquina ou monumento exposto ao olhar do público.

Pesavento (1997) destaca a amplitude desses “espetáculos da modernidade”. Pensando-se como “universais”, as exposições eram para todos: sábios e não letrados, homens e mulheres, pobres e ricos, jovens e velhos (Borges, 2001). Como espaços artificialmente criados, elas eram marcadas pela efemeridade, já que sua graça e esplendor residiam justamente no impacto que causavam. Sendo assim, esses eventos deveriam ocorrer num tempo suficiente para alcançar visibilidade e atrair o público, mas não deveriam ser longos demais a ponto de ofuscar seu caráter de novidade.

O Brasil, por seu turno, foi um assíduo participante das exposições universais. Elas serviam como uma espécie de vitrine, capazes de construir interna e externamente uma imagem da nação brasileira, atrelando-a desde seu nascimento ao chamado “mundo civilizado”.^[63] Nesse sentido, a participação do país nesses

.....
63. A percepção das exposições como “vitrines do progresso” é constantemente ressaltada pela historiografia que trata do tema. É o caso dos trabalhos já

eventos era uma forma de acertar o passo com a modernidade e, paralelamente, descolar-se da imagem de país “pitoresco” e atrasado (Borges, 2001). De acordo com Maria Inêz Turazzi,

Sublinhada pela ideologia do progresso, a “abundante riqueza” do país é vista e projetada, no contexto da divisão internacional do trabalho, como matéria-prima da exploração econômica, do crescimento urbano e da transformação social. Por outro lado, em que pesem estas nossas vantagens antropológicas, históricas e naturais, para o discurso dominante, só o contato fecundo com o “continente civilizador”, iluminando o país com as luzes da Europa e o reconhecimento da França, é que podia nos fazer transpor o atraso e caminhar com segurança em direção ao progresso (Turazzi, 1995, p. 94).

Se entrar em contato com o mundo civilizado era importante para a “jovem” nação brasileira, logo, um esforço que mobilizasse as províncias, as instituições e os homens de saber para a participação do país nessas exposições também se fazia necessário. Uma forma de envolvimento era a formação de comissões, em que intelectuais e homens ligados à política eram enviados aos países-sede para verificar o papel que o Brasil desempenhou na mostra e conhecer as novidades trazidas pelas demais nações expositoras. Como vimos, Ramiz Galvão fez parte de uma dessas comissões, quando da Exposição Universal de Viena. Além dele, muitos outros desempenharam a função de comissários, como Raja Gabaglia, Gonçalves Dias e o engenheiro Guilherme Schüch Capanema. Essa tríade, por exemplo, foi enviada a Paris em 1855 como observadora, mas eles não voltaram muito animados com o que viram: Capanema, por exemplo, teria considerado um fiasco a presença brasileira no evento, enquanto Gonçalves Dias, num olhar menos pessimista, teria ressaltado a presença da fotografia e de alguns outros processos de impressão exibidos ali (Turazzi, 1995).

citados de Sandra Pesavento (1997), Maria Eliza Borges (2001) e, ainda, de Neves (1986).

De acordo com os estudos realizados por Turazzi (1995), o Brasil conseguiu um destaque maior nas exposições universais posteriores, seja pelo impacto causado pela presença do imperador dom Pedro II na Exposição da Filadélfia, em 1876, amplamente noticiado pela imprensa norte-americana, seja pelos prêmios e pelas medalhas recebidas pelos expositores nacionais. De acordo com a autora, na exposição de 1862, em Londres, o Brasil recebeu 46 medalhas e 34 menções honrosas, enquanto, em 1867, no evento realizado em Paris, a Casa Leuzinger foi premiada pelas fotografias de indígenas da Amazônia. A presença do país também parece ter se tornado mais significativa com o passar do tempo. Exemplo disso é a exposição de 1888-1889, em Paris, onde o Brasil ocupou uma área de 2.500 m², com direito a um lago com vitórias-régias, um pavilhão de degustação e outro especialmente dedicado ao Amazonas.

É importante, entretanto, pensar no impacto que essas exposições universais tiveram no estímulo à realização de eventos dentro do país, isto é, voltados não para o público estrangeiro, mas focados no nacional. Se construir uma boa imagem internacionalmente era importante na própria associação do Brasil como a modernidade, antes de tudo era preciso se preparar para esses espetáculos fazendo uma espécie de “ensaio geral” dentro de casa. Assim, era comum que, no ano anterior às exposições universais, fossem organizadas mostras nacionais, servindo de prévias daquilo que seria exibido no exterior. Isso aconteceu, sobretudo, a partir dos anos 1860. Nesse ano, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain) e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura propuseram ao governo imperial a possibilidade de se realizar uma exposição nacional. O evento ocorreu no ano seguinte, reunindo produtos naturais e relativos à indústria, servindo como preparatório para a Exposição Universal de 1862 (Turazzi, 1995; Lopes, 2009). De acordo com Turazzi, outros eventos desse tipo foram realizados em 1862, 1866, 1873, 1875. Levando-se em consideração a efemeridade desses acontecimentos, que duravam, em média, poucos meses, destacam-se os números relativos ao público participante fornecidos pela autora:

Tabela 7 – “Público das Exposições Nacionais realizadas no Brasil entre 1861 e 1875”.

Exposição	Público
1ª Exposição Nacional: 1861	50.703
2ª Exposição Nacional: 1866	52.824
3ª Exposição Nacional: 1873	41.996
4ª Exposição Nacional: 1875	67.568

Fonte: Turazzi, 1995, p. 243-257.

Cabe lembrar que, paralelamente a esses eventos nacionais, ocorriam outras mostras. Foi o caso da Exposição de Horticultura, realizada de forma associada à 2ª Exposição Nacional, e da Exposição de Obras Públicas, que conferia destaque, no âmbito da 4ª Exposição Nacional, aos trabalhos de engenharia realizados no país (Turazzi, 1995). Podemos imaginar o papel dessas mostras na constituição de um público interessado em visitar os estandes dos estados brasileiros para conhecer não só as matérias-primas produtoras de cada região do Brasil como também visualizar o desenvolvimento técnico-científico alcançado pelo país como um todo. Além disso, numa nação de dimensões continentais como o Brasil, essas exposições poderiam servir ainda para ajudar o público a construir propriamente a noção do que era o território nacional, conhecendo, a partir dos objetos expostos, uma diversidade de espaços jamais vistos pessoalmente, mas, ao mesmo tempo, ajudando a formar uma noção de unidade para além da diversidade.

Nessa época, também já havia no Brasil uma tradição de exposições promovidas pela Academia Imperial Belas Artes e que ocorriam periodicamente desde 1840. Nelas, artistas desta e de outras academias exibiam seus trabalhos, enquanto objetos-símbolo da modernidade, como o daguerreótipo, eram

expostos ao olhar do público. Se é difícil estabelecer exatamente alguns dados para a maioria dessas exposições de arte ocorridas no século XIX, para duas delas temos números mais precisos. De acordo com Ísis Pimentel de Castro, a mostra de 1872, que contou com a exposição de telas como “Passagem de Humaitá”, “Combate Naval do Riachuelo”, de Victor Meirelles, e “Batalha de Campo Grande”, de Pedro Américo, recebeu a visita de 63.949 pessoas. Mas surpreendentes mesmo são os números da exposição de 1879, que em 62 dias reuniu 292.296 pessoas, o equivalente à população residente no Rio de Janeiro no mesmo período (Castro, 2007). Ao se interrogar sobre o que atraía um número tão significativo de pessoas às exposições de 1872 e 1879, Pimentel aponta a sua função lúdica e também a presença de telas que retratavam episódios ainda muito vivos na memória do público, como a Guerra do Paraguai. Soma-se a isto, o fato de que a exposição de cosmoramas, a realização de experiências e a exibição de imagens que jogavam com efeitos de “ilusão” e “realidade” traziam a possibilidade de inserir o público em outros ambientes e épocas históricas, além de mexer com a imaginação das pessoas e diverti-las (Castro, 2007).

Essas exposições, que ocorriam nos salões da Academia de Belas Artes, romperam as barreiras dos regimes políticos e permaneceram no período republicano.^[64] Aliás, a própria República é bastante rica em exemplos de mostras como estas. Entre as que ocorreram, podemos destacar a Exposição Nacional de 1908, que serviu como comemoração dos 100 anos da chegada da Família Real, e a de 1922, Exposição Universal sediada na capital federal. O sucesso desses eventos é notório e pode, em parte, ser mensurado pelo número de participantes: cerca de 1 milhão de pessoas em 1908 e mais de 3 milhões em 1922 (Schuster, 2014; Pereira, 2010). Coincidindo com a comemoração do centenário da Independência, essa última mostra foi também um momento de revisão da história do Brasil. Não por acaso, muitos grupos

.....
64. De acordo com Carlos Roberto Maciel Levy (1990), a partir de 1934, a mostra passou a se chamar Salão Nacional de Belas Artes.

de oposição aproveitaram a cobertura midiática do evento para exporem suas insatisfações com o regime republicano, enquanto outros propunham que aquela data servisse como ocasião para repensar o sentido da história do Brasil e os rumos tomados pelo país desde sua emancipação (Schuster, 2014). Ainda no contexto dessa exposição, realizaram-se congressos de história, arqueologia e geografia e foi publicado também o *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico*, sob a supervisão do IHGB.

A partir do que expomos até agora, cremos ter evidenciado que mostras reunindo um número significativo de pessoas já existiam no Brasil algumas décadas antes da montagem da exposição de 1881. Esses eventos não só revelam um projeto de inserção do país na modernidade, mas também nos dizem muito sobre o desenvolvimento científico e como determinados grupos e instituições se envolviam com o debate intelectual da época, por meio de práticas como a montagem de eventos como esse. Essa chave de leitura, destacada por alguns estudos mais recentes, sem deixar de lado a percepção de que as exposições podem ser tomadas como “vitrines do progresso”, estaria mais atenta às formas como certos saberes eram utilizados nessas ocasiões, ou seja, aos meios de divulgação científica. Marta de Almeida (2010), por exemplo, lembra que muitas das exposições realizadas no país contavam com a presença de intelectuais e, em várias delas, congressos reunindo homens de saber ocorriam de forma simultânea à mostra. Ela cita, por exemplo, o 3º Congresso Científico Latino-Americano, realizado em 1909, no Rio de Janeiro, paralelamente à Exposição Internacional de Higiene, aberta ao grande público e com clara função educativa. Assim como esse evento, outros poderiam ser citados – não só na República como também no período imperial – como modelos de práticas de comemoração e difusão do saber que envolviam os intelectuais e as instituições culturais da época.

A Exposição Antropológica, promovida pelo Museu Nacional em julho de 1882, pode ser vista como um exemplo nesse sentido. Concebida num momento em que a antropologia era um saber profundamente imbricado às ciências naturais, a exposição foi

entendida, por autores como Jens Andermann (2004), como um momento de celebração da ciência. A mostra foi organizada por Ladislau Neto que, como vimos, teve um papel de destaque como agente modernizador do Museu Nacional (MN), incorporando a ele os padrões científicos vigentes nos anos 1860 e 1870. Vale lembrar ainda que essa modernização do MN se insere num processo maior de reforma das instituições culturais e científicas do Império, o que favoreceu, anteriormente, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Público. Portanto, Neto teria sido um personagem importante nesse processo, pois atuou justamente como responsável por fazer aquele espaço dialogar com outras instituições científicas, fossem elas nacionais ou internacionais (Lopes, 2009). Responsável pelos estudos antropológicos no Museu, ele se tornou diretor em 1875, permanecendo no cargo até 1893. Assim, era ele que representava a instituição quando a Exposição Antropológica aconteceu. Dividindo-a em diversos salões, cada um nomeado em homenagem a um famoso etnógrafo, naturalista ou cronista (como Caminha, Alexandre Rodrigues Ferreira, Gabriel Soares, Jean de Lery, Von Martius e Peter Lund), a mostra contou com objetos do próprio Museu e com a presença de índios botocudos e xerentes, que foram expostos aos olhos do público durante todo o evento.^[65] Além disso, Neto lançou mão da estratégia dos “grupos vivos”, reconstituindo, a partir de bonecos de gesso em tamanhos naturais, a vida de diversas tribos nativas, de forma a permitir ao público olhar uma aldeia e comparar costumes, tipos físicos e artefatos de grupos indígenas diferentes (Andermann, 2004).

.....

65. De acordo com Michele Agostinho (2014, p. 32), na ocasião, o laboratório do Museu foi utilizado para submeter os nativos a experimentos diante do olhar dos visitantes: “Lacerda, a fim de avaliar a sua força muscular [dos nativos], estudo que poderia ser útil quanto à conveniência do emprego desta mão de obra no trabalho agrícola, submeteu-os a uma tarefa de esforço e mediu-os com instrumento específico. Depois, fez o mesmo com um homem branco. O resultado apontou que a força muscular indígena era menor que a do branco civilizado, ainda que aos olhos de todos os primitivos apresentassem maior massa muscular”.

Para Maria Margaret Lopes, autora que se dedicou ao estudo do Museu Nacional e de outras instituições de ciências naturais do século XIX, a Exposição Antropológica de 1882 pode ser entendida como uma feliz associação entre a instituição e um projeto político maior, indissociável da ideia de modernização do país. Isso pressupunha pensar o papel que espaços culturais como aquele ocupariam nesse projeto, e suas contribuições para a formação de uma nação civilizada, em sintonia com a produção científica internacional:

Marco de uma época da história das ciências naturais e da Antropologia no Brasil, nessa exposição, mais do que coleções arqueológicas, etnográficas e antropológicas, foi exibida a singularidade nacional com que Netto esperava inserir o Brasil no mundo científico internacional. O que se pretendia expor e o que unia os conteúdos das diversas vitrinas era o papel original que cabia ao Museu Nacional do Rio de Janeiro cumprir na construção do imaginário do Império brasileiro e no panorama das ciências universais. A Exposição Antropológica Brasileira destacava as investigações da particularidade local, ainda não completamente estudada — as origens da “raça” brasileira. E isto era o máximo que as ciências podiam fazer pelo Império (Lopes, 2001, p. 63).

A Exposição de História do Brasil também pode ser entendida nessa chave de leitura, que busca pensar o projeto de construção de uma nação moderna como algo profundamente articulado a intelectuais e instituições. Intelectuais à frente de instituições, que atuavam com o objetivo de pôr em prática projetos nacionais e institucionais. Ocupando o posto de primeira exposição de história ocorrida no país, cremos que esse evento pode ainda nos ajudar a entender de que forma lugares, objetos e saberes poderiam ser mobilizados, assim como diversas concepções de história e de tempo poderiam estar presentes numa mostra como aquela. São esses pontos que buscaremos discutir a seguir.

“Nem tudo é negro na pátria”: a inauguração da Exposição de História do Brasil

Os países felizes, esquece-me agora quem disse isso, não tem história, nem romance; mas o Brasil protesta contra o absolutismo desta regra. Porque, protestem embora os pessimistas, nem tudo é negro na pátria, e que temos história, lá estão os salões da Biblioteca provando brilhantemente, com todos os seus livros, quadros, memórias – páginas cheias do interesse de uma existência de mais de três séculos. É um erro dizer-se que não temos história. O que não temos é quem saiba a nossa história.^[66]

Em 1881, quando a Biblioteca Nacional se abriu para receber a Exposição de História do Brasil, Ramiz Galvão já tinha certa experiência na organização de eventos desse tipo. No ano anterior, ele e sua equipe estavam envolvidos no projeto da Exposição Camoneana, em homenagem ao tricentenário da morte de Luiz de Camões. O evento durou apenas seis dias, de 10 a 16 de junho, mas produziu, além de uma mostra de diferentes edições da obra do poeta (traduzidas, manuscritas e impressas), um catálogo bioiconográfico, que também serviu de guia para o evento. No dia 22 de maio de 1880, o jornal *Gazeta de Notícias* publicava o seguinte informe assinado por Ramiz Galvão:

A Biblioteca Nacional resolveu levar a efeito, no dia 10 de junho, uma exposição camonianiana em honra ao tricentenário do grande poeta. [...] Venho, pois, rogar a V.S. se digne de unir sua voz à minha para solicitar dos amadores, que por ventura possuem edições estimadas, retratos do poeta, estampas, quadros ou medalhas alusivas à sua vida ou às suas obras, o obséquio de concorrer com

.....
66. *Revista Ilustrada*, 1881, p. 2.

esse gênero de tesouros à exposição da Biblioteca Nacional. É empenho, já não só meu particular como admirador de Camões, mas patriótico, porque vai nisso o crédito da instituição completar quando possível as coleções da Biblioteca para o dia 10 de junho [...] (Do Ilustrado [...], 1880, p. 1).

Convém destacar que o Brasil não estava isolado no que se refere às comemorações do tricentenário do poeta português. De acordo com Fernando Catroga, as celebrações em Portugal nesta mesma ocasião foram intensas. Foi justamente nesse momento que as presumíveis cinzas do poeta foram transladadas, juntamente com as de Vasco da Gama, para o Mosteiro dos Jerônimos, monumento-símbolo dos descobrimentos portugueses. Tratava-se, de acordo com este autor, de um verdadeiro espetáculo cívico, que coroava Camões – figura de consenso entre os portugueses – como *representative-man* da nacionalidade lusitana. O escritor representaria, assim, o homem de letras, alguém que teria alcançado a nobilitação não pela sua tradição aristocrática e familiar, mas pelo talento e pela capacidade de narrar e enaltecer a façanha portuguesa pelo oceano Atlântico. Catroga (2005, p. 120-121) percebe esse enaltecimento do homem de letras não como algo específico do contexto ibérico, mas como a “consolidação de um ideal aristocrático assente no mérito, e não no sangue ou nas virtudes guerreiras”, passível de ser encontrado em outros espaços, especialmente a partir do fenômeno das academias literárias e históricas dos séculos XVII e XVIII. Com o romantismo, isso teria ganhado força, sobretudo pela exaltação do poeta como aquele que revela a “alma de um povo”, uma espécie de “voz da nação”.

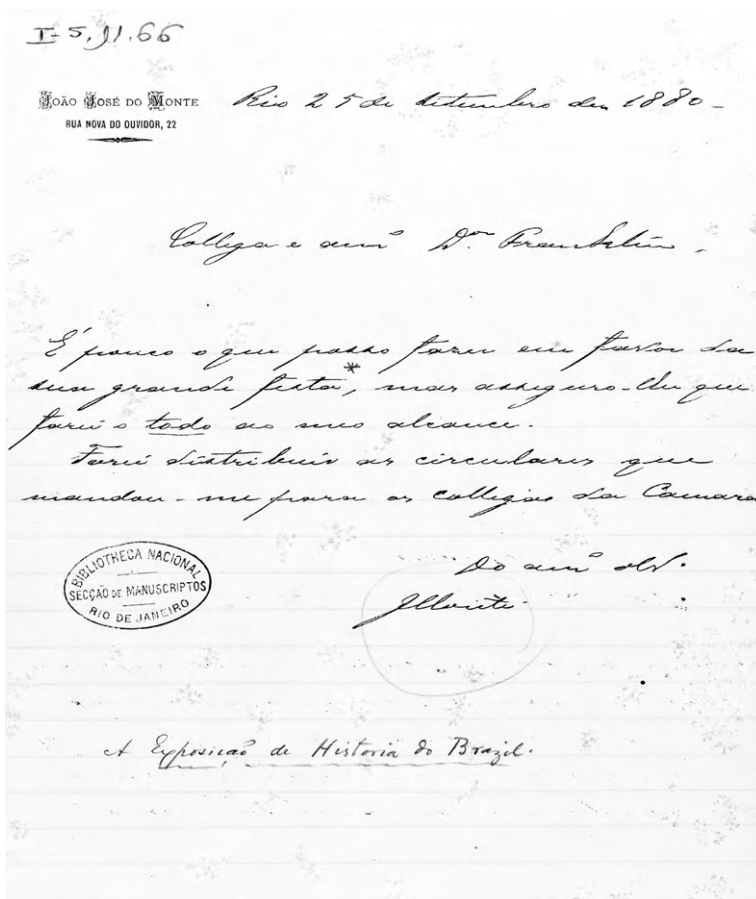
Retomaremos esse ponto mais adiante, pois consideramos que ele pode nos ajudar a pensar a Exposição de História do Brasil, sendo uma ferramenta de análise profícua para compreendermos os personagens ali lembrados. Interessa-nos agora retomar a passagem da *Gazeta de Notícias*, que reproduzimos acima, para pensarmos as estratégias utilizadas pelo diretor da Biblioteca Nacional. Com o objetivo de destacar sua própria

instituição, ele utiliza mais uma vez um veículo de grande alcance, visando evidenciar os trabalhos realizados no interior da BN e divulgar o projeto de organização de uma exposição em homenagem a Camões. Mas não se tratava só disso. Havia a convocação para que as pessoas, não apenas por admiração ao poeta, mas por um “empenho patriótico” de contribuição para com os espaços de saber do país, se mobilizassem na tarefa de ajudar a enriquecer o acervo exposto na mostra e indicado no catálogo.

Estamos chamando a atenção para essas questões, pois, como já vimos, quando nos referimos aos *Anais da Biblioteca Nacional*, os jornais da época eram grandes aliados de Ramiz Galvão na tarefa de divulgação da Biblioteca. Vimos também que, num contexto de reformulação de diversas instituições de saber, tal divulgação ajudava a BN e o seu diretor a ocuparem um lugar de relativa centralidade no universo letrado do período. Estar nas páginas dos jornais significava ter visibilidade e esta, por sua vez, poderia significar a ampliação de verbas, do público leitor e a boa vontade, por parte dos poderes públicos, para a realização de outros projetos no interior da instituição.

No dia 13 de junho, a *Gazeta de Notícias* informava que a Exposição Camoneana ficaria aberta ao público ainda mais alguns dias e a caracterizou como uma “festa literária”, que teria atraído a “parte inteligente da nossa população”, sem explicar, exatamente, o que tal adjetivo queria dizer. Porém a mesma matéria destacava que, no dia anterior, o “concurso do povo pelas ruas iluminadas” teria sido extraordinário: “o quarteirão da rua do Ouvidor entre as ruas Gonçalves Dias e dos Ourives estava brilhantíssimo” (Exposição [...], 1880, p. 2). Pela localização da Biblioteca Nacional na época – à rua do Passeio, não tão próxima das localidades citadas –, podemos inferir que a notícia não se referia somente à Exposição Camoneana, mas a ela se referia implicitamente. Além disso, temos notícias de uma homenagem prestada pelo Retiro Literário Português ao autor de *Os lusíadas* (Catálogo [...], 1880), o que nos permite considerar que outras celebrações possam ter ocorrido pela cidade, “iluminando” as

ruas e atraindo público. De toda forma, a notícia era uma boa propaganda para a mostra e para a própria BN.



MONTE, João José do. [Carta a Franklin informando que fará distribuir as circulares sobre a Exposição de História do Brasil aos colégios da Câmara]. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 25 set. 1880. 1 p. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1283883/mss1283883.pdf.

A Biblioteca poderia igualmente servir como propaganda. Esse é o caso da casa dos Srs. Buschmann & Guimarães, que, como estratégia de divulgação de uma obra musical, “Morte de Luiz de Camões”, nas páginas da *Gazeta*, não se esqueceu de acrescentar que a peça “fez parte da Exposição Camoneana da Biblioteca Nacional o ano passado” (A Casa [...], 1881, p. 2). Assim, gostaríamos de marcar a importância dos periódicos na divulgação dos projetos da BN e no fortalecimento da sua imagem como instituição de saber. Para nós, esses veículos são fontes muito profícuas, pois noticiam os trabalhos no interior da BN e nos permitem pensar de que forma a opinião pública recebia alguns dos projetos desenvolvidos por Ramiz e sua equipe. Isso se torna especialmente importante no que se refere à Exposição de História do Brasil, porque muitos dos documentos que temos disponíveis para o estudo dessa exposição são cartas e ofícios enviados e recebidos pelo próprio Ramiz. Certamente, esses tipos de fontes nos permitem entender os objetivos que norteavam o projeto da mostra, assim como a forma como foi concebida e pensada, pelos agentes nela envolvidos. Por outro lado, pouco nos diz a respeito do impacto do evento sobre o público e a opinião pública. Acreditamos que é justamente nesse ponto que os jornais podem nos auxiliar a mapear esse outro lado: o da recepção da Exposição de História do Brasil.

Foi justamente um periódico, a *Gazeta de Notícias*, que informou ao público, em setembro de 1880, que o Ministério do Império tinha dado autorização à Biblioteca Nacional para realizar uma exposição de história e geografia pátrias. O plano, já formulado, tinha sido remetido a diversas autoridades, dentre as quais os ministros da Fazenda, da Justiça, da Guerra, da Marinha e de Assuntos Estrangeiros, além dos diretores da Faculdade de Medicina, Escola Politécnica e Academia Imperial de Belas Artes (O Ministro [...], 1880). Começava, então, o processo de mobilização de outras instâncias e instituições para o evento, que buscava ser o primeiro do gênero no país. Os documentos de Ramiz Galvão, em que encontramos inicialmente a ideia de montar uma exposição e um catálogo de tudo que concernia à

história do Brasil, datam de julho de 1880, ou seja, do momento seguinte à Exposição Camoneana. O sucesso desse evento, que, de acordo com Galvão, contou com a visita de 12 mil pessoas em apenas seis dias, contribuiu e entusiasmou o diretor e seus funcionários para a realização de outro mais amplo, sobre a história do Brasil. De acordo com a fina ironia de Capistrano de Abreu, que também trabalhou nos preparativos da mostra,

Em 1880, [a Biblioteca Nacional] fez uma exposição Camoneana, daí a ideia da [Exposição] de História do Brasil. O Barão Homem de Mello, então ministro, tipo acabado de *bourgeois gentilhomme*, diz que a ideia foi sua; não duvido; juro-lhe, porém, que ele não fazia ideia do que poderia ser uma exposição de história e geografia e devia ter ficado espantado de sua obra (Abreu, 1917d).

Os trabalhos para a exposição foram intensos e só os preparativos duraram mais de um ano.^[67] Não faltavam ideias para tornar aquele um momento inesquecível entre os homens de letras da corte. Deveria ser um evento que consolidaria ainda mais a posição que a Biblioteca Nacional e o próprio Ramiz Galvão iam assumindo no ambiente letrado de sua época. A cada novo ofício enviado ao ministro do Império, Ramiz acrescentava uma nova sugestão. De acordo com um documento datado de 4 de novembro de 1880, o bibliotecário idealizava fazer uma grande exposição, na qual se realizasse, além da própria mostra, um congresso nacional de história e geografia do Brasil. As apresentações de trabalho, que, segundo as intenções de Ramiz Galvão, dariam maior cientificidade à solenidade, contariam com a presença de alguns membros da sociedade letrada da época, como Francisco Ramos Paz, José Saldanha da Gama, Francisco Antonio

.....
67. De acordo com Capistrano de Abreu, dois funcionários da biblioteca foram indispensáveis na execução do trabalho: Menezes Brum, da seção de Estampas, e Alfredo do Vale Cabral, dos Manuscritos. Em meio aos preparativos da Exposição, Ramiz fora chamado a ocupar a cadeira de Botânica na Escola de Medicina, deixando praticamente nas mãos de Vale Cabral a tarefa de terminar o evento (Abreu, 1917d).

Pimenta Bueno, Franklin Távora, José Maria da Silva Paranhos, Ladislau Netto, barão Homem de Mello, além de representantes do Mosteiro de São Bento, do Gabinete Português de Leitura e o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano. A Biblioteca Nacional também participaria, sendo representada por José Alexandre Teixeira de Melo. O plano não saiu do papel, mas os arquivos da seção de Manuscritos ainda guardam um caderno em que constam os nomes de todos os expositores lembrados para o evento (Exposição [...], [1881 ou 1882]).

Apesar de ser um projeto não colocado em prática, a ideia do congresso parece reforçar o esforço de tornar a BN o espaço por excelência de produção e debate intelectual e de diálogo interinstitucional do país. Somente alguns anos mais tarde, Ramiz Galvão conseguiria realizar um evento dessa magnitude. Estamos nos referindo ao 1º Congresso Nacional de História, ocorrido em setembro de 1914. Naquela ocasião, o ex-diretor da BN, que ocupava uma posição de autoridade nos quadros do IHGB, presidiu a comissão de organização do evento, que pôde contar com a participação de intelectuais de peso, como Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Manuel Cícero Peregrino, Tavares Lyra, Roquette Pinto e Pedro Lessa, cujos trabalhos foram apresentados durante o evento. Cabe destacar a fala do próprio Ramiz Galvão (1914, p. 176) no encerramento do Congresso, em que afirmou o seguinte: “quando na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro se realizou, há 33 anos, a 1ª Exposição de História do Brasil, tentamos simultaneamente reunir um congresso de História Pátria. Esse pensamento, que então apenas se esboçou, o IHGB o concretizou agora”. Falas como essas evidenciam como projetos políticos e intelectuais são retomados e relembrados o tempo todo, fortalecendo a memória de certas instituições e agentes. Isso porque recordar a Exposição de 1881 tornava-se uma forma de filiar o evento mais recente a algo que aconteceu antes, estabelecendo uma tradição para os estudos históricos no Brasil e, o que não é menos importante, ressaltava o papel de Ramiz como “ponte” entre dois episódios altamente simbólicos e entre duas instituições estratégicas para a história do Brasil.

Vale a pena nos determos um pouco na organização da Exposição de 1881. Para a sua realização, o bibliotecário solicitou a particulares, instituições e aos governos das províncias o envio de documentos históricos, fossem como doações ou como empréstimos. Conforme ressaltaram Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo (2000), a concepção de documento era bastante ampla, sendo aceitos livros, manuscritos, cartas geográficas, autógrafos, medalhas, moedas, estampas, fotografias, quadros a óleo, desenhos e esculturas para a exposição (Ministério do Império, 1880b).

Ainda aos governos provinciais foi solicitado que mandassem informações sobre as circunstâncias topográficas e históricas de seus municípios. Embora muitas províncias tenham ignorado os apelos de Ramiz Galvão, outras se empenharam em dar uma resposta às solicitações da Biblioteca Nacional, formando, inclusive, comissões para tratar do assunto.^[68] Esse foi o caso da Câmara Municipal da cidade de Santa Cruz do Corumbá, em Mato Grosso, que produziu um relatório em que constavam todas as características históricas e geográficas do município, como o seu relevo, ilhas, serras, rios e lagos, condições de salubridade, características minerais, tipos de madeira, frutas, animais, população, agricultura, indústria fabril, curiosidades naturais, além dos fatos históricos mais notáveis dos quais a região foi palco. No caso de Santa Cruz de Corumbá, a comissão não deixou de lembrar momentos históricos importantes, que davam destaque àquele município como “teatro dos acontecimentos” da história nacional. Foi mencionado, por exemplo, o ano de 1801, em que o Forte de Coimbra, principal monumento da região, sofreu um duro ataque espanhol. Este mesmo lugar, segundo o documento, foi palco de mais um embate, desta vez ocorrido no ano de 1864, época em que o Brasil lutava contra a República do Paraguai.

Contudo, Santa Cruz do Corumbá não pode ser vista como um caso isolado no empenho para a realização da exposição. Os arquivos da Biblioteca Nacional mostram que diversos municípios

.....
68. A mobilização das províncias foi noticiada pelos jornais da época. Ver A 3 do corrente [...], 1881, p. 1.

enviaram as informações pedidas, como São João da Barra, Maricá, Valença, Niterói, Resende, Bananal, Cajuru, São José dos Campos, Santos, Ubatuba, entre outros. O presidente da Câmara Municipal desta última cidade, localizada em São Paulo, Manuel Pereira de Assunção, aproveitou o pedido de Ramiz Galvão para fornecer os dados solicitados e mostrar que compartilhava do mesmo sentimento que movia o bibliotecário e impulsionava o projeto da exposição:

Se tomei sobre mim tão árdua tarefa [a de descrever o município de Ubatuba] [...] [é porque] sobeja-me a boa vontade de ser útil ao país a que me ufano pertencer, e oxalá possa meu modesto e inepto esboço produzir coadjuvação aos que hajam de tratar da geografia e história do Brasil (Biblioteca Nacional, [1881?b]).

Em seu texto, o presidente da Câmara fazia uma referência à justificativa dada pelo próprio presidente da BN para a realização da mostra. Segundo Ramiz Galvão, aquela era a oportunidade de reunir “uma massa enorme de riquezas históricas”, esquecida nos estabelecimentos públicos e nas mãos de particulares, e “organizar um catálogo completo de [tudo] quanto possa pertencer ao referido ramo de estudos – obra que sirva de guia aos cultores dessa seara, ponto de partida para investigações ulteriores”, trabalho de extrema importância, pois, ainda de acordo com ele, um território é “tanto mais bem administrado e mais feliz, quanto mais perfeitamente conhecido for” (Ministério do Império, 1880b).

É nesse contexto que deve ser entendida a mobilização das províncias e dos municípios, pois a ideia de “catálogo”, como veremos adiante, trazia o esforço de reunir tudo o que se pudesse a respeito da história e da geografia do país. Como um país é composto por suas províncias e municípios, era necessária uma mobilização “em cascata”: dos ministérios às câmaras municipais; das instituições aos particulares, ação, inclusive, que o IHGB, desde seus primeiros anos de formação, julgava fundamental para o esforço de escrever a história do Brasil (Cezar, 2004). Apesar da ausência de resposta por parte de alguns municípios, grande foi

a quantidade de documentos e informações recolhidas. Alguns deles, mesmo não constando na exposição propriamente dita, puderam figurar no catálogo, publicado a tempo da inauguração do evento, marcada para 2 de dezembro de 1881, dia do aniversário de dom Pedro II.

Além das províncias, algumas pessoas e instituições, de forma particular, enviaram materiais para figurar na exposição. O interessante é que os nomes dos doadores eram divulgados nos jornais, mais uma vez evidenciando o caráter proativo da BN, atribuindo valor àqueles que contribuíam para esse “projeto patriótico”:

Recebeu a Biblioteca Nacional durante os meses de dezembro e janeiro passado, oferecidos como dádiva e com destino à Exposição de História e Geografia do Brazil:

1ª Pelo Ministério da Guerra: Apuntes de la Republica Oriental del Uruguay, 2 volumes.

2ª Pela Casa da Moeda: uma coleção de medalhas cunhadas no mesmo estabelecimento, 113 ao todo. [...]

4ª Pelo Sr. Conselheiro T. A. Araripe: *O Cearense* de 1846 a 50, 3 volumes; *O Correio da Assembleia Provincial do Ceará*, 1835-39. [...]

27ª Pela *Gazeta de Notícias*: 5 opúsculos e 1 autógrafo de Álvares de Azevedo.

28ª Pelo Sr. Capistrano de Abreu: *O Brasil no século XVI*. [...]

Foram oferecidas à Biblioteca Nacional diferentes obras pelos seguintes senhores: [...]

Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão [...]

Sisson [...]

Barão de Cotegipe [...]

Machado de Assis [...] (Recebeu [...], 1881, p. 2).

A *Gazeta de Notícias*, um dos jornais mais importantes da época, periodicamente publicava informações acerca dos preparativos da mostra e, por meio de notícias como essa, projetava as pessoas e instituições que contribuíam para a sua realização. Dias antes da abertura da exposição, por exemplo, o periódico

adiantou a organização das salas, os livros que seriam lançados na ocasião e a duração da mostra, programada para a visitação pública durante um mês, das 10 às 16 horas:

Por ocasião da *Exposição de História do Brasil* serão publicados os seguintes livros:

Catálogo da Exposição de História e Geografia, dois volumes em 8ª, impresso à custa da Biblioteca Nacional.

Guia da Exposição de História e Geografia, impresso e escrito por empregados da Biblioteca Nacional.

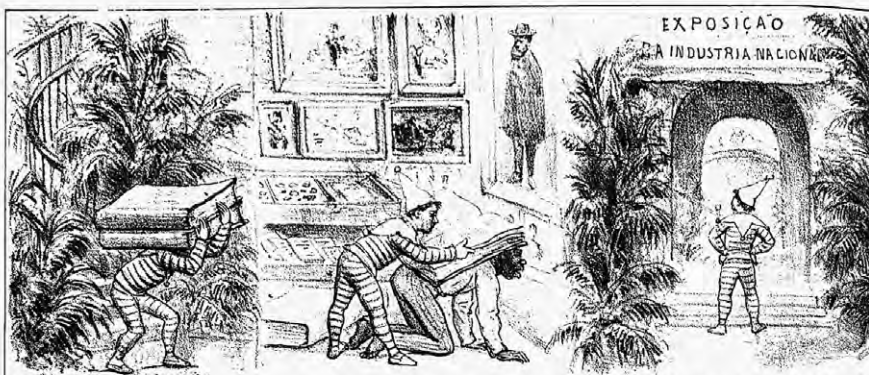
Anais Tipográfico do Rio de Janeiro (1803-1822), por Vale Cabral, impresso pela Tipografia Nacional.

Vida e escritos de José da Silva Lisboa, visconde de Cayru, por Vale Cabral, impresso pela Typografia Nacional.

Dos Índios do Brasil, seus usos, adorações e cerimônias, pelo Padre Fernão Cardim (*Exposição [...]*, 1881d, p. 1).

No dia 25 de novembro, o diretor da BN ocupou-se em enviar os convites para a inauguração da mostra, que aconteceria no próprio edifício da Biblioteca Nacional. De acordo com a imprensa da época, que cobriu o primeiro dia do evento, o número de presentes não foi grande. Por outro lado, era composto de um público criteriosamente selecionado entre os mais distintos nomes do mundo das letras e da política. Assim, segundo os periódicos, em sua inauguração, a exposição não teve um caráter popular. Antes, foi feita para ser vista (pelo menos num primeiro momento) por um público seletivo, composto pelos pares de Ramiz Galvão e pela “boa sociedade” do Império:

Não era grande o número de convidados; mas, em compensação, nele via-se o que há entre nós de distinto no mundo das letras. Os mais notáveis escritores, amadores de obras raras e da boa literatura, colecionadores de numismática, representantes das principais instituições públicas e particulares, da imprensa, de tudo, enfim, quanto se acha à frente desse movimento generoso que ora se nota no país, cheio das mais nobres aspirações (*Exposição [...]*, 1881b, p. 1).



Tomos à Exposição da Biblio-
theca Nacional, um verdadeiro mo-
numento de preciosidades históricas.
A saída, o illustre director obse-
quiu-nos com o catalogo.

Para lá voltaremos para exa-
minar de novo todas as obras d'arte
relativas á historia do Brazil, por
entre as quaes conlham-se im-
portantissimas gravuras.
Desta vez, tomaremos nossas
precauções quanto ao catalogo.

Outra exposição, a Industrial,
provar-nos que nossa terra não é
sem pelo menos muitas plantas
o Sr. Glaxion enfeita todas as
As plantas e o Sr. Glaxion, são doi-
(Mais tarde nos occuparemos da
tante exposição.



Já que os illustres commendadores, membros do
Conselho fiscal, entenderam na sua alta sabedoria
dever demittir o Socio-gerente por cumprir com seus deveres,
sancionando ao mesmo tempo certas transações incon-
venientes, não ha remedio senão fiscalisar todos
no mundo camudo.

Comme les autres Conte Oscar
Se, como vereador moveu muitos louvores,
como membro desse inqualificavel conselho...
Tenha paciencia, entre, não faça cerimonia!

A
conselho
tenham
do 'orn



Na verdade, D. Basilio é de muita força!
Comer os cobres da Secretria destinados
ao sustento do Cruzeiro;

Ser pilhado com a mão na com-
buca e negar-se, escamado, a en-
gar a mamata;

reunir uns poucos de commenda
em conselho fiscal e fazer-lhes da
coite a quem cumpria com seus



Chegada de SS AA. a Primeira Imp: o Corde d'Eu e os jovens príncipes. Sejam muito bem vindos. Vista tirada do alto do morro do Castello.



Desembarque de SS. AA. em Pernambuco.

A principio, não vendo ninguém, o conde que não esperava tamanha recepção, disse: 'Vamos embora para a França, outra vez, com certeza o Brasil acaba de proclamar a República.'



gerente e o este ex-membro dos nossos parabéns. Porém... depois de terem feito parte, um 'banhosinho' é indispensável.

Quanto a D. Basílio Tintia-Rosa, ... o preto mais robusto, com toda a água do Amazonas, todos os cocos da Bahia e toda a areia da Copacabana, nunca conseguiu por mais que o esfregue, lavalo de todas as... as... O dicionário não dá!

Ha mais de anno, pintamos assim o jornal. Secreto, e eis! os dizem que era Calamnia!



C. por fim continuar a governar a seu jeito, todas essas capacidades que fazem parte da redacção, administração e conselho do Cruzeiro, forçoso é confessar que D. Basílio é typo de muita força e digno discípulo de J. Ignacio de Loyola.

Com que enão o Cons. dava ao 'Cruzeiro' que ninguém lê e conto de reis por meter para o debredar?! Pois olhe, nessa labrocria toda, o mais rombado e V. Ex.ª

EXPOSIÇÃO da Industria Nacional. Revista Illustrada. Rio de Janeiro, n. 277, anno 6, 1881. p. 4. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=1969>.

Ainda de acordo com a *Gazeta de Notícias*, a chuva que caía na cidade no dia da inauguração não atrapalhou os festejos. Logo na entrada, o público era recepcionado por uma banda de música, que dava as boas-vindas. O mau tempo também não estragou a decoração do edifício, ornado com palmeiras, arbustos e bandeiras de diversas nações. Às 11 horas em ponto chegaram à BN os convidados mais ilustres da festa: o imperador dom Pedro II e sua esposa, dona Teresa Cristina, que adentraram o ambiente, acompanhados pelos ministros do Império, da Justiça, da Guerra, do Estrangeiro e da Marinha, além, é claro, dos principais responsáveis pela organização do evento, o próprio Ramiz Galvão e seus ajudantes. Os jornais da época eram categóricos ao afirmar que o que se via ali era a mais importante exposição inaugurada na corte, especialmente pelo empenho dos funcionários da instituição em reunir uma grande quantidade de documentos da história do Brasil:

A impressão de quem visita a exposição é a das mais agradáveis. Especialmente no tocante aos subsídios para a história do Brasil, há ali verdadeiras revelações mesmo para os mais lidos e sabidos. Todo o pessoal da Biblioteca Nacional, tendo a sua frente o esclarecido chefe Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, realizou prodígios de trabalho para levar a efeito a exposição que acabara de ser inaugurada, e especialmente para elaborar o respectivo volumoso catálogo. Não temos, pois, palavras que bastem para louvar e recomendar à gratidão do país a esses dignos funcionários (Exposição [...], 1881b, p. 1).

Vale a pena atentarmos para a organização da Exposição, descrita com certos detalhes em alguns jornais da época, especialmente já citada *Gazeta de Notícias*. A mostra foi dividida em salas, de modo a homenagear algum “vulto” da história ou da intelectualidade brasileira e fornecer ao visitante, pelo menos em princípio, uma divisão temática dos documentos.

Para auxiliar os frequentadores, a BN disponibilizou, mediante o pagamento da quantia de 200 réis, o *Guia da Exposição de História*

do Brasil. Uma publicação de 53 páginas, dividida pelas salas da mostra, que trazia indicações sobre os objetos “mais importantes e curiosos” da Exposição.^[69] É interessante ressaltar, portanto, que o evento estava diretamente associado a duas publicações: de um lado, o monumental *Catálogo*; de outro, uma obra ao mesmo tempo efêmera e acessível, pelo valor e conteúdo, pois se ligava a uma mostra com duração limitada. Contudo, o *Guia* servia para perpetuar o evento, ressaltando o que ele tinha de mais interessante e curioso. Além disso, ele tinha um sentido prático, qual seja, o de efetivamente “guiar” os olhos do leitor para os objetos mais expressivos ali expostos, além de conduzi-lo, ensinando-o qual era a lógica de organização pretendida pelas salas.

Fazendo o exercício de “guiar” e trabalhando com a imprensa, a tentativa é “dar a ver” a exposição ao leitor. A primeira sala da mostra chamava-se dom Pedro II, espaço reservado, prioritariamente, aos retratos dos reis e imperadores do Brasil. A sala Ayres de Casal^[70] era dedicada à geografia, enquanto na sala Varnhagem, o visitante teria acesso à história diplomática. Já as salas Silva Lisboa^[71] e Conceição Veloso^[72] se referiam, respectivamente, a história econômica e a trabalhos científicos. A exposição contava ainda com algumas galerias, que ligavam um ambiente a outro, além do vestibulo, que dava início à mostra. Essa organização era ressaltada pelos jornais e pelo *Guia da Exposição*. Mas, na prática,

.....

69. Ver *Guia* [...], 1881, p. 2. Os jornais da época indicavam que o *Guia* poderia ser adquirido na própria Biblioteca Nacional e nas livrarias Garnier e Laemmert. Ao que parece, o preço do exemplar era acessível ao público, especialmente se compararmos com o valor de outros livros da época. *Lições de História do Brasil*, o famoso compêndio escolar de Joaquim Manoel de Macedo, por exemplo, era vendido a 2 mil réis praticamente no mesmo período, enquanto outros compêndios escolares poderiam variar de mil a 4 mil réis.

70. Ayres de Casal foi autor da *Corographia Brasília* e era tido como fundador da geografia no país.

71. José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, teve forte atuação quando da transferência da corte portuguesa para o Brasil e publicou algumas obras ligadas a temas políticos e econômicos.

72. O naturalista e religioso frei José Mariano Conceição Veloso, autor de *Flora Fluminensis*, é reconhecido pelos seus trabalhos de botânica e pela análise de espécimes vegetais, minerais e animais.

os materiais não pareciam obedecer a uma ordem muito rigorosa. De acordo com Félix Ferreira, que cobriu o evento para o jornal *O Cruzeiro*, logo no salão de entrada, o visitante da Exposição de História do Brasil se deparava com três esculturas: de dom Pedro I, de dom Pedro II e de dom João VI. Junto às estátuas, havia ainda dois canhões tomados dos holandeses, um em 1631 e outro em 1635, além de um terceiro, fundido na Bahia em 1775. Próximos ao primeiro degrau da escadaria que levava a outras salas, estavam dois pedaços de pedra argilosa. Emprestados pelo IHGB à exposição, estes objetos eram, de acordo com Ferreira, restos dos padrões assentados na costa do Brasil pelos primeiros exploradores (Ferreira, 1882, p. IX-X).^[73]

No vestíbulo começava a exibição de quadros e estampas. Aliás, as imagens eram documentos fartamente presentes em toda a exposição e receberam bastante destaque no *Guia*, o que pode ser um indício dos objetivos do próprio evento: como as outras mostras do período, esta também queria conquistar seu público pelo “olhar”, construindo uma memória “visual” do passado nacional. Para isso, gravuras, quadros, pinturas e outros materiais iconográficos eram fundamentais, pela sua capacidade de fixar uma imagem dos principais acontecimentos e personagens da história brasileira, além de serem veículos que permitiriam imprimi-la na memória. Naquele ambiente, especificamente, estavam dispostos 240 gravuras, litografias, fotografias e quadros a óleo. O visitante poderia visualizar imagens da sagração de dom Pedro II (por Renato Moreaux), do juramento da princesa Isabel (na pintura feita por Victor Meirelles), além de retratos de alguns “grandes” vultos, como o marquês do Lavradio, o conde de Bobadela e o conde de Linhares. Foram expostas também gravuras que lembravam o caráter missionário da colonização, como uma em que se via o padre Antônio Vieira catequizando um grupo de indígenas.

.....
73. Padrões são os monumentos de pedra erigidos pelos portugueses.

Em seguida, passava-se à sala dom Pedro II. De acordo com o *Guia*, os objetos expostos nesse ambiente serviam como uma grande homenagem à monarquia. Ali estavam expostas imagens dos imperadores, imperatrizes, princesas e mesmo gravuras dos reis de Portugal, num verdadeiro culto dinástico, que lembrava aos visitantes como a história do Brasil misturava-se à história de sua metrópole e às dinastias lusas, especialmente os Bragança. Cabe destacar que, pelo *Guia*, o público poderia ainda conferir a procedência dos objetos expostos, muitos deles dados e emprestados pelo próprio imperador dom Pedro II e por órgãos governamentais, o que evidenciava, como lembra Eliana Dutra (2005a, p. 166), “a presença subjacente do Estado como produtor de uma massa documental”. Mas, ali, a monarquia também dividia espaço com imagens e bustos de diversos letrados e homens ilustres, como Gonçalves Dias, José Bonifácio, marquês de Sapucaí, visconde de São Leopoldo, entre muitos outros.

A próxima sala, chamada de Ayres de Casal, era, segundo o jornalista, uma das mais ricas da exposição. Ela ocupava toda a extensão do grande corpo do edifício, abrigando fotografias, cartas geográficas, hidrográficas e topográficas provenientes, dentre outros lugares, dos arquivos do IHGB, da Biblioteca da Marinha e da Secretaria de Assuntos Estrangeiros. Na primeira vitrine, encerravam-se coleções de moedas, medalhas, barri-nhas de ouro e outros subsídios numismáticos relacionados ao Brasil. Além destes objetos materiais, o visitante ainda poderia observar alguns documentos escritos, como a carta de Pero Vaz de Caminha, cartas do rei dom João V, os autos da Inconfidência, documentos sobre a “rebelião” de Pernambuco de 1817, as conferências da Academia dos Esquecidos, cartas jesuíticas e ainda duas obras de referência: a *História da Província de Santa Cruz*, de Pero Magalhães Gândavo, e a *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, exposta ao público pela primeira vez. Nesta sala, figurava ainda, além de obras do próprio Ayres de Casal, o busto do antigo diretor da Biblioteca Nacional, frei Camilo de Monserrate (Ferreira, 1882).

Saindo dessa seção, o visitante entrava na sala Varnhagen, onde encontraria, dispostos na parte central do recinto, alguns dos periódicos mais importantes da Biblioteca Nacional. Esta sala era dedicada a documentos relacionados à história eclesiástica, parlamentar, diplomática, além de jornais e gravuras da cidade. Ali constavam ainda alguns retratos, como um de Catarina Paraguaçu, mulher do “caramuru” Diogo Álvares, além de uma imagem de Nóbrega e seus companheiros, salvando um catecúmeno das mãos dos gentios (Ferreira, 1882).

A partir de então, o visitante deveria continuar a apreciação da exposição dirigindo-se ao andar superior do edifício. As paredes da escada que levavam ao segundo pavimento estavam cobertas de litografias, gravuras e retratos de brasileiros ilustres. No topo da escada, erguia-se o busto de Thomaz Gomes dos Santos, ex-diretor da Academia de Belas Artes. À esquerda, situava-se mais uma sala da exposição, nomeada de “Silva Lisboa”, em homenagem “a quem o Brasil deve o primeiro passo para a sua emancipação, a abertura dos portos” (Ferreira, 1882, p. 60-67). Tratava-se da seção em que se reuniam obras relativas à história econômica do país, entre elas o livro *Cultura e opulência no Brasil*, de Antonil. No entanto, em suas paredes, o observador poderia contemplar alguns retratos de religiosos franciscanos que contribuíram para a oratória sacra no país, e de diversos outros personagens de destaque, especialmente aqueles ligados à Igreja Católica. Imagens como essas fortaleciam a ideia da importância da Igreja, além da concepção de que o catolicismo era o fio condutor que ligava toda a história do país, da colônia aos tempos imperiais. Nesse caso, a fé católica era inserida na narrativa da Exposição de maneira bastante positiva, reafirmando, junto ao público, a ideia de que a ação desses eclesiásticos teria construído (em alguns casos a partir do sacrifício de suas próprias vidas) um país civilizado, onde anteriormente só havia tribos bárbaras de indígenas.

A sala Veloso era a quinta e última área da exposição. O ambiente se destacava pelas paisagens que adornavam suas paredes, dentre elas duas representações da passagem de Humaitá:

a de Victor Meirelles e a de Eduardo de Martino. Nesse recinto, havia ainda outras pinturas alusivas à Guerra do Paraguai, como uma representação do general Osório e uma imagem dos chamados “voluntários da pátria”. Mas a sala Veloso não era dedicada apenas à guerra e à pintura histórica. Nela achavam-se reunidas obras de naturalistas e viajantes, como Saint-Hilaire, Glaziou, Alexandre Rodrigues Ferreira e Von Martius, além de documentos classificados como “assuntos indígenas”.

Os jornais nos dão notícias, ainda, de que, na exposição, os visitantes poderiam conhecer uma coleção de estampas representando tipos, usos e trajes do Brasil. Esse setor, segundo a *Gazeta*, seria um dos mais interessantes e que mais mobilizavam a atenção do público. Representando figuras características das ruas e praças públicas do Rio de Janeiro, elas seriam, de acordo com o jornal, um farto material para cronistas, romancistas, poetas, literatos, os historiadores da sociedade brasileira, interessados em seus costumes, modos de agir, vestimentas etc. (Exposição [...], 1881c).

A descrição da organização do evento e do *Guia da Exposição* feita pelas notícias veiculadas em periódicos da época nos permite visualizar a forma como Ramiz Galvão e seus funcionários dispuseram os materiais disponíveis sobre a história do Brasil. Possibilita-nos, ainda, ir além e buscar compreender algumas de suas escolhas, bem como a concepção de história ali presente. Como dissemos, nem todos os materiais recolhidos foram expostos ao público. Assim, aqueles que figuraram na Exposição foram, de certa forma, eleitos como representantes de documentos significativos para os estudos históricos nacionais. Porém, eles também sofriam alterações, de forma a “atualizar” a exposição, acrescentando e modificando materiais nas diversas salas em que a mostra estava organizada.

Um primeiro elemento que se destaca em meio à descrição feita por Felix Ferreira é a forma como os materiais foram organizados pelos ambientes que compunham a mostra. Essa disposição foi, inclusive, passível da crítica do jornalista de *O Cruzeiro*, que a caracterizou como “confusa, sem ordem, sem

método, e até diremos, sem plano assentado” (Ferreira, 1882, p. 100). Aliás, o evento recebeu críticas semelhantes da *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini. Embora este periódico tenha feito muitos elogios ao diretor da BN, chegando, inclusive, a colocar uma imagem sua na capa de um dos números da revista, fez também reservas à Exposição:

Quem entra pela primeira vez numa exposição digna deste nome, o primeiro ímpeto que tem é sair dela. Por mais que se tenha imaginado um plano, por maior que se vá de ânimo deliberado a ver tudo, não se vê nada e sai-se. Foi o que aconteceu a mim na Exposição de História da Biblioteca Nacional. [...] Tinha visto tudo, mas quando quis lembrar do que tinha visto, não me lembrava de nada. Sentia como que uma indigestão, que é o que se tem numa primeira visita às exposições (Junio, 1881, p. 7).

O *Catálogo* não foi poupado das ironias da *Revista Ilustrada*. Na reprodução a seguir, o primeiro quadro informa ao leitor que um representante do periódico tinha ido à Exposição de História do Brasil e recebido do bibliotecário os dois grandes volumes do *Catálogo*. Em seguida, numa outra cena, um dos volumes da obra está apoiado nas costas de um homem negro e, embaixo do desenho se lê: “para lá voltaremos para examinar de novo todas as obras de arte relativas à história do Brasil [...]. Dessa vez, tomaremos nossas precauções quanto ao *Catálogo*” (Revista Ilustrada, 1881, p. 4). Através do humor, Agostini não só evidenciava os “excessos” do evento e da publicação como também lembrava a presença da escravidão na sociedade brasileira da época – e, particularmente, na exposição – convivendo com as ideias de progresso, modernidade e civilização.

A arrumação da mostra e a dificuldade em se compreender o sentido da exposição foram os pontos de maior crítica dos periódicos. Embora as salas tenham sido organizadas dentro de uma determinada lógica temática (lógica essa reafirmada pelo *Guia da Exposição*), os objetos nem sempre obedeciam ao assunto que se esperava ver representado naquele espaço. Como afirma

Ferreira (1882, p. 101), “a galeria de retratos está disseminada por todas as salas, os quadros históricos dispersos, os bustos nem sempre presidem a seção bibliográfica que representam”.

Documentos de séculos e de tipos diferentes podiam ser encontrados lado a lado: um impresso do século XIX junto a um manuscrito do XVI, uma litografia junto a uma pintura. O resultado se constituía em ambiente talvez mais próximo a um gabinete de colecionadores do que de uma exposição de história. O jornalista atribuiu esses percalços à falta de tempo e de espaço, que teriam impedido Ramiz Galvão e seus funcionários de organizar e dispor melhor de seus materiais. No entanto, cremos que, em vez de ser percebida como um problema, essa organização talvez seja indicativa da relação que se esperava que o visitante pudesse ter com o passado do país, e com seus “documentos”, expostos ali como elementos que forneciam um acesso direto àquele passado. Ou seja, no dizer de Krzysztof Pomian (1984), que ligavam o presente visível ao passado invisível.

Estudioso do fenômeno do colecionismo, Pomian (1984, p. 53) define uma coleção como “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e exposto ao olhar do público”. Embora a prática de constituir coleções esteja presente em diversas sociedades, houve mudanças ao longo do tempo. Um caso que exemplifica essas transformações de colecionar objetos é a própria emergência dos estados nacionais no século XIX, que teria levado a uma maior preocupação com a recolha e guarda das chamadas antiguidades “nacionais”. Isso teria acontecido em diversos países: na França, com a “descobertha” de objetos gauleses; no interesse italiano pelos etruscos; ou mesmo nos estudos sobre inscrições celtiberas realizados na Espanha a partir do Oitocentos. É nesse sentido, e pensando a realidade europeia, que o autor fala em “dois polos da curiosidade antiquária”. Isto é, enquanto o passado greco-romano caracterizaria aquilo que os europeus teriam em comum, os gauleses, os celtiberos, os etruscos, os godos etc. passaram a ser significados

como “propriedade” de um povo. Aos poucos, esse passado “próprio” foi se misturando ao discurso nacional e os resquícios desses povos ganharam o estatuto de “antiguidade nacional”, sendo recolhidas em espaços apropriados para salvaguardá-las, como os museus, arquivos e bibliotecas (Pomian, 2003).

No entanto, ainda segundo Pomian, todas as coleções guardariam em comum a capacidade de estabelecer uma ligação entre o que ele chama de “mundo visível” e “mundo invisível”. Esse seria o elemento que daria às coleções o seu caráter de “preciosidade”. Assim, elas teriam importância não somente porque dão prazer estético ou porque, por meio delas, seria possível inquirir conhecimentos históricos e científicos. Esses elementos não explicariam, por exemplo, as coleções formadas para permanecer em templos e tumbas, expostas ao olhar dos mortos. Sua “preciosidade” residiria no fato de seus objetos servirem de intermediários entre os espectadores e “um outro mundo”. Nas palavras de Pomian:

Todos estes objetos são, portanto, intermediários entre os espectadores e o invisível: as estátuas representam os deuses e os antepassados; os quadros, as cenas da vida dos imortais ou os acontecimentos históricos; as pedras, a potência e a beleza da natureza etc. (Pomian, 1984, p. 65).

Expostos ao olhar do público, os objetos de uma coleção permitiriam a comunicação entre dois mundos distantes, seja no espaço (outros países, “terras exóticas”), seja no tempo (presente, passado e futuro). É nesse sentido que tomamos a ideia de “coleção”, nos termos como é pensada por Pomian, para compreendermos a Exposição de História do Brasil e, mais especialmente, para tentarmos entender a crítica à suposta “desordem” do evento. Colocados em exposição, imagens, mapas, livros, manuscritos, moedas e jornais espalhados pelas salas do evento perdiam o seu caráter prático e assumiam outro papel. Ao mesmo tempo em que serviam de fontes, documentando a história do país, eles ganhavam o estatuto de “objetos semióforos”, na medida em que, como

já se disse, ligavam um presente visível a um passado invisível: o passado colonial, eventos longínquos, espaços desconhecidos do território brasileiro.

Sendo assim, cremos que vale a pena retomarmos um comentário, já mencionado, de Capistrano de Abreu sobre a Exposição. Segundo ele, era muito possível que a ideia do evento tivesse partido do ministro Homem de Mello, mas é interessante a consideração feita em seguida: a de que a obra terminada teria causado espanto ao próprio idealizador. Certamente, o projeto da exposição se coadunava com aquele que vinha sendo desenvolvido pelos *Anais da Biblioteca Nacional*. Isto é, pode ser explicado, em parte, pelo compromisso de favorecer e possibilitar futuras investigações acerca da história do Brasil, fazendo a Biblioteca Nacional dialogar com a moderna produção historiográfica da época. Isso se tornará mais evidente quando analisarmos o *Catálogo da Exposição*. A própria organização da mostra, a preocupação em expor ao olhar documentos originais ou cópias feitas a partir do original, o cuidado em detalhar os arquivos de onde vinha cada matéria, e mesmo o esforço em destacar alguns temas e personagens fundamentais que compõem a história do Brasil, são indícios disso. Por outro lado, cremos que é necessário atentar também para outro aspecto próprio das exposições, que é o seu impacto estético e pedagógico. Sendo assim, a Exposição de História do Brasil não servia somente para expor objetos, mas possibilitava ao visitante desenvolver também uma relação afetiva com o passado nacional e até com espaços desconhecidos (esse “mundo invisível”), relação esta muito próxima àquela que os antiquários mantinham com seus materiais.

De acordo com Manoel Salgado, quando o conhecimento histórico se tornou, de fato, uma ciência da história, o historiador tendeu a se distanciar do passado, pois essa distância era necessária para a reflexão científica e o pleno conhecimento de seu objeto de estudo (Guimarães, 2003). No entanto, o passado nem sempre foi concebido a partir desse afastamento. Tampouco essa forma de se relacionar com a história atendia plenamente aos interesses de Ramiz Galvão, que desejava claramente fazer

“ressurgir” o passado por meio da mostra. Ele afirmava em seu discurso de abertura que no futuro o país conheceria os frutos do trabalho realizado na exposição de 1881:

O que fizemos, portanto, além de uma reverente homenagem ao passado, é um estudo de posição, que trará luz no porvir; além de uma hosana a Vésper que descambou no Ocidente, é um cântico de esperanças à Estrela Dalva, que vai despontar no horizonte (Exposição [...], 1881a, p. 1).

No entanto, se um olho estava no futuro, o outro estava claramente no presente, principalmente no que se refere aos impactos pedagógicos da mostra. Isso porque o interesse maior do diretor da BN com o evento parece não ter sido o de construção de um sentido para a história do Brasil, mas antes o de transformar esse passado em “presença materializada”. À maneira dos antiquários, o diretor queria impregnar as salas da BN com um determinado passado, que pudesse ser visto e sentido através daqueles documentos, concebidos como a própria história exposta aos olhos dos homens do presente. Os materiais da Exposição de História do Brasil não deixavam dúvidas de que as pessoas e os eventos ali lembrados existiram e precisavam ser cultuados como partícipes da história pátria, trazendo ensinamentos ao espectador:

Os reis de Portugal que durante três séculos senhorearam estas terras virgens, os governadores que presidiram o destino desta sociedade nascente [...], os caridosos missionários que a evangelizaram à custa de muita e com sacrifício da própria vida, os heróis sempre memoráveis da independência, tendo à frente o impetuoso, mas benemérito príncipe D. Pedro [...], todos eles, senhor, com suas obras e seus feitos aí estão projetando sobre nós uma radiosa luz, que é ensino vivificador (Exposição [...], 1881a, p. 1).

Como vimos, na fala de Ramiz, expressões como “caminhar para o progresso”, “amor à pátria” e “fervor patriótico” se

misturavam para dar valor à exposição e ao seu catálogo, bem como apareciam em tudo que dizia respeito aos seus projetos no interior da BN.

De acordo com François Hartog (2013), com o advento do moderno regime de historicidade, a concepção de que era possível aprender com o passado perdeu em parte sua força, enquanto crescia a ideia de que o tempo pretérito era algo terminado e que, portanto, se os homens pudessem tirar alguma lição da história, ela deveria vir do futuro. Isso representaria a passagem de um regime de historicidade próprio de uma concepção magistral da história para outro, moderno. O caso de Ramiz, entretanto, pode nos ajudar a pensar como a distinção entre dois tipos de regimes de historicidade, que supostamente se sucedem um ao outro, não pode ser pensada como algo rígido. Isso porque a exposição nos permite perceber como era possível combinar as noções de *historia magistra vitae* e de história como progresso, pois, para Ramiz Galvão, o progresso não pressupunha um rompimento com o passado. Ao contrário, incorporava fatos e personagens de outrora, responsáveis pelo caminhar da nação:

A história é mestra da vida, disse o grande romano, um povo sem história é uma sombra que passa, não um marco que fica; é multidão confusa que acidentes dirigem e outros acidentes desfazem, não é falange compacta e invencível que afronta [...]; é uma dúvida, não é um fato sociológico; é um esboço vago, não é uma tela imortal (Exposição [...], 1881a, p. 1).

Assim, a Exposição lembrava ao espectador (e expunha a seus olhos) os homens e eventos do passado dignos de lembrança, uma vez que ajudavam a formar a história do Brasil, apelando para um tempo invisível, isto é, construindo o país num momento em que ele sequer existia como autônomo em relação a Portugal. Curioso é perceber quem são esses personagens lembrados e representados na Exposição. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que figuram entre eles alguns portugueses, inclusive reis lusos, que governaram, de Portugal, a sua colônia na América.

Voltamos aqui à questão levantada, em artigo de Manoel Salgado Guimarães (1988), no qual destaca como a tradição portuguesa fora incorporada pelo IHGB ao passado brasileiro. Com Ramiz Galvão, não foi diferente. Compartilhando da visão do Instituto Histórico, o passado colonial não aparece na mostra como algo a ser superado, mas antes incorporado como parte da história brasileira. Parte importante, é necessário completar, pois a presença portuguesa na América é tida como um elemento civilizador, especialmente pela presença dos missionários das ordens religiosas e seu trabalho de catequese dos indígenas, lembrado em todas as salas por meio de quadros, gravuras e documentos. Se o Brasil pode ser percebido como portador da civilização nos trópicos, isso se deve à presença lusa nessas terras e à conversão, pelos religiosos, dos “povos selvagens” que aqui habitavam.^[74]

Em segundo lugar, convém destacar que no passado construído e exposto nas salas da BN figuravam personagens muito específicos. Cabe lembrar que, logo na entrada, o visitante se deparava com representações dos imperadores do Brasil, além da de dom João VI. Ao longo das salas, eram trazidos à lembrança retratos da família imperial, membros da nobreza e da administração portuguesa na América, religiosos notáveis, ainda de letrados. Apesar das notícias de imagens de “personagens típicos” da corte presentes na Exposição, não são efetivamente essas pessoas anônimas que ganham destaque nela. Pelo contrário, os homens lembrados pelos seus nomes e pelos seus feitos são, em primeiro lugar, a monarquia lusitana e brasileira (com

.....

74. O sentimento de admiração que Ramiz Galvão nutria por Portugal pode ser percebido em outros trabalhos posteriores à Exposição de História do Brasil. Para a comemoração do centenário do descobrimento, Ramiz elaborou uma Galeria de História Brasileira, isto é, um álbum com reproduções de telas e gravuras que representavam grandes personagens e fatos da história brasileira. Constam nessa galeria nomes como o de Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, marquês de Pombal, além de várias imagens de reis portugueses. Em um discurso datado de 1905, Ramiz mais uma vez expressa o apreço que sentia pelos portugueses e pelo trabalho que empreenderam na América, destacando que de Portugal o Brasil recebeu a sua crença, a sua língua e a civilização. Ver Galvão, s.d.; e, ainda, Galvão, 1905.

destaque para a tríade dom João VI, dom Pedro I e dom Pedro II), e, atrás dela, políticos, religiosos e principalmente letrados, que figuram nos documentos expostos e nos nomes dados a cada sala. Na verdade, o que aparecia representado na Exposição era antes a história do Estado, da monarquia e de um seletto grupo de homens ilustres e eruditos.

À maneira de Camões, em Portugal, esse grupo de escolhidos para figurar na Exposição não estava ali exclusivamente pela sua origem familiar, mas pelo seu empenho e pelos serviços prestados à pátria. Tratava-se, como lembra Fernando Catroga, de uma espécie de “mérito aristocrático”, isto é, uma lembrança e singularidade conferida não a todos, mas a alguns poucos que mereciam essa dignidade. Foram essas pessoas que construíram, e continuavam a construir, a nação e que, portanto, mereciam a lembrança. Segundo Armelle Enders (2000), tratava-se mais uma vez de uma concepção de história muito próxima àquela produzida pelo IHGB, interessada em cultuar, num primeiro plano, a monarquia e, em seguida, um pequeno conjunto de “homens ilustres”. Em outras palavras, uma história em que a nação é concebida não como “povo”, como será pensada de maneira mais forte posteriormente, mas sim a partir de um viés aristocrático, embora a questão não fosse mais propriamente a origem familiar, e sim o mérito do indivíduo. Não por acaso, quem fosse visitar a Exposição se deparava, primeiramente, com uma sala dedicada quase inteiramente aos monarcas de Portugal e Brasil, planejadamente nomeada sala dom Pedro II. Em um segundo momento, o público passaria a conhecer os outros personagens da história do país.

Assim, como podemos perceber, quem visitava a Exposição de História do Brasil, se deparava com um evento que buscava possibilitar o contato de seus visitantes com um determinado passado “invisível”, presente nos documentos expostos e na própria atmosfera criada pelos funcionários da BN na organização das salas da mostra. A partir destes documentos, era possível perceber o lugar da monarquia e de um grupo de “pessoas ilustres” para o engrandecimento da nação. Seus atos e feitos serviam de exemplo

aos homens daquele presente, que deveriam se empenhar para que o país continuasse seu caminho em direção ao progresso. Entretanto, os documentos mostravam mais ainda. Os jornais, as fotografias, as pinturas e as cartas geográficas eram provas dos progressos do país nessas artes e matérias. Especialmente no caso dos mapas, relatos de viajantes e cartas geográficas, hidrográficas e topográficas, apresentavam-se ao visitante lugares distantes do país, riquezas naturais, além de espaços que foram cenário para alguns eventos de nosso passado.

Segundo Maria Inêz Turazzi (2006, p. 118), a Exposição de História do Brasil deve ser entendida no contexto das exposições agrícolas, industriais e artísticas promovidas entre 1840 e 1889 pelo Império brasileiro. De acordo com a autora, essas exposições construíram uma crença inabalável na “abundante riqueza” da nação e em seu “futuro grandioso e promissor”. Elas ainda possibilitavam um processo de conhecimento da história e da geografia do Brasil, além de aproximar o país das ideais de civilização e progresso. Como destacou Armelle Enders (2014, p. 104), o evento ocorrido na Biblioteca Nacional em 1881 marcou o “triunfo do documento”: a partir deles era possível conhecer o país, os personagens que lhes deram contornos, sua geografia, suas riquezas naturais, sua história.

A Exposição de História do Brasil, como outras de sua época, foi efêmera. No dia 5 de janeiro de 1882, Ramiz Galvão escreveu um ofício ao conselheiro Souza Dantas, informando que os trabalhos haviam sido concluídos “com aplauso geral do país” e que os objetos expostos seriam aos poucos restituídos aos seus donos (Ministério do Império, 1882a). Após um mês, ela chegava ao fim, alcançando a marca de 7.621 visitantes (Ministério do Império, 1882b). Se compararmos com outros eventos similares ocorridos na mesma época ou em anos anteriores, percebemos que esses números não são tão eloquentes assim. Como lembra Maria Inêz Turazzi (2009), em um único dia, a Exposição Nacional de 1873 foi visitada por 8.500 pessoas. Entretanto, é preciso considerar que a Exposição de História do Brasil teve de dividir as atenções do público com outra mostra

que ocorria paralelamente a ela: a Exposição Industrial, exibida nos salões do edifício da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Com um evento privilegiando o futuro e o outro, o passado, talvez o público tenha se dividido entre eles. Outro ponto que também ajuda a explicar o baixo número de visitantes é a sua disposição confusa, especialmente se comparada à outra mostra, tida pela *Revista Ilustrada* (1881, p. 4) como uma exposição que se “vê muito mais facilmente”. A opinião do jornal, nesse caso, certamente poderia influenciar a escolha do leitor. De qualquer forma, a iniciativa da BN continuaria a ser lembrada por meio do seu maior monumento: o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Se a mostra foi efêmera e provisória, o *Catálogo* ficava para a posteridade, o que era a ambição de Ramiz e de sua equipe.

Ramiz como mestre: o *Catálogo da Exposição*

Isto não é ainda a décima parte do que se contém na sala Pedro II; mas eu já não tenho espaço nem posso mais com o catálogo que me ofereceu o Dr. Ramiz Galvão. Dois volumes, pesando cada um seis quilos, imaginem!^[75]

Como se sabe, logo após a exposição, Ramiz Galvão se recolheu em Campos, norte do Rio de Janeiro, para descansar e, em seguida, foi avisado da sua nomeação para tutor dos príncipes imperiais. Interrompiam-se ali os 12 anos de trabalhos intensos à frente da instituição. Em julho de 1882, mesmo não sendo mais diretor da instituição, ele ainda colhia os louros de seu trabalho à frente da BN, recebendo uma medalha de ouro na Exposição Continental, realizada em Buenos Aires. O motivo da

.....
75. *Revista Ilustrada*, 1881, p. 7.

condecoração não foi exatamente o seu empenho como bibliotecário, nem o evento sobre a história do Brasil, mas aquele que seria tomado como seu principal fruto: o *Catálogo da Exposição*. A homenagem recebida na capital argentina despertou a ira de alguns concorrentes, que asseguravam que a obra não era mais do que um inventário de livros, estampas e mapas, na qual se viam algumas poucas notas sobre livros antigos. As bibliografias de Barros Arana, Navarro Viola e Zinny, diziam os críticos, eram-lhe muito superiores (A Medalha [...], 1882). Anos mais tarde, Rubem Borba de Moraes, que dirigiu a BN entre 1945 e 1947, também faria duras críticas ao *Catálogo*, considerando-o uma obra “antiquada e incompleta”, realizada “às pressas” e que apresentava inúmeros problemas de redação, classificação e catalogação (Turazzi, 2009).

Mas a opinião pública da época de Ramiz e mesmo autores posteriores não concordariam com Moraes, pois reconheceram o *Catálogo* como o grande fruto da Exposição de História do Brasil. José Honório Rodrigues, por exemplo, foi um dos grandes entusiastas da publicação. Segundo ele, a obra, desenvolvida pelo bibliotecário e seus funcionários, superava até mesmo outras iniciativas similares, como a famosa *Biblioteca Lusitana*, do abade Diogo Barbosa Machado, e o *Dicionário*, de Inocêncio:

Mas a diferença entre a obra de Barbosa Machado e a de seu continuador e ampliador Inocêncio Francisco da Silva é enorme. Primeiro, porque o *Catálogo* é muito mais amplo que a *Biblioteca* de Barbosa Machado, e muito menor que o *Dicionário* de Inocêncio, mas muito superior a este porque abrange obra estrangeira sobre o Brasil. Barbosa Machado e Inocêncio atêm-se à bibliografia portuguesa, enquanto o *Catálogo* compreende todo e qualquer livro que trate do Brasil, em qualquer língua, de 1500 a 1881, ou sejam 381 anos de bibliografia brasileira (Rodrigues, 1998, p. VIII).

Para José Honório Rodrigues, mais do que a exposição, esta fora a grande obra e, de acordo com Capistrano de Abreu, o principal objetivo de Ramiz Galvão. Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo

também destacaram a importância do catálogo produzido naquela ocasião, lembrando que, embora vários diretores da Biblioteca Nacional tenham se empenhado em fazer um levantamento do acervo da instituição, foi somente na gestão de Ramiz Galvão que se organizou uma obra de tal magnitude, afinal, foi na sua administração que a BN passou a ter uma maior preocupação com a questão da memória nacional e com o resgate do passado (Amadeo; Kury, 2000). Segundo as autoras, a obra era, de fato, um verdadeiro monumento: naquela época, nenhum país tinha um catálogo tão grandioso quanto aquele produzido pelo diretor da BN e seus auxiliares.

O próprio bibliotecário afirmou em um ofício que os preparativos para o evento davam a ele a grande oportunidade de organizar um catálogo completo, um tesouro de informações sobre a história e o território brasileiros, servindo de ponto de partida para “investigações ulteriores” (Ministério do Império, 1880b). Como vimos, a ideia de publicar documentos que contribuissem para compreender e escrever a história pátria era algo já presente nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Com as pesquisas realizadas para a exposição, seria possível desenvolver uma publicação mais completa, pautada na ideia de exaustão, pois visava reunir tudo o que concernia ao passado nacional, não se resumindo somente ao acervo da BN. Além disso, o *Catálogo* não era efêmero, como a exposição. Teria o caráter de permanecer para além dela e concretizar o que seria a principal função da Biblioteca Nacional (função esta que era reafirmada o tempo todo por seu diretor): servir aos estudiosos e ser concebida como um lugar de pesquisa e de investigação.

A monumentalidade da publicação realmente salta aos olhos, como sugere a crítica bem-humorada da *Revista Ilustrada*, que nos serve de epígrafe. O *Catálogo* traz um levantamento de mais de 20 mil documentos em cerca de 2 mil páginas e foi inteiramente publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Dividido em três volumes, dois deles saíram ainda durante a gestão de Ramiz Galvão, enquanto o terceiro, um suplemento, foi publicado em 1883, já no período em que João Saldanha da Gama dirigia a biblioteca.

Assim como existem escassos estudos sobre a trajetória de Ramiz e suas realizações dentro da BN (como a própria exposição de 1881), poucos também foram os historiadores que se debruçaram sobre essa iniciativa editorial.

Além da introdução escrita por José Honório Rodrigues e do artigo de Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo, duas importantes análises foram feitas por Eliana Dutra e Maria Inêz Turazzi. Interessada especialmente no acervo imagético e iconográfico exposto na mostra de 1881 e em seu catálogo, tais como cenas, vistas, paisagens, pinturas e retratos, Turazzi (1995) ressaltou alguns aspectos importantes, como o alto custo da publicação para os padrões da época (16 contos de réis) e o apoio que a Casa Leuzinger deu à edição. Como se vê no exemplar da publicação, foi por essa tipografia (que já publicava os *Anais da Biblioteca Nacional*) que os três volumes da obra foram editados. Mas, além disso, a autora destacou o trabalho do impressor e fotógrafo George Leuzinger, editor reconhecido e premiado, na identificação de boa parte das imagens e documentos iconográficos indicados ali. Isso significa que o diretor da BN atuou de fato como um referente organizacional, em torno do qual gravitava um grupo de intelectuais que mobilizavam os saberes necessários para se montar não só uma exposição, mas um catálogo, cuja publicação – esperava-se – deveria ser uma espécie de “acontecimento” no universo letrado da época.

Eliana Dutra (2005a), por sua vez, embora também faça uma análise mais centrada no *Catálogo*, procura pensá-lo no contexto da exposição de 1881, evento que pretendia ser uma espécie de “vitrine da nação brasileira”. A autora pretendeu analisar vários aspectos referentes a essa publicação, tais como: sua execução gráfica, a divisão de seções, o tipo de classificação adotada, os tipos de fontes arroladas, os critérios de inclusão, sua relação com as salas de exposição etc. Entendido como um instrumento de poder capaz de “construir concreta e materialmente uma história do Brasil”, Dutra parte desse empreendimento editorial para pensar as relações entre o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* e a constituição de um projeto de biblioteca e de

nação, não descuidando de ressaltar a ligação existente entre a publicação e o próprio trabalho de modernização e organização da Biblioteca Nacional. É justamente nessa linha de análise, e dialogando com os trabalhos de Maria Inez Turazzi e Eliana Dutra, que procuraremos, a seguir, fazer uma descrição analítica deste catálogo. Um trabalho que, no processo de construção da memória de Ramiz, tornou-se o símbolo da sua imagem como o “bibliotecário perfeito”.

Começamos dando a palavra ao próprio bibliotecário, que assinou a pequena introdução de duas páginas que abre o catálogo. Nela, Galvão enumera o grande interesse da publicação e, paralelamente, indica como ela deveria ser vista/lida: o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* não devia servir como mero indicador de livros, estampas e medalhas. Ele não deveria ser apenas um livro de referência. Ele era “um esboço da bibliografia histórica brasileira, considerada a história em sua maior amplitude e não esquecidos os documentos subsidiários que a podem esclarecer” (Galvão, 1881, p. VII). Seu projeto era exaustivo e procurava reunir tudo o que se tinha disponível de documentos e estudos para escrever a história do Brasil. Evidentemente, Ramiz sabia que ali não havia “tudo”, mesmo porque, como ele próprio destacou, muitas províncias e colecionadores particulares não responderam aos seus chamados para contribuir com aquele empreendimento.^[76] Isso justificava, de antemão, as lacunas referentes a alguns assuntos e períodos. Mas o *Catálogo* era, fundamentalmente, um projeto e uma aposta para o futuro, pois o bibliotecário contava com a sua constante atualização. Nesse sentido, o próprio Ramiz Galvão o tomava como uma iniciativa em aberto, que deveria ser periodicamente completada a partir das contribuições futuras do público.

.....

76. Por outro lado, Ramiz não descuidava de lembrar as contribuições das províncias do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Ressalta, ainda, a ajuda do Imperador, que emprestou e doou diversos materiais para figurarem na Exposição (Galvão, 1881, p. VI).

O *Catálogo da Exposição de História do Brasil* foi dividido de uma maneira que não corresponde completamente à organização da Exposição. Como vimos, o evento foi concebido numa divisão em cinco salas, dedicadas aos retratos dos reis e imperadores, à geografia, à história diplomática, à história econômica e à história natural. Na prática, essa ordem estava longe de ser rigorosamente seguida, mas podemos dizer que foi dessa forma que a exposição foi planejada. O *Catálogo*, por seu turno, contemplava muito mais do que essas matérias. Ele é dividido em duas seções: Literária (subdividida em “Preliminares” e “História do Brasil”) e Artística. Para auxiliar os interessados, Ramiz compartimentou cada uma delas em classes específicas, dentro do seguinte modelo:

Seção Literária

I. Preliminares

Classe I: Geografia do Brasil

Classe II: Estatística

Classe III: Publicações Periódicas

II. História do Brasil

Classe IV: História Civil

Classe V: História Administrativa

Classe VI: História Eclesiástica

Classe VII: História Constitucional

Classe VIII: História Diplomática

Classe IX: História Militar

Classe X: História Natural

Classe XI: História Literária e das Artes

Classe XII: História Econômica

Classe XIII: Biografia

Classe XIV: Numismática

Seção Artística

Classe XV: Vistas, Paisagens, Marinhas

Classe XVI: História

Classe XVII: Tipos, Usos e Trajes

Classe XVIII: Genealogia, Heráldica
Classe XIX: Retratos, Estátuas e Bustos
Classe XX: História Natural

Os organizadores foram cuidadosos em indicar, nos mais de 20 mil documentos divididos entre as 20 classes apresentadas, o título dos mesmos, sua procedência e, em alguns casos, o formato do texto ou da imagem. Algumas fontes vinham ainda com pequenos comentários, feitos pela equipe da Biblioteca Nacional, trazendo informações a respeito da obra citada ou ainda indicando o esforço dos funcionários da BN em cotejar dados a respeito do documento em outras fontes de referência da época.

Como lembra Maria da Glória de Oliveira (2013), ao analisar o trabalho de edição de documentos desenvolvido por Capistrano de Abreu, entre os historiadores do período havia um verdadeiro cuidado com a verificação e explicitação da autoria e da origem dos textos, sendo esse esforço encarado como uma das obrigações de ofício. Uma das marcas da moderna historiografia seria justamente essa constante referência a outros textos e, especialmente, aos documentos, concebidos como prova pelos historiadores. Seria justamente esse aspecto que daria validade ao trabalho historiográfico, ou seja, passava a ser exigido do próprio profissional da história explicitar as suas fontes e referências, de modo que o leitor e seus pares, se desejassem, pudessem verificar as informações e validar suas conclusões (Grafton, 1998). Esse trabalho minucioso e cuidadoso com os documentos é uma marca do *Catálogo* e é também um indício dos usos que se esperava de uma publicação como aquela e o público ao qual se destinava prioritariamente. Além disso, a prática permite verificar a quem pertenciam os documentos. Grande parte deles vinha do acervo da Biblioteca Nacional e do próprio imperador. No entanto, a publicação indica que outras instituições ou colecionadores particulares contribuíram para o empreendimento, assim como haviam contribuído para a Exposição. Ou seja, a publicação tinha a clara intenção de reafirmar o lugar de mecenas ocupado pelo imperador, sem deixar de promover a BN e a parceria de outros

espaços e pessoas. Foi o caso do IHGB, dos institutos históricos provinciais, dos arquivos e das secretarias, do Real Gabinete Português de Leitura e de letrados como Francisco Ramos Paz, o barão Homem de Mello e muitos outros.

Vale a pena nos determos um pouco mais no tipo de documentos que o leitor do *Catálogo* poderia encontrar e, principalmente, na divisão de matérias. Isso porque acreditamos que, embora essa publicação possa ser entendida dentro do esforço da Biblioteca Nacional em participar destacadamente de um projeto maior – que é o da escrita de uma história nacional, buscando organizar, disponibilizar e editar documentos com esse fim –, ela mesma já propunha, pela divisão e organização de suas matérias, uma possibilidade de narrativa para essa história.

O *Catálogo* se abre com a rubrica “geografia”, trazendo uma série de documentos de gêneros diferentes (como descrições, relatórios, memórias, mapas, ofícios, apontamentos, cartas geográficas e topográficas, cartas de limites, plantas etc.), relacionados ao território brasileiro, seus rios, costas, portos e limites. Em seguida, no item “estatística”, o leitor se depara com fontes de recenseamentos populacionais, mapas demográficos das províncias e outros tipos de textos informativos sobre a população do Brasil em geral e de cada uma de suas partes. Concluindo as “preliminares”, está a rubrica “publicações periódicas”, com indicações de almanaques, gazetas e periódicos literários, científicos, religiosos e maçônicos. Como lembrou Eliana Dutra (2005a) no trabalho que realizou sobre esta publicação, é preciso chamar a atenção para a estreita relação entre a história e a geografia. O *Catálogo* parte do pressuposto de que é preciso conhecer o território brasileiro e sua população para, então, se enveredar pela história do país. Algo que viria a ser uma marca das obras de Capistrano, mas que já estava presente em autores como Von Martius e, de um modo mais geral, nas produções do IHGB.

Podemos ressaltar a importância dada à geografia e à descrição das populações no livro *História geral do Brasil*, de Varnhagen, que reservava algumas de suas seções para esse assunto. Se, posteriormente, a história e geografia se tornariam duas disciplinas

separadas, durante o século XIX as fronteiras entre elas eram muito fluidas e pouco definidas. Assim, questões envolvendo a descrição de lugares e regiões, populações, topografia e riquezas naturais diziam respeito ao trabalho dos historiadores. Segundo Temístocles Cezar (2005), a história, no Oitocentos, ainda se preocupava em estudar essas questões, tornando-as parte integrante da constituição de sua disciplina e importante para um projeto de afirmação do Estado-Nação no Brasil.

Aliás, cabe ressaltar como essa estreita relação entre história e geografia remete também à tradição antiquária, que, como sabemos, especialmente a partir dos trabalhos de Arnaldo Momigliano (2004; 2014) e Blandine Kriegel (1988), foi fundamental no processo de consolidação da história como uma disciplina, bem como para o próprio método histórico. Para essa tradição erudita, o estudo do passado comportava não apenas o conhecimento acerca dos eventos e dos episódios, mas também dos lugares onde eles se desenrolaram (Macedo, 2007). Assim, os espaços ou as paisagens serviam como cenários de grandes acontecimentos históricos e, portanto, assumiam o *status* de testemunhos. De acordo com Arnaldo Momigliano (2004), os antiquários, muitas vezes, retiravam da natureza um determinado objeto não apenas por suas propriedades naturais, mas porque, naquele lugar, ocorrera algum evento do qual plantas, rios, árvores e montanhas foram palco/testemunhos. Assim, o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, não só reafirmava a estreita ligação entre história e geografia, considerando essa última um conhecimento “preliminar”; como inventariava os documentos fundamentais para o historiador conhecer o território e a população do Brasil e de suas províncias.^[77]

.....

77. Em *Os vultos da nação*, Armelle Enders (2014) também destacou as relações entre história e geografia no século XIX. A autora lembra como interesses bastante práticos, ligados à política nacional, envolviam esses dois saberes e como os historiadores da época eram muitas vezes chamados a participar de resoluções de litígio envolvendo fronteiras. Em 1837, por exemplo, o governo imperial convocou uma comissão, da qual faziam parte Raimundo José da Cunha Matos e o visconde de São Leopoldo, ambos figuras-chave do IHGB, para esclarecer pontos sobre tratados e limites do Brasil.

A relação entre o país e as suas regiões merece algumas considerações. No *Catálogo*, a equipe de Ramiz não só dividiu os documentos pelas classes destacadas, como, em várias delas, separou os que se referiam ao país daqueles sobre as províncias. Mais uma vez, percebemos aqui o diálogo que essa publicação mantinha com questões que vinham sendo discutidas no interior do Instituto Histórico, como, por exemplo, as relações entre a história nacional e a história de cada parte do Império brasileiro. Como se sabe, esse era um problema debatido especialmente pela primeira geração do IHGB. No texto clássico de Von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, o naturalista bávaro elogiava o esforço de se escrever as histórias das províncias em separado, mas as considerava mais próximas das crônicas que da história. Isso porque estariam muito preocupadas com fatos pequenos e insignificantes e não com a composição de uma visão “do todo”. O território brasileiro era muito extenso e desigual, lembrava Von Martius (Guimarães, 2010), e querer atentar para as especificidades poderia levar o historiador a escrever não uma história do Brasil, mas as “histórias especiais de cada uma das suas províncias”. Assim, para ele, a história do Brasil deveria ser dividida em épocas, buscando abarcar uma temporalidade única e ressaltando das regiões específicas aquilo que fosse verdadeiramente relevante para a compressão da história geral.

Essa questão da relação entre o país e suas partes foi pensada por um dos fundadores do IHGB, na medida em que, como lembra Hugo Hruby (2012), no processo de centralização política e construção da nação, o nacional e o regional muitas vezes entravam em choque. Assim, uma questão que se colocava aos intelectuais do Instituto Histórico era o esforço de não só promover a escrita da história do Brasil, como também de suas regiões. Para Raimundo José da Cunha Mattos, por exemplo, a elaboração de uma história do Brasil não seria possível sem que os historiadores se empenhassem antes em escrever a história de suas províncias, concebendo, portanto, o todo como uma soma das partes (Matos, 2010). Não se trata de tentar perceber o *Catálogo* como filiado a um ou outro pensamento, mesmo porque sabemos que as discussões no

interior do IHGB em torno da escrita de uma história nacional são bastante amplas e englobam muitos outros textos “fundadores”. Mas trata-se de pensar essa publicação num diálogo polifônico, isto é, numa mediação com esses textos e com os debates da época (Ouvry-Vial, 2007). Afinal, não podemos esquecer que o *Catálogo* foi concebido por uma equipe bastante atenciosa com a produção do Instituto Histórico e, portanto, com as questões que mobilizavam os historiadores de fins do Oitocentos.

Assim, também entendemos o *Catálogo* como um “lugar de inscrição”, como Eliana Dutra (2005a, p. 162) propôs, ancorando-se nos trabalhos de Bruno Latour. Isto é, como um lugar em que se delineia um “desenho intelectual”, na medida em que fornece ao leitor um percurso “pela ponta dos dedos”. Através desse lugar, os olhos e as mãos dos leitores começam deslizando pelo conhecimento do território e da população do país, sempre do geral para o particular, do Brasil para suas províncias, já que o entendimento do todo condicionava o de suas partes. Porém, os leitores passavam pelas publicações periódicas – almanaques, jornais e revistas literárias, artísticas e científicas –, trazendo à lembrança que esse território e essa população se ligam a algo maior: à própria civilização, representada pela imprensa como símbolo de progresso. E o percurso continua, chegando, assim, àquilo que pode ser considerado o coração da “seção literária”: a parte referente aos documentos acerca da história do Brasil.

Como o restante do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, essa parte é dividida em classes, cada uma delas trazendo diversos documentos e estudos referentes à divisão adotada: história civil, administrativa, eclesiástica, constitucional etc. Os documentos citados são de todos os tipos, manuscritos e impressos: cartas, alvarás, coleções de leis, ofícios, orações fúnebres, discursos e até estudos sobre as ideias socialistas e anarquistas no Brasil.^[78]

.....

78. Referimo-nos a dois documentos que constam na rubrica História do Brasil por épocas – 1841-1881: *O socialismo pelo general Abreu e Lima*: junho de 1852. Recife, Tipografia Universal, 1855 (Documento n. 7.743); e *Os anarquistas e a civilização*: ensaio político sobre a situação por um pernambucano. Rio de Janeiro: Laemmert, 1860 (Documento n. 7.768).

É importante perceber que o bibliotecário e sua equipe tiveram o cuidado de dividir os materiais por espaço (diferenciando, mais uma vez, aqueles que traziam notícias do “Brasil”, daqueles específicos sobre a história de cada província), mas também pelo tempo. Adotaram uma periodização para a história civil do país, que começava com os descobrimentos portugueses, mas contava com momentos de inflexão, como o governo de Tomé de Souza (1549), o estabelecimento do 1º vice-reinado da Bahia (1639) e do Rio de Janeiro (1762), a vinda da Família Real (1808), a Independência (1822), a abdicação de dom Pedro I (1831), o período regencial (1831-1840) e o governo de dom Pedro II (1841 em diante). Em seguida, o leitor se deparava com documentos que revelavam dois importantes atores na narrativa proposta pelo *Catálogo*: o Estado e a Igreja. Assim, na classe “História Eclesiástica”, ressaltava-se a presença das diversas ordens religiosas no país, desde o início da colonização (jesuítas, carmelitas, franciscanos e beneditinos, principalmente), e dava-se destaque às Missões, que, já na Exposição, apareciam como uma das principais contribuições da colonização portuguesa na América, na medida em que teriam levado à frente o processo de conversão dos gentios à fé católica.^[79]

A Igreja Católica aparece como um ator importante na história contada pelo *Catálogo*. Entretanto, assim como na Exposição, o papel de protagonista fica definitivamente nas mãos do Estado. Nesse sentido, o leitor se depara com um volume imenso de documentos ministeriais, do Conselho de Estado e das câmaras municipais e assembleias. Pela narrativa proposta pela publicação, foi o Estado, de mãos dadas com a Igreja, que organizou e constituiu o país, conferindo a ele uma legislação, definindo seus limites e defendendo a soberania e o território contra o inimigo estrangeiro.

.....
79. Cabe destacar, no entanto, que o *Catálogo* traz, ao final da classe “História Eclesiástica”, uma pequena lista de cinco documentos referentes à presença das igrejas protestantes no Brasil.

É nesse sentido que alguns conflitos externos figuram no *Catálogo*, que ressalta as lutas dos “brasileiros”, ao longo da sua história, contra os espanhóis, a Guiana Francesa, os Estados platinos e, principalmente, contra os holandeses e o exército paraguaio. Como lembra José Murilo de Carvalho (2007), conflitos externos são, de modo geral, importantes instrumentos na constituição da identidade nacional. Esse foi o caso da Guerra do Paraguai, episódio que, de acordo com esse autor, teria conseguido algo que nenhum outro até então conseguira: a união do país contra um inimigo em comum. Mas o *Catálogo* lança um olhar retrospectivo e, ao mesmo tempo em que dá a esse conflito um papel de destaque na história do país, parece indicar que a história da nação é feita de muitas outras lutas internas e externas, episódios que remetiam a um momento em que o Brasil ainda não existia, mas em que já se percebia muito claramente quem era o “outro” do qual era preciso defender o território.

Nessas lutas, assim como na administração do Estado, na condução da economia do país e no estabelecimento de associações científicas e literárias, bem como na promoção da ciência e das letras, certos homens se destacavam. Primeiramente, os próprios reis portugueses e imperadores do Brasil. Gravitando ao redor deles, políticos, ministros, homens de saber, comerciantes e industriais e outros vultos lembrados nos documentos que figuravam nas seções de história econômica e história literária e artes. Como vimos quando nos referimos à exposição de 1881, a história narrada no evento, e também no *Catálogo*, é a do Estado e de seus grandes vultos. Não por acaso a seção literária da publicação finaliza justamente com as classes “biografia” e “numismática”, em que o leitor poderia encontrar documentos que permitiriam conhecer os monarcas e demais indivíduos e famílias que contribuíram para a formação de toda a história mostrada até ali.

Porém, onde estariam os dois grupos que Von Martius, em seu texto seminal, entendeu como fundamentais na constituição do Brasil: o negro e o índio? Esses, definitivamente, eram figurantes nessa narrativa. Na publicação, o indígena ganhou um pouco

mais de destaque que o negro, na medida em que é mencionado na classe X, sugestivamente relativa à história natural, lado a lado com a fauna, a flora e os minerais do território brasileiro. Também muito de acordo com os interesses dos intelectuais da época, documentos sobre as línguas dos povos nativos receberam alguma atenção na rubrica “linguística brasílica”. Se, para esse grupo, as alusões são muito poucas, para os negros o espaço é ainda menor, sendo mencionados apenas no assunto “elemento servil”, dentro da classe “História Econômica”. Ou seja, se o indígena é inserindo no plano da paisagem e da natureza (em contraponto à civilização, fruto da colonização portuguesa), o negro é lembrado somente do ponto de vista do que o seu trabalho representava para aquela sociedade.

A seção artística fecha o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Dividida em seis classes (vistas e paisagens; história; tipos, usos e trajes; genealogia e heráldica; retratos, estátuas e bustos; história natural), a publicação fazia um levantamento inédito de estampas que, nas palavras de Maria Inez Turazzi (2009), passaram a formar um patrimônio iconográfico, na medida em que se inseriam num longo trabalho de seleção, preservação e divulgação de imagens que caracterizariam o país, seu território, seus habitantes. Como temos visto até aqui, esse esforço de patrimonialização de documentos foi desenvolvido em todo o *Catálogo* e não apenas em relação às imagens, na medida em que, nessa publicação, Ramiz e sua equipe atuaram na conformação de um conjunto documental indispensável para se escrever a história do país, ao mesmo tempo em que destacavam os elementos-chave que deveriam figurar nessa história. No entanto, o trabalho de Turazzi nos faz atentar para o lugar de destaque que gravuras, pinturas a óleo, vistas, litogravuras e fotografias ocupavam, não só no *Catálogo*, mas na própria exposição. Isso porque construíam imageticamente a identidade da nação.

Após ter percorrido um longo trajeto que começava na exploração do território e da população brasileiras, passando pelos principais episódios, períodos e personagens da história do Brasil, o leitor se deparava com indicações de documentos que

lhe permitiam construir uma espécie de “memória visual” dos episódios e personagens que compunham o passado nacional. Assim, tornava-se possível observar os retratos dos reis portugueses e dos imperadores do Brasil, imagens dos conflitos mencionados, vistas e paisagens do território, gravuras que revelavam detalhes da fauna, da flora e dos indígenas brasileiros. Podia-se conhecer alguns dos “tipos, usos e trajes” utilizados no país, num raro momento em que o homem comum ganhava espaço em meio a tantos letrados, ministros, imperadores e outros “vultos nacionais”.

Ao analisar o *Catálogo*, Eliana Dutra (2005a, p. 170) percebeu na publicação uma concepção de história que valorizava a prática do antiquariado, “na qual o documento colecionado é igualmente prova e expressão direta do fato estabelecido segundo parâmetros do método da crítica erudita de fontes, base da moderna ciência da história”. Quando buscávamos compreender as críticas que o jornalista Felix Ferreira fez à Exposição, ressaltamos justamente esse ponto. No entanto, acreditamos que, embora o *Catálogo* guarde uma relação com a tradição do antiquariado, especialmente no papel central que confere aos vestígios para a escrita da história, consideramos que existe certa independência entre a publicação e a exposição. Se esta, como vimos, buscava falar aos sentidos e ao sentimento do espectador, o *Catálogo*, por sua vez, parece corresponder melhor à ordenação metódica. Nele, os documentos encontram-se organizados pelo espaço, tempo e categoria ao qual se referiam.

O interessante aqui é perceber o duplo jogo de Ramiz ao atuar como organizador de um evento e editor de uma publicação, apelando aos sentidos, ao mesmo tempo em que selecionava, organizava e classificava papéis, imagens e moedas. Estes materiais, a partir do momento em que passavam a figurar no *Catálogo*, ganhavam o inequívoco estatuto de “fontes” para se conhecer a história do Brasil. Nesse sentido, o diretor da BN agiu efetivamente como um editor (Ouvry-Vial, 2007), na medida em que controlava o processo de transmissão de um saber e de um conhecimento, dialogando com as questões que norteavam os

historiadores de seu tempo e, de certa maneira, fazendo cumprir a proposta inicial do IHGB: coletar e classificar os documentos que possibilitariam escrever, no futuro, a história nacional.

Assim, foi no interior da Biblioteca Nacional, organizando seu acervo, expondo-o ao público e editando documentos que Ramiz atuou como historiador do e no século XIX. Aliás, no que se refere à sua trajetória ainda no Oitocentos, foi na BN, mais do que no IHGB, que ele efetivamente se fez historiador, especialmente se considerarmos quais eram os atributos desejados para um profissional da história naquele momento: a erudição; o trabalho cotidiano com documentos (o que pressupunha organizá-los em uma cronologia, hierarquizá-los, fazer a crítica documental e, por fim, disponibilizá-los ao público); o trabalho em equipe, e tudo isso associado à construção de uma imagem de homem completamente devotado aos estudos (Oliveira, 2010). Cremos que a figura de Ramiz Galvão e a sua atuação como historiador e diretor da Biblioteca Nacional sejam emblemáticas para pensarmos como a tradição antiquária estava muito viva no século XIX e foi também fundamental na constituição de uma moderna escrita da história no Brasil.

Como ressaltou Arnaldo Momigliano (2014) em um artigo clássico sobre o tema, de modo geral, quando pensamos na figura do antiquário, nos vem à mente alguém que estuda o passado, mas não é um historiador. Se este último se volta para o tempo pretérito de forma sistemática, buscando um sentido e uma explicação, aquele seria movido por outros objetivos: a curiosidade, o prazer estético, o gosto pelos detalhes. Em outras palavras, enquanto o passado foi apropriado de maneira racional pelo historiador, para os antiquários, ele ainda pertenceria ao universo dos sentidos (Cassirer, 1974). Evidentemente, essa imagem criou uma clara dicotomia e colocou colecionadores e antiquários num plano visivelmente inferior em relação aos historiadores. Nesse processo, os filósofos iluministas contribuíram bastante para a consolidação de uma visão caricatural do trabalho dos antiquários. Voltaire, por exemplo, entendia a atividade destes últimos como inútil e estéril. Frente a um saber

que ele considerava apenas como “de fatos e datas”, propunha a sua substituição pela história do “espírito humano”. Subjacente a essa crítica, havia uma concepção de tempo e história distinta daquela dos antiquários eruditos, esta última preocupada com o evento, e com o singular. Sobretudo, valorizadora dos sentidos, do ato de tocar em um vestígio como se, a partir dele, fosse possível tocar o próprio passado. Outras formas de lidar com o tempo emergiam, mais preocupadas em buscar, por meio da razão, um movimento para a história humana (Koselleck, 2006, 1997; Hartog, 2013). Aos poucos, as coleções e a maneira dos antiquários em lidar com o passado perdiam sua razão de ser, vencidas pelas propostas dos historiadores (Kriegel, 1988).

Uma herança desta crítica à erudição e ao antiquariato pode ser vista no quase desaparecimento de saberes que antes eram considerados fundamentais para a compreensão das sociedades do passado e para a formação do historiador, entre eles, a numismática, a diplomática, a cronologia e a paleografia. Primeiramente, foram rebaixadas ao estatuto de “disciplinas auxiliares da história”. Com o tempo, foram considerados conhecimentos frívolos, sem utilidade, para se tornarem disciplinas praticamente extintas dos currículos universitários dos séculos XX e XXI. Esse movimento, chamado por Blandine Kriegel (2000) de *derrota da erudição*, nada mais foi do que o apagamento de uma forma legítima de lidar com as experiências de outrora, mas que acabou sendo esquecida, como se não fizesse parte do passado da história.

No entanto, seguindo os caminhos já trilhados por Arnaldo Momigliano e Blandine Kriegel, alguns historiadores têm se mostrado mais atentos a essa tradição antiquária, procurando destacar sua presença entre os letrados brasileiros e no interior de instituições como o IHGB.^[80] Foi justamente dessa tradição que a moderna ciência da história teria aprendido o cuidado

.....
80. Um trabalho precursor nesse sentido foi desenvolvido por Manoel Luiz Salgado Guimarães, em seu artigo “Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história”. Nesse sentido, vale a pena salientar também os trabalhos de Flávia Varella, Temístocles Cezar e Maria da Glória de Oliveira.

documental, o trabalho de crítica às fontes e a prática de elaboração de obras de compilação monumentais.

Como vimos, Ramiz Galvão e a Biblioteca Nacional também não estavam alheios a tal tradição, especialmente quando investiram em iniciativas como os *Anais da Biblioteca Nacional* e o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Não queremos, evidentemente, dizer que Ramiz agia como um antiquário ao desenvolver projetos editoriais como esses. Na verdade, o que estamos buscando demarcar é como essa história moderna e científica pretendida por historiadores, como o próprio diretor da BN, foi herdeira de práticas que remetiam a uma determinada tradição erudita, responsável, em larga medida, pela forte associação entre escrita da história e crítica documental, elemento tão presente entre os intelectuais do IHGB. No Brasil do século XIX, portanto, essa tradição antiquária seria atualizada, associando-se a um projeto de escrita de uma história nacional.

Neste ponto, o *Catálogo* está estreitamente ligado à proposta dos *Anais da Biblioteca Nacional*, na medida em que tinha como objetivo servir aos estudiosos, fornecendo documentos a partir dos quais seria possível desvelar a nossa história, e indicando onde poderiam ser encontrados. Assim, se os *Anais* publicavam notícias de documentos da Biblioteca Nacional, ressaltando as riquezas da instituição, o *Catálogo* era ainda mais ambicioso, em vários sentidos. Primeiramente, porque trazia ao leitor documentos de outros arquivos e mesmo de particulares. Em segundo lugar, porque fornecia a possibilidade de conhecer esses documentos por eles mesmos, na medida em que ali expostos e organizados em classes, eles não tinham ainda passado pela interferência da interpretação ou análise de algum historiador. Em terceiro lugar, porque a publicação se assumia como uma obra em constante construção, o que a articula com a ideia de biblioteca como metáfora do infinito (Jacob, 2006). Isto é, ela abria espaço não só para que qualquer pessoa pudesse contribuir para sua atualização (e, conseqüentemente, para a escrita da história nacional), mas, justamente por sua possibilidade de constante renovação, guardava em si a pretensão de eternidade.

Um último ponto que gostaríamos de salientar se refere à constituição de um patrimônio documental por meio do *Catálogo da Exposição* e também dos próprios *Anais da Biblioteca Nacional*. Durante a gestão de Ramiz Galvão, o interesse pela procura, pela divulgação e publicação de documentos que lançassem luz sobre a história do Brasil acabou por estimular a publicação dos *Anais* e a ideia de se fazer uma exposição e um catálogo de tudo o que houvesse no país que servisse para compor a sua história. Se a escrita da história precisava de documentos para se realizar, esses deveriam ser levantados, localizados, descritos, expostos e organizados em um catálogo. Os estudiosos deveriam saber não só de sua existência, mas onde poderiam encontrá-los.

Se os documentos estivessem fora do país, era indispensável que fossem comprados. Afinal, eram necessários para que os brasileiros conhecessem a sua história ou, melhor, representavam essa própria história em sua materialidade. Como disse o bibliotecário, era “tempo de correr em busca do que dorme esquecido nos arquivos estrangeiros, e que forçoso é reunir no seio da pátria” (Ministério do Império, 1880a). Tendo este como um de seus objetivos, Ramiz Galvão percorreu diversos países europeus, comprando documentos e tecendo relações com livreiros que o avisavam de leilões e vendas de acervos privados.

Mas era necessário descobrir o que existia aqui mesmo no Brasil. Assim, o que a Biblioteca Nacional descobria, publicava nos *Anais*. Em seguida, tendo como objetivo a Exposição, passou a solicitar informações de documentos existentes em diversos órgãos e províncias. Aos poucos, levantou o que foi possível sobre os documentos que existiam no país, editando-os e publicando-os num verdadeiro “monumento” à história do Brasil.

RAMIZ GALVÃO E “UM BANDO DE IDEIAS NOVAS”

A missão do historiador não é compor epínícios, nem cantar apoteoses; mas aquilatar os merecimentos com retidão e calma, e considerar os fatos e os homens não pelo prisma do entusiasmo, senão pelo espelho da justiça. Ramiz Galvão^[81]

Um bando de ideias novas esvoaçavam sobre nós de todos os pontos do horizonte. Roque Spencer Maciel de Barros^[82]

Analisar um intelectual como Ramiz Galvão não é exatamente uma tarefa fácil. Dizer isso não significa justificar os problemas e os limites de um trabalho. Antes, trata-se de apontar os desafios de estudar um letrado com suas características e seu tipo de atuação. Primeiramente nos deparamos com o “problema” da longevidade: tendo iniciado no mundo das letras muito jovem, Ramiz continuou bastante ativo na velhice, presidindo a ABL e atuando como orador do Instituto Histórico e diretor de sua revista. Isso significa dizer que, tendo morrido aos 92 anos de idade, sua produção e atuação englobou um período de mais de 70 anos. Assim, é preciso considerar as inflexões em sua biografia, os deslocamentos nas redes de sociabilidade em que estava imerso, além das próprias mudanças políticas do país sentidas por alguém que viveu tanto tempo, como o fim da monarquia, o estabelecimento do regime republicano e até mesmo a chamada

81. Galvão, 1865b, p. 336.

82. Barros, 1986, p. 18.

Revolução de 1930. Isso nos levou, nesse trabalho, a fazer um recorte, de modo a focar o período que corresponderia a “um Ramiz” mais jovem, que começava a se consolidar no mundo letrado de sua época, justamente em função dos projetos que desenvolveu enquanto atuou na Biblioteca Nacional. Teria sido esse, como procuramos mostrar, um dos “acontecimentos biográficos” de sua trajetória.

No entanto, por mais que consideremos a trajetória e as redes de sociabilidade como elementos indispensáveis para se compreender a atuação de um intelectual (ainda mais quando é fortemente marcado por práticas de mediação cultural, como é o caso aqui), não é possível negligenciar a própria produção textual e bibliográfica desse agente, pois ela pode nos abrir a possibilidade de entender seus diálogos intelectuais e as questões que o mobilizavam. Também nesse caso, a longevidade deve ser levada em consideração, especialmente para não cairmos no equívoco da comentada “ilusão biográfica”, conferindo às suas ideias uma linearidade ou um desenvolvimento progressivo inexistentes. Isso nos faria desconsiderar a capacidade de esse indivíduo mudar suas posições políticas, intelectuais e historiográficas, justamente por se ver envolvido pelas novas demandas e novas questões de sua época.

Assim, um segundo aspecto que deve ser levado em consideração, além da questão da longevidade, refere-se ao tipo de atuação de um intelectual. A obra de Ramiz englobou prioritariamente trabalhos como a edição e publicação de catálogos, dicionários, textos e documentos históricos; o planejamento de exposições e eventos; a redação de relatórios; a presença em comissões, entre outros. Como se vê, ele atuou fortemente como um difusor de conhecimentos, quer entre seus pares, quer para um público ampliado. Possuía grande e reconhecida capacidade de articulação, ou seja, era um referente organizacional. Como procuramos mostrar, desenvolvia funções e cumpria papéis de um intelectual mediador, por excelência (Sirinelli, 1998). Mas isso não o impediu de produzir alguns escritos, que, não sendo exatamente textos inovadores, são interessantes para pensar que

questões o mobilizavam e como ele se posicionou diante delas em sua produção letrada.

Até a sua entrada para a BN, e mesmo nos primeiros anos em que dirigiu a instituição, seus textos mais importantes tinham sido *O púlpito no Brasil* (1869?); *Do valor terapêutico do calomelano no tratamento das inflamações agudas e crônicas das membranas serosas* (1868), sua tese de conclusão da Faculdade de Medicina; *O calor, a luz, o magnetismo e a eletricidade são agentes distintos?* (1871); e *Apontamentos históricos sobre a Ordem Beneditina em geral e em particular sobre o Mosteiro de N. Sra. de Monserrate da Ordem do Patriarca São Bento desta cidade do Rio de Janeiro*, que lhe rendeu a entrada no IHGB e foi publicado na Revista do Instituto Histórico. Fica evidente como Ramiz circulava por diversos saberes, que iam da história e da retórica até a física e a medicina.

Ainda em sua juventude, produziu um conjunto de artigos sobre diversos temas que foram publicados na *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, criada em 1859, reunindo jovens recém-saídos do ensino secundário e que tinham como ideal “promover o progresso intelectual da juventude letrada” (Macedo, 2013, p. 22). São textos publicados entre 1863 e 1864, portanto, quando Galvão tinha recém-saído do Colégio Pedro II, tendo por volta de 18 anos de idade. Neles, abordou assuntos relacionados aos mais diversos temas, como a mulher e o cristianismo, a literatura brasileira e a genialidade de Colombo. Deste último, selecionamos o trecho que serve de epígrafe a esse capítulo (Galvão, 1865b). Os textos dessa época tinham uma forte marca católica, explicada, em parte, pelo contato estreito de Ramiz com Sá e Benevides, seu antigo professor do Pedro II e presidente do Instituto de Bacharéis em Letras, agremiação fundada em 1863, e da qual Ramiz também fazia parte (Macedo, 2013).

Na década de 1870, como diretor da BN, sua produção se diversificou, escrevendo relatórios para o Ministério do Império e o governo imperial, organizando eventos e exposições e atuando, principalmente, na edição de textos e documentos, dentre os quais os *Anais da Biblioteca Nacional*. No entanto, seus trabalhos não se restringiram à BN. Recém-integrado aos quadros do IHGB, foi

também chamado a compor alguns pareceres e elogios fúnebres. Na década seguinte, os compromissos continuaram, dividindo-se entre alguns estudos (como a biografia de frei Camilo de Monserrate), participações em comissões, edições de livros e a tarefa de educar os príncipes imperiais.

Os anos 1890, no entanto, revelam uma produção textual menor por parte de Ramiz Galvão. Acreditamos que isso se deva, em parte, à mudança de regime político no país. Como vimos, extremamente próximo à família imperial, ele se viu numa situação difícil com o advento da República. Mesmo contando com a ajuda de amigos para se colocar no serviço público do novo regime, teve de se exilar em Campos por quase dois anos. Nessa década, sua atuação preferencial foi como professor, reitor do Conselho de Instrução Pública, chefe da Instrução Municipal e professor do Colégio Pedro II. Não obstante, atuou como secretário da *Gazeta de Notícias*, importante jornal carioca, o que evidencia sua participação nos círculos da imprensa da época.

Foi, no entanto, no século XX que ele concentrou a maior parte da sua produção letrada, que ganhou características bem especiais. Nesse sentido, as décadas de 1910 e 1920 são muito profícuas, o que se relaciona a seu “retorno” ao IHGB e ao papel que aí desempenhou. Nomeado como orador perpétuo em 1915 (mas exercendo o cargo de orador oficial desde 1912), cabia a ele homenagear todos os acadêmicos falecidos, o que lhe propiciava um estratégico controle da memória institucional dessa academia e de sua contribuição historiográfica. Afinal, ele avaliava quem era quem naquele grêmio, elogiando, mas hierarquizando. Como Ramiz Galvão teve a oportunidade de viver muito tempo, pôde prestar homenagens a diversos de seus pares, sendo um verdadeiro “guardião da memória” do IHGB. Tornando-se um “homem da palavra”, que consagra (ou não), mais uma vez ele ocupa o lugar de mediador entre seus pares. Além disso, integrou comissões e assinou pareceres sobre os trabalhos de seus confrades, reforçando ainda mais seu poder de agir/dizer qual o valor de cada um. Passava a ser uma figura central dessa “sociedade de discurso”, consolidando a memória de seus colegas de agremiação

(e evidentemente a sua própria), fazendo julgamentos acerca de diversos textos, ajudando a definir quem entrava ou não naquele espaço, bem como quem deveria ser ou não “elevado” dentro do *cursus honorum* do IHGB.

Nesta rápida tipologia da produção de Ramiz – diretamente associada às posições que ele ocupa – cremos ter evidenciado a amplitude de sua obra e poder. Diante da impossibilidade de trabalhar a fundo todo esse material, que abre caminhos para muitos outros estudos, mas com o objetivo de melhor entender o tipo de intelectual que foi e o tipo de ciência e pensamento com os quais estava conectado, selecionamos para análise alguns textos produzidos por ele, especialmente aqueles escritos entre 1863 e 1889. Ou seja, estamos lidando com textos que abarcam o momento de saída de Ramiz Galvão como aluno do Colégio Pedro II, quando começou a se mostrar ao mundo letrado da época, até a Proclamação da República, quando se encerrou um determinado ciclo de sua trajetória. Esse recorte se justifica pelo próprio período abordado neste trabalho e também porque coincide justamente com um momento de grande efervescência intelectual no país.

O que fizemos foi selecionar alguns trabalhos em que ele tratasse de temas caros e bastante vivos para os intelectuais de sua geração. Não nos interessou, em princípio, a repercussão desses escritos, mas sim entender que autores e ideias eram mobilizados por ele, e qual o seu posicionamento diante de alguns debates. Entre eles estão questões como o papel da mulher na sociedade, a importância da educação, o conhecimento histórico, a República e o abolicionismo no Brasil (Alonso, 2002). Além disso, são assuntos sobre os quais Ramiz procurou lançar algum tipo de reflexão, o que é tomado por nós como um esforço de sua parte em colocar-se e uma tentativa de inserir-se no debate intelectual de sua época. Ao discutir sobre temas históricos e político-culturais, ele mobilizava leituras, discutia questões de ordem religiosa e moral, e mostrava a forma como percebia o próprio processo histórico. Sendo assim, nesse capítulo buscaremos compreender como certas ideias

científicas, religiosas e historiográficas eram apropriadas por esse intelectual. Em outras palavras, buscaremos localizar Ramiz no meio do “bando de ideias novas” que caracterizou a virada do século XIX para o XX.

“Um bando de ideias novas”

As décadas de 1870 e 1880 foram, no que se refere ao Brasil, um momento de intenso debate de ideias. Como lembra Ângela Alonso (2002), esse movimento intelectual foi sentido pelos próprios contemporâneos, e um deles, Silvio Romero, acabou cunhando a famosa frase que caracterizou esse processo de divulgação de novas escolas europeias de pensamento aqui no país. A expressão “um bando de ideias novas” referia-se justamente à chegada das ideias de diversos autores estrangeiros, como Comte, Taine, Darwin, Spencer e muitos outros, e a apropriações e debates em torno delas pela intelectualidade brasileira, que passou a ser agrupada sob o epíteto de “geração de 1870”.

A ideia de “geração”, especialmente nos estudos de história dos intelectuais, deve ser tomada com certos cuidados, na medida em que ela não deveria ser definida somente por uma questão de faixa etária, como se os membros de uma geração tivessem todos mais ou menos a mesma idade. Quando Ângela Alonso (2002, p. 43) lidou em seu livro *Ideias em movimento* com essa categoria, definiu-a justamente como formada por homens que alcançavam a vida adulta na década de 1870 e início da de 1880. Mas não só isso. Esses intelectuais, segundo a autora, teriam vivido uma “comunidade de experiência social: as instituições imperiais prejudicavam suas carreiras ou bloqueavam seu acesso às posições de proeminência no regime imperial”. Assim, os letrados da geração de 1870 eram, antes de mais nada, “marginalizados políticos”, homens que, em muitos casos, não encontravam lugar nas instituições imperiais, mas atuavam no espaço político da época por meio dos seus textos, lançando críticas ao Estado imperial e pensando sobre caminhos possíveis

para uma reforma do país. Portanto, dialogando com autores como Cruz Costa, que percebia o movimento de 1870 sob uma lógica exógena, de duplicação, adaptação ou reação a doutrinas europeias, Alonso busca entender a dimensão e a atuação política dos autores que compõem esse grupo e como eles pensavam os problemas nacionais (Alonso, 2002).

Dessa geração faziam parte tanto defensores da República, como Lúcio de Mendonça, Aristides Lobo e Salvador de Mendonça, quanto reconhecidos monarquistas, como Joaquim Nabuco e André Rebouças. Alonso (2002) refere-se ainda a positivistas abolicionistas, como Lauro Müller, Silvio Romero e Tobias Barreto, e federalistas, tanto do Rio Grande do Sul, como Júlio de Castilhos, quanto de São Paulo, como Pedro Lessa. Havia, portanto, heterogeneidade entre os membros da geração.

Outro autor que se dedicou ao estudo das ideias e dos intelectuais brasileiros nas décadas finais do Império e nas primeiras décadas da República foi Roque Spencer Maciel de Barros (1986), cujo trabalho *A Ilustração brasileira e a ideia de universidade* se tornou referência para se pensar o debate intelectual do período. Pautando-se justamente na ideia de “Ilustração brasileira”, este autor estabelece um paralelo entre os intelectuais brasileiros daquele momento e o movimento iluminista europeu, especialmente pela crença no poder transformador das ideias. Mas, uma diferença marcaria a intelectualidade brasileira: a sua abertura para a dimensão histórica, ou seja, estamos lidando aqui com autores que fariam da história um elemento central para sua visão de mundo e que tinham o interesse genuíno de fazer com que o país “avançasse”. Entendendo a história como sucessões de fases, a chamada “Ilustração brasileira” buscava, em outras palavras, acertar/acelerar a marcha do país nesse processo, capitaneado, evidentemente, pelas nações mais velhas. Nesse sentido, projetos políticos, pedagógicos e intelectuais eram discutidos no presente, sempre com os olhos no futuro. E como acertar esse passo? Especialmente pelo esforço e trabalho em prol da ciência e da educação. Nesse aspecto, esses mesmos ilustrados, homens das letras e representantes do pensamento científico, atribuíam

a si próprios um papel central nessa tarefa de conduzir o país rumo ao progresso.

Para melhor compreender os projetos e os programas desses homens que compunham a “Ilustração brasileira”, Roque Spencer Maciel de Barros (1986) trabalhou com a noção de “tipo ilustrado”. Ou seja, sem desconsiderar a heterogeneidade presente entre os intelectuais da época, e assumindo que toda a abstração acaba nos fazendo perder o “real humano”, sempre multifacetado, o autor buscou caracterizar alguns “tipos” de posicionamento político/intelectual que imperaram nesse momento: o católico-conservador, o liberal e o cientificista. Vale nos determos um pouco em cada um deles. Não com a finalidade de “enquadrar” Ramiz Galvão em algum desses tipos ideais, mas, sim, porque eles nos fornecem bases para pensar os posicionamentos políticos e intelectuais do período. Assim, eles nos abrem a possibilidade de perceber como as suas fronteiras são bastante fluidas, permitindo a um letrado, “real” e “humano”, circular entre tais construções conceituais que auxiliam a análise do historiador.

Como lembra Barros (1986), o último quartel do século XIX no Brasil é um momento de intensos debates, que perpassavam assuntos diversos. Discutia-se a participação do Brasil na Guerra do Paraguai, as fragilidades do exército nacional e a questão da escravidão, por exemplo. Também naquele momento começavam a chegar as chamadas ideias científicas, representadas principalmente pelo evolucionismo e pelo positivismo, ajudando a colocar em xeque algumas convicções religiosas bastante enraizadas.^[83] Vale lembrar que o Brasil não estava de forma nenhuma sozinho nesse debate. Em seus estudos, Fernando Catroga (2006) analisou como ocorreu esse processo de secularização e a sua afirmação como laicidade em diversos países, como EUA, França e Portugal. No caso português, por exemplo, ressaltou como a década de 1870 foi fundamental para

83. Sobre como os intelectuais da passagem do Império para a República utilizaram essas novas ideias que chegavam ao Brasil para pensar as questões nacionais, ver Mello, 2007.

a descristianização das vanguardas intelectuais, profundamente influenciadas pelas novas teorias que chegavam ao país. Isso tudo somado às ideias republicanas, que entravam no país e pregavam o Estado laico, além de posições que defendiam a emancipação feminina e acabavam trazendo para o centro do debate uma série de questões que diziam respeito ao papel da Igreja e da religião na sociedade. Os intelectuais estavam completamente imersos nesses assuntos e discussões, buscando se posicionar em relação a eles. Alguns, como analisa Barros (1986), abraçaram essas novas ideias, constituindo o que chamou de “Ilustração brasileira”. Outros, por seu turno, colocavam-se justamente numa atitude de oposição. São os representantes de uma mentalidade católico-conservadora.

Diante da chegada das ideias científicas ao Brasil e, partindo de uma realidade que constata o catolicismo como algo mais nominal do que real no país, os representantes da mentalidade católico-conservadora tinham como fim último de seu projeto catolizar o Brasil, ou seja, fortalecer a consciência católica no país. Para isso, buscavam conservar as instituições (inclusive a própria Monarquia, entendida como mais favorável ao catolicismo que uma República) e afastar todas as ideias representativas da modernidade. Assim, coadunavam-se ao espírito do pontificado de Pio IX e do Concílio Vaticano I, que se caracterizou pela luta contra todas as concepções que representassem uma ameaça à Igreja Católica, como o liberalismo, o socialismo e o racionalismo. Tendo como representantes homens como Soriano de Souza, Zacaria de Góes e Vasconcelos, dom Vital, Cândido Mendes e Sá e Benevides, o grupo católico tinha como pontos de seu programa: a consolidação da união entre a Igreja e o Estado, a censura à imprensa, a defesa do casamento católico e do cemitério religioso (posicionando-se contra o casamento civil e a secularização dos cemitérios), além do domínio da Igreja sobre o ensino (Barros, 1986). Colocavam-se contra a emancipação feminina, “elemento que se apresentava como um traço decisivo da Modernidade”, afirmando o espaço doméstico como o lugar de efetiva e natural atuação das mulheres (Barros, 1986, p. 47).

Convém lembrar que a forte presença católica se fazia sentir no principal *locus* de produção historiográfica do Brasil na época: o IHGB. O trabalho de Hugo Hruby (2009), focado no período republicano, mostrou justamente como alguns cristãos fervorosos constituíam os quadros mais atuantes do Instituto Histórico. Entre eles, estão nomes como o do próprio Ramiz Galvão, e de Afonso Celso, Eduardo Prado e César Augusto Marques. Isso sem contar os diversos cardeais, monsenhores e párocos que faziam parte da agremiação. A presença de eclesiásticos não era algo estranho ao IHGB, visto que muitos haviam entrado na instituição mais pelos serviços prestados ao país do que propriamente pela sua produção historiográfica. Interessante é pensar como, no interior da agremiação, a reflexão sobre a escrita da história se combinava com certas concepções religiosas e providencialistas, chegando ao ponto de alguns autores defenderem, como fez o cardeal Arcoverde, que os estudos históricos poderiam ser iluminados “pelos clarões do Evangelho” e que a providência divina revelava os passos dados pela humanidade (Hruby, 2009, p. 56). Evidentemente, o IHGB era um espaço bastante heterogêneo, como demonstram diversos estudos, o que significa dizer que coexistiam ali, muitas vezes em disputa, diversas concepções diferentes a respeito do conhecimento do passado. Portanto, em seu interior, o debate entre a fé e a razão e o seu papel na história também se faziam sentir.

Quando analisarmos o posicionamento de Ramiz acerca de alguns temas discutidos em sua época, veremos como, em certos momentos, ele se mostra fortemente influenciado pelo discurso católico, embora, a nosso ver, não compartilhasse de todo o programa da mentalidade católico-conservadora. Por ora, basta destacarmos, com Hruby, a existência desse debate no interior do IHGB e estabelecer uma relação entre essa mentalidade católica, de que nos fala Barros (1986), e o discurso historiográfico:

Por isso devemos ter cautela em não partirmos de uma cientificidade assentada e unânime dos estudos históricos, fazendo rápidas e desarticuladas relações com o ambiente historiográfico europeu

ocidental. As próprias concepções dos sócios do IHGB sobre o que constituía uma ciência da história diferem de outras propagadas no período, que associam cientificidade com objetividade, imparcialidade e neutralidade. Para a grande maioria deles, a existência de leis é que daria um caráter científico à história, ou seja, falar de ciência implicava encadear os fatos culminando no passado da pátria para verificar as relações de dependência entre eles. [...] Às leis históricas do passado, misturavam-se as leis divinas (Hruby, 2009, p. 62).

Se a mentalidade católico-conservadora foi vista por Barros (1986) em oposição à “Ilustração brasileira”, esta, por sua vez, seria representada pela mentalidade liberal e pela mentalidade cientificista, cujos programas, em alguns aspectos, se tocavam. O ponto em comum era o desejo de transformação do país, o que significava inseri-lo no concerto das nações civilizadas e, conseqüentemente, renovar suas instituições, colocando abaixo determinados privilégios, como aqueles usufruídos pela Igreja. Nesse sentido, os liberais defendiam ideias como a separação entre o Estado e a Igreja, a liberdade de culto, de associação, de voto, de ensino e indústria, bem como a emancipação do indivíduo. Quanto ao apoio à República, as posições, em muitos casos, se dividiam, de forma que alguns saíam em defesa de uma monarquia constitucional, enquanto outros se diziam abertamente republicanos, o que evidencia a complexidade das combinações possíveis.

Esses pontos, em sua maioria, eram defendidos pelos partidários das ideias cientificistas da época, que, assim como os liberais, tinham a crença de que a educação era a chave para a resolução dos problemas do país. Mas liberais e cientificistas diferiam em algumas questões, entre elas na maior atenção e apoio dados por estes à questão da emancipação feminina. Outro assunto em que pareciam ter um posicionamento em alguma medida diferente dizia respeito ao tema da República. No caso dos cientificistas, especialmente aqueles partidários do positivismo, havia a crença de que, mais cedo ou mais tarde, a Monarquia daria lugar a um governo republicano. Esse era o

movimento inexorável da história e do dinamismo do mundo, do progresso do qual não seria possível fugir. A divergência, em relação aos liberais, estava mais propriamente no tipo de República a ser implementada: democrática para estes e ditatorial para os positivistas (Barros, 1986).

Como se vê, essas categorias ou tipos destacados por Barros (1986) nos ajudam a delimitar algumas ideias e posições dos intelectuais da época. Talvez certos agentes do período possam ser mais facilmente localizados numa ou em outra categoria. Mas há aqueles que parecem se situar numa zona de indeterminação, ora atuando na defesa de aspectos que poderiam ser classificados como parte do programa ilustrado (fosse ele liberal ou cientificista), sem deixar de compartilhar de ideias religiosas e católicas. Ramiz Galvão, por exemplo, não se enquadraria exatamente como um membro da geração de 1870, se tomarmos a definição de Angela Alonso. Embora sem origem aristocrática e alcançando a vida adulta naquele momento, não estava alijado das instituições imperiais. Aliás, pelo contrário, pois participou ativamente na reformulação de uma delas, a Biblioteca Nacional. Por outro lado, participava do seleto grupo de homens de letras de sua época, frequentando os mesmos locais de sociabilidade e possuindo uma trajetória compartilhada por outros como ele. Assim, participava do debate intelectual da época, a partir dos papéis que exerceu como professor, diretor da BN e membro do IHGB.

Ao longo do processo de enquadramento da memória de Ramiz Galvão, sua atuação no debate com os homens de sua geração acabou sendo esquecida, de forma que foi construída para ele uma trajetória linear, em larga medida, dissociada da discussão intelectual da época, e que se restringiu à sua erudição e ao trabalho burocrático. Nosso intuito a seguir é, partindo da análise de alguns de seus escritos, perceber como esse intelectual se posicionou diante das questões de sua geração. Em vez de seguirmos uma cronologia dos textos, optamos por agrupá-los de acordo com os temas e assuntos abordados. Assim, veremos como, nos trabalhos produzidos nas décadas de 1860 a 1880, ele lidava com assuntos como a emancipação feminina,

o conhecimento histórico, o papel da educação, a República e a abolição da escravidão no Brasil.

A questão da mulher e a formação católica de Ramiz Galvão

Os primeiros textos de Ramiz Galvão foram escritos e publicados na *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, que possuía ligação com o Instituto de Bacharéis em Letras, formado por ex-alunos do Colégio Pedro II. Como ressaltou Adriana Macedo (2013), no estudo que realizou sobre a produção historiográfica de Ramiz, como o Instituto de Bacharéis não possuía um periódico próprio, muitos de seus sócios publicavam nessa revista os textos de sua autoria.^[84] Essa agremiação era presidida pelo mencionado Antônio Correa de Sá e Benevides e tinha Anastácio Luiz Bonsucesso como secretário. Ramiz Galvão era o orador. De acordo com a dinâmica desse grupo, temas de relevância moral e histórica eram tratados em suas reuniões, de modo que questões fossem lançadas aos bacharéis membros do Instituto, suscitando debates e uma produção escrita. Alguns desses textos acabaram saindo a público por meio da *Revista Mensal*.

Ao se debruçar justamente sobre os textos de Ramiz publicados nos anos 1860 e inícios dos anos 1870, Macedo destaca como predominavam ali diversos temas ligados à religião e ao catolicismo:

Sua educação primária, na capital do Império, foi realizada no externato mantido pela Sociedade Amante da Instrução [...] e destinado

.....

84. Neste trabalho, Adriana Macedo analisa diversos textos e obras de Ramiz Galvão buscando encontrar ali elementos que pudessem nos levar a entender uma determinada visão de história desse intelectual. No que se refere aos seus trabalhos iniciais, produzidos antes mesmo de entrar para a BN, Macedo realiza um importante trabalho de levantamento e estudo desses textos, e procura compreender Ramiz como um intelectual situado entre uma vertente retórico-poética e uma vertente crítica da história.

à formação de crianças pobres, no qual – não seria equivocado supor – aulas de religião integravam o programa de estudos. Em 1855, foi admitido como aluno gratuito do Colégio Pedro II, cuja base educacional era o ensino religioso, incluindo a realização de missas, leituras de orações e o aprendizado de dogmas católicos. O currículo da instituição contemplava a leitura de obras de Chateaubriand e o ensino dos sermões de pregadores como Francisco Monte Alverne (1784-1858), Januário da Cunha Barbosa (1788-1846) e Francisco Sampaio (1778-1830) (Macedo, 2013, p. 50).

A formação católica de Ramiz Galvão explicaria, como sugere a autora, seu grande interesse por temas religiosos, que efetivamente dominam as suas primeiras produções textuais. A obra *O púlpito no Brasil*, produzida quando tinha apenas 23 anos, por exemplo, é, na verdade, uma análise da eloquência sagrada no Brasil. Mais tarde, em 1872, debruçou-se sobre os beneditinos, através do estudo que escreveu sobre a presença desse grupo religioso no país. Se nessas obras ressaltou a importância dos oradores sacros e da ordem beneditina, interessa-nos, no entanto, analisar outros textos menos conhecidos produzidos por ele. Justamente nesses escritos, publicados na *Revista Mensal*, Ramiz parece se posicionar de forma mais clara sobre questões presentes no debate intelectual da época, questões essas que colocavam de lados opostos os letrados mais ligados à mentalidade católico-conservadora e aqueles próximos à mentalidade liberal-cientificista, para utilizarmos as categorias de Barros (1986).

O texto “A mulher regenerada pelo cristianismo”, publicado em 1863, é exemplar nesse sentido e é uma produção particularmente interessante, pois ali Ramiz combinou um pensamento fortemente católico com uma visão eminentemente histórica. O tema do artigo é, como se vê, a mulher, e sua tese central era a de que o cristianismo foi responsável pela sua regeneração na sociedade. Nascendo Cristo do ventre de uma mulher, o cristianismo a teria percebido de outra forma, absolutamente distinta da maneira como as sociedades anteriores a encaravam. Para isso, Ramiz Galvão recorreu aos seus conhecimentos a

respeito dos períodos históricos, utilizando-os numa perspectiva iluminista, mas também providencialista, em que percebe o movimento da história em direção ao progresso, porém guiado pelas mãos do “Criador”:

Com o passar dos séculos, ideias se mudam, velhas instituições se derrocam, velhos pensamentos caducam, e a humanidade, de metamorfose em metamorfose, vai seu caminho de andamento progressivo, guiada sempre pela mão do onipresente criador, e ai de nós se assim não fosse! Ai de nós se a paralisia entorpecesse a civilização; se ainda no século XIX, em romaria suicida, nos fôssemos prostrar ante os déspotas, formulando o desolador Djurma da velha Índia. [...] As ideias de outrora não são as ideias de hoje: a civilização é filha do céu; todo o Orbe deverá ser seu império, e o tem sido; e o homem, inspirado por sua voz, tem trabalhado. Eis o mundo do século décimo nono com suas luzes para que Rousseau o compare com o mundo de Brahma, de Shiva e de Vichnou (Galvão, 1863a, p. 125).

Para Ramiz, o progresso da humanidade caminhava no sentido de um avanço material, mas também de um crescimento espiritual. Na sua análise, o maior responsável por este último teria sido o cristianismo. Para comprovar sua ideia, argumenta remetendo à forma como as mulheres eram tratadas antes do advento da religião cristã, em especial em sociedades como a Índia, Grécia e Roma, entendendo cada uma dessas “civilizações” como um passo no desenvolvimento progressivo da humanidade:

Dizia a lei de Manou: “ela é nascida unicamente para servir a seu marido, e varrer a pedra do lar”. Eis o destino daquela que o Senhor deu ao homem para sua companheira, para consolá-lo nas horas de angústia, para amá-lo e para ser metade de sua existência! Eis a triste mulher sentada ao lado do escravo, e até venal como ele! [...] Eis o quanto avançou a mulher do Ateniese sobre o Hindu. Não é mais um sacrifício, um viver irracional, como a desta; mas é uma prisão, é a obscuridade; e o que vale a liberdade do corpo quando a alma geme sob os grilhões do despotismo.

Roma foi a sucessora de Atenas, coube-lhe a vez e a humanidade caminhou mais um signo no firmamento do progresso. [A mulher] deu também mais um passo com a humanidade; ela pode assistir aos festins da inteligência, e aos espetáculos que até então lhe eram negados, enfim, a mulher teve licença para saber! Causa vergonha o dizê-lo! (Galvão, 1863a, p. 126-128).

Em sua argumentação, Ramiz vai mostrando como, ao longo dos séculos, a situação da mulher foi progredindo, saindo de uma condição servil para outra em que já possuía o acesso ao saber. Porém, foi somente com o advento do cristianismo que a mulher teria descoberto sua redenção, especialmente pelo significado da figura de Maria, responsável pela sua transformação de escrava em senhora:

Deus quis que seu filho nascesse de uma mulher para apagar a mancha do Éden: e desde então ela jamais poderá ser desprezada! Foi Jesus que proclamou a indissolubilidade do casamento, e então tudo se completou. A mulher foi o arauto da sua verdadeira felicidade, foi a garantia do amor de seu esposo. A mão de Deus levantou-a do báratro [sic], e a trouxe a tomar parte dos destinos da humanidade; nesse dia ela constituiu-se a flor perfumosa da existência do homem; constituindo-se o anjo de consolação e ventura, porque ela tinha “desposado o tempo na pessoa de seu marido”, na frase de Eugenio Pelletan. [...] Hoje a mulher tem ante si abertas as portas do templo da ciência e da glória, e tem ao mesmo tempo sua ventura debaixo do teto da família. [...] Hoje a mulher é senhora; antes do Cristianismo era escrava de um déspota, e nada mais! (Galvão, 1863a, p. 129-130).

Vale destacar como, ao longo do seu texto, defendendo esse outro papel dado à mulher pelo cristianismo, a misoginia e as perseguições da Idade Média cristã são deixadas de lado por Ramiz, que desta época lembra apenas o amor devotado pela cavalaria às mulheres e de personagens como Joanna d’Arc. Por outro lado, sua abordagem parece-nos bastante interessante, tanto para pensarmos seu posicionamento frente a duas questões de

sua época – a emancipação feminina e a crise do catolicismo – quanto para compreendermos a maneira como ele mobilizava o conhecimento histórico em sua análise.

O texto de Ramiz Galvão é, inegavelmente, um texto de defesa do cristianismo na história, na medida em que, voltando ao argumento inicial utilizado por ele, a religião cristã seria responsável pelo progresso moral da humanidade, isto é, pelo progresso de seu espírito. Não por acaso, em outros artigos publicados na mesma revista, ele se empenha em defender a importância da religião e da própria Igreja Católica não só para o novo papel dado à mulher na sociedade como pelo avanço científico e civilizacional representado, por exemplo, pelos conventos, espaços de instrução, ciência e cuidado (Galvão, 1864b). Assim, num momento de profundas críticas à Igreja, Ramiz Galvão saía em defesa da religião católica e posicionava-se contra o “absurdo do ateísmo” (Galvão, 1863b). Mas o interessante é a forma como ele constrói seu argumento: buscando associar a religião ao avanço moral e ao progresso científico. Portanto, para ele, o homem foi criado por Deus para desenvolver a sua inteligência e assim deve fazê-lo, com o compromisso da Verdade, que, em última instância, o levaria a Deus. Ramiz Galvão não é, portanto, um homem que possa ser enquadrado como partidário do catolicismo ou da ciência, como se as concebesse separadamente. Como um homem dedicado às letras, não podia, evidentemente, menosprezar os avanços científicos, mas buscava uma combinação entre eles e a sua formação católica. Para isso, remetia a autores como Descartes, Kant, Bossuet e Eugenio Pelletan. Este era uma referência presente em textos de Sá e Benevides, justamente porque era um autor que “defendia a reescrita da história das civilizações a partir da noção de progresso contínuo existente desde a criação do mundo” (Macedo, 2013, p. 13). Isso se coadunava com uma ideia ilustrada da história, também providencialista, na medida em que a humanidade caminhava no tempo, mas guiada pelas mãos de Deus.

Um exemplo disso estava justamente na libertação da mulher que, de acordo com o pensamento de Ramiz Galvão, teria saído

de uma condição lastimável na Índia antiga e alcançado uma posição notória do cristianismo até a modernidade. Para isso, cita três modelos muito distintos de mulher: Maria, com quem teria começado todo esse processo de mudança; Joana d'Arc, a mulher guerreira e defensora da Igreja; e Madame de Staël, símbolo feminino da Ilustração francesa. Ou seja, no caso da emancipação feminina, Ramiz Galvão parece defender uma postura relativamente moderna para um católico fervoroso. Isso porque, em vez de tratar a libertação da mulher como algo que se chocasse com os valores de uma sociedade cristã, procurou associá-la ao cristianismo e à certa percepção progressista da história, que possibilitou, inclusive, a abertura do mundo da ciência ao sexo feminino.

Como já destacamos, “A mulher regenerada pelo cristianismo” é um escrito de 1863. Seis décadas depois, Ramiz voltaria a esse tema num pequeno texto teatral, que deveria ser encenado por suas alunas do Asilo Gonçalves de Araújo. Foge dos nossos interesses analisar esse texto pormenorizadamente, pois isso nos levaria a pensar outro momento de produção desse intelectual, já muito mais maduro e estabelecido, portanto, não mais aquele jovem recém-saído dos quadros do Colégio Pedro II. No entanto, é curioso percebermos como, décadas mais tarde, ele voltaria suas atenções novamente a essa questão, agora como diretor de uma escola para moças pobres. A peça teatral foi escrita em 1928, momento em que já existiam no Brasil grupos mais organizados em prol da emancipação feminina, e algumas personalidades, símbolos da luta pela emancipação da mulher, ganhavam destaque na sociedade, como Bertha Lutz. Ou seja, o contexto era efetivamente outro, bem diferente daquele de 60 anos antes. Ramiz, claro, também era outro. Nessa peça, com o sugestivo nome de *Cruzada feminista*,^[85] ele deu voz a seis personagens: o apostolado da medicina, o apostolado do direito, o apostolado do magistério, o apostolado das artes, a funcionária

.....
85. A peça foi publicada no livro *Teatro educativo*, (Galvão, 1938).

pública e a mãe de família. Aparecendo todas exatamente nessa ordem, elas discutem a sua importância e os progressos e as aptidões da mulher em cada uma dessas áreas, ressaltando o quanto o tempo mudou e a mulher mudou com ele. No entanto, não podemos nos empolgar com a posição progressista do autor, pois a personagem principal, a mãe de família, após ter ouvido todas as outras, aparece para restringir o entusiasmo de suas companheiras. Ela afirma justamente que a mulher foi criada por Deus para ser companheira do homem. Assim, os títulos de boa esposa e mãe valeriam mais que qualquer grau acadêmico ou triunfo literário e científico. Ser mãe de família, portanto, era o destino primordial da mulher, o que dava a ela um caráter fundamental na sociedade, visto que caberia à mulher o papel de dar a primeira educação aos cidadãos. Se o jovem Ramiz Galvão, sem descuidar do papel da mulher como mãe e esposa, parecia louvar os progressos femininos, 60 anos mais tarde, num contexto de forte avanço na luta pela emancipação feminina, como também de discussão em torno do direito de voto, deixará muito clara sua posição quanto à importância da mulher: não como cidadã atuante no espaço público, mas atribuindo a ela o espaço privado do lar, seu lugar por natureza.

O herói, a justiça e a história

Se “A mulher regenerada pelo cristianismo” nos ajuda a compreender como Ramiz Galvão concebia o processo histórico naquele momento, outros textos publicados na mesma revista nos ajudam a traçar um panorama mais claro de suas concepções. Um escrito interessante para pensarmos a maneira como ele entendia questões de ordem historiográfica foi publicado entre dezembro de 1864 e fevereiro de 1865, nos números de sete a nove da *Revista Mensal*, com o título “A glória de Colombo (reflexões)”. Nesse texto, especificamente, Ramiz analisa uma figura específica e que ocupou um lugar central na história das grandes navegações modernas: o navegador Cristóvão Colombo. A partir dele,

lançou algumas reflexões sobre a forma como entendia a tarefa do historiador e a presença dos heróis na história.

Logo no início do artigo, em advertência ao leitor, ele ressalta que, na sua visão, a história não poderia ser compreendida como um “conjunto de fatos”. Estes seriam objetos de interesse dos cronistas, cujos escritos serviriam de matéria para as obras dos historiadores. Também defende que não caberia a estes fazer da “história uma apoteose contínua do homem”, como em uma epopeia. O estudo do passado deveria partir dos fatos para, em seguida, fazer aquilo que era mais importante: esquadriñar as causas, analisar acontecimentos e, a partir deles, submeter os heróis:

Pensamos que o que constitui a verdadeira história, tal como a entende do século atual, e já antes dele tinham entendido os escritores graves e profundos pensadores, não é a relação descarnada de fatos sem comentários. Esse é o objeto das crônicas [...]. Mas somos de parecer também que não é condigno com a missão dos sucessores de Tucídides, Plutarco e Tácito o fazer da história uma apoteose contínua do homem, cantando nos versos de uma grandiosa epopeia o protagonista – rei da criação. Não. A história iluminada pelo espírito filosófico [...] analisa e esmerilha os acontecimentos, e submete ao cadinho da razão desprevenida e imparcial os pretendidos heróis (Galvão, 1865b, p. 247).

É justamente pensando a história como algo para além do que está definindo como crônica e do panegírico, que Ramiz vai se centrar na figura de Cristóvão Colombo. Sua tese é defender que o navegador não é merecedor do lugar que ocupa entre outros vultos. Ele tem seus méritos, em especial pela audácia e constância e pelos serviços prestados aos reis católicos, mas não foi gênio ou herói. Para comprovar sua tese, expõe seus argumentos apoiando-se em três pontos:

1ª Porque [Colombo] não apresentou uma ideia nova e desconhecida; 2ª Porque compôs seu plano à vista de dados muito positivos e

informações quase que decisivas; 3ª Porque faltam-lhe as grandes qualidades, únicas capazes de ornar o espírito de um verdadeiro herói, carência que o impossibilita, quanto a nós, de entrar no templo majestoso de glória que Salomão nos deixou desenhado em seus imortais escritos (Galvão, 1865b, p. 250).

Após apresentar os três motivos que o levam a contestar a heroicidade de Colombo, Ramiz Galvão passa a trabalhar cada um deles, mostrando, primeiramente, como, desde a Antiguidade, já se tinha conhecimento a respeito da existência de terras a oeste da Europa, citando diversos estudos e autores, ou seja, Colombo não teria apresentado uma ideia nova em seu tempo. Em seguida, mostra como o navegador genovês compôs seu plano baseado em informações “sugadas” de fontes alheias. Para isso, fundamentou sua análise em autoridades, como a Sociedade dos Antiquários do Norte, além de autores como Humboldt e Malte-Brum, cujas opiniões julgava muito mais valiosas que as de Lamartine, testemunho largamente utilizado para argumentar o contrário. Utilizou, ainda, a biografia feita pelo filho de Colombo, que forneceria provas de desmerecimento do navegador, sendo tomada por ele como uma obra de um autor “insuspeito”. Por fim, procurou provar que Colombo carecia de qualidades próprias de um herói, como a magnanimidade e o desinteresse. Era, dessa forma, um homem comum e cheio de vaidades (Galvão, 1865b).

Ao ler esse texto, fica claro como Ramiz Galvão pretendeu pôr em questão a suposta singularidade do navegador. Para ele, Colombo não foi um gênio. Mas, não o foi porque não existiriam gênios ou porque ele, especificamente, não era genial? A resposta de Ramiz parece vir a seguir:

[...] o desinteresse e a magnanimidade não possuiu [*sic*] ele para ser um herói, nem a originalidade e a ciência para ser um gênio. Apon-tar-nos-ão talvez o trabalho porque Hogarth disse: “não há gênio, o que há é diligência e trabalho”. Mas oh! Se é certo que a diligência nobilita o homem na esfera do seu viver, se é verdade o que proferia Lamennais: “trabalhai, é a lei suprema do ser inteligente e livre”,

será também verdadeira e justa uma tal proposição, como a de Hogarth, que tende a aniquilar o talento natural e essa luz celeste que ilumina a cabeça do homem predestinado? Será verdadeira e justa a proposição que tende a nivelar os engenhos e a elevar as mediocridades, destruindo esses entes singulares que, únicos em seu tempo, se avantajam pela elevação das ideias e pelo alcance desmedido do entendimento? (Galvão, 1865b, p. 332-333).

O trecho parece deixar clara a posição de Ramiz em relação à existência de homens excepcionais e sua importância na história. Heróis e gênios existiam e eram predestinados a ocupar essa posição, o que não era o caso de Colombo. Mas o mais profícuo é pensarmos como Ramiz evidencia aí a forma como compreendia a tarefa do historiador e procurava exercê-la. Primeiramente, ele estabelece uma hipótese e argumentos; a seguir, vai a fontes e autoridades para comprovar suas ideias; por fim, coloca um personagem em seu devido lugar. Isso porque, para ele, a justiça era um atributo fundamental do historiador. Diferenciando a história da crônica e dos panegíricos, ele valora a análise como elemento central de uma verdadeira história filosófica. Para isso, era papel do historiador deixar o entusiasmo de lado, assim como as concepções cristalizadas, e examinar os fatos e os personagens. Não para exaltá-los ou diminuí-los, mas para ser justo, conferindo as glórias àqueles que efetivamente merecessem ser lembrados. De acordo com o que Ramiz defende, a história estaria assentada em dois pressupostos básicos: a justiça e o mérito.

Outro texto de Ramiz em que é possível compreender a maneira como ele entendia o trabalho do historiador foi o artigo “Diogo Barbosa Machado”, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* em 1876. Produzido já nos tempos em que era diretor da casa, trata-se de estudo dedicado a um dos principais acervos da instituição: a coleção Diogo Barbosa Machado.^[86] Nesse estudo, o então diretor da BN homenageia o bibliófilo setecentista, que

86. Sobre a Coleção Diogo Barbosa Machado, ver: Bentes, 2005a; 2005b; Bentes e Caldeira, 2007; Bentes e Leite, 2007; Caldeira, 2017.

constituiu tal coleção, ressaltando a grandeza de seu trabalho. Mas não poupou críticas e observações a respeito do colecionador, cuja tarefa envolvia selecionar aquilo que deveria sobreviver ao tempo e contribuir para a escrita da história de Portugal. Ou seja, algo que mantinha aproximações com o que homens como o próprio Ramiz realizavam em sua época. Porém, é justamente nas “brechas” do texto de Galvão que podemos perceber como ele diferenciava o trabalho de historiadores, como ele, daqueles realizados pelos antiquários do século XVIII, como o próprio Barbosa Machado.

Os comentários que Ramiz Galvão fez sobre o trabalho de Diogo Barbosa Machado perpassavam diversos aspectos, inclusive o gosto artístico do colecionador. Entretanto, as principais críticas foram dirigidas às obras de cunho histórico produzidas pelo abade. A respeito das *Memórias para a história de Portugal, que comprehendem o governo del rey d. Sebastião*, Ramiz Galvão afirmou:

Filha de estudos sérios e de uma consulta laboriosíssima de documentos, ela nos oferece grande cópia de factos e de opiniões sobre o reinado do infeliz D. Sebastião, *ainda que não prime pela análise profunda nem pelo elevado espírito filosófico, que hoje acreditamos inseparável das boas obras históricas* (Galvão, 1876-1877, p. 8).

Ramiz Galvão destacou os pontos positivos a respeito do trabalho do erudito, mas também criticou determinadas concepções e procedimentos. Barbosa Machado, embora consultasse e entrasse em contato com documentação preciosa, ainda não era marcado, segundo Galvão, pelo “espírito filosófico” do século XIX e pela preocupação em não só narrar, mas, sobretudo, analisar os fatos do passado. Somado a isso tudo, precisava ser justo em seus juízos. Assim, na percepção do diretor da BN, certas práticas de Barbosa Machado e da própria Academia Real de História eram intoleráveis, como, por exemplo, a de decidir, entre pares, controvérsias relativas a personagens e temas históricos, como a morte do rei dom Sebastião (Galvão, 1876-1877).

Ao analisar o trabalho de Diogo Barbosa, Galvão acabava por se diferenciar dele, separando, por consequência, a produção historiográfica de seu tempo, científica e crítica, daquela existente nas academias europeias do Antigo Regime. Vivia-se outra época, dizia ele. Os novos tempos exigiam que, para se dedicar à história, fosse necessário rigor, pois o que se demandava do historiador era lançar razão, imparcialidade e justiça sobre os fatos do passado (Galvão, 1876-1877). Neste aspecto, ao escrever sobre Diogo Barbosa Machado, Ramiz Galvão falava sobre como a historiografia de seu tempo entendia-se como mais criteriosa. Os acadêmicos do século XVIII tinham os documentos, mas não o conhecimento do “movimento da história”, a imparcialidade e o ideal de justiça assente no mérito, que, para Ramiz Galvão, eram pré-condições para aquele que desejava se ocupar dos acontecimentos do passado.

Essa percepção de Galvão acerca da tarefa do historiador, evidenciada no texto sobre Colombo e no estudo sobre a Coleção Diogo Barbosa Machado, nos ajuda a entender também outras produções desse intelectual, como a própria Exposição de História do Brasil que, como vimos, compartilhava essa ideia de tirar do esquecimento e de fazer justiça a determinados personagens históricos. Evidentemente, um lugar de destaque era dado à monarquia, mas havia ali espaço para um ideal de meritocracia, muito presente entre os intelectuais da geração de Ramiz Galvão, e que obrigava a realeza a dividir espaço com outros homens, lembrados não pelo seu nascimento aristocrático, mas pela atuação em determinados momentos da história do país (Catroga, 2005; Enders, 2000). É preciso deixar claro que a perspectiva de Ramiz Galvão não é exatamente dar voz ao homem comum, às massas. É, antes, uma história de poucos, mas singulares personagens, lembrados pela atuação em prol da nação. Por outro lado, não são singularidades marcadas pela tradição do sangue ou da família, elementos que caracterizam uma sociedade de Antigo Regime, baseada na forte desigualdade entre os grupos sociais. Trata-se, isso sim, de uma concepção de história que, pautando-se na questão do mérito, incorporava determinadas mudanças de

pensamento que afetavam o debate político-intelectual da época. Isso tudo num país que vivia ainda sob uma monarquia, mas que cada vez mais se abria para as ideias republicanas. Estas, por sua vez, eram incorporadas ao debate político-intelectual da época, alterando as formas de lidar com o passado e mesmo as maneiras como a própria monarquia representava seu poder.^[87]

Assim, o que percebemos é como a produção de Ramiz parece se inserir muito bem nesse debate, pensando, inclusive, qual deveria ser o papel do historiador diante das mudanças de pensamento que afetavam o próprio discurso historiográfico. Isso é perceptível tanto nos textos produzidos ainda em sua juventude quanto no seu próprio trabalho como diretor da Biblioteca Nacional, especialmente o *Catálogo* e a Exposição de 1881, empreendimentos fortemente marcados pelo desejo eminentemente republicano de ser para sempre e para todos.

Abolição, República e educação

Estudar uma figura como Ramiz Galvão envolve algumas dificuldades pela sua longevidade e por seu tipo de atuação intelectual. No entanto, como temos procurado mostrar, alguns de seus artigos, cartas e estudos nos permitem levantar possibilidades para suas filiações políticas e historiográficas. Como vimos até aqui, o catolicismo foi uma marca importante em seu pensamento, mas a formação católica não fazia dele um radical defensor de ideias conservadoras. Afinal de contas, era também um médico, isto é, um homem aberto ao pensamento científico e às mudanças da modernidade, desde que elas não entrassem em choque com os valores cristãos, estes sim capazes de guiar verdadeiramente a humanidade.

87. O estudo de Ana Maria Mauad sugere, por exemplo, como, especialmente a partir das décadas finais do Império, dom Pedro II é cada vez mais representado como um monarca-cidadão, na simplicidade de seu chapéu e sobrecasaca pretos, e não mais vestido com a pompa das tradicionais vestes monárquicas (Mauad, 1997).

Se até o momento buscamos levantar possibilidades para as filiações historiográficas de Ramiz, gostaríamos agora de nos deter um pouco em suas filiações políticas. Não se trata de pensá-las de forma separada, pois, como buscamos mostrar acima, a escrita da história não estava desvinculada das mudanças que remetem a novos pensamentos políticos. Nosso objetivo, antes, é situar Ramiz no debate em torno de dois temas importantes para a sua geração: a questão da República e o problema da abolição da escravidão.

Tendo sido auxiliado por dom Pedro II desde sua mais tenra idade (como sempre gostou de lembrar em seus discursos) e, em seguida, ocupando a função de preceptor dos príncipes, Ramiz estava, de certa maneira, liberado de ser um republicano convicto. Afinal de contas, na posição em que se encontrava, não era possível ter um posicionamento explícito a favor do regime republicano. Mas isso também não o impedia de ter crenças e o próprio fato de não defender abertamente a monarquia – embora várias vezes mostrasse, sem reservas, sua simpatia pelo imperador – pode ser visto como um indício de que poderia ter inclinações republicanas.

Como não podia deixar de ser, as dúvidas quanto à filiação política de Ramiz se tornaram algo representativo em sua biografia, a ponto de alguns biógrafos, como Mauricéa Filho, saírem em defesa de seu republicanismo, buscando contestar a ideia de que Galvão fora um traidor ou um adepto de última hora do novo regime. Sua atuação durante a monarquia foi tão enfática, e sua adaptação à República tão evidente, que se fazia necessário explicar esse “movimento” em sua trajetória. Tudo seria mais fácil se, como intelectual, tivesse defendido abertamente um ou outro regime em seus escritos. Mas não é nessa dimensão mais pública de sua produção que podemos perceber seu posicionamento político em relação a temas como a República e a abolição. Suas posições políticas ficam mais evidentes em sua correspondência e nos documentos que remetem ao tempo em que atuou como preceptor dos príncipes imperiais.

Como se sabe, após a realização da Exposição de História do Brasil, Ramiz Galvão foi chamado pelo imperador para cuidar dos três filhos da princesa Isabel e do Conde d'Eu: dom Pedro, dom Luís e dom Antônio. Como destaca Teresa Malatian (2010), a infância e a juventude dos príncipes transcorreram em meio ao crescimento e fortalecimento das ideias republicanas e abolicionistas no país. No caso dessas últimas, puderam contar com o aberto apoio da princesa à causa. Foi justamente em meio a esse debate que teve a ideia de criar pequenos jornais, cada um de responsabilidade de um dos príncipes, em que pudesse educar as crianças em relação a esses e outros assuntos. Os jornais se chamavam *Os Larangeiras* (de 1887), *O S. Cristóvão* (1887), *Correio Mirim* (criado em 1888, vindo a substituir *O Larangeiras*), *Correio Assu* e *Correio Imperial* (ambos também de 1888). De acordo com Malatian (2010, p. 27), esses periódicos eram “editados e impressos tipograficamente em Petrópolis”. Neles, Ramiz “publicava composições de sua autoria e fazia propaganda do envolvimento dos príncipes na campanha abolicionista”.

Tivemos acesso a alguns desses periódicos, em especial o *Correio Mirim*, editado sob a responsabilidade do príncipe dom Pedro, e o *Correio Imperial*, cujo responsável era dom Luís. Tratam-se de pequenos jornais, que variavam de 1 a 3 páginas, mas que tinham ampla circulação na corte. Se levarmos em consideração que os príncipes dom Pedro e dom Luís tinham, na época de produção dos jornais, 13 e 10 anos de idade, respectivamente, podemos supor que Malatian (2010, p. 28) tem razão ao considerar que era Ramiz quem efetivamente redigia ou, pelo menos, dava o tom dos textos divulgados. Alguns deles, aliás, eram efetivamente assinados pelo tutor dos príncipes.

O conteúdo dos jornais não se resumia à questão da campanha abolicionista, noticiando até mesmo assaltos ocorridos na região de Petrópolis. Mas, de fato, a questão da libertação dos escravos era dominante, especialmente por meio de notícias de festas e eventos promovidos pela monarquia e que levantavam fundos para a causa. Na edição de 26 de janeiro de 1888 do *Correio Imperial*, por exemplo, Ramiz escreveu um pequeno texto propondo

aproveitar as festas de carnaval que seriam realizadas na cidade (e que tradicionalmente consistiam em três eventos: a chamada Batalha das Flores, um baile infantil e outro baile para adultos) para promover a efetiva libertação dos escravos na região:

Não é justo que nessa risonha cidade sofra ainda alguém a privação desse bem supremo – a liberdade. Batalhares, portanto, com flores, e a marcha triunfal dos vencedores seja um apelo aos sentimentos caridosos de todos, para que se quebre aqui o derradeiro grilhão de escravo. Seja dívida dos combatentes: a emancipação em Petrópolis (A Batalha [...], 1888, p. 1).

O engajamento de Ramiz aparece em diversos textos, mas sua perspectiva é a de valorização da “atitude nobre” que vinha das elites, seja louvando os senhores que libertaram seus escravos sem ônus ou a “caridade” da princesa Isabel (Emancipação [...], 1888). Tratava-se, portanto, de um apoio à abolição, desde que ela viesse de cima para baixo, como benesse e não como fruto da luta dos escravos. Um exemplo é a narrativa feita por Ramiz Galvão do evento que teria marcado o fim da escravidão em Petrópolis, em abril de 1888. O episódio, ocorrido no Pavilhão Hostícula no primeiro dia do mês, contou com a presença da princesa Isabel, de seus filhos, de políticos como João Alfredo Correa de Oliveira e de diversos homens e mulheres escravizados. Ali, a princesa teria distribuído 127 cartas de alforria, numa “atitude comovente” e de “extrema bondade”, de acordo com o preceptor dos príncipes (Emancipação [...], 1888).

Nos números do *Correio Imperial* que se seguiram à efetiva abolição do trabalho escravo em todo o país, ocorrida em 13 de maio, Ramiz Galvão fez circular um texto seu em que, mais uma vez, destacava o grande papel da monarquia para o fim “da nuvem negra” da escravidão, dando destaque à figura de três monarcas: dom João VI, dom Pedro I e dom Pedro II. O papel dos dois primeiros reis adviria das leis que proibiram o comércio de escravizados africanos. Essa legislação, segundo Galvão, encontrou continuidade no reinado de dom Pedro II, com a

promulgação das Leis Eusébio de Queirós, do Ventre Livre, dos Sexagenários e, claro, da Lei Áurea. Em seu texto, ele não se esquece de ressaltar o protagonismo de Isabel e o apoio da coroa aos emancipadores. Ou seja, ele compartilha do discurso de que a monarquia teria exercido papel fundamental nesse processo paulatino de libertação dos cativos no Brasil (A Sessão [...], 1888).

Pode-se alegar que esse posicionamento explícito de Ramiz veio, em 1888, quando o fim da escravidão já se fazia muito próximo no país. Por certo, naquele momento e contando com o apoio explícito de Isabel à causa abolicionista, não havia problemas em escrever como um defensor da liberdade dos escravos, tampouco em educar os príncipes imperiais nesse sentido. Afinal, não podemos esquecer que os textos do preceptor circulavam em pequenos jornais criados com intenção pedagógica, na medida em que faziam parte da educação dos príncipes e de outros filhos das elites. Além disso, Ramiz Galvão era um homem com capacidade de analisar a sociedade em que vivia e, portanto, de perceber que, mais cedo ou mais tarde, a abolição chegaria. Também era razoavelmente evidente, nesse momento, que isso poderia custar a própria sobrevivência da monarquia no país. Porém, se Galvão podia se colocar claramente como um abolicionista, esse posicionamento explícito não era conveniente em relação a outras posições políticas, em especial à República.

Em alguns de seus discursos proferidos no IHGB, já na segunda década do século XX, Ramiz Galvão teve a oportunidade de se pronunciar sobre o episódio que levou à queda da monarquia, e que acabou por fazê-lo nunca mais ver seus pupilos. Trata-se de reformulações feitas por ele, décadas depois do ocorrido, em um momento em que o governo republicano já se mostrava consolidado no país. Por outro lado, uma carta escrita por Galvão e datada de 1890, portanto logo após o episódio da Proclamação da República, é mais interessante para pensarmos não só seu posicionamento em relação ao novo regime como para percebermos como ficaram as relações entre ele e seus antigos pupilos.

A carta encontra-se nos arquivos do IHGB e é, na verdade, um rascunho, o que a torna ainda mais valiosa, na medida em

que, por meio das rasuras no texto, podemos perceber o cuidado de Ramiz na escolha de cada palavra. Ela é endereçada ao príncipe dom Luís, mas indica que o tutor já havia enviado outras, mantendo contato com seus alunos. O tom professoral permanece, especialmente quando chama a atenção de seu pupilo, logo no início da missiva, e lhe recomenda que estude muito na nova escola em que foi matriculado:

Meu caro D. Luiz, desta vez cabe-lhe a carta, ainda que só D. Pedro me escreveu. Vi com muito prazer que já estão todos estudando no Colégio Stanislas, e tenho firme esperança de que aí se hão de acentuar os bons predicados que o senhor revelou sempre. [...] Estude muito e aprimore o coração. Os frutos desse trabalho e desse aperfeiçoamento moral colhê-los-á mais tarde, com toda a segurança; não digo já como príncipe brasileiro, porque a vontade soberana do povo entendeu chegado o momento de mudar a forma do nosso governo, mas como particular e como homem. Na qualidade de simples cidadão terá mil ocasiões de revelar o seu mérito [...]. (Galvão, 1890).

Como se ainda estivesse ocupando a posição de tutor, Ramiz aproveita a oportunidade para tentar explicar ao jovem príncipe o episódio que depôs a monarquia e que levou os membros da família imperial ao exílio na Europa. Para isso, remete a um repertório de palavras e ideias muito próprias do regime republicano, como “vontade soberana do povo” e “mérito”. Assim, dom Luís deveria se sobressair não por ser um príncipe dos Bragança, mas pelas suas próprias qualidades individuais de homem e cidadão.

Mas, as explicações continuam revelando a sua estima e saudades em relação aos seus ex-alunos e como compreendia, em termos de desenvolvimento histórico, o advento da República no país:

Portanto, se ainda se lembra do entusiasmo e do amor com que lhe ensinei, e se me julga digno de sua estima apesar de me haver feito sincero e leal servidor da República, escreva-me dando notícias

do que faz, do que vence e do que espera vencer. Quando estudar sociologia saberá que a forma republicana é mais perfeita e a que pode realizar o ideal dos governos povos. ~~Eu próprio lhes disse isso muitas vezes em conversa que a monarquia era uma convenção e uma necessidade dos países.~~ O que faz o Brasil a imitação de seus irmãos americanos; ~~foi um~~ o que fizemos todos nós aceitando de coração as consequências do golpe de 15 de novembro, e prestando o nosso concurso à consolidação da República é um ato de patriotismo. ~~O coração do homem sangrou, mas o do brasileiro.~~ Se alguma coisa há de admirar em tudo isso é a heroicidade com que sacrificamos os afetos ~~para~~ por amor ao bem geral (Galvão, 1890, grifos do autor).

Optamos por preservar na citação as rasuras que constam na carta original, pois elas mostram exatamente os cuidados de Ramiz em relação à forma como se exprime na carta a dom Luís. Nesse sentido, Galvão não julgou adequado dizer que, em conversas informais, ensinou aos príncipes que a monarquia era somente uma convenção. Talvez porque as conversas não tivessem acontecido; talvez porque não tivessem sido tão informais. Ou mesmo, porque tenha imaginado que a carta, possivelmente, não ficaria só nas mãos do jovem dom Luís. Em todo caso, é interessante perceber como Galvão situa a República como um estágio inevitável e perfeito de desenvolvimento social e utiliza como argumentação o próprio estudo da sociologia, mostrando-se, portanto, em consonância com as novas ideias que circulavam na época no país. E por ser inevitável, a República exigia que os interesses e os afetos pessoais fossem postos de lado, frente ao movimento inexorável da história. Se nos anos 1860, quando escreveu os textos sobre a mulher e Colombo, Ramiz partilhava de uma concepção progressista da história, 30 anos depois, sofisticava seu olhar sobre o processo histórico, analisando o próprio momento em que vivia à luz de teorias sociológicas, cientificistas e evolucionistas.

Não temos notícias se dom Luís respondeu à carta enviada por seu ex-tutor em 1890. Mas temos notícias, por meio do estudo de Teresa Malatian, que em 1919, na homenagem que Ramiz recebeu

no IHGB pelo seu jubileu científico, dom Luís lhe escreveu uma missiva, que bem parece uma resposta à carta enviada tantos anos antes. De acordo com a autora:

Ali afirmou não ter esquecido os sete anos de convivência, nos quais recebera “sua primeira formação intelectual”, os livros lidos, os passeios realizados. Sobretudo lembrou-se da sua explicação “dos acontecimentos, o embarque, a separação comovente a bordo do Alagoas! São essas impressões que dominam uma vida inteira. Muitas coisas compreendo agora que pude estranhar outrora. Sei que, apesar das suas opiniões políticas, o sr. sempre foi nosso amigo” (Malatian, 2010, p. 30).

A carta, recebida por Galvão em meio às homenagens do IHGB, de certa maneira coroava a sua atuação como professor dos príncipes imperiais. Seus ensinamentos, mas, sobretudo, a sua amizade, permaneciam vivos na lembrança de dom Luís. Irrepreensível como mestre na monarquia, toda a experiência de um intelectual como ele seria aproveitada pela República, que se estabelecia no país, tendo a educação como uma de suas principais bandeiras.

Na República, Ramiz fora nomeado, por Benjamin Constant, Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município Federal. Mais tarde, ocupou ainda o Conselho de Instrução Superior e a Instrução Municipal, além de outros cargos que consolidaram sua relação com o ensino e sua atuação como professor, como a própria direção do Asilo Gonçalves de Araújo. O problema do ensino era objeto de muito interesse entre os intelectuais da geração de Ramiz. Basta lembrar que boa parte deles se ocupou da tarefa de produzir materiais pedagógicos. João Ribeiro, por exemplo, publicou em 1900 o manual escolar *História do Brasil. Curso Superior*, além de ter atuado como professor de história da civilização e história do Brasil no Ginásio Nacional, nome que o Colégio Pedro II recebeu com o advento do regime republicano. O livro foi reeditado diversas vezes nas décadas seguintes, o que mostra sua aceitação (Hansen, 2000). Olavo Bilac e Manoel

Bomfim são outros bons exemplos desse cuidado dos intelectuais da época com a elaboração de materiais capazes de instruir a juventude. Juntos, publicaram o famoso livro *Através do Brasil*, de grande sucesso. Individualmente, Bomfim ainda fundou o periódico *Educação e Ensino* e ocupou diversos cargos na instrução pública, inclusive o de diretor do *Pedagogium*, espécie de instituto de pesquisas pedagógicas criado em 1890, portanto, logo após a República, com o intuito de impulsionar a educação nacional. Ramiz Galvão dedicou-se à elaboração de materiais de caráter educativo, pois, como diretor do Asilo Gonçalves de Araújo, escreveu uma série de pequenas cenas teatrais que deveriam ser recitadas pelas alunas da instituição em ocasiões solenes. Essas peças, produzidas entre 1912 e 1930 e que procuram difundir ideias fortemente católicas e patrióticas, foram reunidas após sua morte num livro que recebeu o sugestivo nome de *Teatro educativo* (Galvão, 1938).

A educação ocupava, portanto, lugar central na agenda republicana, na medida em que era encarada como “salvação nacional” por homens como Benjamin Constant e muitos outros (Cartolano, 1994; Gomes, 2009). Essa importância pode ser explicada pela própria restrição ao direito do voto prevista na Constituição de 1891, que impossibilitava a participação dos analfabetos no processo político. Tomando o problema da educação como elemento fundamental para uma reforma moral da sociedade brasileira, os intelectuais do período vão justamente ocupar o lugar de mediadores entre o Estado e a sociedade, saindo em defesa da generalização da instrução como condição para a expansão da cidadania no país (Botelho, 2002).

Após o 15 de novembro, foi criado o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos com o objetivo de cuidar dos assuntos educacionais do país e, para ele, foi nomeado justamente Benjamin Constant. Assim, este último ficava distante do Ministério da Guerra, onde entrava em confronto com o marechal Deodoro, que assumia a presidência. Após o estabelecimento do novo regime, o momento era de fazer diagnósticos. Nesse sentido, logo após ter assumido o cargo de inspetor geral, Ramiz

Galvão produziu um relatório a ser apresentado ao presidente da República em que mostrava o atraso do país em matéria de instrução primária, apesar “dos serviços prestados pelo imperador em prol da educação”, como ele buscou ressaltar. Ramiz Galvão, aliás, não se privou de mencionar tais serviços no documento, que se referiam, basicamente, a algumas escolas com metodologias de ensino diferenciadas (com aulas de música, desenho e ginástica), rapidamente anexadas pela República. Calculando que o país possuía cerca de 40 mil crianças e jovens analfabetos, ele considerava o quadro “vergonhoso para uma democracia” e aproveitava para fazer uma crítica ao próprio regime republicano e à Reforma de Benjamin Constant, que, tendo estabelecido o ensino laico, gratuito e livre, não garantiu a obrigatoriedade escolar, algo que para Ramiz era imprescindível. Assim, apesar de seu catolicismo, nos documentos consultados, Ramiz não se posicionou contra a laicidade do ensino, mas sim contra a ausência da obrigatoriedade escolar:

Desde que a Constituição da República fechou a porta do ensino obrigatório, que tem dado tão lisonjeiros resultados em toda a parte, só restam três meios capazes de povoar as escolas: difundir-las, melhorá-las e fazer propaganda ativa do ensino (Galvão, 1891, p. 247).

Assumindo a postura de gestor, Ramiz Galvão rapidamente vai propor as bases para uma reforma educacional. Ela demandava a melhoria dos estabelecimentos de ensino, que careciam de prédios apropriados e materiais didáticos; a reforma dos livros escolares (sugerindo, inclusive, que o país seguisse o modelo americano em relação a essa matéria); e a contratação de pessoal idôneo comprometido com a “causa santa” da educação. Como se vê, medidas que em muito lembram suas demandas dos tempos em que foi diretor da Biblioteca Nacional e que evidenciam a sua forma de compreender o papel do Estado e a função de uma instituição pública e educacional.

O HISTORIADOR DO IHGB

Passei a vida, como vedes, a lidar com alunos e professores, isto é, com os que fazem do livro a sua arma e o seu incomparável encanto. Ramiz Galvão^[88]

Iniciamos o nosso trabalho tratando da trajetória de Ramiz Galvão e da imagem construída pelos seus biógrafos, por Capistrano de Abreu e por Viriato Correia. Neste momento, gostaríamos de retornar ao tema da memória. Prosseguiremos o trabalho de análise da construção memorial daquele intelectual, mas agora vamos voltar nosso olhar para um espaço específico: o IHGB, instituição em que Galvão atuou durante muitos anos de sua vida, especialmente durante o período republicano, quando ocupou ali uma posição de destaque. Consideramos o Instituto Histórico como uma sociedade do discurso (Gomes, 2009), ou seja, como uma instituição que autoriza não só o que se diz sobre a história do Brasil, mas também aquilo que se fala sobre seus próprios membros: os historiadores. Como veremos, Galvão foi uma figura fundamental dentro do IHGB, especialmente a partir de 1909, quando o barão do Rio Branco assumiu a presidência da instituição, sendo seguido por Afonso Celso, outro intelectual muito próximo a Ramiz. A partir de então, não só ascendeu no *cursus honorum* da casa como recebeu diversas homenagens em sessões especiais, em um período em que o IHGB buscava dissociar-se da forte marca de instituição monárquica, adaptando-se ao novo regime republicano. Acreditamos que esses momentos de celebração são particularmente interessantes para

88. Homenagem [...], 1936, p. 310.

se pensar a dinâmica de construção de sua identidade intelectual diante, inclusive, dessas mudanças políticas e institucionais. Visto que, nessas ocasiões, a vida de um personagem ganha novos sentidos e são traçados marcos biográficos estabelecidos como referenciais. Nessas circunstâncias, a trajetória de vida, entendida como passado, é administrada e domesticada, sendo conferidos a ela alguns significados, que serão repetidos ou ganharão outras nuances em discursos posteriores, como podemos perceber na epígrafe que abre esse capítulo, referente a um momento em que Ramiz é convocado a falar de si e a dar sentido a sua longa trajetória.

Como nos interessa acompanhar o processo de enquadramento da memória de Ramiz Galvão no tempo, selecionamos algumas das principais homenagens feitas pelo IHGB ao acadêmico: a comemoração de seu jubileu científico (em 1918); a celebração dos 50 anos de Galvão no IHGB (1922); as festividades pelo seu aniversário de 90 anos (1936); os necrológicos compostos quando de sua morte (1938) e a cerimônia pelo seu centenário natalício (1946). Alguns outros

momentos da vida desse intelectual na agremiação também serão considerados, mas de forma secundária. São eles: a sua elevação a sócio honorário (1909), a orador perpétuo do IHGB (1915) e a inauguração de um retrato seu no próprio Instituto Histórico (1912). Além dessas homenagens, consideraremos também como Ramiz Galvão figura na produção de um dos mais importantes membros do IHGB: o historiador da historiografia José Honório Rodrigues.



[CAPISTRANO de Abreu]. [S.l.: s.n.], [18--?]. 1 des. a crayon, p&b, 31,7 x 23,5 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1228130/icon1228130.jpg.

Se iniciamos nossa análise situando Ramiz Galvão no período monárquico – momento em que entrou para a Biblioteca Nacional e, como vimos, alcançou notoriedade entre seus pares justamente pelo tipo de trabalho intelectual com o qual se ocupou –, aqui nosso objetivo é estender nossa análise para a República. Como vimos, foi na BN que ele efetivamente se fez historiador, lidando com o passado e com o conhecimento histórico, não exatamente na produção de uma obra interpretativa, mas no trabalho cotidiano com as fontes, na organização de eventos e na viabilização de projetos editoriais. Aclamado na BN durante a monarquia, é no IHGB que ele efetivamente se consagrará como historiador *na República e da República*.

Sai o Império, entra a República

Ramiz Galvão deixou a Biblioteca Nacional logo após o término da Exposição de História do Brasil. A partir de então, e abrindo mão do cargo de professor da Faculdade de Medicina, exerceu a função de tutor dos netos de dom Pedro II. Seu magistério durou até o momento da proclamação da República, quando a família imperial teve de sair do Brasil. É interessante notar como a transição de um regime político a outro acabou servindo como uma espécie de “calcanhar de Aquiles” na trajetória de Galvão. Isso porque todos aqueles que, por motivos diversos, tiveram de se ocupar desse intelectual, acabaram, em algum momento de suas narrativas, tendo de buscar respostas para a questão: afinal, teria sido Ramiz monarquista ou republicano? A sua relação com a monarquia era inegável, o que pode ser comprovado pela própria trajetória desse intelectual. Mas isso fazia dele um adepto do regime? Teria sido ele uma espécie de “aproveitador” que, tão logo viu a família imperial embarcar para a Europa, embrenhou-se nas redes de favorecimento do novo regime, tornando-se um “republicano de última hora”? Vejamos o que dizem seus biógrafos e como o próprio Ramiz buscou responder publicamente a essas questões.

Sobre as relações que manteve com os dois regimes políticos vivenciados pelo país, o Império e a República, Viriato Correia, ao falar sobre o assunto no discurso que fez quando da sua entrada na ABL, retrucou comentários que deviam ser recorrentes:

Acusaram-no de ter abandonado a Monarquia na sua desgraça de 15 de novembro de 89. Deixou de ser monarquista para aderir à República! Afirmo-se. Abandonou os príncipes, de quem era aio! Abandonou o Imperador, de quem era protegido! A acusação do abandono dos príncipes é falsíssima. Ramiz não só não abandonou os netos de Pedro II, como os teve aos seus cuidados no momento mais grave do transe histórico da queda do Império (Correia, [1938]).

Em seu discurso, Viriato Correia dá detalhes do que teria se passado no dia 15 de novembro, chegando, inclusive, a transcrever, com emoção, supostos diálogos entre os agentes envolvidos, beneficiando-se da escrita teatral que dominava. Segundo ele, Ramiz teria saído de casa, como de costume, sem imaginar que as tropas republicanas estavam se movimentando no Campo de Santana. Ao chegar ao Palácio Guanabara, encontrou a princesa Isabel nervosa, especialmente preocupada com a segurança dos filhos. Ramiz procurava, por sua vez, acalmá-la:

A certa altura da palestra, ela, numa crescente agitação de nervos, pergunta se lhe pode pedir um favor.

— Às ordens, Vossa Alteza – respondeu-lhe.

A Redentora senta-se ao seu lado e fala-lhe. Dizia-lhe o coração que aquele movimento ia ter consequências imprevistas e ela temia pela sorte dos filhos.

— São os meus filhos que eu lhe quero confiar – conclui.

Ramiz era um homem sereno, que não deixava transparecer os choques d'alma. Sentiu o peso da responsabilidade que ia pôr aos ombros, mas respondeu com tranquilidade de voz e de olhar:

— Que quer Vossa Alteza que eu faça?

— Que procure colocar os meninos em lugar seguro.

— Neste momento, o lugar mais seguro – lembrou ele – é Petrópolis.

- Mas será possível levá-los a Petrópolis? Perguntou angustiadamente a pobre senhora.
- Eu os levarei até lá – respondeu Ramiz (Correia, [1938]).

O jornalista Alcindo Sodr  (1946, p. 301-302), em um artigo escrito para a *Revista do IHGB*, intitulado “O aio dos príncipes”, oferece outra versão dos fatos, menos melodramática que a descrita por Viriato Correia, mas coincidente com ela no fundamental. Ele afirma que a princesa Isabel pediu, através de um telegrama, que Ramiz levasse os príncipes a Petrópolis. Ele teria obedecido prontamente, encaminhando seus discípulos até a barca Príncipe do Grão-Pará, juntamente com André Rebouças.

No dia 17, quando os príncipes voltaram   corte, desta vez para partirem rumo à Europa, o jornal *O País* noticiou que os jovens foram acompanhados pelo engenheiro Rebouças, não mencionando a presença do tutor. Porém, no dia seguinte, o mesmo veículo divulgou uma contestação de Ramiz Galvão afirmando: “conduzi eu para bordo do *Parnaíba* os pequenos príncipes confiados à minha guarda desde a manhã de 15. Cumpri desta sorte o último dever de meu cargo, com a lealdade e correção que tive sempre por normas” (Sodr , 1946, p. 302, grifo do autor).

Em relação ao seu posicionamento diante das transformações políticas de sua época, não se pode menosprezar o poder que Ramiz Galvão, que convivia diariamente não só com a família imperial, mas com outros intelectuais, tinha de fazer diagnósticos. Certamente, na posição de preceptor dos príncipes, não cabia a ele engajar-se no apoio a um novo regime. Mas era evidente   época que a monarquia, mais cedo ou mais tarde, ruiria. Quando a previsão se confirmou, a República não pôde prescindir da aproximação com aqueles que ocupavam uma posição de destaque no campo político/intelectual. Formuladores de projetos que ultrapassavam qualquer regime político, homens como o barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, conde de Afonso Celso e Ramiz Galvão, entre outros, tinham experiência suficiente para circular de um regime a outro, oferecendo e sendo chamados a oferecer seu capital cultural.

Assim, ao contrário do monarquista Rebouças, por exemplo, Ramiz Galvão não viajou com a família imperial. Permaneceu no Brasil e adaptou-se bem à República, apesar de alguns percalços. Como tantos outros homens de sua época e de sua estatura, conseguiu um cargo no novo regime. Foi nomeado, por intermédio de Benjamin Constant, diretor de Instrução Pública. Em discurso feito no IHGB em comemoração ao centenário natalício de Constant, Galvão – chamado a fazer o elogio do homenageado – pôde rememorar esse momento, lembrando as relações que manteve com aquela personagem. De acordo com o discurso, após o movimento que inaugurou o regime republicano no país, Ramiz Galvão se viu em uma situação muito difícil. Tinha abandonado todos os cargos que ocupara para dirigir a educação dos netos do imperador e o Império ruína. Por um amigo comum, Benjamin Constant ficou sabendo da difícil situação em que o ex-diretor da BN se encontrava e conseguiu do então chefe do governo provisório, o marechal Deodoro, sua nomeação para diretor da Instrução Primária e Secundária do Rio de Janeiro. Ou seja, para presidir justamente um *locus* do poder a que se atribuía a missão de “educar” os jovens cidadãos republicanos (Discurso [...], 1936).

Suas relações com a República, porém, tornaram-se tensas alguns anos mais tarde, em 1893, já no governo de Floriano. Nessa época, seu cunhado, o almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama, envolveu-se na Revolta da Armada. Mesmo sem qualquer relação com o episódio, a proximidade com Saldanha da Gama fez Ramiz Galvão se exilar em Campos até 1894. No ano seguinte, ele e sua família receberam a notícia do brutal fim do almirante. Segundo Angela Alonso (2007, p. 271), o líder da revolta morreu em 24 de junho de 1895 “num ápice de barbarismo, o corpo atravessado por lanças, o rosto golpeado a cutiladas, uma orelha decepada”.

A despeito do episódio familiar traumático, as relações com o novo regime continuaram, sempre no campo da educação e cultura. Ainda sob a República, exerceu as funções de vice-reitor do Conselho de Instrução Superior, chefe da Instrução Municipal do Rio de Janeiro (a convite de Serzedelo Correa) (Discurso [...], 1932), conselheiro da Instrução do Distrito Federal e reitor da

Universidade do Rio de Janeiro, quando criada em 1920, reunindo as escolas superiores que existiam na cidade.^[89] Também nessa época teve forte atuação no IHGB, em especial quando a agremiação estava sob o comando de Rio Branco e, em seguida, de Afonso Celso, o que abordaremos adiante. Por ora, interessa destacar que, em 1921, ocupando posição de relevo no Instituto Histórico e vivendo sob um regime político já consolidado, Ramiz pode encontrar-se novamente com seu antigo pupilo, dom Pedro II, e com o próprio conde d'Eu. Isso ocorreu quando foram o centro de uma homenagem promovida pelo IHGB em meio à suspensão do decreto de banimento para a família imperial e à autorização, por Eptácio Pessoa, do repatriamento dos restos mortais dos ex-imperadores do Brasil.^[90]

O episódio serviu como uma espécie de acerto de contas da República com o seu passado, simbolicamente reconhecido, saudado e sepultado junto com os restos dos imperadores. O período monárquico, às vésperas do centenário da Independência, pôde ser visto como um bom exemplo de usos políticos do passado, na medida em que fortalecia uma imagem de força e tranquilidade do regime republicano. Nesse sentido, era importante a constituição de um panteão dos grandes homens da pátria, no qual dom Pedro II não podia faltar. Como grande homem, ocupava não propriamente o lugar de estadista/Imperador, mas de um cidadão e patriota que sempre amou o Brasil. Ainda assim, como lembra Luciana Fagundes (2017), o repatriamento dos despojos dos imperadores, bem como a visita dos dois membros da família imperial, não se deu sem debates nas páginas dos principais jornais do país. Não é nosso intuito reproduzir aqui

.....

89. A Universidade do Rio de Janeiro foi criada em 1920 a partir da junção da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Direito e da Escola Politécnica, sem que, no entanto, houvesse uma integração maior entre elas. Em 1937, foi reorganizada e recebeu o nome de Universidade do Brasil. Em 1965, passou a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ramiz foi reitor da instituição entre 1920 e 1925 (Favero, 2010; 2006).

90. O discurso proferido por Ramiz Galvão na cerimônia de homenagem ao conde d'Eu encontra-se em *Revista do IHGB*, tomo 90, v. 144, p. 657-666, 1921.

essa longa discussão, que envolveu intelectuais, jornalistas e homens do mundo político (e, claro, pessoas que circulavam por todos esses espaços, como era característico da época), além de republicanos históricos e simpatizantes da monarquia. Antes, queremos destacar a importância do IHGB como grande organizador dos cerimoniais, não só de traslado dos corpos, que ocorreu em 1921, mas também do centenário do nascimento de dom Pedro II, pouco tempo depois, em 1925.

Para essas duas ocasiões, os membros do Instituto formaram comissões. A primeira, como lembra Lúcia Guimarães (2009), encarregada do planejamento do ritual fúnebre e da recepção do esquife do imperador. A segunda, que se ocupava do féretro de dona Teresa Cristina, era formada por senhoras da sociedade carioca. Na primeira, estava Ramiz Galvão. Na outra, sua filha, Anita de Ramiz Galvão. A presença dele neste evento é realmente um episódio interessante. De um lado, pelo papel simbólico que ocupava, como intelectual representativo desses dois momentos da história do país. De outro, porque aquela era a oportunidade de ressaltar as qualidades republicanas de dom Pedro II, algo apenas aparentemente paradoxal, mesmo para a audiência da época.

De acordo com Eliana Dutra (2005a), Ramiz vivenciou, ainda como diretor da Biblioteca Nacional, um conjunto de mudanças que alteraram a feição do país; transformações que acabaram por desembocar no golpe de 1889. Ideias abolicionistas e republicanas mobilizavam os intelectuais e eram debatidas em ambientes frequentados pelo bibliotecário, como a citada Livraria Garnier, centro de sociabilidade da época. O mesmo ocorria nos saraus e encontros promovidos nas casas de pessoas pertencentes a esse círculo intelectual. Juntamente com essas novas ideias, consolidava-se um ideal meritocrático, mais forte no final do Império e que irá se fortalecer ao longo da República. Isto significa dizer que, já nas últimas décadas do período imperial, passou-se a valorizar o talento de alguns indivíduos, que ascendiam socialmente não pela sua tradição familiar (como em um regime aristocrático), mas pelo seu mérito (como se pressupõe que aconteça em um regime republicano). Foi este justamente o caso de Ramiz Galvão.

Vindo de família pobre, conquistou uma posição proeminente no meio letrado brasileiro ainda nos tempos do Império, a partir de seus talentos e das relações sociais estabelecidas. Chegou, inclusive, a receber do imperador o título de barão, alcançando a nobilitação que lhe faltava.^[91] Ou seja, dom Pedro II, de forma “absolutamente republicana”, teria sido capaz de ver e valorizar o mérito daquele jovem garoto cuja avó foi procurá-lo na Quinta da Boa Vista, dando a ele a oportunidade de estudar gratuitamente no Colégio Pedro II e, depois, ocupar o cargo de diretor da BN, selando assim seu futuro intelectual.

Já tivemos a oportunidade de analisar o posicionamento de Ramiz Galvão acerca da República como forma de governo. Quanto a isso, não devemos esquecer que ele teve contato com intelectuais abertamente partidários do republicanismo, como João Ribeiro, e compartilhava com eles o ânimo e a crença no progresso da humanidade. Segundo Patrícia Hansen (2000), para João Ribeiro, a ideia de progresso andava de mãos dadas com a de República, o que significava dizer que a história do Brasil caminhava inexoravelmente para esta forma de governo. Em seus escritos posteriores ao golpe de 1889, percebemos que Ramiz Galvão declarava publicamente esta mesma ideia e percebia o período imperial como uma *passagem* na história do país para um sistema republicano de governo, considerado por ele mais evoluído. Assim, no discurso que fez em 1921, na homenagem aos membros da família imperial, afirmou que “pela história, a República tinha de predominar um dia no torrão único da América, em que tremulava o pendão monárquico” (Discurso [...], 1921, p. 661). Da mesma forma, sete anos depois, na preleção que realizou quando tomou posse na ABL, destacou sua gratidão pessoal em relação a dom Pedro II. No entanto, explicou que, percebendo ser impossível a restauração monárquica, cuidou

.....

91. Sobre a questão da nobilitação pelo mérito e da valorização de uma elite que se constitui pela meritocracia, ver Catroga, 2005 (em especial, o capítulo 4 “Portugal: as comemorações como nostalgia do Império”); Enders, 2000; Bonnet, 1998; 1986.

de “trabalhar com esforço e lealdade pelo progresso da Pátria republicana, porque o ideal da Pátria é superior ao de qualquer forma de governo. E foi como procedi” (Galvão, 1928).

Sabemos que a situação política logo após a proclamação da República foi bastante tensa e que o novo regime demorou algum tempo até se consolidar. Na verdade, como o próprio Ramiz vivenciou, a disputa com os monarquistas estava na ordem do dia nos anos 1890 (Carvalho, 1999; Castro, 2000; Janotti, 1986). Basta lembrar, nesse sentido, o próprio episódio da Revolta da Armada. No entanto, evidentemente, tratam-se de discursos produzidos décadas depois da proclamação da República, quando a hipótese do retorno do regime monárquico era impossível. Foi nesse contexto que Ramiz Galvão, num exercício de seleção de memória, não quis deixar dúvidas em relação às suas simpatias republicanas desde o início do novo regime, até porque sabedor – na teoria e na prática – que não haveria um terceiro reinado. A “evolução” havia ocorrido. No esforço de dar sentido a um ponto nebuloso de seu passado, ele se esforça para produzir a imagem de um leal republicano, porém grato ao imperador.

Não foi por acaso que, em meio às celebrações pelo centenário natalício de dom Pedro II, Ramiz escreveu dois artigos, ambos publicados no tomo especial da *Revista do IHGB*. No primeiro deles, intitulado “O imperador e a instrução pública”, exalta a remodelação de vários estabelecimentos de ensino superior, legados do período regencial, pelo Segundo Reinado e a reforma dos estudos jurídicos, em 1854, e médicos, em 1881. Além disso, lembrou também a criação de uma universidade, que não foi levada à frente, segundo Ramiz Galvão, apesar do empenho do imperador. Obviamente, ele não poderia se esquecer de mencionar a própria reforma da Biblioteca Nacional, da qual foi participante ativo, creditando a ela a influência e presença de Pedro II:

O governo, dando-me em 1873 uma importante comissão na Europa, permitiu-me colher informações seguras para melhorar esse serviço [de organização da Biblioteca Nacional], e com o decreto de 4 de

março de 1876, que reformou a Biblioteca fundamentalmente, transformou aquele depósito de livros velhos em casa de estudos sérios e de publicações úteis para os homens de letras. Posso atestar que a intervenção solícita de D. Pedro II foi em tudo isso preclara e preponderante. Dirigi aquele estabelecimento de 1870 a 1882, e por minhas mãos tudo passou. Ora, essa reforma de 1876 assinalou o ressurgimento da Biblioteca Nacional – obra do Imperador, se pode dizer (Galvão, 1925b, p. 368).

Na oportunidade, Ramiz dedicou-se a um tema que lhe era muito caro – a instrução no Segundo Reinado –, falando do lugar de testemunha ocular, de alguém que participou ou pôde olhar de perto algumas das realizações creditadas à figura do monarca. Isso dava à sua fala uma dimensão de autoridade, ao mesmo tempo em que construía e fortalecia a imagem de dom Pedro II, já disseminada, como homem sábio, culto e partidário de todos os projetos ligados à educação no país. Mas vale destacar outro artigo, também publicado na *Revista do IHBG*, assim como na edição do dia 2 de dezembro de 1925 do *Jornal do Brasil*, dia em que o imperador completaria 100 anos. Intitulado “Graças reminiscências”, o texto também tem o tom de um testemunho pessoal. No caso, de quem não só conviveu na intimidade da família imperial, como teve a sua trajetória acompanhada de perto por dom Pedro. Segundo ele, tal cuidado só demonstra os “desejos patrióticos do insigne Imperador”, que, assim como fez por ele, fez também “por muitos outros brasileiros” (Galvão, 1925a, p. 861). É interessante perceber, nesse mesmo discurso, como Ramiz preocupa-se em apresentar dom Pedro II em suas virtudes patrióticas, trazendo benefícios não a seus *súditos*, mas a outros que, como ele, eram *brasileiros*. O destaque, contudo, é seu desejo de despolitizar o debate em relação ao centenário, afirmando que ele acontecia “sem o menor deslumbre político” e “sem desar para a República” (Galvão, 1925a, p. 859). Mais uma vez, traça a continuidade entre os dois regimes e seu diálogo histórico:

[Era] lastimável que homens de real valor se inspir[ass]em neste sentimento de ódio ao passado, quando esse mesmo passado foi que preparou o advento da República, à qual ninguém hostiliza e servimos todos com solicitude e desejo de a ver cada dia mais sólida, mais próspera e mais brilhante. Diga-se de uma vez por todas: não se trata de endeusar o regime do Império; pretende-se apenas fazer justiça histórica a um brasileiro de grande coração, que trabalhou sem trégua a bem da pátria. Nada mais nobre, nada mais digno de espíritos ponderados e esclarecidos (Galvão, 1925a, p. 859).

Apesar de seu discurso abertamente partidário do regime republicano, as relações de Ramiz com a família imperial e a admiração e dívida que nutria para com o Imperador, muitas vezes deixavam dúvidas sobre a filiação política do letrado. No entanto, a julgarmos pela principal biografia escrita sobre ele, elaborada por Alfredo Mauricéa Filho (1972, p. 49) já nos anos 1970, Ramiz fora “uma alma de profundas raízes republicanas”. Aliás, de acordo com seu biógrafo, tudo o que a monarquia teria premiado no bibliotecário foram características de sua figura republicana. Características que, segundo o autor – ilustrando bem a “ilusão biográfica” –, poderiam ser vislumbradas desde a mais tenra idade em Ramiz. Como já afirmamos, essa biografia é um dos trabalhos mais importantes sobre Galvão. Recorrendo a uma grande quantidade de fontes e documentos, provenientes de vários arquivos, sobre a vida do biografado, é, antes de tudo, um trabalho de fôlego. Trata-se certamente de uma obra fundamental, pois, além de fornecer importantes informações sobre a trajetória de Galvão, o autor traz ainda valiosas indicações dos arquivos e documentos que instituições como a Biblioteca Nacional, a ABL e, notadamente, o IHGB possuem a respeito daquele intelectual. No entanto, interessa-nos destacar aqui não tanto esse ponto bastante positivo do trabalho, mas principalmente a imagem construída do seu biografado, que resultou em um estudo extremamente elogioso. Dele emerge um Ramiz Galvão não só republicano desde a juventude, mas também “grande professor”, “mestre na escrita” e “gigante de

caráter”, só para citarmos algumas das qualidades ressaltadas ao longo do texto.

Mauricéa Filho optou por tratar de cada espaço por onde Ramiz Galvão passou, não se preocupando necessariamente em seguir uma cronologia tradicional da vida do biografado, embora inicie sua obra falando um pouco de sua infância e juventude. Por outro lado, seu trabalho segue uma estrutura presente em alguns tipos de biografias, tornando-se um compêndio que alterna informações sobre a trajetória do biografado, resumos e citações de suas obras. Em meio à sua narrativa, o autor também reserva determinados espaços em que reflete sobre a sua tarefa como biógrafo:

[...] o que afirmamos é que em biografia nada se inventa; recolhem-se fatos, e, quando muito, tiram-se ilações, deduzem-se algumas passagens mais ou menos verossímeis. O próprio Ramiz tinha um caráter neste ponto. Nada de inexato lhe agradava (Mauricéa Filho, 1972, p. 35).

Mauricéa Filho compartilhava da concepção de que, por meio da vastidão de documentos que levantou e consultou a respeito de Ramiz Galvão, poderia chegar a compor uma imagem do seu biografado “tal como ele foi em vida”. Como a citação deixa transparecer, não descarta a necessidade de deduzir e concluir alguns fatos que os documentos não esclarecem. Mas, em sua concepção, nada que pudesse colocar o leitor em dúvida de que estava realmente em frente a um verdadeiro retrato de Ramiz Galvão. Aliás, a verdade e a exatidão são compromissos que o biógrafo possuía para com seu biografado, sempre tão cioso de tais princípios. O Ramiz Galvão “apreendido” pelas fontes, por Mauricéa Filho, é um homem fora do comum em caráter e inteligência. Em sua vida não teve dúvidas ou defeitos, além de sempre ter conduzido com firmeza seu destino:

Nada se perde, uma linha sequer, no fio do pensamento oratório. Ramiz não conhecia manchas. Não tinha hiatos ou desconexões.

Não sabia o que eram linhas curvas ou diversórias... senão que vai aonde quer, guiando-se a si mesmo, como hábil condutor seguro e equilibrado, caminhando sem atropelos e acidentes, no trânsito difícil das idéias (Mauricéa Filho, 1972, p. 83).

As qualidades que ressalta em Ramiz Galvão são basicamente as mesmas que Viriato Correia e Capistrano também enfatizavam, quando se referiram ao diretor da Biblioteca Nacional: a seriedade, a retidão e o envolvimento com o trabalho. Mauricéa Filho, no entanto, justamente por pretender construir um texto biográfico (o que não era o objetivo de Capistrano ou Viriato Correia), expande essas características, ressaltando não só que elas acompanham Ramiz por todos os lugares pelos quais passou e atuou, mas como são inerentes à sua natureza e podem ser percebidas desde a sua juventude:

Há uma expressão latina de que muito, ao que parece, gostava de usar Ramiz Galvão, tão amiudadas vezes a encontramos em seus escritos: *ex digito gigas*. A ele bem se ajusta o dito “pelos dedos se conhece o gigante”. Pois já eram claros os indícios do gigante das nossas letras e da nossa história a manifestar-se no moço esguio, misto de inglês e de ibérico, nos traços que a herança lhe deu, porém muito nosso, cem por cento brasileiro, pela pujança e integridade da consciência cívica, que o impulsionava (Mauricéa Filho, 1972, p. 14-15).

Nesse mesmo trabalho, mais adiante, o autor reforça a ideia, presente também no discurso de Viriato Correia, de que o Ramiz Galvão, sexagenário, em nada diferia do jovem recém-saído das salas do Colégio Pedro II:

O moço de 18 anos ou 19 anos, como ele mesmo afirma, repete-se, quase por inteiro na forma e todo inteiro na substância, naquele sexagenário, que a Monarquia tomou para si para o entregar intangível e imutável às gerações republicanas (Mauricéa Filho, 1972, p. 22).

Ao longo da biografia, uma das virtudes mais destacadas pelo autor é o forte sentimento cívico e republicano de Ramiz Galvão. As qualidades ressaltadas são supostamente tão fortes que chegam a emocionar o biógrafo, a ponto de fazê-lo parar a narrativa e comentar o seu deslumbramento em relação à figura do seu biografado, que deseja compartilhar (e transmitir) ao leitor:

Deixamos aqui cair o lápis sobre o papel. Há um mundo tumultuoso de pensamentos e reflexões que se atropelam na ânsia de chegar ao termo. Há emoções felizes que também nos perturbam e cansam. Pois não é fácil ao biógrafo e ao crítico seguir as pegadas de um vulto da estrutura de Ramiz Galvão que parece às vezes movido de uma preocupação de humildade desconcertante, deixando-nos sem pista, quase apagados que são os traços de sua caminhada (Mauricéa Filho, 1972, p. 84).

Creemos que, a partir dos elementos destacados, torna-se evidente o caráter fortemente hagiográfico do trabalho de Mauricéa Filho. Mas este não é certamente o único ponto passível de crítica na obra. Ao longo do texto, as fontes consultadas são utilizadas sem muito rigor, como se fossem expressões diretas da personalidade do biografado. Acontecimentos rememorados por Ramiz Galvão com décadas de distanciamento em relação ao evento são tomados como expressões diretas do pensamento do jovem Galvão e não como uma reelaboração posterior.

Como foi dito, apesar do caráter parcial (que não é exclusividade desta biografia), o livro tem méritos, especialmente pela quantidade de documentos citados, pelo levantamento das obras e da correspondência de Ramiz, além dos resumos que faz destes documentos. No entanto, é importante perceber como, à medida que Mauricéa Filho pretendia fazer um estudo reconstruindo o “verdadeiro” Ramiz, ele não só produzia a imagem de um homem que praticamente já nasceu pronto, pois determinadas qualidades suas já podiam ser vislumbradas desde a sua mais tenra idade, como também ressaltava características em que ele, o autor, percebia valor, como foi o caso do espantoso espírito

cívico e republicano do personagem. Para ele, foi justamente esse espírito republicano que o regime monárquico e o próprio Pedro II puderam reconhecer e premiar.

As duas entradas no IHGB

Se há algo que efetivamente se pode afirmar sobre Ramiz Galvão é que ele fez parte do grupo de intelectuais longevos. Em 1938, quando morreu, era um dos membros mais velhos do IHGB, tanto no que se refere à idade – pois viveu 92 anos – quanto ao tempo de permanência dentro do Instituto, uma vez que fora admitido como sócio da academia em 1872. Ou seja, em momento ainda inicial de sua administração na Biblioteca Nacional, quando começava seu primeiro grande trabalho.

Ramiz foi membro do Instituto Histórico durante 66 anos, participando ativamente de seu funcionamento em boa parte deles. Como era de se esperar, durante todo esse período, pode acompanhar de perto as diversas mudanças pelas quais passou o IHGB, sendo a principal delas a necessidade de se adaptar às transformações políticas do país. Criado durante a monarquia, e essencialmente ligado à tarefa de consolidação do Estado Imperial, o IHGB sofreu alguns reveses quando da instauração do novo regime, mas conseguiu se afirmar como legítimo e útil à ordem republicana. Não seria exagero dizer que Ramiz foi um agente dos mais importantes, estando à frente dos diversos ajustes e mudanças vividos pela agremiação nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX.

O texto “Apontamentos sobre a Ordem Beneditina em geral e em particular sobre o mosteiro no Brasil” habilitou Ramiz Galvão a fazer parte do círculo de acadêmicos do IHGB. Entretanto, não podemos desprezar a atenção que o então jovem diretor da Biblioteca Nacional recebeu de dom Pedro II, especialmente no início da sua carreira e como isso foi importante para sua entrada na agremiação. Se dois anos antes, em 1870, Ramiz Galvão fora chamado pelo próprio dom Pedro para dirigir aquela que deveria

ser a principal biblioteca do país, em 1872, recebeu mais uma ajuda imperial. De acordo com o próprio acadêmico, sua indicação para novo membro do IHGB veio logo após um encontro casual com o imperador, no qual este fora informado, pelo próprio Galvão, do envio de um exemplar de seus “Apontamentos...” para apreciação do Instituto. O trabalho que, ao que tudo indicava, dormia esquecido em algum lugar do IHGB, reapareceu e foi rápida e positivamente avaliado, fazendo do então diretor da BN o mais novo integrante da instituição (Galvão, 1925a, p. 859-861).

De acordo com Galvão (Discurso [...], 1922), a sessão em que foi empossado contou com a presença do imperador e de figuras importantes da política e da intelectualidade da época, tais como o marquês de Sapucaí (que presidiu o Instituto por cerca de 30 anos), Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello (barão Homem de Mello), o conselheiro Olegário de Aquino e Castro, Antônio Álvares Pereira Coruja, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e José Ribeiro de Souza Fontes. Convém salientar que, nesse momento, Ramiz penetrava numa rede de sociabilidade bastante intrincada e que perpassava, além de alguns órgãos do governo imperial, diversas instituições de saber. O barão Homem de Mello, por exemplo, foi ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império entre março e novembro de 1880 e, nessa mesma época, foi um grande incentivador da Exposição de História do Brasil, um dos principais projetos levados a cabo por Ramiz Galvão durante o período em que administrou a BN.^[92] Se, com Homem de Mello, ele estreitaria relações mais tarde, com outros pares, como Antônio Álvares Pereira Coruja, Joaquim Fernandes Pinheiro e José Ribeiro de Souza Fontes, os laços estavam, de alguma maneira, atados. O primeiro deles presidiu os exames

.....

92. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello formou-se em direito em 1858 e foi presidente das províncias de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia. Entre 1861 e 1864, foi professor de História Universal do Colégio Pedro II. De 1869 a 1874, esteve à frente do Banco do Brasil e, entre 1873 e 1874, atuou como inspetor da Instrução Primária e Secundária do ministério de João Alfredo Corrêa de Oliveira. Em 1880, integrou o Gabinete Saraiva como ministro do Império. Cf.: Barão [...], 2015.

finais de Ramiz Galvão em 1854, quando ele ainda era estudante da escola primária. Já os dois últimos foram seus professores no Colégio Pedro II. Convém destacar que o novo acadêmico ainda encontraria no IHGB outros velhos conhecidos, como Joaquim Manuel de Macedo, seu ex-professor de história do Brasil, além de seu cunhado José Saldanha da Gama e os amigos Alfredo Taunay e Ladislau Neto. Dessa forma, fazer parte do Instituto Histórico não indicava somente o reconhecimento de um trabalho historiográfico pela comunidade acadêmica mais respeitada de historiadores. Significava também adentrar num círculo bastante fechado, cujos membros atuavam em importantes instituições do período imperial e onde era possível, ao mesmo tempo, retomar e estreitar velhos laços e constituir novas e promissoras relações sociais. Foi justamente nessa teia que Ramiz Galvão se inseriu em 1872, aos 26 anos de idade.

Embora tenha entrado no IHGB ainda durante a monarquia, só é possível observar uma atuação mais enfática sua na instituição durante o período republicano, especialmente a partir de 1909. Nesse ano, ascendeu à hierarquia da agremiação e voltou a participar de forma mais efetiva de suas atividades, das quais esteve distante durante algumas décadas. Esse período de ausência é referido em alguns discursos de seus pares. José Carlos de Macedo Soares (1946, p. 294), por exemplo, na cerimônia de celebração do centenário de Ramiz, em 1946, afirmou que ele compareceu ao Instituto “no dia 12 de outubro de 1909, depois de um afastamento de 26 anos”. O conde de Afonso Celso, em discurso proferido em 1912, por ocasião da inauguração do retrato de Galvão, afirmou que ele “esteve bastante tempo afastado do nosso convívio, mas foi como Aquiles, recolhido à sua tenda, de onde saiu em ocasião própria, para alcançar novas vitórias, porventura superiores às antigas” (Discurso [...], 1912). Embora os documentos não expliquem de forma clara as razões desse distanciamento, podemos pensar em algumas hipóteses capazes de explicá-lo.

De acordo com o parecer que elevou Ramiz Galvão a sócio honorário do Instituto, ele teria atuado em comissões do IHGB por mais de uma década, entre 1873 (portanto, logo a seguir à

sua admissão) e 1887 (Quarta [...], 1909). Nessa época, esteve à frente, por exemplo, das comissões de história, de pesquisa de manuscritos e de revisão de manuscritos. Apesar disso, é possível que as visitas de Galvão ao IHGB não fossem muito frequentes, o que pode ser explicado pelas funções que acumulava na época. Devemos lembrar que, na década de 1870, além de estar à frente da BN, Galvão lecionava na Faculdade de Medicina e ainda passou mais de um ano em viagem à Europa. Na década de 1880, os cuidados com a educação dos netos de dom Pedro II certamente eram sua principal atribuição, o que o obrigava a permanecer com seus discípulos em Petrópolis por alguns períodos. Estar no IHGB, nesse contexto, era secundário. Nos anos 1890, bem no início da República, além de estar envolvido com diversos cargos ligados ao magistério, teve de se ausentar do Rio de Janeiro, partindo para uma espécie de “exílio forçado” em função do seu parentesco com o almirante Luís Felipe Saldanha da Gama. O isolamento acabou afastando-o da vida pública e do posto de diretor-geral da Instrução Pública, ocupado naquela época. Num momento de instabilidade política do regime republicano, participar ativamente de reuniões numa instituição tão vinculada à monarquia, como era o IHGB, talvez não fosse conveniente. Especialmente, para alguém que, ao deixar todos os cargos que ocupava para cuidar da educação dos príncipes imperiais, com o advento do novo regime, teve de praticamente recomençar sua trajetória intelectual. Max Fleiuss nos dá a entender que o afastamento de Galvão se deveu também a certo desacordo com a direção do Instituto, embora não explicite quem era, de fato, o foco do desentendimento:

Quando Rio Branco assumiu a presidência do Instituto, não vendo entre os sócios a figura do eminente brasileiro, cometeu-nos a grata incumbência de convidá-lo a tornar ao nosso convívio de que fazia anos se arredara, devido a desinteligência com um dos antigos presidentes (Fleiuss, 1936, p. 314).

Se levarmos em conta essas informações e as confrontarmos com as de José Carlos de Macedo Soares, dez anos depois, acreditamos ser possível afirmar que, entre o início da década de oitenta do século XIX e o final da primeira década do XX, Galvão se afastou fisicamente do Instituto. Ainda assim, aceitou participar da presidência da Associação do 4º Centenário, comissão dedicada à celebração dos 400 anos de descoberta da América. Esse período coincide com os últimos anos da direção do visconde do Bom Retiro (1875-1886) e com as presidências de Joaquim Norberto de Souza Silva (1886-1891), Olegário de Aquino e Castro (1891-1906) e do marquês de Paranaguá (1906-1907). Trata-se de um momento crítico na história do IHGB, desestabilizado e até atacado, o que tem efeitos na queda de produtividade dentro da agremiação e na diminuição considerável de seus recursos financeiros.

Em um importante estudo sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante a Primeira República e início do governo Vargas, Lúcia Paschoal Guimarães mostrou as dificuldades enfrentadas pela agremiação na última década do Império e durante os primeiros governos republicanos. Nos últimos anos da monarquia, o debate de trabalhos e os concursos promovidos, características marcantes dos momentos de glória do IHGB, durante o Segundo Reinado, foram cedendo espaço às rotinas burocráticas e, cada vez mais, seus “quadros sociais passaram a ser formados, sobretudo, por servidores e amigos da família imperial” (Guimarães, 2006, p. 22). Profundamente ligado às elites imperiais e à figura do próprio monarca, protetor do Instituto, no início do período republicano, o IHGB não contou nem com a simpatia da República, nem com apoios de quaisquer tipos. A instituição viveu uma época de decadência que ameaçou, inclusive, a sua sobrevivência. Até por isso, em 1890, quando da presidência de Norberto de Sousa Silva, foi criada uma nova categoria de sócio, os beneméritos. Sua função era, *grosso modo*, dar fôlego econômico ao IHGB, já que estavam dispensados de possuir suficiência literária. Eram, em geral, pessoas ligadas aos meios financeiros da capital – banqueiros, homens de negócio etc. – que assumiam, no ato de admissão, o

compromisso de fazer um donativo de, no mínimo, dois contos de réis (Guimarães, 2006).

A reabilitação do Instituto Histórico se deu, ainda segundo Lúcia Guimarães, após os dois governos militares, com a chegada das oligarquias ao poder. Aos poucos, com a estabilização do regime, as autoridades republicanas se aproximaram da antiga academia, admitindo alguns favores e fornecendo auxílios que serviram para reerguer a casa. Nesse processo, as administrações do barão do Rio Branco (que assumiu a presidência em 1908, quando já ocupava o cargo de ministro das Relações Exteriores) e do conde de Afonso Celso (que esteve à frente da agremiação entre 1912 e 1938) marcam o soerguimento da instituição. Ela passou, a partir de então, a viver outro momento de grande atividade intelectual. Em seu estudo acerca do IHGB durante o período republicano, Hugo Hruby (2009) procura matizar um pouco essa ideia, que associa o soerguimento do IHGB com as presidências de Rio Branco e Afonso Celso. Ele destaca como a ampliação do ritmo de trabalho no interior da instituição já poderia ser percebida desde a gestão de Olegário Herculano de Aquino e Castro, entre 1891 e 1906. Porém, o mais importante a destacar, como afirma Angela de Castro Gomes, é que a reconstrução do Instituto e sua aproximação com o governo republicano assinalam igualmente as novas demandas historiográficas trazidas pela República e o interesse – de dupla face – entre o IHGB e o novo regime:

Embora a questão fundamental permanecesse – compreender como se dera “a formação do povo brasileiro” –, o contexto mudara, produzindo consequências no tipo de respostas possíveis. Dito de outra forma, era inevitável conviver com as demandas de legitimidade do novo regime, articuladas, como não poderia deixar de ser, com a “invenção” de uma tradição política republicana para a história desse novo Brasil. Um empreendimento delicado, pois deveria retomar o passado colonial, considerar as “glórias” do passado imperial, sem desmerecer o presente republicano (Gomes, 2009, p. 30-31).

Dessa forma, o que queremos demonstrar é que o distanciamento de Ramiz Galvão em relação ao Instituto, ao que parece, coincidiu com um momento delicado de sua história. Isto é, ocorreu durante um período de declínio em relação ao papel intelectual desempenhado pela agremiação, que precisou se ajustar a outro contexto político e cultural. Assim, acreditamos que, tão fortemente marcado pelas relações próximas com a família imperial e com o regime monárquico, Galvão escolheu se distanciar do IHGB, num autoexílio prudente. Por outro lado, sua volta se deu justamente quando a agremiação tomava novo fôlego e as redes se reconfiguravam a partir da nomeação do barão do Rio Branco para sua presidência. Esse momento marcou não só a ascensão de Ramiz em sua hierarquia, como também se constituiu quase como uma segunda entrada na instituição. Se ele foi introduzido, em 1872, pelas mãos de Pedro II, voltava ao IHGB, então republicano, pelas mãos do ministro das Relações Exteriores. Certamente, não era mais o jovem de 26 anos. Tornara-se um intelectual respeitado pela sua atuação: uma referência em matéria de ensino e trato com livros. Soube, a partir de então, fazer daquela casa o seu segundo e mais longo lugar de consagração. Seu novo lar, sua nova Biblioteca Nacional.

Neste caso, é importante atentar para algumas datas. Se, em agosto de 1909, Galvão foi elevado a sócio honorário, apenas alguns meses depois – em novembro do mesmo ano – alcançava o mais alto grau dentro da instituição, tendo sido indicado por seus membros como sócio benemérito. Nesta época, os beneméritos possuíam uma conotação diferente daquela de quando o cargo foi criado. Ser benemérito passou a simbolizar o topo da carreira de associado, que compreendia os cargos de sócio correspondente, efetivo, honorário e, por fim, benemérito. De acordo com Lúcia Guimarães:

[...] o seu acesso ficava reservado apenas aos sócios honorários. A promoção deveria ser votada em assembleia-geral e, para alcançá-la, o associado deveria ter completado, no mínimo, vinte anos de

filiação, além de possuir uma destacada folha de serviços (Guimarães, 2006, p. 52).

Sendo assim, foi no momento em que o IHGB começou a procurar um novo lugar de destaque dentro de um novo regime, que queria se legitimar, que Ramiz voltou ao seu convívio. Não é casual, portanto, que tenha sido, a partir de então, que ele passou a ocupar uma posição de relevo na condução da agremiação, formando, juntamente com outros dois acadêmicos, o conde de Afonso Celso e Max Fleiuss, a chamada *trindade do Silogeu*.^[93] Com eles, e com o barão do Rio Branco, compôs a elite da elite que conduziu a sociedade do discurso que escreveria a história do Brasil republicano.

Afonso Celso, Max Fleiuss e Ramiz Galvão permaneceram 25 anos à frente do Instituto Histórico. Essa aliança, que começou a ser moldada durante a administração de Rio Branco, só teve fim em 1938, ano em que Ramiz Galvão e, logo depois, Afonso Celso faleceram, ambos grandes nomes do grupo católico existente no interior do IHGB. O conde e Fleiuss mantinham relações muito próximas desde antes da presidência do primeiro. Nessa época, Afonso Celso ocupava o cargo de orador do Instituto, enquanto Max Fleiuss havia sido designado, por proposta desse amigo, secretário perpétuo da academia (Guimarães, 2006). Foi em 1912, com a morte de Rio Branco e a presidência do Conde, que Ramiz Galvão ocupou seu lugar, passando ao posto de orador oficial. Três anos depois, é elevado à categoria de orador perpétuo, grau que, até aquele momento, não havia sido concedido a nenhum integrante da casa. A partir de então, é possível observar dois movimentos. O primeiro deles foi abordado por Lúcia Guimarães, que destacou a atuação orquestrada da trindade a cada vez que os membros do IHGB se reuniam. De acordo com a autora:

.....
93. A expressão é utilizada por Lúcia Guimarães (2006).

Na Sala de D. Pedro II, a cena se abria, com a performance do Secretário Perpétuo. Costumava apresentar as novas proposições de trabalho, fossem de cunho administrativo ou de ordem acadêmica. Em seguida, o conde passava para o primeiro plano das ações. Tecia alguns comentários sobre a relevância do assunto, porém não emitia nenhum julgamento a respeito e designava uma comissão executiva encarregada de estudar o tema ou a proposta. Ato contínuo, acionava o seu outro coadjuvante. Sugeriria, com certa sutileza, o nome de Ramiz Galvão para coordenar as atividades do grupo. Longe de se fazer de rogado, Ramiz Galvão aceitava a indicação e agendava imediatamente uma reunião de trabalho. Sua presença naquelas comissões representava não só a garantia de que o empreendimento seria levado avante, a despeito das críticas ou opiniões contrárias, mas também a certeza da tarefa cumprida com apuro (Guimarães, 2006, p. 61).

O segundo movimento, ligado diretamente ao primeiro, diz respeito à própria atuação e posição que Ramiz Galvão passou a ocupar no IHGB, especialmente na gestão de Afonso Celso. Seu nome é presença obrigatória em todas as comissões e empreendimentos realizados, como as comemorações do centenário de descobrimento do Brasil; os congressos de história de 1914, 1922 e 1931; a elaboração do *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico*; a fundação da Academia de Altos Estudos/Faculdade de Filosofia e Letras do IHGB; e as comemorações da transladação dos restos mortais dos imperadores dom Pedro II e dona Teresa Cristina. Também nesse período, dirigiu a *Revista do IHGB*, à frente da qual permaneceu durante 26 anos, exatamente entre 1912 e 1938. Ou seja, ocupando o posto de orador perpétuo, Ramiz atuava como um secretário “extraordinário”, no duplo sentido da palavra. Ele falava e fazia as coisas acontecerem.

Idoso, prestigiado e reconhecido, foi então objeto de diversas homenagens prestadas pelos seus consócios. Estes, em seus discursos, acabavam não apenas louvando as ações de Ramiz Galvão dentro do Instituto, mas também cunhando sua figura como um modelo de intelectual, de intelectual republicano.

Professor e patriota: Ramiz Galvão como modelo de historiador republicano

Como costuma ocorrer, o trabalho de construção da memória de Ramiz teve início ainda em vida, mas ultrapassou o período de sua existência. Ele também se fez por diversos veículos, fossem eles as notícias e perfis divulgados pela imprensa, os discursos produzidos pelos seus pares do IHGB e na ABL, ou ainda os textos autorreferenciais, isto é, pronunciamentos do próprio Galvão. Como já foi dito, esse processo, que culminou na seleção de eventos e na atribuição de significados que condensassem a trajetória desse intelectual, não aconteceu de forma linear. Tampouco os agentes envolvidos possuíam os mesmos critérios, interesses e visões acerca do personagem sobre o qual falavam. Com isso, queremos dizer que, ao analisar a memória construída de Ramiz Galvão (e certamente isso vale para outros atores históricos), deveríamos sempre utilizar o substantivo no plural: *memórias*. Isso porque a imagem cunhada deste intelectual pelos seus biógrafos ou pelos consócios na ABL pode ter ganhado atributos distintos, em maior ou menor grau, daqueles que recebeu no IHGB, por exemplo. Mesmo dentro do Instituto Histórico, o que se percebe é que, a cada vez que a figura de Ramiz era celebrada, sua memória se atualizava, na medida em que algumas características anteriormente atribuídas a ele permaneciam ou eram atenuadas, enquanto novas emergiam nos discursos.

Para percebermos essas nuances, optamos por analisar as imagens e os valores conferidos a Ramiz Galvão pelo IHGB, obedecendo à cronologia dos eventos comemorativos. Tal estratégia nos permite perceber as seleções, as repetições e as adequações existentes no processo de consagração da sua memória dentro da agremiação. Optamos por trabalhar os discursos produzidos sobre Ramiz Galvão juntamente com os documentos autorreferenciais, com o objetivo de estabelecer um diálogo entre eles. Isso porque acreditamos que, como muitos outros intelectuais, havia o interesse dele próprio em construir uma imagem pública de si. Diversos historiadores, em seus estudos sobre intelectuais,

buscaram perceber como esses homens de letras muitas vezes se empenharam em construir uma imagem de si próprios, utilizando para isso os mais diversos meios. Alguns montam coleções particulares, salvaguardando documentos que remetem diretamente a suas trajetórias. Esse é o caso, por exemplo, do intelectual mineiro Nelson de Senna, que, ao longo da vida, construiu uma grande coleção de retratos, discursos e estudos, realizados por ele mesmo. Depois de sua morte, todo esse acervo foi doado ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, que o mantém sob um fundo com o seu nome.^[94] Alguns textos, como os prefácios, também cumprem esse papel tão especial de construção da imagem de um intelectual. Gisele Venâncio (2009), por exemplo, se debruçou sobre os prefácios de Oliveira Vianna, observando como neles o intelectual formava um autorretrato, tomando-se como um homem com ideias à frente de seu tempo e totalmente dedicado às ciências e ao saber.

Como nos lembra Angela de Castro Gomes (2004), é justamente com a emergência do indivíduo moderno que a vida do homem comum, ou seja, daqueles que não ocupavam os papéis sociais de reis ou grandes estadistas, ganha importância, a ponto de se querer conhecê-la e perpetuá-la para a posteridade. Esse interesse, em muitos casos, parte do próprio indivíduo que, numa tentativa de ordenar a sua própria existência fragmentada, procura dar a ela coerência por meio da escrita. Sendo assim, cartas, diários íntimos e “memórias” podem ser compreendidos como textos autorreferenciais e espaços privilegiados de uma escrita de si. Mas não só eles. No caso em que estamos estudando, os discursos proferidos por Ramiz, nas solenidades em que era homenageado, podem nos dizer muito sobre a forma como ele mesmo buscava se construir perante os outros membros do Instituto e sobre a imagem que queria legar à posteridade. Sendo assim, destacaremos de que forma ele foi acrescentando e solidificando elementos à sua imagem, que, posteriormente, foram retomados

.....
94. Sobre a Coleção Nelson de Senna, ver Borges, 2007.

pelos seus pares, integrando esse processo de enquadramento da sua própria memória. Certamente, todos esses textos podem ser encarados como elaborações memorialísticas.

Retomando as considerações de Yves Clot (1989) e seu debate com Pierre Bourdieu, convém destacar que o interessante aqui é justamente analisar os sentidos que os sujeitos dão à sua própria história e esse papel organizador próprio do exercício memorialístico. Mais ainda, nos interessa perceber como esse processo ocorre quando tratamos de um intelectual com uma trajetória com as características da de Ramiz Galvão.

O IHGB é um espaço privilegiado de construção memorialística. Ou seja, é uma instituição especializada em produzir e enquadrar memórias. Por um lado, porque foi construtora da memória de determinados eventos e personagens da história “brasileira”, alguns deles selecionados em tempo cronológico em que sequer seria possível falar em “Brasil”. Por outro lado, a memória de seus integrantes também sempre mereceu sua atenção especial. Periodicamente, o IHGB realizava eventos dedicados à exaltação de seus historiadores, em especial por meio dos elogios, um gênero que, como lembra Roger Chartier (1997, p. 150), em conjunto com as anedotas, antologias e miscelâneas, “visava perpetuar a recordação de um determinado autor (reunindo seus escritos ou ditos espirituosos) e, para além do retrato individual, traçar a imagem ideal do homem de letras”. O gênero elogio também foi objeto de estudo de Jean-Claude Bonnet (1998), que percebeu, na substituição das orações fúnebres por esse tipo específico de texto, a valorização do ideal republicano do mérito, em detrimento dos antigos ideais aristocráticos, baseados no nascimento. É justamente no interior das academias que o elogio vai se desenvolver, construindo a trajetória de seus membros e tendo como tônica não o berço, mas as virtudes morais e méritos intelectuais de seus sócios.

Não por acaso, existia, no interior do próprio Instituto Histórico, a figura do orador perpétuo. Um sócio muito especial, cujo trabalho era celebrar a memória dos outros membros da agremiação. Como vimos, Ramiz foi orador perpétuo do IHGB por

longos anos. Era, portanto, duplamente profissional em memória: não só porque se dedicava à construção da memória nacional,^[95] como também pelo empenho na elaboração e enquadramento da memória de seus pares, assim como da sua. Dessa forma, ele era estratégico para construir uma imagem desejada de historiador, de historiografia e do IHGB. Mas o próprio orador perpétuo, que tanto homenageava, teria que ser também homenageado. No caso de Galvão, a primeira grande cerimônia a ele dedicada aconteceu em 1918, quando foi celebrado o seu jubileu científico: o aniversário de 50 anos de formado pela faculdade de Medicina (Sessão [...], 1918). Naquele momento, ele era o segundo consócio em antiguidade no IHGB, perdendo apenas para o conde d'Eu, que entrou para a instituição em 1864, mas que não era atuante. Ou seja, Ramiz era o decano da agremiação.

Na sessão extraordinária do dia 3 de dezembro de 1918, dedicada ao jubileu de Ramiz Galvão, a palavra inicial ficou por conta do presidente Afonso Celso. Este, ao afirmar a importância da “glorificação dos varões ilustres do seu grêmio e do Brasil”, iniciava seu discurso lembrando o que já ressaltamos: um dos deveres do Instituto era o compromisso com a memória de seus integrantes. Em seguida, como era de praxe, o conde fez um apanhado das funções exercidas pelo homenageado dentro do IHGB, destacando a sua “enorme produção” intelectual (Sessão [...], 1918). O pronunciamento principal, no entanto, ficou por conta de outro consócio, Basílio de Magalhães. Nesse tipo de celebração, os discursos, de modo geral, seguem a proposta de fazer uma biografia extremamente elogiosa do homenageado e Magalhães não fugiu à regra. No entanto, nos interessa aqui destacar os elementos da personalidade e da vida de Galvão enfatizados, no sentido de compor a memória do homenageado.

.....

95. De acordo com Marcelo Wanderley (1998, p. 63), a dedicação de Galvão à construção da memória nacional pode ser exemplificada nos diversos projetos que assumiu ao longo de sua trajetória, em especial o seu trabalho de constituição de acervos documentais e sua presença em diversas comissões que visavam à promoção de solenidades cívicas.

Em sua exposição, Basílio de Magalhães destacou momentos fundamentais da trajetória de Galvão, apontando, já na sua infância, algumas características que o acompanhariam durante toda a vida, em especial o notável engenho e inclinação para os estudos. Para corroborar essa ideia, o orador contou pequenas histórias que rememoravam, por exemplo, desde o prêmio que Galvão recebeu aos oito anos pelo seu bom aproveitamento nos estudos (quando ainda era aluno da Sociedade Amantes da Instrução) até o excelente desempenho, durante o curso de Medicina, no qual “recebeu as notas mais elevadas em todos os exames finais, até 1868”:

Era costume, naqueles tempos dos costumes bons, conferir a Sociedade Amante da Instrução um prêmio ao aluno que mais se distinguisse pelo aproveitamento em seus cursos – coube esse galardão, em fins de 1853, a uma criança de oito anos, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que o recebeu das mãos do famoso brigadeiro Miguel de Farias e Vasconcelos, então presidente daquela humanitária agremiação (Sessão [...], 1918, p. 561-562).

Segundo Magalhães, desde muito cedo Ramiz teria se mostrado inclinado aos estudos. No entanto, apesar da erudição e de todo o reconhecimento conseguido ao longo da sua vida, a modéstia e a simplicidade sempre foram características do homenageado. Foi para enfatizar essa ideia que o próprio Basílio, durante a sua fala, optou por se referir a Galvão apenas pelo nome, subtraindo-lhe tanto o título acadêmico (doutor) como o nobiliárquico (barão), pois afirmava que “o mais modesto, o mais acessível, o mais simples dos homens” preferia não os utilizar (Sessão [...], 1918, p. 560). É interessante observar que a imagem do homem erudito, interessado desde cedo pelos estudos, e modesto, não foi atribuída somente a Galvão. Como mostrou o trabalho de Rebeca Gontijo (2007), ela serviu para caracterizar outros intelectuais, como Varnhagen e Capistrano de Abreu. Este último, em especial, teve a simplicidade elevada a um alto nível, chegando a ser associada, muitas vezes, à fama de desleixado.

O que queremos destacar aqui é que esses são elementos recorrentes na caracterização de um determinado tipo de intelectual ligado ao saber enciclopédico, que englobava o conhecimento da história, o domínio das línguas antigas e modernas, além de uma profunda dedicação aos estudos. No caso de Ramiz Galvão, igualmente ao magistério, o que retomaremos adiante. Por ora, nos interessa observar outros elementos que aparecem no discurso de Magalhães. Um pronunciamento que nos parece especialmente importante por ter sido produzido no primeiro evento dedicado exclusivamente à celebração da vida e da obra de Galvão no IHGB.

Além de se caracterizar pela modéstia, dedicação aos estudos e pela erudição, Ramiz Galvão é representado, na exposição de Magalhães, muito mais como um homem das letras do que das ciências, apesar da sua formação em medicina. De acordo com o consócio:

[...] não há no Brasil quem o supere quanto à profundeza do preparo literário, sobretudo no que respeita às línguas clássicas e à vernácula; e também se constituiu radioso farol no amplo cenário da Pátria, investigando-lhe o passado e o presente, para poder iluminar-lhe o ainda indeciso futuro (Sessão [...], 1918, p. 559-560).

Essa inclinação para as letras e a história é apontada, inclusive, no discurso que o próprio Galvão fez como orador, na sua formatura pela Faculdade de Medicina. Em seu pronunciamento, Basílio de Magalhães chegou a reproduzir um bom trecho desse documento, com o objetivo de evidenciar a maneira como Ramiz lidava com eventos e referências históricas para justificar e engrandecer a necessidade da medicina. É o caso da passagem a seguir:

Se o flagelo epidêmico ameaça as cidades, a sorte dos exércitos e das esquadras, surge o apóstolo da vida, e com ele os sinais da vitória se erguem nos topos e nas ameias. [...] Se a civilização moderna reclama a regeneração de uma raça escravizada e a abolição, embora

lenta e refletida, do elemento servil que mantém a riqueza produtiva de um país, o higienista aparece, e, no meio dos apaixonados argumentos que escurecem a verdade, ele difunde a luz dos seus conhecimentos positivos, dá, por assim dizer, o fio de Ariadne, que conduz os governos no labirinto dos problemas tão graves! Se os sábios procuram o túmulo de um herói para conferir-lhe honras singulares, – o anatomista desce ao fundo dos sarcófagos e na face dos ossos carcomidos lê a história de um passado secular que esclarece e confirma as tradições (Sessão [...], 1918, p. 563-564).

Embora para os padrões acadêmicos atuais seja curioso vermos um médico como diretor da Biblioteca Nacional, além de membro do IHGB e da ABL, instituições consagradas à história e às letras, isso não constituía novidade para os critérios intelectuais do século XIX e das primeiras décadas do XX. Pelo contrário, justamente por não haver uma formação específica e universitária do profissional da história, muitos dos homens que se dedicavam a esse conhecimento possuíam uma educação diversificada e bastante ampla. Assim, os quadros do IHGB eram compostos por advogados, médicos, religiosos e militares, muitos dos quais atuavam não só no estudo da história, da geografia e da língua pátrias, mas também em áreas como jornalismo e magistério. Sendo assim, quando Basílio de Magalhães afirmou que Galvão foi mais um homem das letras do que um homem das ciências, entendemos que ele utiliza um artifício retórico, com o objetivo de agregar ao personagem a imagem do historiador que se dedicava ao estudo do que interessava para compreender seu país e seu povo: o conhecimento da sua língua e de seu passado, o que, aliás, não se desvincula das práticas de um médico.

Cabe salientar, ainda, mais outros três elementos que integram a imagem que Magalhães construiu de Ramiz Galvão. O primeiro deles é o papel que o cargo de diretor da Biblioteca Nacional ganhou em sua biografia. O orador aproveitou a celebração do jubileu para lembrar as condições precárias em que se encontrava a BN quando Ramiz a assumiu, atribuindo a ele, portanto, o mérito de grande organizador e renovador daquela instituição:

O que era a BN só se pode exprimir por esta palavra – *caos*. Frei Camilo, em seus 17 anos de direção, não se revelava administrador, mas bibliófilo. Encerrado no seu gabinete a deletrear incunábulo, a decifrar paleótipos, a arrolar cimélios e a amontoar diversas produções arqueológicas e etnográficas. Pouco se lhe dava da desordem que reinava na repartição. Ramiz estava apenas 12 anos à frente do meritório estabelecimento, e esses 12 anos ele os pode proclamar como os mais fecundos e gloriosos da sua vida pública. Ele é que na realidade foi o beneditino pela paciência, pelo devotamento e, sobretudo, pela *vis organizatrix* que revelou ali (Sessão [...], 1918, p. 563).

No discurso, são lembrados ainda os funcionários que o auxiliaram na BN; a reforma de 1876, que dividiu a biblioteca em 4 seções e encetou a elaboração dos catálogos e a criação dos *Anais*; além da exposição de 1881. A partir daí, a passagem pela Biblioteca Nacional foi assumindo, nos diversos discursos pronunciados sobre Galvão, um lugar capital em sua biografia, constituindo-se como um acontecimento biográfico: uma espécie de divisor de águas entre o anonimato e o reconhecimento intelectual.

O segundo elemento importante refere-se à atuação de Ramiz Galvão como professor, função que corrobora e reforça a sua característica de letrado. Além de afirmar que o homenageado possuía “comprovada vocação para a nobre carreira magisterial”, ele lembrou suas passagens como professor de zoologia e botânica na Faculdade de Medicina, de grego e retórica no Colégio Pedro II e, já na República, de inspetor geral da Instrução Pública Primária e Secundária. O orador chega ainda a comentar que a exclusão da cadeira de grego da lista dos preparatórios oficiais se deveu ao fato do governo ter receado que “vindo nos faltar Ramiz Galvão, ninguém mais soubesse e pudesse ensinar [essa língua] no Brasil” (Sessão [...], 1918, p. 569).

Por fim, o terceiro elemento na caracterização que Basílio de Magalhães faz de Ramiz Galvão aparece logo ao final do discurso, como um fechamento. Ao terminar o seu depoimento enfatizando

que o homenageado foi e era um homem de “assombrosa capacidade de trabalho” e “profundamente voltado para as letras”, Magalhães contou uma última historieta, envolvendo ninguém mais ninguém menos que o mais reconhecido historiador do IHGB à época:

Encarregado pelo meu querido amigo que tão superiormente dirige os destinos do Instituto, o Sr. Conde de Afonso Celso, de declarar a Capistrano de Abreu que a colaboração deste naquele vultoso trabalho [a comissão do Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil] era por ele e por todos nós reputada indispensável – foi me logo perguntando o nosso maior historiador a quem é que teríamos por chefe em tal empreendimento. E, apenas lhe declinei o nome de Ramiz Galvão, não hesitou Capistrano em prometer-nos o seu relevante auxílio, proclamando que quem teve a sabedoria e a ponderação precisas para o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, agora, mais do que nunca, as houvera de ter para a obra titânica do *Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil*. Vós todos sabeis quanto vale em tal caso o parecer de Capistrano de Abreu, cuja rude justiça brota espontânea de um caráter sem jaça e de uma competência inigualável (Sessão [...], 1918, p. 573).

Como se vê, no discurso de Basílio de Magalhães, Ramiz Galvão aparece não só como um grande erudito, cuja vocação para o saber e as letras se mostrava desde a mais tenra idade, mas igualmente como um homem simples e modesto. Na sua fala, o orador dá destaque à passagem do homenageado pela Biblioteca Nacional e à sua atuação como professor. Finaliza, enaltecendo outras qualidades de Ramiz, reconhecidas, inclusive, pelo grande historiador Capistrano de Abreu: a de responsável pela organização, coordenação e gestão de grandes empreendimentos culturais. Erudito, professor e gestor: essas são as faces de Ramiz para Magalhães.

O que teria Ramiz a dizer sobre si mesmo em 1918? Que elementos de sua trajetória ressaltaria naquela época? Também nas comemorações de seu jubileu, teve a oportunidade de falar

de si. Discursos como esses, autorreferenciais, propiciam balanços de vida e são muitas vezes permeados de pequenas histórias e lembranças que vão sendo apropriadas posteriormente. Assim, após Basílio de Magalhães, foi a vez do próprio Ramiz Galvão subir à tribuna. Seu discurso é extremamente “pedagógico”, pois ali expôs publicamente a sua trajetória. Para ele, sua vida poderia ser dividida em três fases. A primeira compreenderia o momento inicial de sua carreira, quando ministrava aulas e emergiu como o jovem e promissor diretor da Biblioteca Nacional. A segunda fase corresponderia à época em que cuidou da educação dos príncipes, de 1882 a 1889. E, por fim, a terceira estaria ligada à sua volta ao ensino, desta vez no cargo de diretor da Instrução Pública. Vale observar como, na própria compreensão que Ramiz tinha de sua trajetória, a passagem pela BN ocupava um papel de divisor de águas em sua biografia. O outro grande evento era o exercício do magistério. Embora ele perpassasse os três períodos traçados, tornando-se o mote condutor de sua vida, o momento da educação dos príncipes teve especial destaque. Essa divisão não aparece sem propósito em sua fala. Antes, confirma a imagem de “velho batalhador da causa do ensino”, que atribuiu fortemente a si mesmo e que, com certeza, queria estender para além de 1918 (Sessão [...], 1918).

A atuação como professor, que já fora mencionada no discurso de Basílio de Magalhães, aparece na fala de Ramiz como a maior evidência de seu patriotismo e espírito democrático, na medida em que se dedicou a ensinar desde os filhos da realeza até os menos favorecidos. Ou seja, o magistério emerge como uma missão civilizadora e patriótica, em moldes iluministas e republicanos/democráticos:

A maior parte da longa vida de vosso companheiro se voltou à instrução da mocidade, desde os augustos filhos da realeza até os infelizes órfãos nascidos e criados na triste penumbra da pobreza, – todos por igual merecedores de carinho e devotamento, porque o espírito cristão e o ideal democrático os não distinguem (Sessão [...], 1918, p. 576).

Como se disse, nesse aspecto, Galvão fez questão de lembrar algo que não apareceu no discurso de Basílio de Magalhães, mas que o homenageado destacou: a atuação como preceptor dos príncipes. Num momento em que a monarquia não representava mais um perigo para o governo republicano, Ramiz lembra sua proximidade com a família imperial, mas converte o seu trabalho como tutor em um exercício patriótico do magistério. Este, como se sabe, tem como fim a formação de jovens. No caso, o futuro monarca, que teria assumido o comando do país, se não houvesse a proclamação de 15 de novembro:

Chamado a dirigir a educação dos filhos da princesa Imperial, a senhora D. Isabel, a esse novo empenho consagrei sete anos de afanosa lida, sacrificando estudos prediletos e dando tudo quanto podia dar ao preparo intelectual e moral de um futuro Imperador do Brasil. Não desconheço de certo quanto era superior às minhas forças esta missão sagrada, da qual podia depender mais tarde o futuro da Pátria; mandou, porém, quem podia, e eu obedeci (Sessão [...], 1918, p. 577).

O patriotismo – que independe de regimes políticos – é lembrado ainda em outro episódio de sua vida: o da Questão Christie, ocorrida quando tinha 16 anos. De acordo com Ramiz Galvão, tal evento teria insuflado seu sentimento patriótico, fazendo-o correr “para alistar-se no rol dos defensores do Brasil ofendido”. Tempos mais tarde, já amadurecido, percebeu que podia expandir esse sentimento “batendo à porta dos sábios cultores da história nacional” do IHGB (Sessão [...], 1918, p. 577). Dessa forma, por meio de pequenas historietas de seu passado, ele deixava muito clara a maneira como queria ser lembrado: pelo seu trabalho como professor, indissociável de seu sentimento patriótico.

Quatro anos mais tarde, na concorrida sessão que homenagearia os 50 anos de entrada de Ramiz Galvão no IHGB, o patriotismo e o trabalho como preceptor dos príncipes são incorporados ao discurso do orador oficial da noite, Afrânio Peixoto. Também

ele se apropria da divisão tripartite estabelecida pelo próprio Ramiz para construir sua vida. Num discurso permeado por diversas referências clássicas (o que remetia à própria formação do homenageado, dedicada em grande parte ao estudo da cultura e da língua gregas), Peixoto, assim como Basílio de Magalhães, destaca a simplicidade de Galvão e rememora casos contados sobre a sua inclinação, desde jovem, para os estudos. Entre elas, mais uma vez, o episódio citado sobre o prêmio recebido quando estudava na Sociedade Amantes da Instrução:

Desde as primeiras letras que o Humanismo vos escolheu seu devoto, e aos oito anos, pelos rudimentos dessa cultura merecíeis um prêmio da Sociedade Amante da Instrução – [...] – prêmio que recebestes das mãos do brigadeiro Miguel de Frias e Vasconcelos... aquele mesmo que, mais de vinte anos antes, tivera um papel na abdicação de Pedro!... Abeiráveis a História, que seria vosso sacerdotício (Discurso [...], 1922, p. 495).

Naquele momento, a ideia de um “homem das letras” já aparecia fundida à imagem de Galvão. Da mesma forma, a sua representação como professor e administrador da BN se encontrava consolidada, como se fosse impossível abordar sua vida sem passar por esses dois acontecimentos: a administração (e, conseqüentemente, o revigoramento) da Biblioteca Nacional e a sua atuação como professor, especialmente, mas não somente, dos príncipes imperiais.

No entanto, o discurso de Afrânio Peixoto possui algumas nuances que nos ajudam a pensar como, ao mesmo tempo em que ele se apropriava de uma narrativa memorial que já vinha sendo cunhada, trazia elementos novos, que serviam para enriquecer a imagem do homenageado produzida dentro do IHGB. Um dos mais interessantes diz respeito ao fato de Afrânio Peixoto figurar Ramiz como um “homem de ação”:

Doutor noviço, começaste logo vossa faina, noviciado de educador, ensinando em 69 e 70, Grego e Retórica no Pedro II. Daí vos tomaram

para vos dar a cidade dos livros, onde o jovem humanista se iria revelar *homem de ação*, organizador, administrador, e vos faria, sem deixar jamais a vossa vocação de eloquência, aproximardes dos vossos outros louros de historiador, que não deparam na vossa coroa de humanista. *Também Tucídides, fugindo à praça pública, punha os mais famosos discursos que fora capaz de fazer na boca de seus heróis* (Discurso [...], 1922, p. 495, grifos nossos).

O trecho parece novamente tomar o período em que Ramiz esteve à frente da Biblioteca Nacional como um momento fundamental de sua trajetória. Vale lembrar que o homenageado vai para o IHGB e a BN quase ao mesmo tempo. Para Afrânio Peixoto, foi nesta última que ele se tornou *historiador*, por seu trabalho diário em meio aos documentos da instituição. No entanto, Afrânio lançou mão, nesse ponto de sua fala, de uma expressão que nos chama a atenção: ele chamou Galvão de *homem de ação*. Uma espécie de administrador diligente e eficiente que organizou – e, na verdade, fez – a Biblioteca Nacional. Um antes e um depois para a BN e para Ramiz. Ainda de acordo com ele, apesar desse fato decisivo, Galvão jamais teria deixado de lado a eloquência, sendo, portanto, um *homem da palavra* – um professor e orador – ao mesmo tempo em que era um *homem de ação*.

De acordo com Angela de Castro Gomes (2008), a divisão entre homem de ação/homem de palavra se tornou uma espécie de “fórmula compartilhada” pelos integrantes da política republicana entre 1945 e 1964. Ela aparece, inclusive, nas entrevistas feitas com Afonso Arinos de Melo Franco, nas quais ele trabalha com essas categorias (que em sua fala são utilizadas, por vezes, como opostas) para se caracterizar como um “político de palavra”, um “homem do parlamento” (Alberti, 2004). Aqui, a expressão aparece nos anos 20, em outro contexto: o cultural. No entanto, como lembra Gomes, a diferenciação entre ação e palavra não deve ser tomada de forma rígida. No caso do discurso de Afrânio Peixoto, o orador parece representar Ramiz Galvão como um homem que circulava entre as duas esferas, a da eloquência e a da ação:

Mas a vossa eloquência não fugiria à sedução do gênio grego e romano, que o queria ornado de arte, como Sócrates e como Tulio, cuja sensualidade estética é patente, desde o gosto das palavras escolhidas, até o transunto da culta filosofia... Queria mesmo o primeiro deles que a eloquência fosse uma arte útil e educativa como vós fazeis (Discurso [...], 1922, p. 495).

Por outro lado, como diretor da Biblioteca Nacional, Ramiz foi, para Afrânio Peixoto, um “homem de ação”. Por isso, é comparado a Tucídides, que, como historiador, colocou seus melhores discursos na boca de seus heróis. Assim, ele *agiu*, organizando a instituição e possibilitando que outros explorassem seu acervo e alcançassem a fama como historiadores. É fundamental observar como, na visão de Afrânio Peixoto, a atuação de Ramiz Galvão vai ganhar um novo significado. Ele pode ser considerado – nos termos que adotamos – um intelectual mediador, pois embora não tenha escrito obras históricas de vulto, lidou o tempo todo com documentos históricos e, mais do que isso, possibilitou que outros intelectuais conhecessem o passado e, através desses documentos, fizessem progredir os estudos históricos no país. Teria sido, portanto, dessa maneira singular que Ramiz, como nos lembra Sirinelli (1998), detinha um poder de difusão e ressonância culturais, bem como uma grande credibilidade no interior das redes de que participava.

Além da percepção de Galvão como “homem de ação”, outro elemento que pode ser encontrado no discurso de Afrânio Peixoto é a compreensão do homenageado como uma pessoa “constante”, que já reunia na juventude as mesmas características presentes na maturidade. Características que, embora estivessem presentes, não apareciam de forma tão intensa e transparente no discurso de Magalhães, feito quatro anos antes:

Eu vos pude evocar, senhor Ramiz Galvão, na vossa formosa mocidade... E não éreis diferente de hoje... Já tínheis o mesmo porte másculo, senhoril, elegante, vós que tudo sabeis e só não sabeis envelhecer, pois que não mudaste de corpo nem de alma, pois que

até a vossa feliz natureza é constante e fiel a si mesma. A mesma polidez que nos exalça [...], o mesmo gesto poupado e comedido, a mesma voz harmoniosa e quente e, ia dizer e não recuo, porque me posso justificar, a mesma ênfase romântica, na palavra e no conceito. [...] Glória a vós Ramiz Galvão, que traçastes, antes dos vinte anos, o vosso retrato (Discurso [...], 1922, p. 498; 500).

É importante perceber como a fala de Afrânio Peixoto serviu de referência para o discurso que Viriato Correia pronunciaria no dia que assumiu a cadeira 32 da ABL em 1938. Em seu pronunciamento, Viriato se apropriou da frase dita por Peixoto 16 anos antes, a qual afirmava que “Ramiz sabia tudo, só não sabia envelhecer”, e da ideia de constância/coerência da sua vida, que, como vimos, marcou o discurso do membro do IHGB:

Para quem lhe começa a estudar a vida é realmente a precocidade o primeiro espanto. Aos dezenove anos publica o primeiro livro – *O púlpito no Brasil*. Aos dezenove anos não somos nada – apenas começamos a aprender. Ele está de mentalidade inteiramente formada. Naquela idade verde dá o máximo: *O púlpito no Brasil* é a sua maior obra. Nunca se viu ninguém completar tão cedo uma formação mental. E tão acabada é essa formação que aos trinta anos, aos quarenta, aos cinquenta, aos setenta, aos oitenta, aos 92, quando morreu, Ramiz Galvão é exatamente a mesma criatura dos dezenove (Correia, [1938]).

Como se vê, na homenagem feita em 1922, em função das comemorações pelos 50 anos de entrada de Ramiz Galvão no IHGB, novos elementos vão sendo incorporados à sua memória em franco processo de enquadramento. Enquanto a erudição e alguns eventos de sua vida são reafirmados, outras características vão se delineando. A divisão tripartite, sugerida pelo próprio Galvão, é assumida por Afrânio Peixoto, que apresenta a percepção de seu confrade como um homem não só de palavra, mas de ação, cuja vida e personalidade são marcadas pela continuidade, sendo possível encontrar no jovem Ramiz Galvão

as mesmas qualidades que possuía na sua maturidade e velhice. Outro ponto que nos parece fundamental destacar é a circulação desses discursos, que acabam constituindo matrizes para a confecção de pronunciamentos posteriores, como aconteceu com Viriato Correia nos anos 1930.

É, por exemplo, o que ocorre em 1936, quando Ramiz seria novamente homenageado dentro do IHGB, desta vez por ocasião das comemorações de seu nonagésimo aniversário. A sessão comemorativa contou com representantes do presidente da República, da Academia Brasileira de Letras, do PEN Clube do Brasil e da colônia rio-grandense. Também estavam presentes à homenagem a família de Ramiz Galvão, o príncipe dom Pedro de Orleães e Bragança (seu ex-discípulo), o ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema e Alceu de Amoroso Lima, grande líder do laicato católico.



ANIVERSÁRIOS

No dia 14 — as sras. Adelia Gomes de Pinho, Stella Lúbia Barbosa e Maria Evangelina Alves de Brito Cunha, as senhorinhas Maria Sylvia Romero, Goulmar da Silveira, Azevedo, os sr. Ottonio de Almeida, Manoel Martinho Nobre, Alberto Ramos Ferreira Lima, e Christiano Franco, o comendador Oliveira Bortolin.

No dia 15 — a sra. Albertina Dias, esposa do nosso querido compatriota e illustre director de "A Noite", o dr. Diogo Junior, as senhorinhas Maria Luiza Braz e Odete Teixeira e o sr. João Gonçalves, o sr. viceministro de Moraes, o dr. Assis Figueiredo e o sr. Carlos de Melo, o dr. Ricardo Xavier de Almeida.

No dia 16 — as senhorinhas Judith Pinheiro Lima, Maria Leonor Pinheiro, Evangelina Pinheiro, Anna Felipe Nery, Myrthes Alves de Castro, Elizabeth Warren, Helena Martins Godinho, Maria Carolina Loureiro, Maria de Lourdes Viana e Carmen Muller, o dr. Oscar Rodrigues Alves, vice-secretário do Estado do Rio de Janeiro, o dr. Manoel Godinho Rodrigues, a gaúcha Lygia, filha do canal dr. Otávio de Azevedo.

No dia 17 — a sra. Nina Ellyria Silva Junior, as senhorinhas Anízia Terci, Isadora Bianca, Maria Isabel Pinto Delamare, Adelaide Viana, Vera, Hermes e Wanda Gregório da Fonseca, a exa. reuma, d. Agostinho Bortolin, o sr. Roberto de Niterói, o dr. Fabio Bueno Brandão, sub-director do Theatro Nacional.

No dia 18 — a sra. Antonio Menezes as senhorinhas Dina Ribeiro Neves e Delf de Deus, irmã dos nossos queridos dr. Diogo Junior e Marquez de Diniz, os sr. Lafayette Rodrigues Pereira, José Sizenando Teixeira, o almirante Alfredo Pinto de Vasconcelos, o dr. Waldomiro Gomes, o illustre presidente do Estado do Rio Grande do Sul, os senhores Siqueira

Pereira e Carlos de Freitas, o deputado federal Dr. Sílvio Lopes, os sr. Luiz van Erven e Andria Neves.

No dia 20 — as sras. Angélica Cabral de Mello e José Maria Nery, as senhorinhas Cecy Benites, Lucilla Hermida Fraga e Cecy Silva Lobo, a grega Sônia Menezes, o dr. Alberto Duarte Estrada.

NOVATOS

— a senhorinha Bráulio Lopes e o dr. Jovial Pinheiro.

— a senhorinha Gertrudes Silva e o sr. Odete Martins.

— a senhorinha Consuelo Afonso de Carvalho e o sr. José Canavieira.

— a senhorinha Lúcia da Gama Malheiro e o sr. Emilio de Macedo.

— a senhorinha Nair Cruz Santos e o sr. Antonio Dino Galvão Bueno.

CASAMENTOS

— a senhorinha Ermelinda Louise Guido e o sr. Agostinho Moraes.

— a senhorinha Theresia Gloria da Costa e o sr. Bento de Silva.

— a senhorinha Regina da Silva Paranhos e o sr. Francisco Junior.

— a senhorinha Celso da Conceição Soares e o sr. Antonio Fernandes Filho.

— a senhorinha Maria Ribeiro Lacerda e o sr. Severo Ocidente.

DEPARTAMENTOS

Estive, finalmente, a recepção que o sr. embaixador da Itália e a senhora Montagna ofereceram, sábado último, ao corpo diplomático e à sociedade.

Essa reunião, que foi a primeira que o illustre casal deu aqui, iniciou o contacto com a sociedade carioca, tendo os esplendidos salões da embaixada acolhido as ligadas mais brilhantes e representativas do nosso mundo official e elegante.

O sr. Charles de Raupold, ministro da Itália, junto ao governo do Brasil, ofereceu, quarta-feira, passado, no Hotel Gloria, um jantar.

A essa reunião, que teve o cunho da maior elegância, compareceram os sr. ministro das Relações Exteriores e senhora Félix Pacheco, S. Um momento, no Brasil, embaixador da França e madame Gonty, embaixadora de negócios da China e senhora Dui, embaixadora de negócios do México e senhora Rodolfo Nery, senhora de Buenos Aires, de Honório de Saules, director do Protocolo, sr. João Neves, embaixador embaixada argentina monsenhor Lora, auxiliar do Ministério Apostólico, comal, Joaquim Eulálio, official de gabinete do sr. ministro das Relações Exteriores, senhora de Octavio Brito e senhora, senhora de Octavio Brito e senhora, senhora de Octavio Brito e senhora.

O dr. Michel Iracabal Zanetti, embaixador do Chile, junto ao governo brasileiro, recebeu, nos confortáveis e luxuosos salões do Hotel Gloria, hoje, a tarde, o corpo diplomatico, as altas autoridades e a sociedade brasileira, oferecendo-lhes uma bella festa.

Deixou o Rio, segunda-feira, o sr. Vianha para a legação de Caracas, onde vive

S. A. o príncipe de Pedro de Orleães e Bragança, no Instituto Histórico e Geográfico, entre os sr. João de Deus, Galvão, e Alceu de Amoroso Lima. Sua visita tem na mais a primeira edição do San- Paulo, comemorativa que do sr. Pedro de Orleães, o sr. João de Deus, Galvão, e Alceu de Amoroso Lima, o sr. João de Deus, Galvão, e Alceu de Amoroso Lima, o sr. João de Deus, Galvão, e Alceu de Amoroso Lima.

NOTICIÁRIO ELEGANTE. Revista da Semana, n. 47, anno XXVI, 14 de novembro de 1925. p. 24. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_02&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=10470.

A primeira homenagem prestada a Ramiz nessa cerimônia é a leitura de um telegrama enviado diretamente da cidade do Vaticano pelo cardeal Pacelli (futuro papa Pio XII), no qual se lê: “Santo Padre di cuore benedice Ramiz Galvão” (Homenagem [...], 1936). Em seguida, Afonso Celso faz um breve discurso. Ao contrário das cerimônias anteriores, essa solenidade foi composta por pronunciamentos rápidos, proferidos pelo próprio presidente do IHGB e por Ramiz Galvão. A revista do Instituto, no entanto, trazia ainda um texto escrito pelo terceiro componente da *trindade*, Max Fleiuss. Nele se discorre sobre a vida do homenageado, que é acompanhado por uma ode latina de autoria do doutor J. A. Padberg-Drenkpol, professor da Universidade do Distrito Federal. Entretanto, não sabemos se esses dois últimos textos foram lidos no dia da comemoração.

O discurso proferido por Afonso Celso e o texto escrito por Max Fleiuss não trazem grandes alterações à imagem de Ramiz Galvão já projetada nas falas de Basílio de Magalhães e Afrânio Peixoto. Mais uma vez, ele é representado pela sua atuação ampla como professor, fundador do Instituto dos Bacharéis em Letras, diretor da Biblioteca Nacional, preceptor dos netos de dom Pedro II e dirigente das instruções municipal e federal. Apenas Afonso Celso acrescentou a todos esses títulos mais um, que Ramiz ainda não possuía em 1922, o de imortal da Academia Brasileira de Letras. A grande novidade presente no discurso que o presidente do Instituto fez acerca de seu consócio foi a proposição de que a biblioteca do IHGB passasse a se chamar “Biblioteca Ramiz Galvão”, pois, de acordo com o Conde, um homem como ele mereceria um altar em meio “a uma catedral de livros” (Homenagem [...], 1936). Em seguida, foi a vez de Ramiz Galvão subir mais uma vez à tribuna. Num pronunciamento emocionado, o homenageado se disse apenas um “velho estudioso” e creditou todas as homenagens recebidas ao livro, objeto que deu sentido à sua existência. Nesse momento, aproveitou para lembrar o episódio citado do daguerreótipo, utilizando-o como símbolo maior de sua trajetória. Em sua fala, ele mesmo percorreu sua biografia:

Chamado vezes para substituir nas cadeiras de grego e literatura os respectivos professores, meus mestres, no sempre amado Colégio Pedro II; de 1870 a 1882 diretor da Biblioteca Nacional, casa de livros onde passei os dias tranquilos e mais deliciosos da minha existência; professor, por espaço de onze anos, da Escola de Medicina do Rio de Janeiro; preceptor dos príncipes brasileiros [...]; por duas vezes diretor da Instrução Municipal; mais tarde presidente do Conselho Superior de Ensino e reitor da Universidade do Rio de Janeiro; diretor de um grande estabelecimento de educação, o asilo Gonçalves de Araújo, por espaço de 30 anos, – passei a vida, como vedes, a lidar com alunos e professores, isto é, com os que fazem do livro a sua arma e o seu incomparável encanto (Homenagem [...], 1936, p. 310).



OS FUNERAES de Ramiz Galvão. *Revista da Semana*, n. 15, anno XXXIX, 19 de março de 1938. p. 34. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_03&pasta=ano%201933&pesq=&pagfis=19944.

Essa foi a última vez que Ramiz esteve presente a uma homenagem no IHGB. Dois anos depois, quando morreu, sua imagem de homem das letras, que viveu boa parte de seus 92 anos em meio aos livros e aos alunos, movido por um profundo sentimento patriótico, parecia consolidada. Isso significa dizer que esses foram alguns dos aspectos da personalidade de Galvão mais enfatizados ao longo do tempo, não só nos discursos de seus pares como nos dele mesmo. Afinal, como pretendemos mostrar, Ramiz não se privou de expressar como gostaria de ser lembrado.

Muitas das características constitutivas da imagem construída para Ramiz Galvão vieram à tona no momento de sua morte. Essa data, mais do que qualquer outra, permite uma retrospectiva da vida do homenageado e o estabelecimento de um sentido para ela. Dentro do Instituto Histórico, o encarregado de fazer seu necrológio foi o ministro Alfredo Valadão (1938, p. 882), que definiu o acadêmico como um “elo entre a monarquia e a república”, em referência ao destaque que Ramiz possuía durante o Segundo Reinado e ao fato de ter atuado em instituições dos dois regimes. Num discurso permeado por diversas referências às homenagens anteriores e por frases ditas pelo próprio Ramiz, Valadão reafirmou o que Basílio de Magalhães e Afrânio Peixoto haviam demarcado: a precocidade de Galvão (e aí são retomados os casos já citados sobre os prêmios recebidos ainda quando criança e a atuação primorosa na faculdade de Medicina); seu trabalho em prol da renovação da Biblioteca Nacional; sua atuação como professor; o episódio da Questão Christie. A entrada para a Biblioteca Nacional e sua indicação para preceptor dos príncipes ganharam destaque no necrológio, especialmente esse último evento, ajudando a confirmar todo o patriotismo do homenageado, convertendo-o num sacrifício pela pátria:

Aceitando o encargo de dirigir a educação dos filhos da excelsa princesa Isabel, de como o exerce, pode dizer: “consagrei sete anos de luta afanosa, sacrificando estudos prediletos e dando tudo quanto podia dar ao preparo moral e intelectual a um futuro imperador do Brasil” (Valadão, 1938, p. 877).

Oito anos depois, em 1946, Alfredo Valadão teria a oportunidade de rememorar as qualidades de Galvão, dessa vez na cerimônia de comemoração dos 100 anos de seu nascimento. Relembrando que havia destacado, em ocasião anterior, as diversas qualidades de seu consócio, o discurso do ministro segue um caminho diferente: menos o do elogio e mais o do agradecimento. Valadão conta que entrou para o IHGB em 1912, em virtude da sua obra *Campanha da Princesa*, e que foi recebido, no dia da sua posse, justamente por Ramiz Galvão. O orador lembra a “generosidade sem limites” de seu consócio, um dos principais estimuladores da composição de uma *História da Campanha*, trabalho que Valadão (Palavras [...], 1946) só conseguiu escrever anos mais tarde.

A cerimônia comemorativa do centenário de Ramiz Galvão contou ainda com discursos de José Carlos de Macedo Soares, Braz do Amaral, Pedro Calmon e Alcindo Sodrê. Para melhor perceber como a memória de Galvão foi construída dentro do IHGB, valem algumas observações sobre o pronunciamento de Alcindo Sodrê, intitulado “O aio dos príncipes”, que trata exclusivamente desse momento da vida de Galvão. Se lembrarmos que, em 1918, o papel de preceptor foi mencionado apenas por Basílio de Magalhães, embora tenha recebido destaque no discurso do próprio Galvão, podemos afirmar que este fez um bom trabalho, ao tornar esse episódio um evento de destaque em sua biografia. Nesse sentido, Sodrê ressaltou alguns acontecimentos, como a criação de três jornais que serviam como um “exercício espiritual” para os jovens discípulos. Por meio deles, rememorava o trabalho de Galvão e sua proximidade com a família imperial, mas, seguindo os discursos produzidos anteriormente, incorpora esse episódio da trajetória de Galvão, dando a ele um sentido eminentemente republicano: o de uma vida devotada ao ensino e ao patriotismo.

Mencionamos que, durante o período em que o IHGB foi presidido por Rio Branco e Afonso Celso, a instituição teve de se adaptar aos interesses e necessidades de um novo regime político, o que significou repensar um modelo de escrita da história e o

próprio papel do historiador. Dessa forma, um desafio constante para os historiadores do IHGB era incorporar a essa nova história, republicana, o passado colonial e, principalmente, imperial (Gomes, 2009). Se essa questão estava presente na produção e na discussão historiográfica no interior do Instituto, ela também não escapava desse processo de construção da memória de seus membros. Assim, ao considerar a trajetória de muitos de seus sócios, era preciso lidar com a atuação que tiveram durante a vigência da monarquia. Ramiz, como vimos, era certamente um desses casos, em que houve um investimento em interpretar sua extrema proximidade com a família imperial da forma mais republicana possível.

Sobre essa questão, cabe lembrar o trabalho de Rodrigo Turin acerca do *ethos* do historiador oitocentista, notadamente marcado pela sinceridade, a cientificidade e a utilidade. O autor percebe que esses elementos constituíam a prática historiográfica e o perfil dos historiadores durante o período imperial. Mas eles se preservam, com algumas modificações durante a República:

Toda a ritualística que envolvia a produção historiográfica na época imperial, delimitando os contornos do perfil do historiador nacional e tendo por requisitos a afetividade patriótica, a cientificidade e a orientação pragmática, vão assumir, principalmente a partir das décadas de 1870 e 1880, uma sensível mudança. Não há aí nenhuma ruptura, é certo, mas antes uma reforma, remodelando a figura autoral do historiador (Turin, 2009, p. 21).

Analisando justamente o caso de Silvio Romero, Turin destaca que esses três *topoi* permaneceram, embora houvesse um deslocamento no que se refere a quem a narrativa histórica passaria a se voltar. À relação verticalizada estabelecida entre o imperador e seus súditos, produtora de uma historiografia dirigida ao Estado imperial, deveria se sobrepor outra escrita da história, dirigida ao povo brasileiro (Turin, 2009, p. 22). Essa questão é interessante para a análise que estamos fazendo dos discursos em homenagem a Ramiz, na medida em que eles estão justamente

construindo um modelo de historiador. Assim, é importante que nos interroguemos sobre a maneira como Ramiz constrói a si mesmo e como o IHGB o constrói como modelo de historiador. Fundamental também é percebermos que essa construção se deu justamente durante a Primeira República, muito embora alguns desses discursos tenham sido feitos em momentos que ultrapassam os marcos cronológicos desse período. Entretanto, em relação aos pronunciamentos analisados até aqui, parece-nos clara a importância das duas primeiras homenagens recebidas por Ramiz na configuração de sua memória. As comemorações pelo seu jubileu científico (1918) e pelos 50 anos de sua entrada no IHGB (1922) foram exercícios memorialísticos em que é possível perceber um trabalho de seleção e ordenação coerente da sua vida. Nesses dois momentos, os aspectos mais marcantes da memória desse intelectual foram selecionados não só pelos seus pares, mas também por ele, que, como vimos, atuava no sentido de fornecer caminhos e relembrar episódios que caracterizassem sua trajetória. Daí por diante, esses aspectos foram, sobretudo, reafirmados, mas, de modo geral, já estavam efetivamente “enquadrados”.

Nesses discursos, sua vida foi construída como dotada de um sentido/direção. Previsível, sem percalços ou incongruências. A história de Galvão foi elaborada de fato como uma “ilusão biográfica”, de forma que seu início – a sua infância, marcada por prêmios e condecorações – já antecipasse o reconhecimento que viria a ter na maturidade. É comum, portanto, nos depararmos com expressões como “já” ou “desde jovem”, que indicam não só um percurso coerentemente seguido pelo personagem, mas também que esse trajeto bem-sucedido se processou graças aos seus talentos, e muito pouco em função das redes sociais nas quais estava inserido.^[96] Da mesma forma, momentos de

96. Baseamo-nos aqui nas reflexões feitas por Rebeca Gontijo (2007, p. 61) em seu estudo sobre a construção da memória de Capistrano de Abreu. De acordo com a autora: “De modo geral, todas as biografias de Capistrano apresentam um contexto uniforme, dentro do qual e em função do qual o biografado teria determinado suas escolhas. A experiência do homem em sociedade, com seus

sua vida foram selecionados de maneira a condensar a ideia de uma existência marcada pela dedicação ao estudo e à pátria, ao mesmo tempo em que determinados eventos transformaram-se em verdadeiros “acontecimentos” em sua biografia. É o caso, por exemplo, da passagem pela Biblioteca Nacional. Esse episódio ganhou tal força na trajetória de Galvão que acabou por criar uma memória um tanto negativa da administração de seu antecessor, frei Camilo de Monserrate. Ao mesmo tempo, o período em que a instituição foi dirigida por Saldanha da Gama, seu sucessor imediato, é praticamente esquecido. Situando-o entre esses dois momentos, os discursos fazem emergir o trabalho de “renovação” e “organização” empreendido por Ramiz Galvão.

Nos discursos de Basílio de Magalhães, de Afrânio Peixoto e nos pronunciamentos do próprio Ramiz sua atuação como professor foi valorizada e lida no sentido de atribuir ao exercício dessa atividade as marcas da sua erudição. Aliás, não podemos esquecer, era eminentemente como professor que Ramiz se percebia e era dessa forma que queria perpetuar a sua imagem perante seus pares. Foi justamente pelo magistério que mais se ressaltava o espírito republicano de Galvão, pois, além de evidenciar seu patriotismo, estava acima dos regimes políticos. Somada à modéstia e à simplicidade, tal atuação como professor revelava o engajamento de Ramiz à causa da educação e era exemplar de uma vida de renúncia e abnegação, marcas fortes de ligação do historiador com a nação. Assim, a própria atuação como tutor dos príncipes foi lida na chave do “sacrifício pela pátria” (Turin, 2009, p. 19).

Essas características, ressaltadas nas comemorações feitas em 1918 e 1922, consolidaram-se nos discursos posteriores, assim como algumas historietas que passavam a ser repetidas em todas

conflitos e contradições, é minimizada (ou, até mesmo, excluída) de modo a favorecer o papel do destino, do acaso e da natureza, grande responsável pelos talentos ‘natos’ do biografado. Tal perspectiva pode ser relacionada à compreensão de que as realizações de um grande personagem histórico independem de sua inserção social, da sua experiência na rede de relações na qual está inserido”.

as solenidades em homenagem àquele consócio, tornando-se indissociáveis da sua personagem. Dessa forma, passaram a ser reproduzidas em outros espaços ou veículos, como jornais, revistas ou ainda nos pronunciamentos da ABL. Em 1946, 100 anos após seu nascimento, a memória de Ramiz Galvão já estava consolidada no IHGB e, como disse Pedro Calmon, “sua figura nobre e calma” passava a pertencer às tradições do Instituto (Palavras [...], 1946, p. 302).

O organizador da bibliografia brasileira

É necessário atentar para o fato de que certas construções memorialísticas exigiram um forte investimento, envolvendo múltiplos agentes, até se constituir em uma memória enquadrada. Foi isso que parece ter acontecido com a ideia de “homem de ação”, expressão que aparece num discurso de Afrânio Peixoto em 1922, mas que sofreu reelaborações posteriores. Tais reelaborações, embora não se utilizem propriamente da expressão, parecem reforçar a ideia que nos parece fundamental. Um agente importante nesse sentido já foi destacado anteriormente. Trata-se de Viriato Correia ([1938]) que, ao caracterizar o ex-diretor da BN como um intelectual “subterrâneo”, desejava estabelecer uma diferenciação entre aqueles homens que produziam a céu aberto para grandes audiências e os que conversavam com poucos, na penumbra. Autores de “grandes obras” em contraste com os que estavam ligados a produções menores. Correia utilizou a metáfora da cigarra e da formiga, justamente para inserir Galvão no grupo dos sábios especialistas, isto é, daqueles que agem executando “grandes trabalhos miúdos”, de forma silenciosa. Essa metáfora, de certa forma, pode remeter à dicotomia de homem de ação/homem de palavra, que é muito relativa, obviamente.

No entanto, outro intelectual dos quadros do IHGB e da ABL, como Afrânio Peixoto e Viriato Correia, contribuiu à sua maneira para a construção de Ramiz Galvão como um homem de ação, em um dos sentidos do conceito de Sirinelli (2003b), de intelectual

“mediador”. Referimo-nos aqui a José Honório Rodrigues, autor que se tornou referência nos estudos historiográficos e pelo seu esforço na construção de uma linhagem para a historiografia brasileira (Freixo, 2012). Essa linhagem, ou panteão da historiografia nacional, foi se delineando na produção de Rodrigues à medida que ele selecionou e analisou autores e obras significativas da produção histórica no país, entre os quais figura Ramiz Galvão.

Em *Pesquisa histórica no Brasil*, livro de 1952, José Honório faz algumas considerações sobre Ramiz, na segunda parte do livro intitulada “A evolução da pesquisa pública histórica brasileira”. Ali, ao lado do ex-diretor da BN, figuram outros intelectuais e instituições que teriam contribuído para a “descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica de documentação que prove a existência dos mesmos, [que] permita sua incorporação ao escrito histórico ou a revisão e interpretação nova da história” (Rodrigues, 1982, p. 21). Nesse sentido, José Honório retomou a viagem que Galvão fez à Europa e o seu trabalho como diretor da Biblioteca Nacional para caracterizá-lo como “o maior e melhor organizador da bibliografia brasileira” (Rodrigues, 1982, p. 75).

Vale notar que, nesse estudo, ao tratar de Galvão, José Honório não mencionou a produção historiográfica desse intelectual. Numa obra anterior, *Teoria da história do Brasil*, Rodrigues até se refere ao texto sobre a Ordem Beneditina (que, como vimos, lhe rendeu a entrada no IHGB), mas considera-o de “pouco apuro crítico”; especialmente se comparado à obra do Padre Serafim Leite, embora até elogie o tratamento metódico dado pelo ex-diretor da BN ao assunto (Rodrigues, 1978, p. 188). No entanto, o lugar que José Honório reserva a Ramiz na evolução da pesquisa histórica no Brasil não se dá pelo viés de seus escritos, mas por outros serviços prestados, como a descoberta de um vasto e novo material nos arquivos estrangeiros, documentos que foram “revelados” aos eruditos brasileiros e que possibilitaram diversos estudos:

Ramiz não pode copiar ou mandar copiar essas fontes, mas revelou sua existência aos eruditos brasileiros e foi pelo conhecimento do ofício de Ramiz Galvão que José Higino Duarte Pereira planejou sua investigação em Haia. Toda a documentação nova colhida e oferecida ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano por José Higino [...] foi encontrada para o Brasil por Ramiz Galvão, o mestre organizador do maior instrumento bibliográfico brasileiro, o “Catálogo da Exposição de História do Brasil”, de 1881. [...] A missão Ramiz Galvão presta ao Brasil vários e importantes serviços: a reforma da biblioteca, a descoberta de novos documentos e a publicação dos melhores instrumentos de pesquisa, bibliografia e catálogos (Rodrigues, 1982, p. 75-76).

Embora não utilize a expressão “homem de ação”, é de certa forma nesse sentido que José Honório compreende o lugar de Ramiz nos estudos historiográficos, já que a palavra escrita não era o seu forte. Não por acaso, ele o inseriu na evolução dos estudos históricos no Brasil, a partir da sua passagem pela Biblioteca Nacional. Afinal foi ali que Ramiz executou sua maior ação como mediador cultural. Patrocinou a construção do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, que, para Rodrigues, forneceu ferramentas para a elaboração de inúmeros novos estudos acerca da história brasileira.

Sendo assim, no processo de enquadramento da sua memória, Ramiz foi definido como um intelectual erudito e um realizador. Interessante é perceber o deslocamento de olhar em relação ao poder e valor de suas práticas de mediação cultural. Se durante o Império, e mesmo nas primeiras décadas da República, essas atividades colocavam Ramiz numa posição de “glória da historiografia”, aos poucos, especialmente no momento em que Viriato Correia e, sobretudo, José Honório Rodrigues estão escrevendo, essa dedicação ao trabalho de mediador, inclusive na BN, parece colocá-lo numa posição de “homem de outros tempos”. O que percebemos é justamente uma mudança em relação àquilo que se projetava e definia para o historiador. Durante muito tempo, Ramiz parece ter sido um caso exemplar daquilo que se exigia

do profissional da história: simplicidade, modéstia, dedicação à ciência, ao ensino e às práticas que tornavam sua atuação útil, especialmente pelo sentido pedagógico e patriótico nelas presente. Nesse caso, não ter produzido obras historiográficas de vulto, uma interpretação da história do Brasil, não importava tanto, já que sua contribuição era justamente como referente organizacional e mediador cultural. No entanto, na própria transformação do campo historiográfico, acompanhada de novas exigências para o perfil de historiador, essas mesmas características pareciam não mais responder àquilo que se esperava e desejava. Isso explica, em alguma medida, o lugar secundário que ele passou a ocupar na constituição de uma memória disciplinar da história no Brasil. Ele foi construído justamente como um historiador que se dedicou, notadamente, à organização de acervos, à chefia de instituições e comissões, à montagem de exposições e à edição de obras. Nesse sentido, a sua atuação como diretor da Biblioteca Nacional acabou se tornando um acontecimento biográfico em sua trajetória, pois, naquele espaço, ele pôde, simultaneamente, estreitar e se consagrar no ambiente letrado da época. Porém, com o passar do tempo, nos anos 1950 e seguintes, suas qualidades podiam consagrar um bibliotecário “perfeito”, mas talvez, tão somente, um historiador “imperfeito”. Assim, sua figura intelectual, como mediador cultural, ficou obscurecida, junto com o poder de suas ações e palavras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaríamos de relembrar o percurso que fizemos até aqui, de forma a esclarecer para o leitor a maneira como o estruturamos. Nosso objetivo maior foi analisar o projeto de Biblioteca Nacional posto em prática por Ramiz Galvão durante os 12 anos em que dirigiu a instituição. Como procuramos destacar, a passagem pela BN ocupou um lugar especial em sua biografia, ao mesmo tempo em que sua direção se tornou um marco para a história da Biblioteca. Isso porque ele, com o apoio de uma equipe especializada, assumiu a casa justamente num momento favorável para as instituições culturais do Império. Tal situação lhe possibilitou pôr em prática uma série de mudanças que, por um lado, modernizaram a instituição, buscando o diálogo com intelectuais e espaços de saber nacionais e estrangeiros, e, por outro, alçou seu bibliotecário a uma posição de destaque no ambiente letrado do período. Esse lugar de evidência, como desejamos mostrar, estava ligado menos às suas atividades como intelectual criador, por assim dizer, e mais às suas práticas de mediação cultural, que revelavam um letrado bastante hábil na tarefa de articular pessoas, formar redes, liderar comissões e atuar como editor.

Assim, neste livro, escolhemos fazer o seguinte percurso de análise: primeiramente, conduzimos o leitor a entender quem foi Ramiz Galvão e o que representou sua passagem pela Biblioteca Nacional. No entanto, no lugar de fazermos isso narrando de forma linear a vida desse intelectual, optamos por construir o seu percurso paralelamente ao estudo acerca da sua memória, pois entendemos que o trabalho do historiador de interpretar e dar sentido à vida de alguém só é possível, em grande parte, porque lidamos constantemente com aquilo que outras pessoas diziam acerca do personagem estudado. Ou seja, no caso de Ramiz Galvão, tornava-se claro que estávamos, o tempo todo, lidando com memórias muito bem construídas e sedimentadas

sobre ele, o que nos convidava ao estudo desse processo de “enquadramento”, algo que buscamos realizar no capítulo 1, mas ao qual retornamos mais adiante, no capítulo 7. Além de ter nos ajudado a traçar sua biografia, o estudo das memórias de Ramiz nos serviu para historicizar o nosso próprio trabalho, que acaba contribuindo para alimentar uma imagem sua, na medida em que colocamos esse intelectual em evidência.

Dessa forma, a análise desse processo de construção das memórias de Ramiz Galvão é interessante para pensar as relações entre história e memória, pois, ao mesmo tempo que a história faz a crítica da memória, acaba também por integrá-la. No caso do personagem estudado, sua passagem pela Biblioteca Nacional tornou-se uma espécie de divisor de águas em sua trajetória, ou, como buscamos sustentar, um “acontecimento biográfico”, que atrelou fortemente a atuação intelectual de Ramiz àquela instituição e às suas competências como bibliotecário. Assim, articulada à construção memorial deste personagem, buscamos chamar a atenção, na primeira parte do livro, para o lugar ocupado por ele na historiografia brasileira. Apesar da atuação em instituições importantes de sua época e de uma trajetória semelhante a outros intelectuais de seu tempo, ele não entrou para o panteão historiográfico nacional. Evidentemente, não foi nosso objetivo inseri-lo neste local, mas, antes, entender porque, ao contrário de Capistrano de Abreu, João Ribeiro e outros contemporâneos seus, Galvão não é reconhecido, atualmente, como historiador, e sim como patrono dos bibliotecários. Sua memória é reivindicada não pelos profissionais da história, mas pelos da biblioteconomia, muito embora tenha participado durante muitos anos, de forma ativa, do IHGB, instituição que autorizava o discurso historiográfico no Brasil.

Na segunda parte deste livro, buscamos nos deter efetivamente sobre o projeto de reformulação da Biblioteca Nacional empreendido por Ramiz Galvão. Para isso, ressaltamos a importância da viagem que o bibliotecário fez à Europa, que lhe ajudou não só a estudar modelos de funcionamento para a BN brasileira como a estreitar laços com intelectuais europeus. Assim,

destacamos duas questões. Primeiramente, como as instituições, os ministérios e os intelectuais de final do século XIX atuavam no sentido da formação de um projeto nacional que perpassava a modernização dos principais espaços de saber brasileiros, tendo o Estado como seu principal mecenas. A segunda questão se refere à construção de uma imagem da BN frente às nações europeias e às elites letradas nacionais. Para isso, a observação das instituições do Velho Mundo servia como um norte e um espelho para aquilo que a Biblioteca Nacional deveria se tornar. Como lembra Wilma Costa (2003), romper com a metrópole não era suficiente para ser parte do concerto internacional das nações. Era preciso organizar instituições políticas e culturais, ter controle sobre o território, um cânone literário, homogeneidade cultural. Tudo de acordo com os padrões europeus. Se o Brasil desejava fazer parte do concerto das nações civilizadas, era necessário que a sua principal biblioteca se organizasse nos moldes das instituições de saber europeias, baseando-se, especialmente, nos dois países tomados à época como modelos de civilização e progresso científico: a França e a Inglaterra.

Outro ponto para o qual buscamos atentar é a importância da viagem à Europa como elemento de formação intelectual de Ramiz Galvão e como plataforma para seus projetos. Vindo de uma família de poucos recursos, ele só pôde conhecer outros países tendo o Estado como seu mecenas. Consideramos que tal experiência – que, vale lembrar, fez parte, durante muito tempo, da formação dos homens de letras – teve forte impacto na trajetória intelectual de Galvão, especialmente pelas relações que passou a manter com homens de letras estrangeiros. Entretanto, a experiência serviu-lhe igualmente para formular um projeto de biblioteca, projeto este que trouxe mudanças no seu funcionamento cotidiano e possibilitou pensar o papel que aquela instituição deveria assumir na construção de uma nação moderna.

Em seu retorno, Ramiz Galvão passou a ser uma peça-chave nesse projeto nacional em desenvolvimento, ganhando cada vez mais notoriedade e espaço para empreender seus projetos

intelectuais na BN. Um deles foi a criação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, em que se destacou como editor, coordenando uma equipe de especialistas e possibilitando a divulgação de estudos e fontes de época. Assim, tomando de empréstimo a expressão de José Honório Rodrigues, acreditamos que a BN serviu tanto para Ramiz quanto para seus colaboradores como um “laboratório da história”, na medida em que suas atuações ajudaram a definir alguns dos documentos tidos como indispensáveis para a tarefa de se escrever a história do Brasil.

A terceira e última parte deste trabalho foi dedicada justamente ao trabalho de Ramiz como historiador. Primeiramente, analisamos a montagem e a organização da Exposição de História do Brasil, um de seus principais projetos à frente da BN e evento que encerrou a sua passagem pela instituição. Em seguida – após termos nos centrado na atuação de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional, ressaltando o trabalho realizado por ele com o objetivo de colocá-la em sintonia com o debate intelectual de sua época –, pretendemos, no capítulo 6, situá-lo diante de algumas questões caras aos homens letrados de sua geração. Procuramos destacar como Galvão compartilhava do desejo de mudança que, segundo Roque Spencer Maciel de Barros, fazia parte da Ilustração brasileira. Ou seja, essa ânsia de inserir o país no concerto das nações e de responder às questões propostas pela modernidade faz-se muito presente, seja nos textos produzidos em sua juventude, seja no próprio projeto que tinha para a BN.

Marcadamente católico, Ramiz não desatrelava a ideia do progresso da história humana do progresso material e espiritual das civilizações. No seu pensamento, é a partir da crença nesse progresso espiritual (atrelado à instrução, embora lido sob a ótica religiosa) que ele significava o homem de letras, percebendo-o como aquele que deveria ser responsável por propor diretrizes, renovar instituições e, por conseguinte, inserir o país no rol das nações civilizadas. Esses projetos político-culturais, por sua vez, não precisavam estar atrelados a regimes políticos. Antes, estavam acima deles, contribuindo para que o inexorável caminhar histórico se cumprisse. No caso de Ramiz Galvão, podemos dizer

que ele pensava o processo histórico de uma maneira completamente atrelada à sua atuação intelectual. Foi entendendo-se como um desses homens de letras responsáveis pelo progresso espiritual e intelectual de um país que atuou em regimes distintos, seja modernizando a Biblioteca Nacional ou como professor do Colégio Pedro II e dos príncipes imperiais, seja pensando as bases para a educação dos cidadãos da República.

Por fim, nos dedicamos a pensar a sua atuação no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. O que vimos foi que Ramiz Galvão lidava com a tarefa de dar sentido ao passado brasileiro a partir de práticas muito específicas (que envolviam a edição de fontes e estudos, a montagem de exposições, a elaboração de catálogos, a presença em comissões e o lugar de orador do IHGB) e que indicam uma dupla preocupação sua como historiador. Primeiramente, a divulgação de documentos históricos, fortalecendo a premissa de que a escrita de uma história do Brasil não poderia prescindir da análise das fontes, o que o sintonizava com o que havia de mais moderno em relação aos estudos históricos de sua época. Em segundo lugar, a dimensão pedagógica que envolvia o seu trabalho, expressa nos seus empreendimentos como diretor da BN, que visavam construir uma história que, antes de tudo, fizesse justiça aos homens “de valor”, cujas ações eram capazes de inspirar as pessoas no presente.

Dessa forma, gostaríamos de concluir esta obra destacando a importância de estudar não só uma instituição como a Biblioteca Nacional, mas também a trajetória de um intelectual com as características de Ramiz Galvão. Chamado para ser diretor da BN aos 24 anos de idade, ele efetivamente construiu uma biblioteca quando praticamente tudo ainda estava por fazer, desde a organização dos aspectos mais cotidianos da instituição até à reformulação do sentido e das funções daquele espaço. Assim, quando estamos nos referindo a projetos de nação, pensamos em homens que dão vida a esses projetos e que, como intelectuais, atuaram na reformulação das instituições de saber imperiais. Ramiz Galvão foi um desses agentes que assumiu posição de destaque em sua geração, organizando a BN para que ela passasse

a ocupar o lugar de principal biblioteca do país e de espaço promotor das letras e da história nacional.

Acreditamos que esta pesquisa, portanto, pode contribuir para pensar que a tarefa de compor um passado para a nação brasileira envolvia diversas práticas e instituições, não estando somente a cargo do IHGB e dos livros e obras produzidos por muitos de seus membros. Talvez o estudo de outras instituições culturais e de personagens mais “discretos” possam nos ajudar a pensar, de maneira mais ampla, a atuação dos historiadores oitocentistas. Nesse sentido, a tarefa de escrita da história parece se constituir como algo complexo, que envolvia múltiplas práticas, públicos, projetos e instituições. Isso possibilita ao historiador de hoje analisar o labor historiográfico no Brasil oitocentista e o trabalho realizado pelos profissionais da história da época a partir de diversos pontos de observação, inclusive por meio de uma abordagem mais comprometida com um tipo de história dos intelectuais interessada nas dinâmicas relacionais, nas instituições e nas práticas de mediação, como procuramos realizar.

Por fim, é importante ressaltar que uma figura como Ramiz Galvão ainda oferece ao historiador várias possibilidades de pesquisa. Aqui, escolhemos fazer um recorte, justificado pelo papel central da Biblioteca Nacional em sua trajetória. No entanto, Ramiz ainda abre margem para estudos de diversas ordens. Uma análise mais detida nas suas obras e que levasse em consideração a sua longevidade e as inflexões em sua trajetória poderia ajudar a revelar os autores com os quais dialogou ao longo de sua vida, bem como seus posicionamentos diante das questões de sua época. O trabalho de Adriana Macedo caminhou nesse sentido, mais voltado para perceber a concepção de história compartilhada por Ramiz. Também nós, em um dos capítulos, buscamos seguir esse caminho. Mas, como vimos, sua produção é muito vasta e diversificada, o que demandaria um esforço de análise de outra ordem, diferente do que nos propomos fazer aqui. Ainda no que se refere aos seus textos, uma estratégia poderia ser focar nos discursos e necrológios pronunciados por ele quando ocupou o cargo de orador perpétuo do IHGB. Como um especialista em

memória, Ramiz construiu e fortaleceu uma tradição republicana de historiadores para o IHGB.

Outro ponto que abre possibilidades para uma análise mais aprofundada é justamente a atuação de Galvão na República. Como vimos, ao se estabelecer, o governo republicano não pôde prescindir de muitos dos intelectuais que tiveram forte atuação no período imperial. Era necessário negociar com esses letrados e incorporá-los à burocracia estatal, pois sua experiência e conhecimento eram fundamentais para a consolidação do novo regime. Foi assim que Ramiz ocupou cargos na República, todos eles ligados à dimensão do ensino, assunto que demandava a atenção e os cuidados dos intelectuais de sua época. Dessa forma, um trabalho que abordasse a atuação de um intelectual como ele à frente de instituições como a Universidade do Rio de Janeiro ou em repartições como a Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária, o Conselho de Instrução Superior e a Instrução Municipal do Rio de Janeiro, certamente, poderia revelar elementos interessantes acerca da atuação dos intelectuais na sua dimensão do ensino, trazendo contribuições aos estudos sobre a história da educação no Brasil.

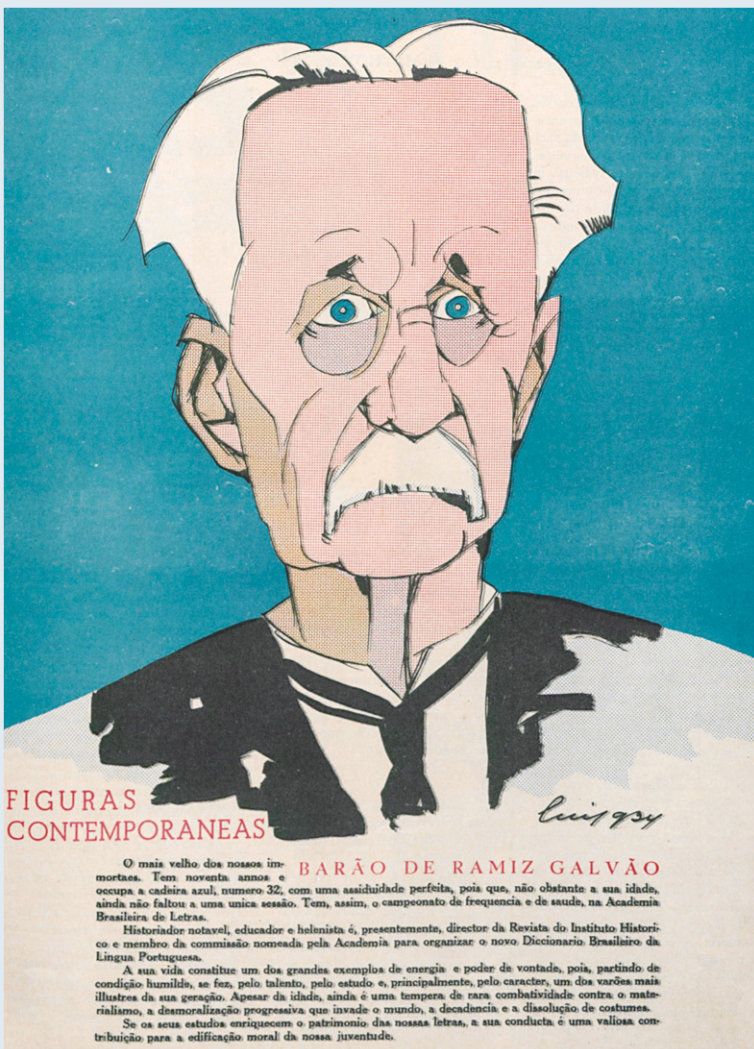
Esses dois pontos são alguns exemplos que mostram as possibilidades de análises futuras oferecidas a partir de um intelectual pouco estudado, mas com uma produção tão vasta e que sugere diversas abordagens, como Ramiz Galvão.



BROCOS, Modesto. *Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão*. [Rio de Janeiro: s.n.], [1905]. 1 grav., metal (água-forte), 16,2 x 14,9 em 23,5 x 17,3 cm (testemunho) em papel 32,6 x 23,4 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon406739/icon406739.jpg.



Retrato de Benjamin Franklin Ramiz Galvão. 1870.
Acervo da seção de Iconografia da Fundação Biblio-
teca Nacional.



FIGURAS contemporâneas. *O Malho*, Rio de Janeiro, n. 69, 27 set. 1934. p. 12. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=81110>.



Prédio da Biblioteca Nacional na rua do Passeio.
CASTRO Y ORDOÑEZ, Rafael. *A Bibliotheca*. Rio
de Janeiro: [s.n.], 1862. 1 foto, papel albumina-
do, p&b, 20,3 x 27,4 cm. Disponível em: [http://
objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/
div_iconografia/icon21044/icon1018522.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon21044/icon1018522.jpg).





FERREIRA, Antonio Luiz. [*Fachada do antigo edifício da Biblioteca Nacional*]. [S.l.: s.n.], [1904]. 1 foto, p&b, 23,3 x 16,1 cm em 32,8 x 26,9 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1208195/icon1208195.jpg.





FERREIRA, Antonio Luiz. [*Biblioteca Nacional na Rua do Passeio: escadaria e galeria central*]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1902. 1 foto, p&b, cópia fotográfica aluminada, 17,9 x 23,4 cm em cartão-suporte: 23,8 x 30,3 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon326079/icon1285513.jpg.



FERREIRA, Antonio Luiz. *Officina de Encadernação*. Rio de Janeiro: Offic. Graph. da Bibliotheca Nacional, 1902. 1 foto, il., p&b. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon326080/icon326080_10.jpg.





FERREIRA, Antonio Luiz. *Secção de estampas*. Rio de Janeiro: Offic. Graph. da Bibliotheca Nacional, 1902. 1 foto, il., p&b. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon326080/icon326080_08.jpg.



OFICINAS DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Antigo prédio da Rua do Passeio*: sala principal de leitura 1ª Seção. [S.l.: s.n.], [1908-1910]. 1 foto, gelatina, p&b, 18 x 12,4 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1208189/icon1208189.html.



[QUITANDEIRA de frutas]. [S.l.: s.n.], [entre 1832 e 1836]. 1 grav., litograv., col., 19,5 x 15 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1548008/icon1548008.jpg.



BRIGGS, Frederico Guilherme. *Marinheiro*. Rio de Janeiro: Riviere & Briggs, [entre 1832 e 1836]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon703593/icon703593.jpg.



BRIGGS, Frederico Guilherme. *Huma simplicia*. [S.l.: s.n.], [18--]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon703592/icon703592.jpg.



BRIGGS, Frederico Guilherme. [Procissão]. Rio de Janeiro: [s.n.], [18--]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon703594/icon703594.jpg.

Bohre 130 n. 37
Dirigé par M. Dr. Ranis Gulvat.

Bibliothèque

Paris, le 16 Mai

1882

Sainte Geneviève

Mon cher et savant confrère,

J'ai eu avec une vive satisfaction les deux énormes volumes que vous avez bien voulu m'adresser et qui contiennent le précieux Catalogue de l'exposition de l'histoire des Bréils. C'est à mes yeux le précieux résultat d'un travail vraiment gigantesque et qui, avec le cours de 6 années, aura certainement le plus heureux résultat, mais, pour bien apprécier les choses à leur juste valeur, il faut s'en doter par, avoir fait, si même de la bibliographie? Vous avez accompli une œuvre de maître.

Je suis charmé d'avoir à vous faire parvenir par l'expédition de votre caisse mensuelle, confiée aux soins de M. Perquis un travail fort intéressant au point de vue rétrospectif, ont par le Innocencio et son l'auteur présente, jadis en ad versaire hardi du fameux Grosius. Le livre original est fort rare, la traduction vient d'un humaniste, qui a donné plus d'une fois des preuves de son habileté, et à ce double titre, il ne sera pas déplacé dans votre riche bibliothèque.

Après les débats des puissants de la terre au sujet de l'éclat de la splendeur de l'empire... la petite brochure que je joins au traité de Freitas, ne peut pas être non plus sans intérêt pour les savants que produisent déjà votre beau pays. M. Aristide Mocane est infatigable, et sera heureux si n'en doute pas, si vous voulez bien lui dire quelques mots au sujet de l'œuvre qu'il me a chargée et vous a adressée.

CL.
J'espère que, par le ^{bon} succès du mois prochain, Je pourrai
en faire parvenir un qui sera pour vous d'un intérêt plus
immédiat. Aujourd'hui Je suis si pressé que, Je clos ce ^{bout de}
lettre, en vous priant, Mon cher et savant confrère, d'agréer
les vifs sentiments d'estime et d'affection de

Votre tout dévoué
Ferdinand Denis





DENIS, Ferdinand. Carta dirigida a Benjamin Franklin Ramiz Galvão, acusando recebimento do Catálogo de Exposição de História do Brasil. Paris: [s.n.], 1882. 1 p., 13 x 21 cm. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233570/mss1233570.pdf.



FERREIRA, Antonio Luiz. [*Biblioteca Nacional na Rua do Passeio: sala principal de leitura: vista do alto*]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1902. 1 foto, p&b; cópia fotográfica albuminada, 16,7 x 23,6 cm em cartão-suporte: 23,9 x 30,3 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon326079/icon1285515.jpg.



REFERÊNCIAS

- A 3 DO CORRENTE [...]. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 95, 8 set. 1881, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&Pesq=%22A%20Biblioteca%20Nacional%22&pagfis=1916. Acesso em: 24 jun. 2024.
- A BATALHA de flores. *Correio Imperial*, Petrópolis, ano II, n. 6, 26 jan. 1888, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/813222/per813222_1888_00006.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.
- A CASA dos Srs. Buschmann. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 155, 3 dez. 1881, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=%22A%20Biblioteca%20Nacional%20resolveu%20levar%20a%20efeito%22&pagfis=2211. Acesso em: 24 jun. 2024.
- A MEDALHA de ouro conferida [...]. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 202, 23 jul. 1882, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=%22Ramiz%20Galv%C3%A3o%22&pagfis=4009. Acesso em: 24 jun. 2024.
- A SESSÃO de abertura da Assembleia Geral II. *Correio Imperial*, Petrópolis, ano II, n. 26, 17 maio 1888, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/813222/per813222_1888_00026.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.
- ABREU, Capistrano de. [Correspondência]. Destinatário: Barão do Rio Branco. [S.l.], 30 mar. 1887. 1 carta. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, v. 1, p. 109-111.
- ABREU, Capistrano de. [Correspondência]. Destinatário: Barão do Rio Branco. [S.l.], 15 jul. 1890. 1 carta. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, v. 1, p. 131-132.
- ABREU, Capistrano de. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Studart. Teresópolis, 8 mar. 1893. 1 carta. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, v. 1, p. 142-146.

ABREU, Capistrano de. [Correspondência]. Destinatário: Mário de Alencar. [S.l.], 6 out. 1899. 1 carta. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956, v. 3, p. 173.

ABREU, Capistrano de. [Correspondência]. Destinatário: Afonso de Taunay. [S.l.], [1917?]. 1 carta. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, v. 1, p. 284.

ABREU, Capistrano de. [Correspondência]. Destinatário: Barão do Rio Branco. [S.l.], [188-?]. 1 carta. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, v. 1, p. 102-104.

ABREU, Capistrano de. [Correspondência]. Destinatário: João Lúcio de Azevedo. Rio de Janeiro, 16 jul. 1917a. 1 carta. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, v. 2, p. 70.

ABREU, Capistrano de. [Correspondência]. Destinatário: João Lúcio de Azevedo. Rio de Janeiro, 16 e 18 jul. 1917b. 2 cartas. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, v. 2, p. 105-107.

ABREU, Capistrano de. [Correspondência]. Destinatário: João Lúcio de Azevedo. Rio de Janeiro, 12 set. 1917c. 1 carta. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, v. 2, p. 256-259.

ABREU, Capistrano de. [Correspondência]. Destinatário: João Lúcio de Azevedo. Rio de Janeiro, 18 set. 1917d. 1 carta. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, v. 2, p. 69-71.

ABREU, Capistrano de. [Correspondência]. Destinatário: João Lúcio de Azevedo. Rio de Janeiro, 25 set. 1917e. 1 carta. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, v. 2, p. 71-73.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Arquivo Ramiz Galvão*.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O museu em revista: a produção, a circulação e a recepção da Revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14907>. Acesso em: 23 jun. 2024.

AGUILAR, Werneck de. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Franklin Ramiz Galvão. [S.l.], 22 fev.1874. 1 carta. Original.

ALBERTI, Verena. *Ouvir e contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história. In: GONÇALVES, Márcia et al. (org.). *Qual o valor da História hoje?* Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 21-39.

ALENCAR, José de. *Discurso proferido na sessão de 1871 da Câmara de Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1871.

ALENCAR, Mário de. [Correspondência] Destinatário: Capistrano de Abreu. [S.l.], 6 out. 1899. 1 carta. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956, v. 3, p. 173.

ALFREDO do Vale Cabral. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883, v. 1, A-B, p. 62-63.

ALMEIDA, Marta. Congressos e exposições científicas: temas e fontes para a história. In: VIDEIRA, Antônio Augusto Passos; HEIZER, Alda (org.). *Ciência, civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Maud: Faperj, 2010, p. 197-208.

ALMEIDA, Pires de. *Biblioteca Nacional: resumo histórico*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1897.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación sobre una tribu inquieta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

AMADEO, Maria Eliza; KURY, Lorelai. O catálogo da Exposição de História do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 120, p. 323-334, 2000. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630_2000_00120.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

AMADO, Genolino. *Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras*, 1973. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/genolino-amado/discurso-de-posse>. Acesso em: 16 out. 2013.

ANais DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-. 1876-1882. ISSN 0100-1922.

ANDERMANN, Jens. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. *Topoi*, n. 9, Rio de Janeiro, p. 128-170, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/3QPnsrKyYFghtDFwLWKTZpd/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

ANTONIO Maria Correia de Sá e Benevides. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883, v. 1, A-B, p. 256-257.

BARÃO Homem de Mello. Perfil do Acadêmico. Academia Brasileira de Letras, 8 set. 2015. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/barao-homem-de-mello>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1986.

BESSONE, Tânia. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Ata do concurso para preenchimento de uma vaga de oficial da Biblioteca Nacional*. Coleção Biblioteca Nacional. 1876.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Coleção Ramiz Galvão (1872-1925)*.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Estatísticas de leitura (1876-1879). Mss.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Relatórios escritos por João Saldanha da Gama e Menezes Brum referentes aos anos de 1876 a 1880 apresentados ao diretor da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1876-1880.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Plano geral da Exposição de História do Brasil*. Biblioteca Nacional. [1881?a].

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Província de São Paulo. *Ofício ao bibliotecário da Biblioteca Nacional enviando a descrição dos municípios da província de São Paulo*. Biblioteca Nacional. São Paulo, [1881?b].

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Relação de obras enviadas a Biblioteca Nacional pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Nacional.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Relatório da seção de Impressos e Cartas Geográficas*. Coleção Biblioteca Nacional.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Carta de Ramiz Galvão dirigida ao diretor da Biblioteca Nacional, Francisco Mendes da Rocha, oferecendo parte de seus livros*. Coleção Biblioteca Nacional.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Camilo de Monserrate. *Requerimento dirigido ao Imperador, em que solicita o lugar de diretor da Biblioteca Nacional da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, [1853?].

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BONNET, Jean-Claude. Les morts illustres: oraison funèbre, éloge académique, nécrologie. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. v. 3. La Nation. Paris: Gallimard, 1986, p. 217-241.

BONNET, Jean-Claude. *Naissance du Panthéon: essai sur le culte des grands hommes*. Paris: Fayard, 1998.

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Exposições universais e museus comerciais, entre o efêmero e o permanente. In: BORGES, Maria Eliza Linhares (org.). *Exposições, coleções, museus*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 145-166.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Uma visão da capital cinquentenária. (Dossiê: Belo Horizonte 110 anos depois). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 2, p. 76-91, 2007. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Uma_visao_da_capital_cinquentenaria.PDF. Acesso em: 23 jun. 2024.

BORGES, Maria Eliza Linhares (org.). *Inovações, coleções, museus*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. *O recrutamento da burocracia imperial durante o Segundo Reinado brasileiro: o caso da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1840-1889)*. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1336346. Acesso em: 23 jun. 2024.

BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília. *Um enigma chamado Brasil*: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 183-191.

BREFFÉ, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista*: Afonso de Taunay e a memória nacional. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil*: 1900. Rio de Janeiro: José Olímpio: ABL, 2005.

CABRAL, Alfredo do Vale. Biblioteca Nacional. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 9 maio 1874, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docmulti.aspx?BIB=094170>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CABRAL, Alfredo do Vale. Galeria dos bibliotecários. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 1. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1876a, p. 160.

CABRAL, Alfredo do Vale. Investigações bibliográficas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1876b, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369381&pesq=%22Valle%20Cabral%22%20+%20Investiga%C3%A7%C3%B5es&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2209>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CABRAL, Alfredo do Vale. Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província do Mato Grosso. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 3. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1877, p. 69-70.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar, escrever a história*: a memória do império português legada por Diogo Barbosa Machado. Rio de Janeiro: FBN, 2017. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/producao/publicacoes/colecionar-escrever-historia-memoria-imperio-portugues-0>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. Benjamin Constant (1890): e hoje? *Pro-posições*, v. 5, n. 3, p. 54-76, nov. 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644303/11727>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASSIRER, Ernst. *Filosofía de la ilustración*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia no Brasil: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CASTRO, Isis Pimentel de. *Os pintores de história: a relação entre arte e história através das telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=106824. Acesso em: 23 jun. 2024.
- CATALOGO da Exposição Camoneana realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 10 de junho de 1880 por ocasião do centenário de Camões. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.
- CATROGA, Fernando. *Entre deuses e césaes: secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CERIANI, Antonio. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Milão, [1874]. 1 carta. Original.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de História Intelectual. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003, p. 173-208.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Diálogos/article/view/38021>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império: escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Agora*, Santa Cruz do Sul, RS, v. 11, n. 1, p. 79-99, 2005.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul./dez., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/YGqZYsNRYC7nHPxBWz939Xx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CHARLE, Christophe. *Naissance des "intellectuels": 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990.

CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. O homem de letras. In: VOVELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 117-153.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *Do palco à página*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

CLOT, Yves. La otra ilusión biográfica. *Historia y fuente oral*, Barcelona, n. 2, p. 5-9, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27753248>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CORREIA, Viriato. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, [1938]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/viriato-correia/discurso-de-posse>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CORREIA, Viriato. [Correspondência]. Destinatário: Hermes Lima. Rio de Janeiro, 4 jul. 1944. 1 carta. Original.

COSTA, Célia. *Memória e Administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. 1997. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/1334>. Acesso em: 23 jun. 2024.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 26, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2123>. Acesso em: 23 jun. 2024.

COSTA, Wilma Peres. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003, p. 57-81.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O imperial Colégio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DEAECTO, Marisa Midori. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp, 2011.

DENIS, Ferdinand. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Paris, 14 jun. 1876a. 1 carta. Original.

DENIS, Ferdinand. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Paris, 14 out. 1876b. 1 carta. Original.

DENIS, Ferdinand. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Paris, 16 nov. 1876c. 1 carta. Original.

DENIS, Ferdinand. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Paris, 18 jul. 1881. 1 carta. Original.

DISCURSO de Benjamin Franklin Ramiz Galvão agradecendo as homenagens que lhe foram prestadas por ocasião da comemoração dos cinquenta anos de seu ingresso no IHGB. *RIHGB*, t. 92, v. 146, p. 506-516, 1922. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsUWpvV1dTV3AtUHM/view?resourcekey=0-Nf-dbH3-c5Q9s7mHZcxTqVg. Acesso em: 15 jun. 2024.

DISCURSO do Sr. Conde de Afonso Celso, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 16 de junho de 1912 por ocasião de inaugurar-se o retrato do orador do mesmo Instituto, sr. Barão de Ramiz Galvão. *RIHGB*, v. 25, tomo LXXV (parte II), p. 418-421, 1912. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsLTVmeEZ0aU1ZmM/view?resourcekey=0--8ZWBkXhEx4fXwWkj-4gJw. Acesso em: 26 jun. 2024.

DISCURSO do Sr. Alfredo Valadão, fazendo o necrológio dos srs. Conde de Afonso Celso, Ramiz Galvão, barão de Studart [...]. *RIHGB*, v. 173, p. 838-892, 1938. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsU0xJa0FSTURPTmc/view?resourcekey=0-s0zpCHD2RMFddKT_QM7jiw. Acesso em: 28 jun. 2024.

DISCURSO do Sr. Ramiz Galvão (orador perpétuo do Instituto). *RIHGB*, v. 144, t. 90, p. 657-666, 1921 https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsWVFVNERwTk1K-NUE/view?resourcekey=0-9UkJ_JzzNmVT-okmx2vFFw. Acesso em: 26 jun. 2024.

DISCURSO do Sr. Ramiz Galvão sobre Benjamin Constant Botelho de Magalhães. *RIHGB*, v. 171, p. 413-417, 1936. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSs0DBqMXIVOWpsa2c/view?resourcekey=0-XD55zlocxtmZ70E9P68eDA. Acesso em: 26 jun. 2024.

DISCURSO do Sr. Ramiz Galvão, orador perpétuo, fazendo o necrológio de [...]. *RIHGB*, v. 166, p. 743-756, 1932. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsVWE3TIBjTjBXREE/view?resourcekey=0-kBgKMz8_vuFNSkoXOG4AcQ. Acesso em: 26 jun. 2024.

DO ILLUSTRADO Sr. Dr. Benjamin Galvão. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 141, 22 maio 1880, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=%22A%20Biblioteca%20Nacional%20resolheu%20levar%20a%20efeito%22&pagfis=664. Acesso em: 24 jun. 2024.

DORIA, Escragnoille. Ramiz Galvão. *Revista da Semana*, n. 29, 20 jul. 1946, p. 22.

DORIA, Escragnoille. *Memória histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

DUTRA, Eliana de Freitas. A tela imortal: o Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. XXXVII, p. 159-179, 2005a. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/47/Anais%20do%20Museu%20Hist%C3%B3rico%20Nacional%2C%20v.%2037%2C%20ano%202005>. Acesso em: 23 jun. 2024.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da república: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005b.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006.

DUTRA, Eliana de Freitas. The mirror of history and images of the nation: the invention of a national identity in Brazil and its contrasts with similar enterprises in Mexico and Argentina. In: BERGER, Stefan (org.). *Writing the nation*. New York, UK: Palgrave Macmillan, 2007, p. 84-102.

EISENSTADT, S. N. Intellectuals and tradition. *Daedalus*, v. 101, n. 2, Spring, 1972.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade*. Rio de Janeiro: FGV: Fapesp, 2000.

EMANCIPAÇÃO. *Correio Imperial*, Petrópolis, ano II, n. 17, 5 abr. 1888, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/813222/per813222_1888_00017.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 14, v. 25, p. 41-62, 2000.

ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação de brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

ESDAILE, Arundell. *National libraries of the world: their history, administration and public services*. Londres: Grafton & Co, 1934.

EXPOSIÇÃO Camoneana. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 182, 13 jun. 1880, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=%22A%20Biblioteca%20Nacional%20resolveu%20levar%20a%20efeito%22&pagfis=779. Acesso em: 24 jun. 2024.

EXPOSIÇÃO de História do Brasil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 60, n. 336, 3 dez. 1881a. Gazetilhas, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=%22Ramiz%20Galv%C3%A3o%22&pagfis=4504. Acesso em: 24 jun. 2024.

EXPOSIÇÃO de História do Brasil: nomes dos expositores. Rio de Janeiro: [1881 ou 1882]. 33 p., Original.

EXPOSIÇÃO de História do Brasil. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 335, 3 dez. 1881b, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&Pesq=%22A%20Biblioteca%20Nacional%22&pagfis=2972. Acesso em: 24 jun. 2024.

EXPOSIÇÃO de História do Brasil. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 358, 26 dez. 1881c, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&Pesq=%22A%20Biblioteca%20Nacional%22&pagfis=3076. Acesso em: 24 jun. 2024.

EXPOSIÇÃO de História e Geographia do Brasil. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 332, 30 nov. 1881d, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&Pesq=%22A%20Biblioteca%20Nacional%22&pagfis=2960. Acesso em: 24 jun. 2024.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do exílio ao panteão*: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos. Curitiba: Prismas, 2017.

FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1989.

FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJcmLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2024.

FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920 a 1965)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. Disponível em: https://editora.ufrj.br/wp-content/uploads/livros/pdf/Universidade-do-Brasil-das-origens-a-construcao_compressed.pdf. Acesso em: 16 mar. 2015.

FERREIRA, Felix. *A Exposição de História do Brasil*: effectuada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em dezembro de 1881. Notas bibliográficas de Felix Ferreira reproduzidas nos editoriais do "Cruzeiro". Rio de Janeiro: Typografia Hildebrant, 1882.

FIGUEIROA, Silvia. Prefácio. In: BORGES, Maria Eliza Linhares (org.). *Inovações, coleções, museus*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 9-12.

FLEIUSS, Max. Ramiz Galvão. *RIHGB*, v. 171, p. 313-317, 1936. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSs0DBqMXIVOWpsa2c/view?resourcekey=0-XD55zlocxtmZ70E9P68eDA. Acesso em: 28 jun. 2024.

FONSECA, Edson Nery da. *Ramiz Galvão*: bibliotecário e bibliógrafo. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1963.

FRANCO, Stella Mari Scatena. *Luzes e sombras na construção da nação Argentina*: os manuais de História Nacional (1868-1912). Bragança Paulista: Edusf, 2003.

FREIXO, André de Lemos. *A arquitetura do novo*: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GABLER, Louise. O Arquivo Público do Império como lugar de memória: a administração de Joaquim Pires Machado Portela (1873-1898). XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 2013, Natal. *Anais...* Natal: Anpuh, 2013. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371258420_ARQUIVO_Apresentacao-ANPUH2013_Louise_1__versaofinal.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. [Correspondência]. Destinatário: Luiz Felipe Saldanha da Gama. Rio de Janeiro, 23 jul.1872a. 1 carta. Original.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. [Correspondência]. Destinatário: Salvador de Mendonça. [S./], 13 mar. 1887b. 1 carta. Original.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. [Correspondência]. Destinatário: D. Luís de Orleães e Bragança. [Rio de Janeiro], 1890. 1 carta. Original.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. [Discurso proferido diante dos empregados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ao deixar o cargo de bibliotecário]. [S./: s.n.], 1882. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1279267/mss1279267.pdf. Acesso em: 7 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. A glória de Colombo (reflexões) (Continuação do n. 8). *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 292-306, 8 jan. 1865a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=338966&pesq=&pagfis=784>. Acesso em: 25 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. A glória de Colombo (reflexões). (Conclusão). *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 327-336, 1 dez. 1864a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=338966&pesq=&pagfis=819>. Acesso em: 25 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. A glória de Colombo (reflexões). *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 247-262, 1 fev. 1865b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=338966&pesq=&pagfis=739>. Acesso em: 25 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. A mulher regenerada pelo cristianismo. *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 125-130, 1 jun. 1863a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=338966&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 25 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Advertência preliminar. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 1. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1876. p. VII.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Apresentação do Catálogo da Exposição de História do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, 1881, p. VI-VII. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_1881_A00009.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Bibliothecas Públicas de Europa. Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874. In: MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do anno de 1874 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura*, Anexo D, p. 390-472 (1-82), 1875a. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/100#?c=0&m=45&s=0&cv=0&r=0&xywh=-359%2C-1%2C2941%2C2075>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Diogo Barbosa Machado. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-43, 1876-1877.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras*, 1928. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/ramiz-galvao-barao-de-ramiz-galvao/discurso-de-posse>. Acesso em: 5 maio 2009.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *Discurso que proferiu em honra da officialidade canhoneira portuguesa pátria na sessão solene de 15/10/1905*. Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil, 1905.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Frei Camilo de Monserrate. Estudo biográfico. *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 12 (1884-1885). Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger e Filhos, 1887a. p. 3-167. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630_1884_00012.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *Galeria de história brasileira (1500-1900)*. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1900].

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Gratas reminiscências. *RIHGB*, t. 98, v. 152, p. 859-861, 1925a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsV-nk3cWRGazYxNDQ/view?resourcekey=0-6kmBeb8uqh8uwqSitJkRWw. Acesso em: 27 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Homenagem à memória de Olavo Bilac: palavras do sr. Ramiz Galvão. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 25, v. 44, p. 26-27, jan. 1934.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Introdução. In: *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Nossas ideias. *Revista Mensal da Sociedade Ensaos Literários*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 382-385, 1 jun. 1863b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=338966&pesq=&pag-fis=1>. Acesso em: 25 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. O imperador e a instrução pública. *RIHGB*, t. 98, v. 152, p. 363-370, 1925b. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCSSVnk3cWRGazYxNDQ/view?resourcekey=0-6kmBeb8uqh8uwqSitJk-RWw. Acesso em: 27 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Os conventos. *Revista Mensal da Sociedade Ensaos Literários*. Rio de Janeiro, n. 1, ano 2, p. 15-19, 1 jun. 1864b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=338966&pesq=&pagfis=494>. Acesso em: 25 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Relatório do bibliotecário apresentado em janeiro de 1872. In: MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do anno de 1871 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 14ª Legislatura*, Anexo D, p. 377-380 (1-4), 1872b. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=45&s=0&cv=0&r=0&xywh=-359%2C-1%-2C2941%2C2075>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Relatório dos trabalhos executados na Bibliotheca Nacional da Corte no anno de 1874 e seu estado actual. In: MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do anno de 1874 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura*, Anexo D, p. 473-496 (1-25), 1875b. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=45&s=0&cv=0&r=0&xywh=-359%2C-1%2C2941%2C2075>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *Teatro educativo*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1938.

GALVÃO, Ramiz. Relatório dos trabalhos da Inspetoria Geral e dos estabelecimentos de instrução que lhe são imediatamente dependentes. In: MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, CORREIOS E TELÉGRAPHOS (Brasil). Ministro João Barbalho Uchôa Cavalcanti. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*, Anexo F, p. 244-277 (1-35), maio 1891. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/102#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-115%2C1065%-2C1758%2C1240>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GALVÃO, Francisco. Em palestra com os immortaes. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, ano XXXVI, n. 15, p. 28, 23 mar. 1935. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_03&pasta=ano%20193&pesq=Ramiz%20Galv%C3%A3o&pagfis=12155. Acesso em: 15 jun. 2024.

GAMA, Luiz Felipe Saldanha da. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Lisboa, [1872]. 1 carta. Original.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Memória em disputa: Jango, ministro do trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GOMES, Angela de Castro. Memória e história nos escritos autobiográficos de San Tiago Dantas. In: PESAVENTO, Sandra; PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (org.). *Imagens na história*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 181-196.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GONTIJO, Rebeca. A vida póstuma de um historiador nacional: Capistrano de Abreu, memória e biografia. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 2005, Londrina. *Anais...* São Paulo: Anpuh, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206569_5b6931c31e04497bc61a30d4d0521abe.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

GONTIJO, Rebeca. O cruzado da inteligência: Capistrano de Abreu, memória e biografia. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 41-76, dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/5388/3048>. Acesso em: 23 junho 2024.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 59, São Paulo: jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/gP7XnKYmBv9NTK49zHP35Yn/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano*. Capistrano de Abreu: memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Campinas: Papirus, 1998.

GRINBERG, Keila. João Alfredo. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 398-399.

GUIA DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1881.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel *et al.* (org.). *Mitos, projetos e práticas políticas*. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 69-82.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935>. Acesso em: 23 jun. 2024.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000a.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrihando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. VII (2), p. 389-410, jul./out. 2000b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hscsm/a/wqzPMLQbtCRS5XmjKYvtdbC/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Memória, história e museografia. In: BITTENCOURT, José Neves (org.). *A história representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 75-96.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 268-292.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUerj, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUerj, 2011.

IHGB. *Coleção Ramiz Galvão*.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HANSEN, Patrícia Santos; GOMES, Angela de Castro (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOMENAGEM ao 90º aniversário natalício do dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. *RIHGB*, v. 171, p. 306-321, 1936. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsODBqMXIVOWpsa2c/view?resourcekey=0-XD55zlocxtmZ70E9P68eDA. Acesso em: 26 jun. 2024.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

HRUBY, Hugo. O templo das Sagradas Escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História e Historiografia*, n. 2, mar. 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/7>. Acesso em: 23 jun. 2024.

HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2415>. Acesso em: 23 jun. 2024.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006, p. 9-17.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JOÃO de Saldanha da Gama. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, v. 4, J, p. 39-40.

JOSÉ Alexandre Teixeira de Mello. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, v. 4, J, p. 271-273.

JOSÉ de Saldanha da Gama. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario ibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, v. 5, JL, p. 176-179.

JOSÉ ZEFERINO de Menezes Brum. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, v. 5, JL, p. 237.

JUBILEU Científico de Ramiz Galvão. *R/HGB*, t. 83, v. 137, p. 554-582, 1918.

JUNIO. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 278, 1881. Pelas Exposições, p. 7. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pasta=ano%20188&pesq=%22Ramiz%20Galv%C3%A3o%22&pagfis=1978>. Acesso em: 24 jun. 2024.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Le concept d'histoire. In: KOSELLECK, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1997. p. 15-99.

KREHL, Ludolf. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Leipzig, [1877]. 1 carta. Original.

KRIEGLER, Blandine. *L'histoire à l'âge classique*. 4 v. Paris: PUF, 1988.

KURY, Lorelai. As artes da imitação nas viagens científicas do século XIX. In: ALMEIDA, Marta; VERGARA, Moema. *Ciência, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Mast, 2008, p. 321-334.

KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. VIII (suplemento), p. 863-880, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/grhQqtzkqm3FRhdYh-ZWY94k/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

KURY, Lorelai; CAMENITZKI, Carlos Ziller. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 57-85, 1997. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/39/Anais%20do%20Museu%20Hist%C3%B3rico%20Nacional%2C%20v.%2029%2C%20ano%201997>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LABORIE, Jean-Claude. Estudos de mediações: o caso Ferdinand Denis. *Ponto e Vírgula*, n. 13, p. 66-77, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/19540/14469>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LAJOLO, Marisa. Introdução. In: BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 11-40.

LAVABRE, Marie-Claire. De La notion de mémoire à la production des mémoires collectives. In: CEFAL, Daniel (org.). *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 233-268.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LEVY, Carlos Roberto. *Exposições gerais da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Edições Pinakothèque, 1990.

LIMA, Hermes. [Correspondência]. Destinatário: Viriato Correia. [S./], 4 jul. 1944. 1 carta. Original.

LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no Império do Brasil. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (org.). *O Brasil Imperial*. v. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 467-497.

LOPES, Marco Antonio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

LOPES, Maria Margaret. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/9f3V94mvQynFgRzmXG3Mvxk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2009.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 225-249.

LOURENÇO, Mariana Simões. *Do acervo ao livro: as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14870>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et mirabilia: les cabinets de curiosités en Europe*. Paris: Adam Biro, 1998.

LUIZ Felipe de Saldanha da Gama. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, v. 5, JL, p. 398-401.

MACEDO, Adriana Mattos Clen. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.sbtth.org.br/2017/11/26/as-corografias-e-a-cultura-historica-oitocentista/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MACEDO, Adriana Mattos Clen. *Método e escrita da história em Benjamin Franklin Ramiz Galvão* (1846-1938), 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=139583. Acesso em: 23 jun. 2024.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Ediouro, [198-?].

MAGALHÃES, Fernando. *Discurso de Recepção ao Acadêmico Ramiz Galvão*, 1928. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/ramiz-galvao-barao-de-ramiz-galvao/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 16 nov. 2012.

MALATIAN, Teresa. *Dom Luís de Orléans e Bragança*: peregrino de impérios. São Paulo: Alameda, 2010.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (org.). *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 117-154.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Capítulos de Capistrano. In: *Os descobridores*: Mário de Andrade, Capistrano de Abreu e os descobrimentos do Brasil. (Relatório de pesquisa integrada). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1997. Disponível em: www.historia-ecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/capituloscapistrano.htm. Acesso em: 5 jul. 2024.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 181-231.

MAURICÉA FILHO, Alfredo. *Ramiz Galvão (o Barão de Ramiz) 16/06/1846 a 09/03/1938*: ensaio biográfico e crítico. Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Instituto Nacional do Livro, 1972.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007.

MELO, José Alexandre Teixeira de. Pe. José de Anchieta (chartas inéditas). In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 1. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1876a, p. 79-127. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630_1876_B00002.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

MELO, José Alexandre Teixeira de. Silvestre Pinheiro Ferreira e cartas biográficas. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 2. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1876b, p. 247-251. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630_1876_B00002.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 2 de julho de 1880*. Biblioteca Nacional – Correspondência de Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, 1880a.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 3 de abril de 1876*. Biblioteca Nacional – Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, 1876.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 3 de abril de 1874*. Arquivo Nacional – Ofícios do bibliotecário. Rio de Janeiro, 1874a.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 5 de janeiro de 1882*. Arquivo Nacional – Ofícios do bibliotecário (1882-1883). Rio de Janeiro, 1882a.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 5 de abril de 1872*. Arquivo Nacional – Ofício do bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872). Rio de Janeiro, 1872a.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 7 de maio de 1872*. Arquivo Nacional – Ofício do bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872). Rio de Janeiro, 1872b.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 7 de fevereiro de 1874*. Arquivo Nacional – Ofícios do bibliotecário. Rio de Janeiro, 1874b.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 9 de agosto de 1875*. Biblioteca Nacional – Coleção Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1875a.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 12 de abril de 1872*. Biblioteca Nacional – Coleção Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1872c.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 13 de dezembro de 1871*. Biblioteca Nacional – Ofícios (1871-1875). Rio de Janeiro, 1871a.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 15 de agosto de 1877*. Biblioteca Nacional – Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, 1877a.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 15 de junho de 1878*. Arquivo Nacional – Ofício do bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1882). Rio de Janeiro, 1878a.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 15 de junho de 1878*. Biblioteca Nacional – Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, 1878b.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 15 de junho de 1878*. Biblioteca Nacional – Coleção Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1878c.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 19 de agosto de 1880 dirigido [pelo diretor Benjamin Franklin Ramiz Galvão] ao ministro do Império, barão Homem de Mello, expondo o plano de uma exposição de História do Brasil, com as instruções para a remessa de documentos históricos e o plano geral da exposição*. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1880b.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 21 de novembro de 1870*. Arquivo Nacional – Ofício do bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872). Rio de Janeiro, 1870a.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 28 de junho de 1874*. Biblioteca Nacional – Ofícios (1871-1875). Rio de Janeiro, 1874c.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 30 de março de 1871*. Arquivo Nacional – Ofício do bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872). Rio de Janeiro, 1871b.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Ofício de 5 de julho de 1880*. Arquivo Nacional – Ofícios do bibliotecário (1880-1881). Rio de Janeiro, 1880c.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Relatório circunstanciado dos trabalhos executados na Biblioteca Nacional no ano próximo passado de 1875 e no primeiro semestre de 1876*. Rio de Janeiro, 1875-1876a.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Relatório dos fatos ocorridos na Biblioteca Nacional no segundo semestre de 1876*. Arquivo Nacional – Ofícios do bibliotecário (1877-1879). Rio de Janeiro, 1877b.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Relatório referente ao 1º semestre do ano de 1878*. Biblioteca Nacional – Coleção Biblioteca Nacional, 1878d.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Relatório referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1872*. Biblioteca Nacional – Ofícios (1871-1875). Rio de Janeiro, 1872d.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Relatório referente ao ano de 1875 e primeiro semestre de 1876*. Rio de Janeiro, 1875-1876b.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Biblioteca Nacional. *Relatório sobre os trabalhos executados na Biblioteca Nacional da Corte, no ano de 1878*. Rio de Janeiro, 1879.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Ministro Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello. *Relatório do ano de 1879 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª Legislatura*. 1880d. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=50&s=0&cv=0&r=0&xywh=-399%2C-30%2C3017%2C2128>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1874 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura*. 1875b. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=45&s=0&cv=0&r=0&xywh=-359%2C-1%2C2941%2C2075>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1872 apresentado à Assembleia Geral Legislativa (na 1ª sessão da 15ª Legislatura) em additamento ao de 8 de maio de 1872*. 1872e. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=42&s=0&cv=0&r=0&xywh=-998%2C-476%2C4106%2C2896>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Ministro José Joaquim Fernandes Torres. *Relatório do ano de 1867 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 13ª Legislatura*. 1868. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=37&s=0&cv=0&r=0&xywh=101%2C96%2C1955%2C1379>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Ministro Paulino José Soares de Souza. *Relatório do ano de 1869 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 14ª Legislatura*. 1870b. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=39&s=0&cv=0&r=0&xywh=-358%2C-215%2C3022%2C2132>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Ministro Pedro de Araújo Lima. *Relatório do anno de 1862 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 1ª Legislatura*. 1863. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#c=0&m=31&s=0&c-v=0&r=0&xywh=-672%2C-436%2C3646%2C2572>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Ministro Rodolpho Epiphany de Souza Dantas. *Relatório do anno de 1881 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 18ª Legislatura*. 1882b. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#c=0&m=52&s=0&cv=0&r=0&xywh=-338%2C-1%2C2835%2C2000>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: Edusc, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, v. 21, n. 39, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/43194>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Recortes de memória: reis e príncipes na coleção Barbosa Machado. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005a.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Reis, príncipes e varões insígnies na coleção Barbosa Machado. In: *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, v. VI, 2005b, p. 215-251.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. A ordem de um tempo: folhetos na coleção Barbosa Machado. *Topoi*, v. 8, p. 77-113, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/vHQ47LvqKWLwnPmDHDYg8q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes; LEITE, Jorge Miranda. Os manifestos de Portugal: reflexões acerca de um Estado moderno. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura política, historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 113-131.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003.

MOTA, Isabel Ferreira da. Os historiadores, o mecenato e o clientelismo: autonomia e dependência (1700-1750). *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 19, p. 471-493, 1998.

MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

NAXARA, Márcia. *Cientificismo e sensibilidade romântica*: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Francisco Vieira Goulart: entre as benesses do Antigo Regime e as conquistas liberais. XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2006. Disponível em: <https://snh2013.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Lucia%20Maria%20Bastos%20P%20Neves.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrinas do progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 1986.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 13-44.

NICOLAZZI, Fernando. Gilberto Freyre viajante: olhos seus, olhares alheios. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 240-265.

NOGUEIRA, Baptista Caetano Almeida. Illmo. Snr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 6. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1879, p. XI-XIV. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630_1878_00006.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II (Nudom). *Livro de Matrícula do ano de 1858*.

O MINISTRO do Império autorizou [...]. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 239, 30 set. 1880. Diário oficial, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=%22A%20Biblioteca%20Nacional%20resolveu%20levar%20a%20feito%22&pagfis=1355. Acesso em: 24 jun. 2024.

OLIVEIRA, Josiane Roza de. *Um historiador em formação*: os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu. 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências

e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16245>. Acesso em: 23 jun. 2024.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 216-239.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer a história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil Oitocentista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/rjbh/a/cKLzmNGhsSvPQLR5BHq9PPK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2024.

ORAÇÃO do Dr. Braz do Amaral. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 191, p. 296-299, 1946. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsR283UkFSG1xYmc/view?resourcekey=0-7LJ30c77iNbecZHrum4nxQ. Acesso em: 15 jun. 2024.

OUVRY-VIAL, Brigitte. L'acte editorial: vers une théorie du gest. *Communication et Langages*, n. 154, p. 67-82, 2007. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/colan_0336-1500_2007_num_154_1_4691. Acesso em: 23 jun. 2024.

PALAVRAS de Pedro Calmon. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 191, p. 302, 1946a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsR283UkFSG1xYmc/view?resourcekey=0-7LJ30c77iNbecZHrum4nxQ. Acesso em: 15 jun. 2024.

PALAVRAS do ministro Alfredo Valadão. *RIHGB*, v. 191, p. 295-296, 1946b. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsR283UkFSG1xYmc/view?resourcekey=0-7LJ30c77iNbecZHrum4nxQ. Acesso em: 15 jun. 2024.

PARRELA, Ivana. Coleções e publicações documentais no Brasil: estratégias e temporalidades – 1930-1990. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *O Brasil em dois tempos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 91-108.

PENNA, Maria Luisa. *Luiz Camillo*: perfil intelectual. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

PEREIRA, Margareth da Silva. A exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *Arqtexto*, n. 16, p. 6-27, 2010. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/wp-content/uploads/2023/06/01_MSP.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

PESAVENTO, Sandra. *Exposições universais*: espetáculos da modernidade do século XX. São Paulo: Hucitec, 1997.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 23 jun. 2024.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

POMIAN, Krzysztof. *Des Saintes reliques à l'Art Moderne*. Venise-Chicago. XIIIe-XIXe siècle. Paris: Galimard, 2003.

POULOT, Dominique. *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

POULOT, Dominique. O modelo republicano de museu e sua tradição. In: BORGES, Maria Eliza Linhares (org.). *Inovações, coleções, museus*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 13-24.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUARTA sessão ordinária em 20 de agosto de 1909. *RIHGB*, v. 120, t. LXXII, p. 350-356, 1909. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKS-sZlpHajRpWXIISDQ/view?resourcekey=0-uYY-cjthzJXag8rpd6NP_Q. Acesso em: 26 jun. 2024.

QUESADA, Vicente. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Buenos Aires, 28 out. 1875a. 1 carta. Original.

QUESADA, Vicente. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Buenos Aires, 23 nov. 1875b. 1 carta. Original.

QUESADA, Vicente. *Las Bibliotecas Europeas y Algunas de la América Latina*. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1877.

RECEBEU a Bibliotheca Nacional [...]. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 39, 8 fev. 1881, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&Pesq=%22A%20Biblioteca%20Nacional%22&pag-fis=1589. Acesso em: 24 maio 2024.

REGULAMENTO da Biblioteca Nacional, anexo ao Decreto n. 6.141, de 4 de março de 1876. In: MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Brasil). Ministro José Bento da Cunha e

Figueiredo. *Relatório do anno de 1876 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 16ª Legislatura*, Anexo E. 1877. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/100/?c=0&m=46&s=0&cv=492&r=0&xywh=-1114%2C0%2C4227%2C2981>. Acesso em: 27 jun. 2024.

REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 277, ano 6, 1881, p. 4.

RODRIGUES, José Honório (org.). Prefácio. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, v. 1, p. ILVI.

RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: *Catálogo da Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. 3 v. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998, p. VII-XVII.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, José Honório. *Pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

SALDANHA da Gama. In: BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero-Americana, [2000?], v. 2, p. 1.988-1.989.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 19, n. 19, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusoфона.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/369>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

SCHNAPPER, Antoine. *Le géant, la licorne et la tulipe*. Paris: Flammarion, 1988.

SCHUSTER, Suen. História, nação e raça no contexto da Exposição de 1922. *História, Ciência e Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, jan./mar., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/kYWBKz589rJvC5cz69TYSVL/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília; AZEVEDO, Paulo Cesar de Azevedo. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERVIÇO telegraphico. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 204, 25 jul. 1882. Telegrammas, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pagfis=4018. Acesso em: 24 maio 2024.

SESSÃO especial comemorativa do quinquagésimo aniversário da admissão como sócio-efetivo, do sr. dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, em 16 de agosto de 1922. *RIHGB*, t. 92, v. 146, p. 492-505, 1922. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsUWpvV1dTV3AtUHM/view?resourcekey=0-NfdbH3-c5Q9s7mHZ-cXtqVg. Acesso em: 15 jun. 2024.

SESSÃO especial, em 3 de dezembro de 1918. *RIHGB*, v. 137, t. 83, p. 554-582, 1918. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsUWpvV1dTV3AtUHM/view?resourcekey=0-EkamNjfo-0-juvyQ0v4-iA. Acesso em: 26 jun. 2024.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 259-280.

SIRINELLI, Jean-François. *L'histoire intellectuel aujourd'hui*. Paris: PUF, 2003a.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003b, p. 231-269.

SIRINELLI, Jean-François; ORY, Pascal. *Les intellectuels em France: de l'affaire Dreyfus à nos jours*. Paris: Armand Colin, 1986.

SOARES, José Carlos de Macedo. Centenário de Ramiz Galvão. *RIHGB*, v. 191, p. 294, 1946. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsR283UkFxS-G1xYmc/view?resourcekey=0-7LJ30c77iNbecZHrum4nxQ. Acesso em: 15 jun. 2024.

SODRÉ, Alcindo. O aio dos príncipes. *RIHGB*, v. 191, p. 300-302, 1946.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TURAZZI, Maria Inez. *Iconografia e patrimônio: o Catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

TURAZZI, Maria Inez. Imagens da nação: a Exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. In: STEPHAN, Beatriz Gonzales;

ANDERMANN, Jens (org.). *Galerías del progreso: museos, exposiciones y cultura visual en América Latina*. Rosário: Beatriz Viterbo, 2006.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1995.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História e Historiografia*, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>. Acesso em: 23 jun. 2024.

VENÂNCIO, Gisele Martins. A utopia do diálogo: os prefácios de Vianna e a construção de si na obra publicada. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 173-188.

VIALE, José Antonio. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Lisboa, [1881]. 1 carta. Original.

VOVELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

WANDERLEY, Marcelo da Rocha. *Jubileu nacional: a comemoração do quadricentenário do descobrimento do Brasil e a refundação da identidade nacional*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.

WOLF, Ad. [Correspondência]. Destinatário: [Benjamin Franklin Ramiz Galvão?]. Viena, [1874]. 1 carta. Original.

APÊNDICES

Apêndice A

Cronologia de Ramiz Galvão^[1]

1846	Nasceu em Rio Pardo, Rio Grande do Sul.
1852	Mudou-se para a corte.
1853	Tornou-se aluno do externato mantido pela Sociedade Amantes da Instrução.
1855	Entrou como aluno do Colégio Pedro II.
1861	Formou-se bacharel em letras pelo Colégio Pedro II.
1863	Entrou como aluno na Faculdade de Medicina.
1864	Tornou-se sócio fundador do Instituto de Bacharéis em Letras.
1868	Formou-se na Faculdade de Medicina.
1869	Exerceu a função de médico nos Hospitais Militares de Armação e Andaraí.
1869-1870	Atuou como professor de grego e retórica no Colégio Pedro II.
1870-1882	Atuou como bibliotecário na Biblioteca Nacional.
1871	Casou-se com Leonor Saldanha da Gama.
1871-1882	Atuou como professor da Escola de Medicina. Na Faculdade de Medicina, foi professor de ciências acessórias e, a partir de 1880, de Zoologia e Botânica.
1872	Entrou como sócio do IHGB. Participou como membro da Comissão de Arqueologia e Etnografia do IHGB.
1873-1874	Fez viagem à Europa a mando do governo Imperial.

-
1. Gostaria de agradecer à Adriana Mattos Clen Macedo, que me forneceu uma cronologia preliminar da vida e obras de Ramiz Galvão, base para a elaboração desta.

- Fez parte da comissão que representou o Império do Brasil na Exposição Universal de Viena.
- Participou como membro da 2ª Comissão de História do IHGB.
- Participou como membro da Comissão de Pesquisa de Manuscritos do IHGB.
- 1876 Reforma geral da Biblioteca Nacional.
- Recebeu do governo francês o título de oficial da Instrução Pública por serviços prestados às letras.
- 1880 Organização da Exposição Camoneana na Biblioteca Nacional.
- Recebe do governo português a mercê honorífica da Real Ordem Militar Portuguesa de N. S. Jesus Cristo por serviços que prestou como bibliotecário da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro à Biblioteca Nacional de Portugal.
- 1881 Organização da Exposição de História do Brasil na Biblioteca Nacional.
- Recebeu do governo português a Comenda de Cristo.
- 1882 Tornou-se membro da Comissão de Revisão de Manuscritos do IHGB.
- Deixou seus afazeres na Faculdade de Medicina e na Biblioteca Nacional.
- Recebeu do governo francês a mercê honorífica de Cavaleiro da Legião de Honra.
- Recebeu a medalha de ouro na Exposição Continental, ocorrida em Buenos Aires, pela publicação do Catálogo da Exposição de História do Brasil.
- 1882-1889 Atuou como preceptor dos príncipes imperiais.
- 1888 Recebeu o título de barão de Ramiz.
- Participou como membro da 1ª Comissão de História do IHGB.
- 1890 Nomeado inspetor geral da Instrução Primária e Secundária do Município Federal.
- 1891 Nomeado vice-reitor do Conselho de Instrução Superior.
- 1893 Nomeado chefe da recém-criada Instrução Municipal do Rio de Janeiro.
- 1893-1894 Exílio em Campos devido ao envolvimento de seu cunhado, o almirante Saldanha da Gama, na Revolta da Armada.

- 19/3/ 1893 morreu seu filho Benjamin Galvão. Em um intervalo de 15 dias, perdeu outros dois filhos.
- 1894-1899 Atuou como secretário da Gazeta de Notícias.
- 1895 24 de junho: morreu seu cunhado, o almirante Saldanha da Gama.
- 1897-1900 Voltou a ensinar grego no Colégio Pedro II.
- 1899 Criação da Associação do IV Centenário, da qual esteve à frente.
- 1900-1931 Atuou como diretor do Asilo Gonçalves de Araújo.
- 1902-1911 Lecionou grego no Colégio Pio Americano.
- 1903-1906 Dirigiu o Almanaque Brasileiro Garnier.
- 1905 Participou da festa do Tricentenário do livro Dom Quixote, promovida pelo Real Gabinete.
- 1909 Agosto: tornou-se sócio honorário do IHGB. Novembro: tornou-se sócio benemérito do IHGB.
- 1910 Foi nomeado conselheiro da Instrução do Distrito Federal por Serzedelo Correia.
- 1912 Ocupou o posto de diretor-geral da Instrução Pública.
Tornou-se orador oficial do IHGB.
Passou a dirigir a Revista do IHGB.
Membro da Comissão de Estatutos do IHGB.
- 1914 Presidente da comissão executiva do Congresso de História Nacional.
- 1915 Tornou-se orador perpétuo do IHGB.
Abandonou o posto de diretor-geral da Instrução Pública.
- 1917 Nomeado membro da Comissão de Admissão de Sócios do IHGB.
- 1918 Comemoração de seu jubileu científico no IHGB.
- 1919 Homenageado na Faculdade de Medicina.
Entrou para a Academia Nacional de Medicina, onde foi recebido por Miguel Couto.
Recebeu o cargo de presidente do Conselho Superior de Ensino do Distrito Federal.
Recebeu o título de sócio honorário do Museu Nacional.
- 1920 Nomeado reitor da Universidade do Rio de Janeiro.
Falecimento de Leonor Saldanha da Gama.
- 1921 Membro da comissão para a recepção do conde d'Eu.

- 1928 Entrou para a Academia Brasileira de Letras.
Fez parte da Comissão do Dicionário da Academia Brasileira de Letras.
- 1929 Fez parte da Comissão da Gramática da ABL.
- 1930 Nomeado pelo IHGB organizador da Subcomissão Brasileira de Iconografia.
- 1934 Tornou-se presidente da ABL.
- 1938 Morreu no Rio de Janeiro.

Apêndice B

Obras de Ramiz Galvão^[2]

Década de 1860

- 1863 Escreveu os artigos "A mulher regenerada pelo cristianismo" e "Nossas ideias" para a *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*.
- 1864 Escreveu os artigos "A glória de Colombo (reflexões)" e "Os conventos" para a *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*.
- 1868 Defendeu a tese intitulada "Do valor terapêutico do calomelano no tratamento das inflamações serosas" na Faculdade de Medicina.
Discurso de colação de grau na Faculdade de Medicina.
- 1869 Escreveu *O púlpito no Brasil*.

Década de 1870

- 1871 Defendeu a tese *O calor, a luz, o magnetismo e a eletricidade são agentes distintos* por ocasião do concurso para professor da Faculdade de Medicina.
- 1872 Escreveu "Apontamentos históricos sobre a Ordem Beneditina em geral e em particular sobre o Mosteiro de N. Sra. de Monserrate da Ordem do patriarca são Bento desta cidade do Rio de Janeiro" publicado na *RIHGB*.

-
2. Utilizamos aqui a categoria "obra" considerando todo o conjunto diversificado da produção intelectual de Ramiz Galvão, não se restringindo apenas a livros ou textos. Nesse sentido, aproveito para agradecer a contribuição feita pela professora Nísia Trindade na apresentação de meu trabalho no Seminário "Pensamento Social em Instituições do Rio de Janeiro" no que se refere à necessidade de se utilizar de forma abrangente a noção de "obra" quando se trata da produção de qualquer intelectual, especialmente um polígrafo como Ramiz. Agradeço ainda a Rebeca Gontijo pela sugestão da elaboração de um levantamento da produção de Galvão.

- Como diretor da Biblioteca Nacional, imprimiu *Prosopopéia*, de Bento Teixeira.
- Escreveu os necrológicos de Giácomo Raja Gabaglia; Francisco Gonçalves Martins; Ernesto Ferreira França; Cândido Borges Monteiro; Visconde de Itaboraí na *RIHGB*.
- 1874 Escreveu o relatório "As artes gráficas na Exposição Universal de Viena".
- 1875 Escreveu "Biblioteca Públicas da Europa", relatório das pesquisas que realizou nas bibliotecas europeias a mando do governo imperial. Escreveu o "Relatório dos trabalhos executados na Biblioteca Nacional da Corte no ano de 1874", enviado ao Ministério do Império.
- 1876 Escreveu o "Parecer acerca da obra de Augusto Emílio Zaluar submetida à apreciação" na *RIHGB*.
- 1876-1881 Editou os *Anais da Biblioteca Nacional*.
 Escritos e estudos de Ramiz Galvão publicados nos *Anais*:
 Volume I: "Diogo Barbosa Machado"; "Notas Bibliographicas (Adições a Barbosa e Innocência da Silva)".
 Volume II: "Diogo Barbosa Machado (Catálogo de suas coleções)".
 Volume III: "Diogo Barbosa Machado (Catálogo de suas coleções) – continuação"; "Notas Bibliográficas (Adições a Barbosa e Inocência da Silva) – continuação".
 Volume VII: "Vocabulário das palavras usadas pelo tradutor da 'Conquista Espiritual', do padre A. Ruiz de Montoya".
 Volume VIII: "Diogo Barbosa Machado (Catálogo de suas coleções) – continuação".
 Volume IX (tomos 1 e 2): "Catálogo da Exposição de História do Brasil".
 Escreveu o "Relatório do bibliotecário da Biblioteca Nacional [Benjamim Franklin Ramiz Galvão, dos trabalhos executados durante o ano de 1875 e no primeiro semestre do ano de 1876]", enviado ao Ministério do Império.
- 1877 Editou a *Arte da gramática da língua brasílica da nação Kiriri*, de Mamiani.
- 1878 Escreveu o "Parecer do barão de Ramiz Galvão acerca de obras submetidas à sua apreciação" na *RIHGB*.

- 1879 Escreveu, com outros membros do IHGB, na *RIHGB*, o "Parecer da Comissão de História acerca da obra *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil*, de Augusto Fausto de Sousa", submetida à apreciação do Instituto.
- Escreveu, com outros membros do IHGB, o "Parecer da Comissão de História sobre o 'Bosquejo cronológico da venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência'".
- Escreveu "O novo livro do Sr. Paulo Gaffarel (*Histoire du Brésil Français*)" na *Revista Brasileira*.
- 1879-1881 Colaborou na revista *Renascença*.

Década de 1880

- 1880 Escreveu, com outros membros do IHGB, o parecer da Comissão de História sobre obra *O cedro vermelho*, de Francisco Gomes de Amorim, na *RIHGB*.
- 1881 Escreveu "Memória histórica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro".
- Publicou o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (2 volumes) nos *Anais da Biblioteca Nacional*.
- Organizou a Exposição de História do Brasil na Biblioteca Nacional.
- 1882 Escreveu "João Cointra: senhor de Bolés" na *RIHGB*.
- 1886 Prefaciou a obra *Moniz Barreto: o repentista. Estudo*, de Moniz Rosendo, publicada pela Garnier.
- 1887 Publicou o texto "Frei Camillo de Monserrate, estudo biográfico" no volume XII dos *Anais da Biblioteca Nacional*.
- 1887-1888 Como tutor dos príncipes imperiais, editou os jornais *O Laranjeiras*; *São Cristóvão*; *Correio Mirim*; *Correio Assu* e *Correio Imperial*.
- 1889 Como tutor dos príncipes imperiais, ajudou-os a compor e imprimir, pela tipografia do *Correio Imperial*, as *Poesias (originais e traduções)* de S. M. o Senhor D. Pedro II: homenagem de seus netos.

Década de 1890

- 1891 Escreveu o "Relatório dos trabalhos da Inspetoria Geral e dos estabelecimentos de instrução que lhe são imediatamente dependentes".
- 1894-1899 Escreveu "Flamando", seção permanente da *Gazeta de Notícias*, com o pseudônimo de Pacífico.
- 1895 Editou as poesias inéditas de Cláudio Manuel da Costa no tomo II da *Revista Brasileira*.
Publicou na *Gazeta de Notícias* (mês de abril) e na *Revista Brasileira* um documento novo sobre a vida do poeta Cláudio Manuel da Costa.
Colaborou na revista *Dom Quixote*.
Organizou os novos catálogos do Real Gabinete Português de Leitura.
- 1895-1900 Colaborou na *Revista Brasileira*.
- 1899 Traduziu *Resumo de geologia*, de A. de Laparrent (publicado pela Garnier).

Década de 1900

- 1900 Fez a tradução e as notas da obra *Estados Unidos do Brasil*, de Elisée Reclus, publicada pela Garnier.
Organizou e dirigiu a publicação *Galeria de História Brasileira 1500-1900*, publicada pela Garnier.
Escreveu a *Memória histórica do IV Centenário do Descobrimento do Brasil*.
Traduziu a obra *A retirada da laguna: episódio da guerra do Paraguay*, de Alfredo d'Escagnolle Taunay.
"Discurso em honra da Oficialidade da Canhoneira Pátria", proferido no Asilo Gonçalves Araújo.
- 1908 Escreveu, com outros membros da Comissão de História do IHGB, pareceres acerca das obras de Luís Antônio Ferreira Gualberto, Emídio Dantas Barreto e Charles Wiener na *RIHGB*.
- 1909 Publicou o *Vocabulário etimológico, ortográfico e prosódico das palavras portuguesas derivadas da língua grega* pela editora Francisco Alves.

Escreveu, com outros membros do IHGB, o parecer da Comissão de História acerca de obras de Félix Pacheco.

"O ideal do rico", discurso proferido no Asilo Gonçalves Araújo.

Publicou a tradução (feita em 1888) de *Prometeu acorrentado*.

Década de 1910

- 1910 Escreveu *Reparos à crítica* (resposta a Cândido de Figueiredo).
Escreveu, em conjunto com outros membros da Comissão de História do IHGB, pareceres acerca de obras de Eurico de Góis e Ramon J. Carcano na *RIHGB*.
"Esperança do Pobre", discurso proferido no Asilo Gonçalves Araújo.
- 1911 Escreveu, com outros membros da Comissão de História do IHGB, pareceres acerca de obras de José Salgado; Afonso d'Escragnolle Taunay; Homero Batista; Pedro Souto Maior; Braz Hermenegildo do Amaral; Henry R. Lang; José Bonifácio de Andrada e Silva e Aloísio de Castro.
Discurso por ocasião da distribuição de prêmios no Asilo Gonçalves Araújo.
- 1912 Escreveu os elogios fúnebres do barão do Rio Branco; visconde de Ouro Preto; marquês de Paranaguá; Joaquim Duarte Murtinho; Tristão de Alencar Araripe Júnior; Joaquim Xavier da Silveira Júnior; Luís Alves da Silva Porto; Augusto de Castilho; Manuel José da Fonseca; publicados na *RIHGB*.
Discursou nas posses de Eurico Góis; Alfredo Valladão; Raul Tavares; Afonso d'Escragnolle Taunay; Francisco Agenor de Noronha Santos; Hélio Lobo; Liberato Bittencourt; Alberto Rangel; Escragnolle Dória; Júlio Fernandez; Pedro Souto Maior e João da Costa Lima Drummond. Discursos publicados na *RIHGB*.
Escreveu, com outros membros da Comissão de História do IHGB, pareceres acerca de obras de Nicolas Debbané; Alfredo Valladão; Antônio Gomes Carmo; Ataulfo de Paiva; Hélio Lobo; Alberto Rangel; Manuel Emílio Gomes de Carvalho; Afrânio de Melo Franco; Liberato Bittencourt; João da Costa Lima Drummond; Washington Luís e Escragnolle Dória.

- "Instrução profissional", discurso proferido no Asilo Gonçalves Araújo. Escreveu a peça *Oração à bandeira brasileira*, apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.
- 1913 Discursou nas posses de Theodore Roosevelt; Edgard Roquette Pinto; Homero Batista; Félix Pacheco; John Casper Branner; na *RIHGB*. Escreveu, com outros membros da Comissão de História do IHGB, pareceres acerca de obras de Miguel Calmon du Pin e Almeida; João Ribeiro; Enéias Galvão; Antônio Carlos Ribeiro de Andrada; Eugênio Egas; Fidelino de Figueiredo; Davi de Melo Lopes; Pedro de Azevedo; na *RIHGB*. Elogios fúnebres ao barão do Rio Branco e a João da Costa Lima na *RIHGB*. Introdução às anotações de E. A. da Cunha Matos à *História da Guerra do Paraguai*, de Max von Versen, na *RIHGB*. "Obra santa", discurso de Antonio Gonçalves de Araújo (Asilo Gonçalves Araújo).
- 1914 Escreveu os elogios fúnebres de Sílvio Romero; Tomás Garcez Paranhos Montenegro; Júlio Roca; Roque Saenz Peña; Adolfo P. Carranza; cardeal Mariano Rampolla del Tindaro; Paul von Ehrenreich; Pedro Venceslau de Brito Aranha; Afrânio de Melo Franco; Enéias Galvão; Basílio de Magalhães; Lucas Ayarragaray; na *RIHGB*. Fez parte da comissão que escreveu os pareceres de admissão de José Ribeiro do Amaral; Basílio de Magalhães; visconde de Faria e Afonso Antônio de Freitas como sócios correspondentes. Analisou também as admissões de Homero Batista; Augusto Tavares de Lira; Max Fleiuss; Augusto Olímpio Viveiros de Castro; Manuel Cícero Peregrino da Silva; Clóvis Beviláqua; barão de Tefé e José Carlos Rodrigues como sócios honorários na *RIHGB*. Escreveu o parecer da Comissão de História acerca de obras de Lucas Ayarragaray na *RIHGB*. Fez o discurso de encerramento do Congresso de História Nacional. "Pão e Luz", discurso na sessão solene à memória do fundador do Asilo Gonçalves Araújo.
- 1915 Escreveu os elogios fúnebres do barão de Paranapiacaba; de Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo; Alfredo Eugênio de Almeida

Maia; Luís Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque; Gonçalo Quesada e Norberto D. Quirino Costa.

Participou das comissões que julgaram as admissões de J. Cervaenz y Rodriguez; Aníbal Veloso Rebelo; Alberto Lamego como sócios correspondentes do IHGB. *RIHGB*.

Redigiu, com uma comissão, os pareceres da admissão de Urbano Santos da Costa Araújo; Otávio Rodrigues; Antônio Olinto dos Santos Pires e Artur Índio do Brasil a sócios honorários do IHGB na *RIHGB*.

Redigiu, com uma comissão, os pareceres da admissão de Antônio de Barros Ramalho Ortigão; Alfredo Pinto Vieira de Melo; Aurelino Leal; Artur Pinto da Rocha; Antônio Fernandes Figueira; Martim Francisco Ribeiro de Andrada; Domingos José Nogueira Jaguaribe a sócios efetivos do IHGB na *RIHGB*.

Discursou na posse de Antônio de Barros Ramalho Ortigão; José Bernardino Bormann; Antônio Fernandes Figueira; Miguel Calmon du Pin e Almeida; Eugênio Egas; Aurelino Leal; Artur Pinto da Rocha; Nicolau José Debané e João Ribeiro. *RIHGB*.

Elogio fúnebre de Orville Adalbert Derby na *RIHGB*.

"Educação dos Pobres", discurso proferido em sessão magna no Asilo Gonçalves Araújo.

1916 Escreveu os elogios fúnebres de José Veríssimo; Manuel de Melo Cardoso Barata; padre Júlio Maria; José Francisco Diana; Afonso Arinos; Artur Orlando e Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho na *RIHGB*.

Discursou nas posses de João de Lira Tavares; Aníbal Veloso Rebelo; Érico Marinho da Gama Coelho e Ernesto da Cunha Araújo Viana. *RIHGB*.

Parecer acerca das admissões de João Martins de Carvalho Mourão e Érico Marinho da Gama Coelho como sócios efetivos. *RIHGB*.

Parecer acerca da elevação de Teodoro Sampaio a sócio honorário. *RIHGB*.

Parecer acerca da admissão de João de Lira Tavares como sócio correspondente. *RIHGB*.

Escreveu, na *RIHGB*, com Pedro Lessa e Basílio de Magalhães, o relatório da comissão nomeada pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para examinar e coordenar a obra

manuscrita e inédita do visconde de Porto Seguro, intitulada *História da Independência*.

- 1917 Escreveu os elogios fúnebres dos bispos dom José Joaquim Vieira e dom José Joaquim Vieira; do padre Rafael Maria Galanti; de Emílio Augusto Goeldi; Augusto de Siqueira Cardoso; Alfredo de Toledo; Alfredo Augusto da Rocha; Alberto Torres e de Enéias Galvão na *RIHGB*.

Discursou nas posses de Juliano Moreira, Laudelino Freire e Agenor de Roure no IHGB. *RIHGB*.

Parecer acerca da admissão de Edwin V. Morgan; Jerônimo de Avelar Figueira de Melo; Mário Carneiro do Rego Melo; Roberto Lehmann-Nitsche; Agenor Roure, Silvério Gomes Pimenta e Laudelino Freire como sócios do IHGB. *RIHGB*.

- 1918 Conferência "O poeta Fagundes Varela".

Dirigiu *Efemérides brasileiras*, do Barão do Rio Branco.

Elogios fúnebres a Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo; Antônio Jansen do Paço; José Américo dos Santos; Alberto de Carvalho; Vicente Ferreira Lustosa de Lima e Francisco Batista Marques Pinheiro na *RIHGB*.

Escreveu, com outros membros do IHGB, o parecer acerca das admissões de Antônio Borges Leal Castelo Branco, Thiers Fleming e Henrique Morize como sócios do IHGB na *RIHGB*.

Discurso na posse de Thiers Fleming. *RIHGB*.

Escreveu as cenas "Fé, esperança e caridade" e "Os aliados da paz", apresentadas no Asilo Gonçalves de Araújo.

- 1919 Discurso de despedida feito na Faculdade de Filosofia e Letras na sessão extraordinária da congregação em 5 de novembro de 1919. O texto foi publicado pela Imprensa Nacional.

Discurso proferido na Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro pelo seu jubileu científico, comemorado na sessão de 28 de abril. Publicado pela Imprensa Nacional.

Discurso proferido no IHGB, na comemoração de seu jubileu científico, ocorrida em 3 de dezembro de 1918. Publicado pela Imprensa Nacional.

Elogios fúnebres do presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves; de José Bernardino Bormann; Antônio Ferreira

de Sousa Pitanga; João Alfredo Correia de Oliveira; Cândido Luís Maria de Oliveira; Sabino Alves Barroso Júnior; Brasília Machado; Luiz Gonzaga da Silva Leme; monsenhor Júlio Tonti e Theodore Roosevelt. *RIHGB*.

Discurso nas posses de Jônatas Serrano; Afrânio Peixoto; Solidônio Leite; Alfredo Pinto Vieira de Melo. *RIHGB*.

Parecer acerca da admissão de Solidônio Leite como sócio efetivo. Escreveu a cena "Trindade suprema", apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.

Década de 1920

- 1920 Escreveu os elogios fúnebres de Luís de Orléans e Bragança; Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque; Ernesto da Cunha Araújo Viana; Rivadavia Correia; João Batista Correia Nery; Carlos Lix Klett; Pedro Lessa; Gregório Taumaturgo de Azevedo; bispo dom Carlos Luís d'Amour; Paulo Barreto; Ernesto Lassance Cunha e barão de Alencar. *RIHGB*.
- Discurso nas posses de Fidelino de Figueiredo; Gentil de Assis Moura; Jerônimo de Avelar Figueira de Melo; Henrique Morize; Olímpio Artur Ribeiro da Fonseca; Sousa Docca; Mário Barreto; José Maria Moreira Guimarães e Manuel Porfírio de Oliveira Santos. *RIHGB*.
- Escreveu, com outros membros da comissão, os pareceres de admissão dos seguintes sócios do IHGB: Clemente L. Fregeiro; José Artur Boiteux; Justo Leite Chermont; Manuel Álvaro de Sousa Sá Viana; Gregório Taumaturgo de Azevedo; padre Carlos Teschauer; José Carlos de Macedo Soares; Alfredo Gomes e Rodolfo Garcia. *RIHGB*.
- Discurso de Benjamin Franklin de Ramiz Galvão em homenagem ao conde d'Eu. *RIHGB*.
- Conferência ao Conselho Superior de Ensino, publicada na *Revista dos Tribunais*.
- Escreveu o prefácio da obra *Brasil*, de F. Assis Cintra.
- Escreveu a cena "As artes e a moral", apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.
- 1921 Escreveu a cena "A santa caridade", apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.

- 1922 Escreveu os elogios fúnebres do conde d'Eu; arcebispo dom Silvério Gomes Pimenta; Manuel Vieira Tosta Filho; Urbano Santos da Costa Araújo; Amaro Cavalcanti e John Casper Branner. *RIHGB*.
 Discurso de Benjamin Franklin de Ramiz Galvão agradecendo as homenagens que lhe foram prestadas por ocasião da comemoração dos 50 anos de seu ingresso no IHGB. *RIHGB*.
 Parecer acerca da admissão de Diego Carbonnell como sócio honorário. *RIHGB*.
 Escreveu a cena "A pátria brasileira", apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.
- 1923 Escreveu os elogios fúnebres de Rui Barbosa; marechal Hermes da Fonseca; Alfredo Pinto Vieira de Melo; José Carlos Rodrigues; Estanislau Zeballos; Enrique Moreno; Clemente L. Fregeiro; João Mendes de Almeida Júnior; Manuel Álvaro de Sousa Sá Viana; Virgílio Martins de Melo Franco e Érico Marinho da Gama Coelho. *RIHGB*.
 Parecer acerca das admissões de Diego Carbonelli e Alfredo Ferreira Lage como sócios honorários. *RIHGB*.
 Escreveu a cena "Os estados e a união", apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.
- 1924 Elogios fúnebres de Homero Batista; Alfredo Gomes; Aurelino Leal; príncipe Rolando Bonaparte; Nilo Peçanha; arcebispo Jerônimo Tomé da Silva; padre João Batista Hafkemeyer e Francisco Augusto Pereira da Costa, publicados na *RIHGB*.
 Discurso do barão de Ramiz Galvão na posse do sócio efetivo Francisco José de Oliveira Vianna. *RIHGB*.
 Escreveu a cena "Portugal e Brasil", apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.
- 1925 "Gratas reminiscências", discurso de Ramiz Galvão no centenário natalício de dom Pedro II. Publicado na *RIHGB* e no *Jornal do Brasil*, de 2 de dezembro de 1925.
 "O Imperador e a instrução pública". *RIHGB*.
 Elogios fúnebres de José Cândido Guillobel; Antônio Olinto dos Santos Pires; Pedro Souto Maior; José Maria Pereira Lima e Alberto Pimentel. *RIHGB*.
 Escreveu a cena "As virtudes colegiais e a voz de Araújo", apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.

- 1926 Elogios fúnebres de Antônio Coutinho Gomes Pereira; Lauro Müller; Justo Leite Chermont; João Luís Alves e arcebispo dom Aquino Correia. *RIHGB*.
 “Resposta do sr. Ramiz Galvão, orador perpétuo do Instituto ao discurso de dom Francisco de Aquino Corrêa”. *RIHGB*.
 Escreveu a cena “Os gloriosos latinos”, apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.
- 1927 Escreveu os elogios fúnebres de João Capistrano de Abreu; Martim Francisco Ribeiro de Andrada; Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho; Augusto Olímpio Viveiros de Castro; José Ribeiro do Amaral; Nuno Pinheiro de Andrade; Tobias Laureano Figueira de Melo e Diogo de Vasconcelos. *RIHGB*.
 Republicou, na *RIHGB*, o artigo “O livro de Paulo Gaffarel”, sobre a obra *Histoire du Brésil Français*.
- 1928 Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. *Revista da ABL*.
 Escreveu os elogios fúnebres de Manuel de Oliveira Lima; Carlos de Laet; Antônio Fernandes Figueira; Sebastião de Vasconcelos Galvão; Frederico Susviela Guarch; Francisco do Rego Maia; Pedro Augusto de São Bartolomeu Azevedo e arcebispo Duarte Leopoldo da Silva. *RIHGB*.
 Participou da comissão que escreveu o parecer acerca da admissão de Luís Martins de Sousa Dantas como sócio honorário do IHGB. *RIHGB*.
 Escreveu a cena “Cruzada feminista”, apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.
- 1929 Escreveu os elogios fúnebres de José Leopoldo de Bulhões Jardim; Gentil de Assis Moura; Antônio Martins de Azevedo Pimentel e José Pereira Rego Filho. *RIHGB*.
 Republicou seu artigo sobre Cláudio Manuel da Costa na *RIHGB*.
 Escreveu a cena “A verdadeira soberania”, apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.

Década de 1930

- 1930 Escreveu os necrológios de Justo Jansen Ferreira; Arthur Pinto da Rocha; Carlos Teschauer; Henri Charles Morize; Adolfo Augusto Pinto; André Peixoto de Lacerda Werneck e do cardeal Arcoverde. *RIHGB*.
Escreveu a cena "As joias da natureza", apresentada no Asilo Gonçalves de Araújo.
- 1931 Discurso de recepção de Silvío Rangel de Castro e Bernardino José de Souza no IHGB. *RIHGB*.
Discurso no 93º aniversário do Instituto Histórico. *RIHGB*.
Necrológio de Solidônio Ático Leite; João de Lira Tavares; Antônio Ribeiro de Macedo; José Vieira Couto de Magalhães; Antônio Luís von Hoonholtz; Alexandre José Barbosa Lima e Mario Barreto. *RIHGB*.
Manuel de Araújo Porto Alegre, biobibliografia publicada pelo IHGB.
- 1932 Prefácio ao volume 165 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.
Necrológios de Artur Guimarães; Ermelino Agostinho de Leão; Inocêncio Serzedello Correia e Alberto Santos Dumont. *RIHGB*.
Discurso do barão de Ramiz Galvão em resposta a conferência de José Artur Boiteux. *RIHGB*.
- 1933 Necrológios de João de Melo Viana; Manuel Porfírio de Oliveira Santos; Horácio de Carvalho; Artur Índio do Brasil; Juliano Moreira; Henrique Américo de Santa Rosa; Paulo de Frontin; José Francisco da Rocha Pombo e Joaquim Silvério de Sousa. *RIHGB*.
"No centenário Teixeira de Melo", discurso na ABL.
Escreveu o parecer da obra *O sertão carioca*, de Magalhães Correa, na *RIHGB*.
Escreveu o texto "Vergílio e não-vergílio", tese. ABL.
- 1934 Discurso de homenagem à memória de Olavo Bilac. *Revista da ABL*.
Necrológios de João Lucio de Azevedo; Jesuíno da Silva Melo; José Arthur Boiteux; Ernesto Quesada; Fernando Augusto Georlette; Edwin Morgan; Antônio Borges Leal Castelo Branco; Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança; Augusto de Lima e João Ribeiro. *RIHGB*.
Discurso do barão de Ramiz Galvão em homenagem ao Peru e à Colômbia. *RIHGB*.

- 1935 Necrológios de Júlio Fernandez; Gastão Ruch; Ronald de Carvalho; Miguel Calmon du Pin e Almeida; Agenor de Roure. *RIHGB*.
Discurso do barão de Ramiz Galvão em resposta aquele feito pelo monsenhor Federico Lunardi. *RIHGB*.
- 1936 Necrológios de Alípio Gama, Paulino José Soares de Sousa Júnior, Alfredo Lisboa e Félix Pacheco. *RIHGB*.
Discurso do barão de Ramiz Galvão saudando o conde Afonso Celso. *RIHGB*.
Discurso de Benjamin Franklin de Ramiz Galvão sobre Benjamin Constant. *RIHGB*.
Escreveu "Lexicologia Portuguesa. Os melhores léxicos", publicado na *Revista da ABL*.
- 1937 Necrológios de Vítor Maurtua; Nicolau José Debbané; Antônio de Barros Ramalho Ortigão; Paulo Setúbal; Laudelino Freire; João Francisco Braga e Teodoro Sampaio. *RIHGB*.
Prefaciou a obra *O vocabulário de Camillo: a linguagem camilliana*, de A. Tenório de Albuquerque.
Parecer acerca da admissão de Leopoldo Feijó Bittencourt e Herbert Canabarro Reichardt como sócios efetivos. *RIHGB*.
- 1938 Foi editor e revisor de *Viagem pelo Brasil*, de Johann Baptist von Spix e Karl von Martius.
Publicação póstuma: *Teatro Educativo*, estudo. Tipografia *Jornal do Commercio*.

Apêndice C

Organização das obras por tipo de produção

Tipo de obra/ década de produção	Década de 1860	Década de 1870	Década de 1880	Década de 1890	Década de 1900	Década de 1910	Década de 1920	Década de 1930
Livros, estudos e teses	2	3	2	-	2	1	-	3
Discursos publicados	1	-	-	-	2	48	16	10
Obras editadas e catálogos	-	7 (5 v. <i>Anais</i>)	6	2	1	1	-	1
Necrológios e elogios fúnebres	-	5	-	-	-	62	68	53
Relatórios	-	4	-	1	-	1	-	-
Pareceres	-	4	1	-	4	72	13	2
Colaboração em jornais e revistas	4	2	1	3	-	1	-	-
Traduções	-	-	-	1	3	1	-	-
Participação em comissões	-	4	1	1	2	10	4	1
Conferências	-	-	-	-	-	1	1	1
Teatro	-	-	-	-	-	4*	9*	1*
Prefácio	-	-	1	-	-	1	1	2

* As peças de teatro indicadas foram escritas para serem representadas pelas alunas do Asilo Gonçalves de Araújo. O conjunto dessas obras foi publicado postumamente em 1938. Consideramos na tipologia o ano de produção.

ÍNDICE REMISSIVO

Academia Brasileira de Letras | ABL — 20, 21, 28, 31, 49, 50, 51, 53, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 169, 277, 314, 319, 322, 335, 341, 349, 350, 351, 358, 373, 374, 376, 378, 384, 406, 417, 418, 419

Academia Imperial de Belas Artes — 205, 233

Acontecimento biográfico — 17, 22, 23, 44, 342, 361, 364

Afonso Celso, conde de — 19, 54, 66, 286, 311, 315, 317, 328, 331, 333, 334, 338, 343, 351, 354, 379, 419

Afrânio Peixoto — 31, 41, 345, 346, 347, 348, 349, 351, 353, 357, 358, 415

Alcindo Sodré — 315, 354

Alfredo do Vale Cabral — 84, 85, 163, 165, 166, 170, 180, 186, 193, 212, 213, 214, 234

Alfredo Taunay — 328

Almanaque Brasileiro Garnier — 65, 380

Almanaque Garnier — 65

Anais da Biblioteca Nacional — 18, 23, 27, 28, 44, 61, 69, 84, 102, 105, 106, 129, 132, 134, 137, 142, 147, 148, 158, 159, 160, 165, 170, 176, 182, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 200, 208, 210, 212, 214, 219, 231, 251, 259, 260, 274, 275, 279, 298, 366, 373, 376, 383, 384, 392, 396

André Rebouças — 104, 283, 315

Antônio Maria Correia Sá e Benevides — 57

Arquivo Nacional | AN — 28, 172, 195, 204, 209, 374, 390, 392, 393

Arquivo Público — 120, 149, 158, 195, 199, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 227, 336, 375, 378, 379, 382

Barão do Rio Branco — 371, 372

Barão Homem de Mello — 234

Basílio de Magalhães — 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 351, 353, 354, 357, 412, 413

Benjamin Constant — 308, 309, 310, 316, 376, 380, 419

Biblioteca Imperial — 76, 77, 134, 147

Biblioteca Nacional | BN — 5, 6, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 30, 31, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 57, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 201, 204, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 227, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 242, 243, 245, 246, 248, 251, 256, 259, 260, 261, 263, 264, 272, 274, 275, 278, 279, 288, 298, 301, 310, 313, 318, 320, 321, 322, 324, 326, 332, 341, 342, 343, 344, 346, 347, 348, 351, 352, 353, 357, 359, 360, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 374, 375, 376, 382, 383, 384, 392, 393, 394, 396, 398, 399, 400, 404, 408

Biblioteca Nacional de Buenos Aires — 103, 140, 193

Biblioteca Nacional de França — 104, 123, 126, 127, 144

Biblioteca Nacional de Portugal — 127

Biblioteca Pública — 74, 76, 80, 88, 112, 140, 156, 201, 399

Bibliothèque Sainte-Geneviève — 104

Braz do Amaral — 354, 397

Camilo de Monserrate (frei) — 61, 69, 74, 77, 87, 90, 194, 245, 280, 357, 375, 384

Capistrano de Abreu — 42, 49, 52, 54, 59, 60, 62, 63, 65, 67, 69, 71, 72, 83, 116, 160, 164, 165, 172, 173, 174, 175, 180, 234, 235, 238, 251, 258, 263, 311, 339, 343, 356, 364, 371, 372, 373, 386, 387, 391, 396, 397, 399, 417

Carlos de Laet — 49, 50, 66, 417

Catálogo — 68, 69, 141, 171, 174, 175, 183, 213, 214, 239, 243, 248, 251, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 301, 343, 360, 380, 383, 399, 400, 404, 408, 409

Catálogo da Exposição de História do Brasil — 18, 68, 141, 174, 175, 183, 214, 257, 260, 261, 262, 265, 267, 270, 274, 343, 360, 380, 383, 399, 400, 409

Charles Porquet — 104, 138, 139

Coleção — 44, 169, 170, 185, 189, 212, 213, 214, 298, 300, 336, 374, 375, 387, 392, 393, 394, 398

Colecionismo — 249

Colégio Pedro II — 19, 21, 22, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 77, 79, 174, 199, 279, 281, 289, 290, 294, 308, 319, 324, 327, 328, 342, 352, 367, 380, 403, 405

Correio Assu — 303

Correio Imperial — 303, 304, 371, 381, 409

Correio Mirim — 303

Diogo Barbosa Machado — 44, 84, 170, 185, 189, 212, 213, 214, 258, 298, 299, 300, 376, 384, 408

Dom Pedro II — 21, 45, 63, 73, 79, 89, 160, 218, 223, 238, 242, 243, 244, 245, 255, 268, 301, 302, 304, 313, 317, 318, 319, 320, 321, 326, 329, 334, 351, 416

Edson Nery da Fonseca — 21, 45, 46, 47, 48, 173

Erudição — 46, 49, 50, 52, 67, 78, 101, 119, 162, 272, 273, 288, 339, 340, 349, 357, 386

Escravidão — 89, 248, 284, 289, 302, 304, 305

Estampa(s) — 59, 104, 127, 168, 234, 400

Exposição Camoneana — 229, 231, 233, 234, 377, 404

Exposição de História do Brasil — 18, 23, 27, 61, 63, 68, 86, 105, 141, 165, 167, 174, 175, 183, 194, 208, 211, 214, 217, 218, 219, 220, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 239, 242, 244, 248, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 265, 267, 270, 274, 300, 303, 313, 327, 343, 360, 366, 373, 374, 380, 382, 383, 399, 400, 404, 409

Félix Ferreira — 103, 244

Ferdinand Denis — 104, 135, 137, 138, 139, 144, 192, 193, 389

Fernando Magalhães — 69

Francisco Adolfo de Varnhagen — 69, 71, 116, 117, 121, 166, 175, 198, 200, 246, 264, 339, 378

Francisco Ramos Paz — 103, 234, 264

Franklin Dória — 103

Gabinete Português de Leitura — 46, 95, 235, 264

Galeria da História Brasileira — 218

Gazeta de Notícias — 43, 65, 180, 229, 230, 231, 233, 238, 242, 280, 371, 380, 381, 387, 396, 398, 400, 410

Genolino Amado — 70

Guia da Exposição de História do Brasil — 108, 242, 387

Homem de ação — 18, 31, 41, 210, 346, 347, 348, 358, 360

Homem de palavra — 347, 358

Instituto de Bacharéis em Letras — 279, 289

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro | IHGB — 7, 19, 20, 21, 22, 28, 31, 35, 42, 53, 54, 56, 63, 65, 68, 69, 77, 95, 118, 133, 135, 136, 142, 149, 159, 169, 174, 176, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 210, 217, 226, 235, 237, 244, 245, 254, 255, 264, 265, 266, 267, 272, 273, 274, 279, 280, 281, 286, 287, 288, 305, 308, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 320, 322, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 337, 338, 340, 341, 343, 345, 346, 347, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 358, 359, 364, 367, 368, 369, 379, 386, 387, 388, 403, 404, 405, 406, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418

Intelectual mediador — 6, 7, 25, 184, 190, 211, 278, 348

João Alfredo Correa de Oliveira — 304

João Ribeiro — 19, 65, 66, 69, 71, 72, 116, 308, 319, 364, 388, 412, 413, 418

João Saldanha da Gama — 44, 59, 60, 163, 165, 166, 212, 213, 259, 374

Joaquim Manuel de Macedo — 55, 328

Joaquim Nabuco — 19, 283, 315, 373

José Alexandre Teixeira de Melo — 164, 165, 212, 213, 235

José Carlos de Macedo Soares — 328, 330, 354, 415

José Carlos Rodrigues — 104, 412, 416

José de Alencar — 77, 79, 89, 116, 213
José Honório Rodrigues — 166, 169, 174, 176, 258, 260, 312, 359, 360, 366, 382
José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque — 50, 51
José Saldanha da Gama — 58, 234, 328
José Zeferino de Menezes Brum — 163, 165, 169
Ladislau Neto — 117, 157, 158, 205, 206, 209, 210, 227, 328
Leonor Saldanha da Gama — 44, 58, 59, 60, 103, 111, 163, 165, 166, 167, 185, 212, 213, 234, 259, 316, 328, 329, 357, 374, 383, 388, 390, 404
Livraria — 212, 318, 382
Livreiro — 104, 138, 139, 167
Luiz Felipe Saldanha da Gama — 103, 111, 316, 383
Manoel Bomfim — 116, 118, 308
Mario de Alencar — 166
Max Fleiuss — 19, 54, 329, 333, 351, 412
Mediação cultural — 6, 7, 19, 120, 209, 278, 360, 363
Mediador — 6, 7, 20, 24, 25, 71, 135, 137, 184, 190, 211, 278, 280, 348, 359, 360, 361
Memória — 19, 214, 377, 378, 380, 386, 387, 398, 409, 410
Ministério do Império — 28, 74, 75, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 105, 110, 113, 125, 135, 139, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 173, 177, 178, 183, 192, 193, 196, 201, 205, 208, 219, 233, 236, 237, 256, 259, 275, 279
Museu Britânico | British Museum — 61, 96, 104, 109, 112, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 144, 154
Museu Nacional — 117, 120, 138, 149, 156, 157, 158, 195, 199, 201, 203, 205, 206, 207, 226, 227, 228, 372
O Cruzeiro — 244, 247
O Laranjeiras — 303
Olavo Bilac — 65, 116, 308, 384, 418

O S. Cristóvão — 303

Pedro Calmon — 31, 41, 354, 358, 397

República — 6, 19, 21, 64, 74, 135, 140, 158, 199, 218, 225, 226, 236, 280, 281, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 301, 302, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 329, 330, 331, 342, 350, 355, 356, 360, 367, 369, 373, 377, 385, 386, 387, 396, 414

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro | RIHGB — 379, 380, 382, 384, 385, 388, 389, 397, 398, 400, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419

Revista Ilustrada — 229, 248, 257, 259

Rodolfo Garcia — 122, 415

Rui Barbosa — 65, 66, 122, 416

Salvador de Mendonça — 63, 66, 283, 383

Silvio Romero — 19, 116, 282, 283, 355

Sociedade Amantes da Instrução — 54, 339, 346

Souza Dantas — 104, 256, 395

Tipografia Leuzinger — 184, 373

Tipografia Nacional — 184, 239

Viagem — 111, 419

Vicente Quesada — 103, 104, 135, 140, 141, 142

Viriato Correia — 49, 51, 52, 53, 54, 63, 67, 69, 70, 71, 85, 105, 311, 314, 315, 324, 349, 350, 358, 360, 390

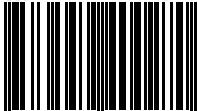
Zacarias de Góes e Vasconcelos — 285

Impresso por Tavares & Tavares Ltda.
Uberlândia (MG), verão de 2025
Composição em Source Serif Variable Pro e Acumin Variable Concept
Capa em Cartão Duo Design 300 g/m²
Miolo em Offset 90 g/m²



O ambiente letrado das últimas décadas do período imperial é o universo tomado por Ana Paula Sampaio Caldeira para pensar a escrita da história no Brasil em fins do século XIX. Buscando revisar análises centradas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em historiadores consolidados do Oitocentos, o livro parte da atuação de Benjamin Franklin Ramiz Galvão como diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1882 para construir um quadro complexo das diversas práticas a partir das quais os intelectuais do período formularam projetos político-culturais e lidaram com o problema da construção de uma história nacional. O livro *O bibliotecário perfeito* é fruto da tese de doutorado defendida no Programa de pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, que recebeu menção honrosa no 5º Prêmio Anpuh de Teses Professor Manoel Luiz Salgado Guimarães.

ISBN 978-65-5940-027-0



9 786559 400270 >

Este livro traz novas perspectivas ao destacar a importância da Biblioteca Nacional para o projeto político-cultural nacional e para o projeto de escrita da história do Brasil do século XIX. A biblioteca, por meio de suas rotinas e também de acontecimentos extraordinários, como a Exposição de História do Brasil de 1881, surge como *locus* decisivo para a reunião de um acervo, para o trabalho de pesquisa com livros e documentos e para a sua disponibilização a um público, quer de letrados, quer de cidadãos cultos. [...] Estou certa de que esta obra poderá inspirar outros estudos sobre intelectuais, com destaque àqueles que se tornaram, privilegiadamente, mediadores culturais.

Angela de Castro Gomes



BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO